



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Antonio Simões Menezes**

**A CENTRALIDADE DA LUTA SIMBÓLICA PARA O  
MST: EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO DO CIBERESPAÇO  
NA BUSCA POR RECONHECIMENTO**

Campina Grande  
Março/2016

**Antonio Simões Menezes**

**A CENTRALIDADE DA LUTA SIMBÓLICA PARA O  
MST: EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO DO CIBERESPAÇO  
NA BUSCA POR RECONHECIMENTO**

Tese apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de doutor em  
Ciências Sociais, pelo PPGCS/UFCG.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina  
de Andrade Lima.

Campina Grande  
Março/2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M543c Menezes, Antonio Simões.  
A centralidade da luta simbólica para o MST : expansão da ocupação do ciberespaço na busca por reconhecimento / Antonio Simões Menezes. – Campina Grande, 2018.  
238 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.  
"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".  
Referências.

1. Movimentos Sociais. 2. Comunicação. 3. Reconhecimento. 4. Cibercultura. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 316.35(043)



**Antonio Simões Menezes**

**A CENTRALIDADE DA LUTA SIMBÓLICA PARA O  
MST: EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO DO CIBERESPAÇO  
NA BUSCA POR RECONHECIMENTO**

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS/UFCC – Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Márcia Vidal Nunes (PPGCOM/UFCC)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Furtado Veloso (PPGEM/UFRN)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida de Menezes (PPGCS/UFCC)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Mércia Rejane Rangel Batista (PPGCS/UFCC)

## DEDICATÓRIA

Ao meu amado filho Gabriel.  
Ele disse querer -virar doutor Gabriell para ser igual ao -doutor papail.  
Certamente, se os adultos tivessem a sensibilidade das crianças, teríamos  
um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Sem o apoio da Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima a tese jamais teria sido produzida. Ela fez muito por mim: aceitou me orientar e foi a primeira pessoa a acreditar no meu potencial quando cheguei a Campina Grande para recomeçar a vida profissional.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Mércia Rejane Rangel Batista, por acompanhar e contribuir com esta pesquisa desde o Seminário de Tese até a Qualificação, além de ter ajudado na construção de trabalho científico apresentado em evento da Associação Portuguesa de Antropologia, realizado em Vila Real, Portugal.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Goretti Sampaio, que viabilizou o meu contato com Dilei Schiochit, uma das principais lideranças do MST na Paraíba.

À brava Dilei Schiochit, uma das responsáveis pela presença do MST em solo paraibano, por me conceder uma entrevista bastante esclarecedora, pois pautada pela extrema sinceridade.

Ao jornalista Miguel Stédile, por sempre, sempre ter feito o possível para contribuir com meus estudos, desde a época do Mestrado em Comunicação.

À Mestre Solange Engelmann pela sua imprescindível ajuda à minha pesquisa.

Ao líder Ronaldo Rufino dos Santos, que demonstrou o olhar da juventude do MST sobre as novas tecnologias.

Aos colegas do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, pois, sem a compreensão desses professores, em especial da professora Cássia Lobão, não teria conseguido desempenhar minhas funções docentes simultaneamente ao doutorado.

Ao meu pai, mãe e irmãos, que, mesmo distantes, torceram muito por mim e, sem dúvidas, são responsáveis pela conquista deste título.

À minha esposa, Edna, e ao meu filho Gabriel, pois juntos inspiraram-me e apoiaram-me nos momentos mais complicados desta caminhada.

Ao meu senhor Jesus Cristo e minha Nossa Senhora de Fátima, que sempre guiam a minha jornada.

-O MST tem sido um clarão de esperança para os que sabem que um mundo diferente é possível, um mundo no qual os amplos recursos disponíveis estejam sob controle direto do povo, não de aristocracias poderosas, e que sejam usados para as necessidades do povo, que não sejam explorados para o lucro de poucos.

Noam Chomsky, Linguista, Ativista político e Filósofo

-O MST é o maior movimento popular organizado do mundo. Tantos foram difamados, perseguidos, presos, torturados, assassinados e vocês nunca baixaram os braços ou arream as bandeiras. Continuam porque a causa é justa, humanitária e, porque não dizer, divina.

Leonardo Boff, Teólogo, Professor e Escritor.

-Somos um movimento de rebelião e utopia. Lutamos com a enxada, plantamos sementes limpas, fazemos a Reforma Agrária Popular possível no cada dia.

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

## RESUMO

**MENEZES, Antonio Simões.** A centralidade da luta simbólica para o MST: expansão da ocupação do ciberespaço na busca por reconhecimento. Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

O processo de reinvenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está em curso. Bandeiras clássicas, como o próprio modelo de reforma agrária reivindicado, são resignificadas. O MST também tenta aumentar e fortalecer suas alianças com movimentos sociais urbanos e convencer a sociedade da importância de uma produção agrícola pautada pela agroecologia. Ela embasa a proposta de –Reforma Agrária Popular| elaborada pelo movimento em contraponto ao sistema de produção rural representado pelo agronegócio. Este conflito, que estrutura as interações entre os diversos agentes sociais com interesse nessa temática, ocorre simultaneamente nos campos simbólico e material. Porém, aos olhos do senso comum e de parte dos militantes do MST, apenas a luta concreta ganha destaque. A partir do referencial teórico baseado em autores como Fraser (2007) e Honneth (2003), foram problematizadas as demandas do MST por redistribuição e reconhecimento. Com o estudo da expansão da política de comunicação da organização pelo ciberespaço, viabilizado por meio da etnografia das ações do movimento na internet, foi detectado o alargamento da relação de interdependência entre os campos simbólico e material da luta desenvolvida pelo grupo. Para chegar a essa constatação, foi necessário realizar o mapeamento dos usos e apropriações de ferramentas on-line efetuadas pelo MST, em um novo espaço público intrincado pelas relações de poder que conformam as lógicas de atuação dos atores que constituem, segundo a segundo, o –universo virtual|, cuja equivocada percepção de separação com o mundo real foi superada gradativamente. Os resultados obtidos no trabalho permitem propor uma nova perspectiva na compreensão do MST, onde a luta no campo simbólico, por reconhecimento, não pode ser vista como secundária. Ela deve ser compreendida como central para o grupo, assim como sempre foi entendida a luta utilitária, pela conquista da terra. Ambas são equivalentes e mutuamente dependentes, pois compõem dimensões distintas de uma mesma realidade.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Comunicação; Reconhecimento; Cibercultura.

## ABSTRACT

The process of reinvention of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) is ongoing. Classic flags, as the claimed land reform model, are resignified. The MST also attempts to increase and strengthen its alliances with urban social movements and convince society of the importance of agricultural production guided by agroecology. It underlies the proposed "Land Reform People" prepared by moving counterpoint to the rural production system represented by agribusiness. This clash, which marks the relations between social agents working in these regions, simultaneously occurs in symbolic fields and material. However, in the eyes of common sense and part of the MST militants, only material struggle is highlighted. From the theoretical framework based on authors such as Fraser (2007) and Honneth (2003), have been problematized the demands of the MST for redistribution and recognition. To study the expansion of the cyberspace organization's communication policy, made possible through the ethnography of the actions of the movement developed on the Internet, was detected enlargement of the interdependent relationship between the symbolic fields and material struggle developed by the group. To reach this conclusion, it was necessary to perform the mapping of uses and appropriations of the new on-line tools made by the movement, a new public space intricate by the power relations that constitute the logic of action of the actors who are every second the " virtual universe ", whose separation from the real world was gradually broken. The obtained results allow us to propose a new perspective in understanding the MST, where fighting in the symbolic field, recognition, can not be seen as secondary. It should be understood as central to the group, as it was always understood utilitarian struggle for land. Both are equivalent and mutually dependent, as comprise different dimensions of the same reality.

**Keywords:** Social movements; Communication; Recognition; Cyberculture.

## RÉSUMÉ

Le processus de réinvention du Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) est en cours. Drapeaux classiques, comme le modèle de réforme agraire revendiquée sont resignifiés. Le MST tente également d'accroître et de renforcer ses alliances avec des mouvements sociaux urbains et convaincre la société de l'importance de la production agricole guidée par l'agroécologie. Il sous-tend le projet de «réforme» des terres gens préparés en déplaçant le contrepoint au système de production rural représenté par l'agro-industrie. Ce conflit, qui structurent les interactions entre les différents acteurs sociaux ayant un intérêt dans ce sujet, se produit simultanément dans les champs et matériels symboliques. Cependant, aux yeux de bon sens et une partie des militants du MST, seule la lutte concrète est mise en évidence. Dans le cadre théorique basé sur des auteurs tels que Fraser (2007) et Honneth (2003), nous avons été problématisé les exigences du MST pour la redistribution et de reconnaissance. Avec l'étude de l'expansion de la politique de communication de l'organisation du cyberspace, rendue possible grâce à l'ethnographie des actions du mouvement sur l'Internet, a été détecté élargissement de la relation d'interdépendance entre les champs symboliques et matériels lutte développés par le groupe. Pour arriver à cette conclusion, il était nécessaire d'effectuer la cartographie des usages et des crédits d'outils en ligne effectués par le MST dans un nouvel espace public complexe par les relations de pouvoir qui composent la logique de l'action des acteurs qui sont, selon le second, "univers virtuel", dont la perception erronée de la séparation avec le monde réel a été surmonté progressivement. Les résultats obtenus nous permettent de proposer une nouvelle perspective dans la compréhension du MST, où les combats dans le domaine symbolique, la reconnaissance ne peut pas être considérée comme secondaire. Il doit être compris comme un élément central du groupe, comme il a toujours été entendu la lutte utilitaire pour la terre. Les deux sont équivalentes et mutuellement dépendants, comme comprendre les différentes dimensions de la même réalité.

**Mots-clés:** Mouvements sociaux; Communication; Reconnaissance; Cyberculture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira edição da publicação que, posteriormente, viraria <i>Jornal Sem Terra</i> .....	128
Figura 2: Edição 50 do <i>Jornal Sem Terra</i> destaca ineditismo de uma marcha pela terra.....	130
Figura 3: Terceira edição do Boletim Sem Terra já dá destaque à fotografia .....	133
Figura 4: Boletim Sem Terra vira Jornal dos Trabalhadores Sem Terra.....	135
Figura 5: Primeira edição do –Jornal das Crianças Sem Terrinhal .....	138
Figura 6: Primeira edição da <i>Revista Sem Terra</i> .....	141
Figura 7: <i>Revista Sem Terra</i> também dá destaque aos temas internacionais. ....	142
Figura 8: Edição número 50 da <i>Revista Sem Terra</i> .....	145
Figura 9: <i>Jornal Sem Terra</i> divulga o endereço do MST na internet. ....	157
Figura 10: Home Page do MST em agosto de 1997.....	158
Figura 11: Página do MST destaca prêmio internacional.....	158
Figura 12: Notícia publicada na página do MST.....	159
Figura 13: Página inicial do MST em 1999.....	160
Figura 14: Página na internet em reformulação, no ano de 2002. ....	161
Figura 15: Aumenta a frequência das atualizações diárias na página do MST .....	162
Figura 16: Em 1997, a página do MST já disponibilizava o link para notícias do <i>Jornal Sem Terra</i> .....	165
Figura 17: Novo <i>layout</i> comemorativo aos 25 anos do movimento.....	167
Figura 18: Novo site do movimento dispõe links para página no Facebook e perfil no Twitter do MST .....	168
Figura 19: Lançamento do VI Congresso Nacional do MST. ....	177
Figura 20: Imagem com forte carga simbólica .....	182
Figura 21: Questionamento retórico de internauta. ....	186
Figura 22: Galeria de imagens publicada por um participante do VI Congresso.....	187
Figura 23: Internauta demanda mais conteúdo.....	188
Figura 24: Convocação para participar do Twittaço também foi feita pelo movimento no Twitter. ....	190
Figura 25: Logo após o convite, milhares de postagens de apoio tomaram o Twitter. ....	190

Figura 26: Foto da manifestação publicada pelo portal Terra .....	193
Figura 27: Foto da manifestação publicada pelo G1/Distrito Federal. ....	194
Figura 28: Postagem do MST objetiva fazer mobilização no ciberespaço.....	199
Figura 29: MST sugere os conteúdos que devem ser postados. ....	200
Figura 30: A manchete do jornal e a fotografia apontam o importante momento do MST.....	207
Figura 31: Edição especial prevê os desafios do MST para os próximos anos. ....	211
Figura 32: Duas páginas da Edição especial foram destinadas ao retrospecto dos congressos.....	214
Figura 33: Postagem —Especial Congressos  só abordou uma das edições. ....	215
Figura 34: Liderança nacional do MST fez balanço do VI Congresso.....	217

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>1. Capítulo: O desafio de reinventar o MST .....</b>	<b>26</b>
1.1 – Fragmentos da trajetória do MST.....	29
1.2 – Constituição dos movimentos sociais.....	54
1.3 – Impacto das lutas simbólicas na ação –prática dos movimentos sociais. ....	73
<b>2. Capítulo: Reconfiguração da arena política pela cibercultura. ....</b>	<b>83</b>
2.1 – Liberação do polo de emissão. ....	97
2.2 – Poder simbólico e relações de dominação. ....	99
2.3 – Discurso de resistência direto das manifestações. ....	108
<b>3. Capítulo: Estratégias de combate no campo simbólico.....</b>	<b>119</b>
3.1 – A Política de comunicação como elemento de estruturação do MST .....	120
3.2 – A ousadia de apostar em um jornal para mobilizar agricultores.....	126
3.3 – <i>Revista Sem Terra</i> enfoca público heterogêneo. ....	140
3.4 – A voz do MST amplificada pelo rádio. ....	147
<b>4. Capítulo: Etnografia da comunicação digital do MST .....</b>	<b>152</b>
4.1 – A digitalização das formas simbólicas do MST. ....	153
4.2 – A –rede social mais popular no Brasil .....	172
4.3 – A agitação das <i>hashtags</i> no VI Congresso Nacional do MST.....	174
4.4 – Narrativa <i>crossmedia</i> nos dispositivos midiáticos on-line e off-line.....	204
<b>5. Considerações finais. ....</b>	<b>221</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>231</b>

## INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfrenta o desafio de se reinventar. O mais longevo movimento social rural de todos os tempos no Brasil, com 32 anos de existência completados em janeiro de 2016, readequou o discurso ao que interpretou como polarização da disputa entre os modelos agrícolas praticados no País. Em síntese, conforme a análise da organização, o agronegócio propõe um modelo, sob a égide capitalista, baseado em monoculturas voltadas primordialmente à exportação. Já o MST defende a pequena agricultura, ancorada pela agroecologia, para a produção de alimentos a ser direcionada ao povo brasileiro.

O embate é apresentado oficialmente pelo movimento como o principal responsável por um novo tipo de reforma agrária reivindicada pelos sem-terra. Ela consiste na democratização do acesso à terra, a qual deve ser trabalhada na perspectiva de produzir alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos para os brasileiros. O cultivo da terra deve ser associado ao respeito ao meio ambiente e como parte de um modelo econômico que objetive a distribuição de renda de forma mais igualitária possível.

O movimento argumenta que essa nova reforma agrária não será estruturada para beneficiar –apenas os agricultores. Por isso, passou a ser chamada de Reforma Agrária Popular.

Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. Com isso, os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrário à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica<sup>1</sup>.

Essa estratégia de demonstrar que a luta do movimento é importante para os mais diversos segmentos sociais do país esteve na base do processo de construção do VI Congresso Nacional do MST. Constituído como a principal instância de decisão para os próximos cinco anos do movimento, ocorreu em Brasília, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, com o lema –Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!. Oportunidade ideal para cerca de 16 mil sem-terras, provenientes de todas as regiões do País, referendarem oficialmente o discurso mais próximo de causas ambientalistas e a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje>. Acesso em: 16 jan. 2016.

intensificação da tentativa de sensibilizar a maior parte da sociedade para a legitimidade do movimento ao encampar o enfrentamento ao agronegócio.

O evento, que ocorreu no ano em que o MST celebrava 30 anos de vida, também sinalizou a continuidade da capacidade de mobilização do movimento. Ele reuniu aproximadamente 15 mil pessoas, segundo avaliação da Polícia Militar do Distrito Federal, em uma marcha, pela –Reforma Agrária Popular!, que tomou as ruas da Capital Federal. Apesar da demonstração pública da força do movimento, o VI Congresso caracterizou-se, até o momento, como o principal marco simbólico de um processo em curso: a reinvenção do MST.

Ao longo dos últimos 10 anos, a organização foi alvo de inúmeras críticas. A maior parte devido às suas históricas relações com o Partido dos Trabalhadores (PT), as quais supostamente deixaram o movimento letárgico durante a maior parte da gestão petista na presidência da República. O MST sempre contestou a veracidade e seriedade dessas análises. Porém, ao se submeter a uma autocrítica, reconheceu publicamente, por meio de sua página na internet, que enfrenta um de seus maiores desafios históricos: –Reinventar o MST para continuar sendo o MST<sup>2</sup>!.

O artigo publicado em 21 de outubro de 2013, como parte dos preparativos para o VI Congresso Nacional do MST, não significou a aceitação subliminar das críticas referentes às relações do movimento com o Palácio do Planalto. O texto assinado pelo pedagogo Edgar Jorge Kolling, coordenador nacional de Educação do MST, objetivava estimular a reflexão sobre o caminho a ser seguido e apresentava um cenário difícil para a organização.

De acordo com o artigo, o número de famílias lutando pela terra havia diminuído principalmente no centro-sul do País. Ressaltava que a opinião pública foi –intoxicada! pela propaganda do agronegócio e, por isso, encontra-se satisfeita ou conformada com esse modelo de produção agrícola. Haveria ainda os que não se posicionam sobre o tema, pois não perceberiam que há um embate entre dois projetos para a área rural brasileira: o agronegócio e a agricultura camponesa.

---

<sup>2</sup> Disponível originalmente em <http://www.mst.org.br/congresso6/Reinventar-o-MST-para-continuar-sendo-o-MST>. Acesso em: 08 mar. 2014. Disponível atualmente em: <http://antigo.mst.org.br/congresso6/Reinventar-o-MST-para-continuar-sendo-o-MST>. Acesso em: 16 jan. 2016. Com a publicação do novo site do MST, em 2015, algumas páginas não serão acessadas pelo endereço informado no rodapé. Porém, basta substituir www. por –antigo.! (operação que demonstrei acima) e a página do antigo site será carregada.

Neste contexto, complexo e adverso para o avanço da Reforma Agrária, o MST tem muitas tarefas e desafios pela frente. E são desafios fundamentais, que dizem respeito à própria existência e sentido de ser do MST. Assim como há 30 anos o MST surgiu da crise econômica, social e política, agora é a vez do Movimento se superar para seguir como um protagonista importante nas lutas da sociedade brasileira. O grande desafio do MST é se reinventar! Se reinventar e se recriar para seguir seu caminho na luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações estruturais da sociedade brasileira. Do contrário, corre o risco de ser mais um movimento que nasceu, cresceu e aos poucos foi enferrujando até ser superado por outras organizações mais eficazes para atender aos interesses dos sem-terra e camponeses<sup>3</sup>.

Em um cenário de crise marcado pela necessidade de dar visibilidade e conquistar apoio à Reforma Agrária Popular, a importância das ações desempenhadas no campo simbólico pelos sem-terra se sobressai e revela indícios de seu caráter basilar para a existência do MST. Nesse sentido, este trabalho vem problematizar a histórica luta utilitária do movimento ao relacioná-la necessariamente ao combate do MST no campo simbólico. A tese aqui proposta compreende as disputas no campo simbólico como centrais para o movimento assim como é entendida a luta basicamente redistributiva (Fraser, 2007) que caracteriza o MST.

Com base nessa assertiva construída no decorrer do estudo, o simbólico, que já é responsável pela estruturação do movimento desde sua fase embrionária, deixa o suposto papel de importante ferramenta da luta material e passa a ser reconhecido como a outra faceta da mesma luta pela Reforma Agrária Popular. Ambas se imbricam, lutas concreta e simbólica, para atingir os objetivos do movimento que vão além da distribuição de terras e incluem a luta por reconhecimento. Esta legitima as conquistas materiais, o próprio movimento e, assim, é fundamental para sua sobrevivência ou reinvenção. Já a luta concreta viabiliza o acesso à terra, símbolo da justiça social reivindicada pelo movimento.

Por isso, o objetivo da pesquisa, além de intrinsecamente demarcar a real dimensão da luta simbólica travada pelos sem-terra, é compreender as estratégias usadas pelo movimento no campo simbólico para conquistar reconhecimento para si, bem como visibilidade e apoio para seu projeto de Reforma Agrária Popular. A necessidade

---

<sup>3</sup> Disponível originalmente em <http://www.mst.org.br/congresso6/Reinventar-o-MST-para-continuar-sendo-o-MST>. Acesso em: 08 mar. 2014. Disponível atualmente em: <http://antigo.mst.org.br/congresso6/Reinventar-o-MST-para-continuar-sendo-o-MST>. Acesso em: 16 jan. 2016.

em obter reconhecimento e visibilidade o levou a desenvolver uma consistente e perene produção de formas simbólicas, que atingiram seu ápice na elaboração de uma política de comunicação.

Neste estudo, apenas o universo jornalístico, ou por ele apropriado, da política de comunicação será analisado, pois o movimento busca se valer da credibilidade inerente ao jornalismo como uma das principais estratégias discursivas para conquistar reconhecimento enquanto movimento social e visibilidade para suas ações, contribuindo também para tentar superar o processo de estigmatização do qual é vítima.

Às interações, aos acordos tácitos, às abordagens, aos parâmetros e orientações que subjazem a elaboração das práticas de comunicação do MST, aos consensos e dissensos constituídos entre a sua lógica de produção e circulação no social, denominamos, aqui, de política de comunicação do movimento. Esta é essencial na estruturação do MST.

Após os anos 2000, o Setor de Comunicação tem adquirido importância, na medida em que o MST percebe a necessidade de construir uma política de comunicação popular e contra-hegemônica, voltada para a organização dos trabalhadores Sem Terra e a divulgação das bandeiras de luta, junto à classe trabalhadora e à sociedade<sup>4</sup>.

Ela se torna ainda mais complexa no momento em que a internet passa por uma reestruturação caracterizada por facultar, a qualquer pessoa com conhecimentos básicos de informática, a produção, edição e circulação de conteúdo multimídia cujo público potencial está situado em qualquer lugar do mundo. Daí a necessidade de analisar como o MST se apropria dessa nova modalidade de ação no campo simbólico e como a nova mídia foi acionada pelo movimento.

É provável que o novo cenário tenha contribuído para reconfigurações na área de comunicação e, até mesmo, nas interações sociais do movimento com seus mais diversos públicos, já que não há como ignorar as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais proporcionadas pelos diversos usos das novas tecnologias na contemporaneidade.

Nesse contexto, será que o MST, ao incorporar as novas tecnologias, tenta dar maior destaque para a questão do reconhecimento? Como a dimensão da luta concreta se coaduna com a luta simbólica no momento em que o movimento conhece, incorpora, usa e ocupa o ciberespaço (notoriamente um novo espaço de sociabilidade)? Como o

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15683>. Acesso em: 13 nov. 2014.

MST enfrenta os desafios nesse campo, no qual não há consenso sobre um possível caráter democratizante do ciberespaço? Independente de trazer mais benefícios ou prejuízos, o que muda na realidade dos movimentos sociais com o advento do ciberespaço? Em suma, como a apropriação e usos contra-hegemônicos das mídias digitais pelo MST em busca de reconhecimento, no campo simbólico, se combinam ou se hibridizam com a luta por terra, na dimensão utilitária, do movimento?

Ao realçar o processo de digitalização da comunicação da organização, a pesquisa não se absteve de investigar o papel desempenhado pelos meios de comunicação analógicos do movimento, como o *Jornal Sem Terra*, nesse novo momento. Aliás, a política de comunicação do MST, objeto de estudo deste trabalho, assumiu a árdua missão de coordenar e unir as ações on-line e off-line na intenção de construir um discurso contra-hegemônico convergente.

Poucos trabalhos têm problematizado a ocupação do ciberespaço pelo MST associada às suas práticas de comunicação off-line. Análise que deve ser priorizada, pois, por exemplo, novas formas de sociabilidade emergem dessas interações sociais mediadas por computador, marcadas pelo hibridismo on-line e off-line. Elas, acredita-se, contribuem para remodelar as estratégias e os próprios movimentos sociais neste novo milênio.

A pesquisa também almeja ajudar, ainda que de forma subliminar, na compreensão de uma das principais questões das Ciências Sociais na contemporaneidade: como os movimentos sociais podem consolidar suas bandeiras, que gradativamente tornam-se transnacionais sem perder as especificidades locais, com o auxílio das novas tecnologias de comunicação, as quais eliminam temporalidades e põem fim às habituais noções de território.

A globalização provoca a desnacionalização, e outros atores, além do antigo Estado-Nação, participam da disputa pelos territórios. As novas tecnologias digitais também entram como fator de mediação para a apropriação de direitos e autoridade sobre ele (Sassen, 2006). O território agora passa a ser visto também sob a óptica de um ativo sociofinanceiro, porque é fruto de um conjunto de condições, predominando o tipo de relações sociais e produtivas que são desenvolvidas onde ele se localiza. (GOHN, 2008, p. 445)

Na provável busca por prestígio social on-line e off-line, o MST investe na elaboração de conteúdos especificamente para esse não-lugar (AUGÉ, 2008), a internet. Exemplos dessa produção são notícias para seu site e posts no Twitter e Facebook. Será que tais canais de comunicação são usados como estratégia para mobilizar e

arregimentar novos militantes para ir às ruas lutar pela Reforma Agrária Popular? É necessário ressaltar que, parte do material disseminado no ciberespaço, integra uma produção supostamente —convergentel, como o conteúdo produzido sobre o VI Congresso Nacional do MST, o qual foi trabalhado em plataformas on-line (como a página do MST na internet) e off-line (*Jornal Sem Terra*), aproveitando o potencial comunicativo de cada uma delas.

O movimento percebeu que não há ruptura entre as práticas que ocorrem dentro ou fora da rede. A partir desta constatação, trabalharemos com a perspectiva da internet enquanto artefato cultural (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011) – concepção elaborada no contexto da Antropologia – para analisar os usos e apropriações realizados pelo MST das novas tecnologias. Conforme as autoras, essa perspectiva facilita a observação da nova mídia, que é entendida como fazendo parte da cultura e não como um ser à margem. Ou seja, essa percepção integra os campos on-line e off-line.

A noção de internet como artefato cultural oportuniza o entendimento do objeto como um local intersticial no qual as fronteiras entre on-line e off-line são fluidas e ambos interatuam. As práticas de produção e consumo de conteúdo dos usuários acabam oportunizando um amplo recorte de análise. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 42-43).

A internet entendida como artefato cultural também permite, segundo as autoras, a compreensão da existência de diversos significados culturais, que variam conforme os contextos de uso. Assim, elas concluem que a internet é multifacetada e passível de distintas apropriações. Com base nessa proposição, busca-se entender o que levou, de fato, o MST começar a investir em novas tecnologias e quais as lógicas que subjazem a essa inserção no ciberespaço.

A princípio há a percepção de que, ao adotar a internet como uma ferramenta de disseminação de seu discurso, o MST dá seguimento a uma tendência de apropriação dessa nova mídia pelos movimentos sociais de diversos países. No final dos anos 1990, no contexto da chamada –Guerra da Água<sup>5</sup>, considerada a primeira rebelião da era da internet na Bolívia, movimentos sociais daquele país, nos momentos críticos da revolta, se apropriam das novas tecnologias de informação (CRESPO, 2000).

[...] uso de fax e e-mail para enviar e receber mensagens; celulares para a comunicação entre os líderes do movimento (urbano e rural) durante momentos de bloqueio e enfrentamento com a polícia; publicação de informação em páginas da internet para denunciar a

---

<sup>5</sup> –Guerra Del Agual.

situação; recuperar informações da web para argumentar nas negociações e contar com notícias atualizadas sobre a problemática; redes de solidariedade na internet...<sup>6</sup> (CRESPO, 2000, p. 25).

Ainda na década de 1990, militantes de solidariedade neozapatistas associam a resistência material na zona do conflito armado, em Chiapas, no México, à resistência no ciberespaço (ABDEL-MONEIM, 2002).

O uso de tecnologias emergentes na amplificação das vozes indígenas, assim como na criação e distribuição de textos multifacetados da resistência, tem sido fundamental no novo processo de mediação entre as vozes indígenas e as culturas hegemônicas de um México mestiço e de uma vila global desde 1994 (ABDEL-MONEIM, 2002, p. 44).

Por meio da internet, os militantes conseguiram conquistar a simpatia e o apoio de ativistas de direitos humanos, intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros atores sociais, além de agendar em âmbito internacional o debate sobre o confronto, que é refletido no contexto da globalização dos projetos neoliberais. Neste início de novo milênio, o MST pretende usar a internet com finalidade semelhante, ou seja, tecer uma rede de solidariedade nacional ou global em favor do movimento? Qual a imagem construída pelo movimento na internet?

O referencial teórico básico desta pesquisa aborda categorias como cibercultura e movimentos sociais, consideradas seminais para a compreensão das lógicas que subjazem à operação das ações simbólicas do MST. Elas são tensionadas pela percepção do MST além de sua conhecida luta por redistribuição, pois ao longo do trabalho foi verificada a centralidade de sua luta, no campo simbólico, por reconhecimento que é fundante da organização e, na atualidade, essencial para sua reinvenção. Assim, a base teórica é composta a partir das reflexões de autores como Honneth (2003), Fraser (2007), Gohn (2008), Lévy (1999), Castells (2013) e Lemos (2009).

Honneth e Fraser dão continuidade às tradições da Escola de Frankfurt ao problematizar os movimentos sociais e tornam-se essenciais ao debate das dimensões de redistribuição e reconhecimento inerente aos movimentos sociais. Gohn ajuda a entender as múltiplas dimensões das teorias desses agentes sociais. Já os três últimos pesquisadores enfocam as reconfigurações sociais, econômicas, políticas e culturais

---

<sup>6</sup> -[...] uso de faz y correo eletrônico para enviar y recibir mensajes, celulares para La comunicación entre los líderes Del movimiento (urbano y rural) durante momentos de bloqueos y enfrentamientos com La policía, información em páginas web para denunciar la situación, recuperar información, de la web para argumentar em las negociaciones y contar com noticias actualizadas sobre La problemática, redes de solidaridad em La web...l. Citação original em espanhol. Tradução livre efetuada pelo pesquisador.

provenientes da cibercultura e acreditam no potencial da comunicação mediada por computador para contribuir no processo de emancipação humana e construção de uma sociedade mais justa.

Apesar de não parecer tão otimista sobre o potencial da internet, o MST nunca a ignorou. Foi um das primeiras organizações brasileiras a ingressar na rede mundial de computadores e, desde então, só aumentou a sua inserção no ciberespaço.

Nossa compreensão de apropriação das tecnologias – e que se torna essencial para a problematização dos usos da etnografia em relação a contextos como a internet – compreende tanto as dimensões históricas quanto técnicas e simbólicas que dizem respeito das materialidades e possibilidades de uso do objeto internet pelos internautas. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 169).

Baseados em autores contemporâneos (Adriana Amaral, Christine Hine, Raquel Recuero) que adotam a etnografia para estudos empíricos relacionados à internet e a partir do enfoque centrado nos usos e apropriações das novas mídias acredita-se que a aplicação de uma metodologia qualitativa, mais especificamente o método etnográfico<sup>7</sup>, é adequada para superar um dos principais desafios do estudo: construir o aporte metodológico que consiga dar conta dessas práticas sociais reconfiguradas na sociedade estruturada em rede.

A -netnografia foi criticada, segundo Fragoso; Recuero; Amaral (2011), por antropólogos e cientistas sociais mais ortodoxos como, por exemplo, Kozinets (2010). Ainda segundo as autoras, eles acreditam que a reconfiguração espaço-temporal proporcionada pelas novas mídias comprometeria características básicas da pesquisa etnográfica como o deslocamento, estranhamento e -ir ao campo do pesquisador. Entretanto, conforme Velho (1978), não é necessário ir a campo, no sentido de viajar para fazer uma etnografia, pois é possível acessar vários mundos sem que o pesquisador saia do seu próprio mundo.

O fato é que dentro da grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o ‘mundo’ do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparáveis à de viagens a sociedades e regiões ‘exóticas’ (VELHO, 1978, p. 40).

---

<sup>7</sup> Nesta pesquisa, não serão adotados termos como netnografia ou etnografia virtual -[...] uma vez que eles aludem a uma suposta distinção entre os ambientes on-line e off-line em vez de uma relação de contiguidade e atravessamento entre ambos, que é observada em boa parte dos estudos! (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 178).

Por meio de uma –netnografia, mesmo sem deixar sua residência, o cientista social pode continuar a desempenhar a função de comutação. De acordo com Matta (1978), o pesquisador deve apreender as categorias que regem a lógica do mundo analisado e construir mecanismos que permitam comutar o mundo estudado com o mundo do pesquisador. Mas o cientista está em uma situação de liminaridade.

É vivenciando esta fase que me dou conta (e não sem susto) que estou entre dois fogos: a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro. De fato, tendo me preparado e me colocado como tradutor de um outro sistema para minha própria linguagem, eis que tenho que iniciar a minha tarefa. (MATTA, 1978 p. 25).

De todo modo, compreender as interações que ocorrem nas distintas esferas do ciberespaço é uma tarefa complexa e justifica a produção de inúmeras pesquisas em Ciências Políticas, Antropologia e Sociologia. Em todos esses campos, pesquisadores se defrontam com a necessidade de elaborar metodologias que deem conta dessas novas dinâmicas sociais.

A sociedade em rede nos força a trabalhar de novas maneiras e a estudar a sociedade de modos igualmente novos. Ela nos força a pensar novamente sobre nossos instrumentos, e ter certeza que eles são apropriados para as tarefas que os aplicamos. Ao encarar esse desafio, nós nos preparamos para nosso próprio Renascimento na compreensão da sociedade (HALAVAIS, 2011, p.16).

Como seria inviável, neste espaço, o estudo etnográfico de toda a política de comunicação do MST, o corpus desta pesquisa é composto pela página oficial do MST no Facebook e pelo *Jornal Sem Terra*, analisados a partir da amostragem delimitada por critérios de conteúdo e temporalidade (narrativas que abordavam o VI Congresso no intervalo de outubro de 2013 a junho de 2014). O VI Congresso foi escolhido por ser a principal instância de decisão do movimento e o intervalo foi demarcado para dar conta dos eventos de preparação, execução e avaliação do congresso.

A página do MST no Facebook foi selecionada para análise por ser esse o site de redes sociais mais popular no Brasil, assim como por ter sido apropriado pela estratégia de expandir a ocupação do movimento no ciberespaço e, ao contrário do que ocorre com o site dos sem-terra que já virou objeto de vários trabalhos científicos (TEJERA, 2014; ENGELMANN, 2013; LAHNI, COELHO, PEREIRA, 2009; MILHOMENS, 2009), por seus usos e apropriações pelo MST quase não serem investigados, apesar da crescente importância adquirida por esses dispositivos na sociedade.

Nesse sentido, também serão observados os usos dessa ferramenta em consonância, ou não, com o *Jornal Sem Terra*, escolhido para complementar a análise porque acompanha a política de comunicação do movimento desde os seus primórdios e simboliza a interação dos canais on-line e off-line que compõem a política de comunicação do MST. Assim, ambos materializam, em parte, essa política de comunicação, a qual tem papel significativo na estruturação do movimento ao longo de 32 anos.

A etnografia desenvolvida foi meramente observacional, já que em nenhum momento o pesquisador postou, comentou, curtiu ou fez qualquer outra modalidade de intervenção na página do MST no Facebook. A participação do pesquisador nessa conversação em rede não contribuiria significativamente para responder as questões dessa pesquisa.

É pertinente ressaltar que foram acompanhadas as postagens públicas da página oficial do MST no Facebook durante nove meses. Ou seja, aqueles posts, além das intervenções estimuladas por eles, que podem ser acessados por qualquer pessoa, mesmo que ela sequer tenha uma conta nesse site de rede social. A escolha evita dilemas éticos relacionados à privacidade dos autores das postagens, já que todas as mensagens estudadas são públicas.

Ao longo de nove meses de mapeamento, o MST fez 58 postagens no Facebook. Destas, 13 foram relacionadas ao VI Congresso e tornaram-se foco principal da análise. Em outubro e novembro, nenhuma das oito postagens (quatro em outubro e quatro em novembro) tinha relação com o evento. O primeiro conteúdo sobre o encontro só foi aparecer em 16 de dezembro de 2013, mês que contou com mais três publicações de assuntos diversos. Em janeiro de 2014, cinco postagens realizadas e nenhuma abordou o Congresso.

Já em fevereiro, o mês com maior número de publicações registradas, 12 postagens tratavam do congresso, enquanto apenas 3 enfocavam outros temas. Em seguida, nenhuma das 5 publicações de março, das 8 de abril, das 8 de maio tampouco das 5 de junho voltaram a abordar o Congresso. Apesar desta pesquisa não ser quantitativa, os dados ajudaram a compreender a amostra estudada.

Três entrevistas em profundidade com lideranças nacional, regional e local do movimento, análise minuciosa de três edições completas do *Jornal Sem Terra*, de vídeos, e de demais documentos referentes ao MST foram outros métodos utilizados na

construção e coleta de dados desta pesquisa. Por fim, a análise do objeto tornou-se factível com a construção de categorias, nas quais fossem distribuídas as publicações da página do MST no Facebook, facilitando a sistematização de dados que viabilizaram a compreensão dos usos e apropriações efetuados, pelo movimento, desse mecanismo de comunicação e de suas relações com os demais dispositivos comunicacionais do MST.

Entretanto, apesar de ter sido possível entrevistar estrategicamente lideranças que representam matizes de pensamento nacional, regional e local do MST, outras fontes pertinentes, cujos depoimentos certamente enriqueceriam ainda mais esta tese, não foram ouvidas. Afinal, durante o desenvolvimento do trabalho, quando o pesquisador se depara com o campo, raramente toda a metodologia planejada é possível de ser colocada em prática.

Neste caso específico, a dificuldade encontrada em adentrar o universo do MST é, muito provavelmente, causada, ao menos parcialmente, pelo processo de estigmatização sofrido pelo movimento. Quando o pesquisador tentou conversar com os militantes do MST ficou notório o clima de suspeição. Um tempo significativo da pesquisa de campo foi investido, até porque não havia como ser diferente, na construção de relações de confiança minimamente sólidas.

Até conseguir um contato presencial com as lideranças locais, inúmeras pessoas foram acionadas para mediar a entrada do pesquisador no território do MST, assentamentos foram mapeados, várias ligações de aproximação com a liderança da organização efetuadas, alguns primeiros encontros marcados e desmarcados nas vésperas, semanas de espera até a definição de uma nova data para o encontro, muita ansiedade, enfim, medo de não conseguir registrar o que os próprios sem-terra, mais especificamente os líderes, tinham para falar sobre a política de comunicação do movimento.

Quando finalmente esse bloqueio inicial foi superado, já era tarde para uma investigação mais aprofundada. Apesar das valiosas informações obtidas no assentamento e mesmo esta dimensão do campo não tendo sido previamente pensada como fonte primária de coleta de dados para pesquisa, já que a investigação basilar para a tese foi a efetuada no ciberespaço, ficava a sensação de que havia mais a garimpar e, literalmente, aprender com aquelas conversas.

Pelo menos, em âmbito estadual, existiu conversa presencial. Na esfera nacional, a distância, apesar da possibilidade de contato por meio, por exemplo, de

videoconferência, complicou bastante a possibilidade de um diálogo mais próximo.

Porém, o entrave crucial continuou a ser a suspeição.

As lideranças nacionais também demonstravam desconfiança ao serem contatadas. Vários e-mails foram enviados para setores de comunicação e nunca foram respondidos ou as respostas inexplicavelmente jamais chegaram. Novamente, estratégias de aproximação foram necessárias para tentar ouvir pessoas como João Pedro Stédile e Gilmar Mauro.

Militante do MST, que conhecia o pesquisador, tentou intermediar o contato, mas sem sucesso. Pesquisador, que trabalha com o MST, também foi acionado para viabilizar essa interação, pelo menos via e-mail. Outra vez não houve êxito. E o tempo para desenvolver a pesquisa ficava dia a dia exíguo, enquanto a pressão sobre o pesquisador aumentava de forma inversamente proporcional.

Embora as principais lideranças não tenham sido ouvidas, depois de muita insistência, e com a imprescindível ajuda de militantes que intermediaram o contato, uma fonte imprescindível sinalizou que iria ajudar. Quase dois meses e meio após o envio do questionário, Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, gentilmente respondeu as questões encaminhadas por e-mail. As respostas recebidas, de fato, eram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Tamanha dificuldade em acessar o MST só não comprometeu a pesquisa porque a resposta para a questão principal deste trabalho foi viabilizada principalmente pela análise das ações desenvolvidas pelo movimento no ciberespaço. Paradoxalmente, até certo ponto, esse distanciamento do movimento foi importante, pois se configurou em mais um elemento indicativo da necessidade de uma maior abertura do MST para dialogar com a sociedade, algo verificado também nas ações on-line do grupo analisadas durante a pesquisa.

Com base no exposto, a tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, intitulado —O desafio de reinventar o MSTI, alguns episódios marcantes da história do MST foram relatados. Além de contextualizar a criação e desenvolvimento da organização, essa parte do trabalho ajuda a compreender como, desde os primórdios, o universo simbólico é constituinte e constitutivo dos sem-terra. Há ainda o referencial teórico escolhido para trabalhar a categoria movimento social, bem como a

problematização da luta do MST no campo simbólico e sua suposta dissociação da reivindicação da organização por redistribuição.

No segundo capítulo, denominado –Reconfiguração da arena política pela cibercultural, foram apresentados, embora de forma sucinta, indícios da reconfiguração da arena política proporcionada, em grande medida, pela cibercultura. Nesse sentido, as concepções otimistas, baseadas essencialmente em conceitos como inteligência coletiva, são tensionadas às perspectivas pessimistas da cibercultura, que a percebem, por exemplo, como uma sofisticada resignificação da indústria cultural.

O capítulo seguinte, intitulado –Estratégias de combate no campo simbólico, vai abordar a política de comunicação do MST, que materializada na produção de uma série de formas simbólicas, é essencial para compreender as ações do movimento em busca de reconhecimento. Dessa forma, os principais dispositivos jornalísticos da comunicação da organização são descritos e têm suas funções demarcadas dentro da luta simbólica travada pelo movimento.

No quarto capítulo, intitulado –Etnografia da comunicação digital do MST, a partir da digitalização da comunicação do MST, é analisada a expansão da política de comunicação pelo ciberespaço, por meio dos usos e apropriações efetuadas pelos sem-terra do site de redes sociais Facebook, bem como sua relação com os mecanismos de comunicação off-line da organização, representados pelo *Jornal Sem Terra*.

Nas considerações finais, os principais resultados da pesquisa são interpretados e espera-se que uma pequena, mas significativa, contribuição tenha sido apresentada no sentido de enriquecer a temática estudada, ao mesmo tempo em que consiga estimular novos olhares e debates no campo das ciências humanas e, principalmente, das ciências sociais.

## **1 – O DESAFIO DE REINVENTAR O MOVIMENTO**

Neste novo século, os movimentos sociais consolidam a estratégia de operar em redes regionais, nacionais e internacionais de mobilização e luta por mais justiça social. Esta parece ser uma macroreivindicação com capacidade de permear distintas bandeiras que, embora possam ter um fim em si mesmo, são essenciais para a construção de uma sociedade com menor desigualdade social.

Afinal, não parece ser razoável lutar por acesso a terra sem pensar em cultivá-la de forma sustentável; sem reivindicar uma educação pública de qualidade para o País e, especialmente, para a zona rural; sem dar visibilidade e voz aos jovens, que querem atuar politicamente para melhorar um País ou movimento social que gradativamente dependerá ainda mais de sua participação; reproduzindo deliberadamente na luta pela reforma agrária práticas de discriminação de gênero, de orientação sexual, e de tolerância ao trabalho infantil; ou defender a necessidade de democratizar a comunicação e arquitetar uma comunicação verticalizada para os seus militantes. Enfim, são inúmeras as demandas que acabam por compor, em maior ou menor intensidade, o cotidiano dos militantes dessa causa.

Nessa perspectiva, fica mais evidente que, além de sem-terra, um determinado militante é um ser conformado por múltiplas facetas. Algumas delas são alvos de opressão social e ele está disposto a defendê-las. A consciência dessa multiplicidade de -identidades| talvez tenha sido um dos amalgamas responsáveis pela unificação, por meio de uma rede de grupos sociais, de centenas de milhares de pessoas, que representavam oficialmente causas distintas, em um grito de indignação perante tamanha crueldade da humanidade contra ela mesma e esperança em uma verdadeira mudança rumo à justiça social.

Atento a esse momento histórico, o MST sabe que não conseguirá estruturar isoladamente a almejada -Reforma Agrária Popular|. É verdade que o movimento, ao longo de sua trajetória, de forma direta ou indireta e por mais ou menos tempo, sempre contou com a parceria de entidades, como Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas, Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Porém, na atual conjuntura, essas ações unificadas precisam tornar-se cada vez mais perenes e novas parcerias devem ser firmadas.

As alianças necessitam reunir atores que não estão necessariamente na zona rural. –Para isso, a realização desta Reforma Agrária Popular exigirá do MST capacidade de constituir alianças com trabalhadores urbanos, explicando à sociedade nosso projeto e construindo bandeiras de lutas comuns|| (*Jornal Sem Terra*<sup>8</sup>, edição 323, p. 6). Depois de três décadas de militância, na opinião das lideranças do movimento, chegou o momento de enfrentar o desafio de ocupar permanentemente as cidades brasileiras.

Essa ação não chega a ser uma novidade. Há anos, vários núcleos gerenciais do MST são sediados nas capitais e ainda na década de 1990 teóricos defendiam a necessidade de o movimento dialogar também com os moradores das cidades.

Agora todas as lutas e mobilizações deveriam entrelaçar-se com a sociedade, pois os trabalhadores sem-terra entenderam que a derrota do latifúndio no País, não pode ser do interesse somente dos que querem trabalhar na terra, mas de todos aqueles que querem ver alimento farto em todas as mesas (BOGO, 1999, p. 20-21).

Algo em torno de 15 anos se passaram, mas persiste a missão de mostrar o MST à toda sociedade e, além disso, o motivo pelo qual o movimento deve estar presente de forma marcante também no cenário urbano nacional. Isso porque associar o MST necessariamente ao campo é uma operação elementar para o senso comum, que pode até influenciar as pesquisas científicas. Como explicou Bourdieu (2007), a familiaridade com o social constitui um obstáculo para a compreensão das práticas sociais.

Porém, na academia, o movimento dos sem-terra deve ter seu *locus* estritamente rural desconstruído. Afinal, conforme Canclini (1995), já não existe mais uma relação de fidelidade com os territórios de origem.

[...] a conseqüente redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores (os jovens em torno do rock, os telespectadores que acompanham os programas da CNN, MTV e outras redes transmitidas por satélite) (CANCLINI, 1995: p. 28).

Essa questão é reforçada pelos processos de mobilização social, os quais são desenvolvidos por meio das redes sociais, situadas no ciberespaço, considerado um não lugar (AUGÉ, 2008). A reflexão sobre o MST, obviamente, não pode descartar as

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://issuu.com/paginadomst>. Acesso em: 06 fev. 2015.

implicações da desterritorialização das interações sociais on-line sobre o movimento. No mundo globalizado repleto de hibridizações, conforme Canclini (1995), se as fronteiras não desaparecem completamente, elas são muito tênues.

Os militantes do MST estão distribuídos pelas principais cidades brasileiras e do mundo. Ou seja, os sem-terra já não têm a ausência de terra como principal elemento de pertencimento. Esse é um dos motivos pelos quais até mesmo quem foi assentado continua a contribuir com a luta pela reforma agrária. Luta que, em sua dimensão simbólica de conquista de reconhecimento e estima social demandada pelo movimento para vencer a estigmatização que lhe é direcionada, tenta conquistar as mentes e corações dos brasileiros. A maior parte dessas pessoas, segundo dados do IBGE exatamente 2/3 da população do Brasil (138 milhões de pessoas), vive nas cidades<sup>9</sup>.

Em síntese, na prática, oficialmente o movimento já não quer ser identificado apenas com o rural, pois pretende explicar o quão importante e interligado está o campo com a cidade e vice-versa. Objetiva sublinhar as influências e tensões que ambos exercem mutuamente e pontuar como o desenvolvimento sustentável dessas duas áreas precisa ser planejado de forma conjunta. Geraldo Gasparin, da coordenação nacional do MST, em entrevista publicada na edição 322, set-out-nov de 2013, do *Jornal Sem Terra*, dá sinais de como essa questão é trabalhada na atualidade.

A Reforma Agrária Popular, portanto, deve ser uma bandeira de toda sociedade. E já estamos no caminho, quando pautamos a Campanha contra os agrotóxicos, ou fortalecemos a luta unitária entre movimentos do campo e da cidade, como a previdência justa aos trabalhadores assalariados do campo, a luta pelo reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas, ou a luta contra os leilões do petróleo e a democratização dos meios de comunicação<sup>10</sup>.

Como o MST se esforça para que a reforma agrária seja reconhecida por todos os brasileiros, uma de suas prioridades atuais é estreitar antigos relacionamentos, bem como iniciar novos contatos com os movimentos sociais urbanos. Esse é um dos desafios que o movimento tenta vencer com o uso estratégico da comunicação.

A internet se torna um instrumento de comunicação importante para auxiliar na comunicação e diálogo com outros movimentos na medida em que possibilita que os movimentos em torno do mundo, tenham à sua disposição maior disponibilidade de conteúdo sobre o discurso, as demandas e ações do MST, produzidas pelos próprios

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>. Acessado em: 01 dez. 2010.

<sup>10</sup> Disponível em [http://issuu.com/paginadomst/docs/jst\\_322](http://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322). Acessado em: 11 ago. 2014.

Sem Terra e divulgadas na internet, a partir da sua política de comunicação. Mediante o acesso às informações disponíveis na internet criam-se novas possibilidades de conhecimento sobre as ações do MST e diálogo com movimentos sociais presentes no mundo<sup>11</sup>.

Caso saiba se apropriar das novas tecnologias e usá-las com perspicácia talvez consiga facilitar o processo de coalizão com os movimentos de resistência que atuam nas cidades. Entretanto, antes de focar os desafios atuais do movimento, é pertinente lembrar, ainda que de forma pontual, um pouco da história do MST. Afinal, como explicou Geraldo Gasparin<sup>12</sup>, o MST não pode compor uma nova forma de marchar rumo à Reforma Agrária Popular se esquecendo de seus valores, princípios e estratégias políticas construídas ao longo de 30 anos de lutas.

Nesse sentido, outra forma de vencer os desafios que ameaçam as perspectivas de um futuro próspero é aprender com os erros do passado. Assim como dar continuidade e até adequar os projetos, que obtiveram êxito, ao contexto dessa sociedade em rede, marcada pelas interações sociais mediadas pelo computador. Por isso, é importante apresentar, apesar de ser apenas uma breve síntese que certamente não contemplará todos os episódios e vivências marcantes do movimento de trabalhadores rurais com maior longevidade no Brasil, o surgimento e o desenvolvimento deste movimento social brasileiro<sup>13</sup>, que atingiu notoriedade internacional e tem apoiadores em diversos Países do mundo.

## 1.1 – Fragmentos da trajetória do MST

O ano de 1984 entrou para a História do Brasil como um dos momentos de maior mobilização da sociedade civil organizada. O movimento das Diretas Já, que exigia o fim da ditadura militar e eleições diretas para a Presidência da República

---

<sup>11</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo integrante da coordenação nacional do MST ao *Jornal Sem Terra*, edição 322, referente ao trimestre de setembro, outubro e novembro de 2013.

<sup>13</sup> Parte dessa contextualização histórica do MST, assim como da revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, foi retirada da nossa dissertação, intitulada –Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela *Revista Sem Terra*, defendida em novembro de 2010, no Programa de Pós Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará. Novas informações e referencial teórico, que dialogam com o objeto de estudo desta pesquisa, foram acrescentados e resultaram nos dois tópicos seguintes.

naquele ano, é um símbolo da luta política do povo brasileiro. No momento em que sindicatos, estudantes e intelectuais voltavam a acreditar em um novo Brasil, os trabalhadores rurais também estavam mobilizados e demonstravam que podiam contribuir para a construção de um projeto sociopolítico mais igualitário para o País.

Na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e demais pequenos agricultores estavam reunidos formalmente. A pauta central do encontro era como viabilizar a reforma agrária. Eles queriam pôr fim ao descaso de que eram vítimas, o qual remontava há séculos. Denunciavam a política agrícola desenvolvida pelos militares, que prometia modernizar a agricultura brasileira, mas, de fato, privilegiava e consolidava, por meio de créditos rurais, o latifúndio no território nacional<sup>14</sup>.

A estratégia encontrada para lutar em prol da distribuição de terras foi a construção de um movimento orgânico, em âmbito nacional, chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É importante ressaltar que o nome escolhido para representar um grupo composto por diversos atores sociais da zona rural não faz referência explícita ao campesinato. Porém, ao longo do desenvolvimento de sua construção identitária, apesar de não ter mudado de denominação e embora tenha uma base formada por agricultores, o movimento entendeu ser relevante aproximar-se ou explicitar um suposto viés camponês de seus componentes e da própria organização que começou a ser estruturada<sup>15</sup>.

Essa dinâmica reforça a tese, apresentada por Delma Pessanha Neves (1985), de que a diferenciação social não é exterior a um determinado agente social, que seria passivo a esse processo. Na verdade, esse ator social é protagonista de tal processo por meio, por exemplo, de sua luta no campo político.

Tal postura permite compreender e construir o jogo de forças sociais em que os produtores agrícolas são agentes, os deslocamentos que criam e devem se adequar, considerando as representações e as práticas sociais. Dessa perspectiva, a conjuntura não é um quadro de forças sociais que se impõe, mas construída a partir dos agentes em suas relações reais e não supostas. (NEVES, 1985, p. 238)

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em: 12 out. 2009.

<sup>15</sup> Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a categoria intrínseca ao MST é a de agricultor. Ainda assim, por perceber ser estratégica ao movimento essa tentativa de se posicionar como um representante do campesinato, em vários momentos, tal perspectiva é adotada ao longo do trabalho.

Ao longo dos debates desenvolvidos nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, que contou com aproximadamente oitenta trabalhadores rurais de doze estados brasileiros, ficou acertado que a ocupação de terras era fundamental e legítima. Essa foi uma das mais marcantes deliberações desse encontro, pois daria o norte para atuação política do movimento que acabava de ser criado para lutar pela reforma agrária. Todavia, os próprios militantes garantem que a gênese do MST não é assim tão facilmente identificável.

Mas seria injusto dizer que começamos ali. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas<sup>16</sup>.

Conforme Neto (1999), o movimento popular que mais influenciou o MST foi o das Ligas Camponesas que atuou no Nordeste brasileiro nos anos 1950 e 1960. Contudo, segundo este autor, as ocupações de terra que marcaram o surgimento do MST ocorreram no Rio Grande do Sul, após a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975.

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista de terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul, num momento em que aumentava a concentração de terra, e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido a modernização da agricultura e à crise do processo de colonização implementado pelo regime militar. (NETO, 1999, p. 11).

Vale acrescentar que dezenas de padres e bispos alinhados à Teologia da Libertação desempenharam papel essencial na mobilização e formação política dos agricultores nas diversas regiões do País. Articuladores das Comunidades Eclesiais de Base, fundadas na década de 1960, esses padres não se importaram de ser acusados pelos militares de incentivarem o comunismo, quando, por exemplo, arriscavam-se e acolhiam aqueles que tinham coragem de se contrapor à ditadura e por ela eram rotulados de terroristas. Tampouco se intimidavam às denúncias feitas pelos ditadores

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 25 out. 2009.

de que estariam a desobedecer ao Vaticano, quando usavam a homília para denunciar as arbitrariedades do regime militar contra os —terroristas

Esses padres e bispos –vermelhos, que em muitos casos eram espionados e tinham até suas homílias gravadas por agentes da repressão, também ensinaram e praticaram junto com os trabalhadores rurais a mística<sup>17</sup>, hoje um dos principais elementos constitutivos do MST. Conforme Gilmar Mauro, dirigente nacional do MST, disse em entrevista na revista –Lutas Sociais, a história do movimento não tem como ser contada sem abordar essa contribuição da ala progressista da Igreja católica.

A origem do MST conjuga esse ingrediente religioso que é a tal da mística que traz para o cotidiano o sonho do futuro [...] O MST consegue conjugar os ingredientes da mística revolucionária que resgata a experiência nicaraguense, cubana, a própria experiência bolchevique; conjuga isso com as experiências históricas no Brasil, as lutas pela terra, Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, mas também com esse outro lado da Teologia da Libertação que foi muito importante no surgimento do nosso Movimento. E isso evidentemente é o que conforma o MST como uma espécie de síntese. Ele não é igrejeiro. Ele conjuga vários ingredientes, no meu modo de ver, positivos desses amplos processos de aprendizados em diferentes áreas (Lutas Sociais, 2012, p. 28).

Segundo o dirigente, a mística foi a responsável pela construção de valores que conformam a militância do MST, como a entrega, a participação e a solidariedade. De acordo com a análise de Gilmar Mauro, a mística busca o sonho de um futuro mais justo para o presente. –Mas ela tem o sentido político que é o seguinte, e que a agricultura nos ensina: se você quer colher abacate, você tem que plantar abacateiro. [...] Se você quer construir a nova sociedade, você tem que semear aqui e agora os valores da nova sociedade (Lutas Sociais, 2012, p. 28).

A fé na vitória é um dos elementos que explica a disciplina da base do MST. Viver acampado por meses e até anos às margens da estrada ou em uma área ocupada, sofrendo violência simbólica e, em muitos casos, violência física, pressupõe também um preparo psicológico para enfrentar essas situações. Como explicou Sigaud (2000), ao apresentar o resultado de seus estudos sobre ocupações na Zona da Mata pernambucana, os acampamentos são dotados de todo um simbolismo materializado em elementos como a bandeira, hasteada no centro, e os barracos cobertos com lona preta.

Nesse sentido, nessa nova forma social – –forma acampamento (SIGAUD, 2000) – a mística torna-se uma espécie de alimento espiritual que fortalece os

---

<sup>17</sup> A mística, embora já seja abordada nesta parte do trabalho, voltará a ser enfocada de forma mais contextualizada à luta simbólica do MST.

trabalhadores rurais e os mantém ainda mais unidos na certeza de que um dia, seja cedo ou tarde, a justiça social finalmente será conquistada. Visão semelhante é compartilhada por Bogo.

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem o fim de tudo. Mas aos poucos, como se a energia misteriosa tocasse em cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Esta energia que nos anima para seguir em frente é o que chamamos de —mistério! ou de —místico!. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí se está se manifestando a mística (BOGO, 1999, p.126-127).

O sentimento de solidariedade construído com o auxílio dos rituais místicos, de acordo com Bogo (1999), se contrapõe ao individualismo exacerbado, que irá se materializar na construção de ídolos promovida pela mídia. Enquanto esta exalta o empresário de sucesso, dá dicas de como cada um deve crescer profissionalmente, mostra a história do jogador de futebol que viveu na favela e hoje ganha milhões de dólares na Europa, por meio da mística o companheirismo é exaltado, bem como a resistência ao poder instituído e a importância do crescimento conjunto e igualitário de todos do grupo.

Presente desde o cotidiano até os eventos mais importantes do movimento, a mística, contudo, ganha especial significado quando envolve um dos principais símbolos do grupo: o hino do MST.

O ato de cantar o hino do MST, já é místico. Os trabalhadores rompem com a posição estática como é a forma de se cantar o Hino Nacional brasileiro. Os gestos consistem em, colocar-se em posição de sentido, calcanhares juntos, mas mantendo os pés um pouco afastados. Os braços são mantidos estendidos ao longo do corpo e com os punhos fechados como sinal de força e resistência. O punho fechado do braço esquerdo é erguido quando é cantado o estribilho. No cotidiano da luta os símbolos enriquecem as atividades desenvolvidas pela mística. (SANTOS, 2009, p. 9)

Outra característica marcante do MST é sua estruturação em âmbito nacional. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)<sup>18</sup> e o MST foram os únicos movimentos sociais de luta pela reforma agrária que almejaram tal

---

<sup>18</sup> Movimento criado em 1954, durante a 2ª Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo. Tinha marcada atuação nas regiões Sul e Sudeste, mas pretendia estender as lutas camponesas para todo o território nacional. Reivindicava direitos civis e trabalhistas, a previdência e o seguro social, e a reforma agrária. Fonte: site da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/historico.php> Acesso em: 25 out. 2009.

amplitude de organização dos camponeses brasileiros. De acordo com o site do MST<sup>19</sup>, o movimento está presente em todas as regiões do País, distribuído por 24 Estados. Logo após o seu surgimento também iniciaram ações que o levariam a se destacar internacionalmente entre os agentes sociais que lutam pelos camponeses.

Ainda na década de 1980, o MST começou a compor um setor específico para fomentar o intercâmbio com os trabalhadores de países como Cuba e Nicarágua. Conforme disse Gilmar Mauro, à revista Lutas Sociais, o objetivo era aprender e analisar a forma como a luta das organizações camponesas foi estruturada em outros países.

A experiência da revolução cubana, nicaraguense, e depois, mais adiante, toda a experiência acumulada na América Latina, Revolução Mexicana, a tentativa de reforma agrária no Peru, o processo em El Salvador, enfim, as experiências dos anos 1980 foram muito importantes para o nosso movimento (Lutas Sociais, 2012, p. 24).

O aprendizado foi rápido e já no final daquela década o MST atuou de forma marcante na organização de manifestações que fortaleceram o movimento camponês em todo o mundo. O MST participou das primeiras reuniões e ativamente da –Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992)‖, que inicialmente foi pensada pelo movimento indígena da América Latina para contrapor-se às comemorações dos 500 anos do descobrimento, que estavam sendo organizadas pelo governo espanhol. Essa articulação continental foi o embrião de –La Vía Campesina – Via Campesina – e da Coordenadoria Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

No site da CLOC está explícito o papel fundamental desempenhado pelos sem-terra para a criação da entidade de articulação entre 84 organizações sociais que defendem os camponeses, afrodescendentes e indígenas de pelo menos 18 países da América Latina. Ela nasceu em 1994, em Lima, no Peru, ao final de um congresso envolvendo movimentos sociais latinos, que na época enfrentavam as políticas neoliberais implantadas por governos de diversos países do continente.

Si bien la CLOC nace ese año, su caminata arrancó años atrás bajo el impulso de organizaciones no afiliadas internacionalmente que habían coincidido en la necesidad de articular un espacio propio y autónomo. Pero, con la particularidad que ese impulso fue potenciado por la realización de la "Campaña Continental 500 Años de Resistencia Indígena, Negra y Popular" (1989-1992),

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 06 fev. 2016.

convocada por organizaciones campesino-indígenas de la Región Andina y el Movimiento Sin Tierra (MST) del Brasil, que en un momento gravemente adverso para las organizaciones populares no sólo permitió abrir una trinchera de resistencia, sino que además terminó siendo un laboratorio para la formulación de planteamientos políticos y organizativos de cara a los nuevos tiempos<sup>20</sup>.

Uma das principais vitórias da CLOC, que conforme seu site –luta contra o sistema patriarcal e capitalista que destrói a vida de camponeses e das camponesas, foi contribuir para o fracasso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na atualidade, de forma ainda mais consolidada, trabalha em parceria com a Via Campesina Internacional para aproximar ainda mais os movimentos sociais da América Latina, como o MST, e por consequência fortalecer a luta dos camponeses contra o capitalismo. É provável que a ocupação do ciberespaço e a apropriação das novas tecnologias pelo MST e por outros movimentos que participam da CLOC tenham o potencial de impulsionar significativamente a articulação e o planejamento de ações conjuntas.

Lógica semelhante pode passar a operar em escala global e fortalecer as táticas da Via Campesina, que objetivam estreitar os laços e formar redes de cooperação internacional entre os movimentos camponeses. Essa entidade nasce no momento em que, conforme sua análise, o agronegócio amplifica a atuação e objetiva transformar até mesmo os mais longínquos territórios em meras unidades de produção agrícola, que visam apenas obter lucro, sem respeitar o meio ambiente ou os povos dessas regiões.

Entretanto, longe de desaparecer, como previa o debate marxista clássico sobre o avanço do capital na produção agrícola, os camponeses conseguiram resistir à expansão capitalista (VIEIRA, 2008). Para isso, no contexto de maximização da atuação em escala global de empresas que operam sob a lógica do agronegócio<sup>21</sup>, os movimentos sociais são articulados pela Via Campesina e intensificam a luta conjunta contra o inimigo comum, seja no Brasil, na Índia, na África do Sul ou no leste europeu.

Assim, a Via Campesina surge como produto das relações dialéticas produzidas pelo capitalismo, ou seja, é expressão da conflitualidade intrínseca à existência e reprodução das relações capitalistas. Portanto, a Via Campesina tem em sua criação as marcas da exasperação da questão agrária e também da necessidade da articulação de diferentes e diversos movimentos

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/pt/quienes-somos>. Acesso em: 14 nov. 2014.

<sup>21</sup> Os primórdios da atuação sistematizada de empresas transnacionais, que eram incentivadas pelo Estado brasileiro, na produção agrícola remontam, pelo menos, aos anos 1960, com a chamada revolução verde.

camponeses e indígenas na luta contra o capital (RIBEIRO E SOBREIRO FILHO, 2012, p. 4).

Fundada em 1993, em Mons, na Bélgica, por representantes de movimentos sociais sediados em quatro continentes, a Via Campesina logo mostrou sua força na articulação dos agentes sociais das mais diversas culturas e nações. De acordo com seu site, até 2011, a entidade era composta por 164 organizações locais e nacionais. Juntas mobilizavam cerca de 200 milhões de camponeses, espalhados por 73 países da África, América, Ásia e Europa. Em tese, é um movimento pluralista e sem afiliação política ou econômica.

La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza<sup>22</sup>.

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a organização assegura que os camponeses, pequenos pescadores, pastores e povos indígenas, têm condições de produzir alimentos sem uso de agrotóxicos e em escala suficiente para abastecer toda humanidade. As representações desses atores sociais conformam a organização. -La Vía Campesina es un movimiento de masas desde la base cuya vitalidad y legitimidad provienen de organizaciones campesinas a nivel local y nacional<sup>23</sup>l.

No Brasil, conforme Ribeiro e Sobreiro Filho (2012), movimentos de base camponesa compõem a Via Campesina Brasil<sup>24</sup>, que está diretamente vinculada à Via Campesina Internacional. O MST, que esteve na fundação da Via Campesina e representou a América do Sul no Comitê Coordenador Internacional da entidade, foi fundamental para sua consolidação nessa região. Como explica Vieira (2008), durante

<sup>22</sup> Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>. Acesso em: 17 nov. 2014.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>. Acesso em: 17 nov. 2014.

<sup>24</sup> De acordo com o site da Via Campesina, os movimentos brasileiros que compõem a entidade são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Coordenação Nacional da Comunidades Quilombolas (CONAQ). Disponível em <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/los-miembros-mainmenu-71>. Acesso em: 17 nov. 2014.

seus primeiros anos, a Via Campesina praticamente não tinha infraestrutura. Assim, o MST utilizava recursos próprios para articular os movimentos sociais de toda a América do Sul.

O reconhecimento mais marcante da Via Campesina à luta do MST em prol dos camponeses e contra o capitalismo teve como palco a II Conferência da Via Campesina, que aconteceu em Abril de 1996, no México. Enquanto ocorria o evento, no dia 17 de abril, 19 sem-terras foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, em Eldorado dos Carajás. Chocada com tamanha arbitrariedade e selvageria do Estado, a Via Campesina instituiu que o dia 17 de abril, desde então, seria o Dia Internacional da Luta Camponesa, data em que anualmente em todo o mundo seriam lembradas as vítimas da luta pela terra (VIEIRA, 2008).

Outro momento de destaque do MST junto à Via Campesina foi em 2004, quando, junto com outros movimentos sociais camponeses do Brasil, organizou a IV Conferência da Via Campesina. Ela ocorreu em Itaici, no Estado de São Paulo, e contou com cerca de 400 delegados, os quais representavam aproximadamente 76 países.

O comitê organizador teve como principal característica a inclusão de linguagens e processos diferenciados de debate. A utilização de —místicasl, a manifestação cultural espontânea, as palavras de ordem em diferentes línguas, músicas, festas e cerimônias variadas deram o tom do evento (VIEIRA, 2008, p.148).

De acordo com a autora, a mística foi uma das principais estratégias de luta que o MST compartilhou com os movimentos que articulava para compor a Região da América do Sul da Via Campesina. Até hoje, essas práticas ajudam a consolidar o processo de construção identitária dos militantes da Via Campesina. Em contrapartida de tantas contribuições, o MST teve o seu papel de liderança dos camponeses não só do Brasil, mas da América do Sul, ratificado pela entidade que ajudou a construir e dar legitimidade para representar milhões de camponeses do mundo inteiro.

Como explicam os autores Ribeiro e Sobreiro Filho (2012), na luta prática pela terra no Brasil, a Via Campesina atua principalmente na região sul e tem como foco central a ocupação de fazendas de multinacionais. Essa opção talvez denote a habilidade para evitar conflitos com os movimentos sociais brasileiros que fazem parte da entidade, pois estes não priorizam tais ações. Simultaneamente, a Via Campesina Brasil adquire visibilidade ao investir contra esses símbolos do agronegócio e ainda consegue congrega os diversos atores sociais nessa luta contra as empresas mais representativas do capitalismo na produção agrícola. Assim, consegue unificar todos na resistência ao

inimigo comum: o modelo de produção capitalista que invade o campo nos mais diversos países do mundo.

Com o *know-how* de articulador internacional, conquistado ao longo dos primeiros anos de sua trajetória e com o status que possui junto à Via Campesina e a CLOC, o MST continua a investir no diálogo com os movimentos sociais de países da América Latina. As Brigadas Internacionalistas de Solidariedade ilustram bem essa vocação internacional do movimento, a qual talvez seja potencializada com uma ocupação mais eficaz do ciberespaço, que supostamente facilitaria o intercâmbio de informações entre os agentes que constituem cada uma dessas organizações.

Conforme Gilmar Mauro<sup>25</sup>, esse projeto visa a estimular a solidariedade internacional da classe trabalhadora. É uma experiência já vivenciada por países de ideologia socialista como Cuba, que há décadas envia profissionais de saúde para contribuir com programas humanitários ao redor do mundo. Além disso, os militantes também aproveitam a estadia em outros países para trocar conhecimentos e estratégias de combate na guerra para superar o *status quo*.

Agora tem o viés também da formação. Quer dizer, você conhecer outras realidades, você interagir com aquela realidade, você aprender com aquela realidade; hoje temos nossos —filhos! no Haiti contribuindo [também] no Paraguai, no Equador, na Bolívia, na Venezuela, em Cuba, na África. Eu me orgulho muito dessa parte do nosso movimento e acho que nós devemos continuar porque assim a gente forma militantes, intercambiando, repassa experiências que nós acumulamos, não com intuito de dizer a cada país, a cada povo, o que fazer, mas no sentido de interagir permanentemente e aprender e levar a experiência que a gente acumulou (Lutas Sociais, 2012, p. 27).

Ainda no âmbito internacional, o MST também conta com os chamados -Amigos do MST!. São comitês que apoiam e divulgam na Europa as lutas do movimento. Alguns deles promovem eventos ou produzem mercadorias, cuja renda é revertida para financiar, por exemplo, escolas mantidas pelo MST. No blog do comitê francês, um dos que elaboram projetos para ajudar a enviar recursos ao Brasil, a valorização da educação e a admiração pelas práticas pedagógicas implementadas pelos sem-terra está clara logo na *Home Page*: -L'Education change l'Homme, l'Homme change le Monde... Paulo Freire<sup>26</sup>!.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida para a revista -Lutas Sociais!.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://amisdessansterre.blogspot.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2014

Assim como os franceses, outros europeus utilizam a internet para publicizar sua simpatia pelos militantes brasileiros e ajudar a difundir as informações sobre o movimento. Há núcleos semelhantes em países como Itália, França, Espanha e Alemanha, que mantêm páginas atualizadas sobre o MST na internet. Sem atualizações frequentes, há sites construídos por grupos de apoio ao MST na Suécia, Suíça, Holanda e Escócia.

Mais uma vez, as novas tecnologias facilitam a produção de conteúdo sobre a luta dos agricultores brasileiros e ajudam a dar visibilidade ao grupo na comunidade europeia. Caso seja usada de forma estratégica, ela poderá ampliar a troca de informações entre esses amigos e, pelo menos, às lideranças do movimento aqui no Brasil. A consolidação dessas parcerias provavelmente se configura como fundamental para o alargamento das relações e atuação em rede do MST.

Todavia, apesar da luta comum há diversidade e distintas ideologias subjacentes a esses movimentos e até dentro de um mesmo grupo. No caso do MST, essas diferenças já começavam a ser denunciadas nacionalmente pela mídia hegemônica, com o objetivo de enfraquecer a organização. Em junho de 2003, a revista *Veja* estampava em sua capa a imagem de José Rainha. Além de um rápido perfil do militante, a publicação revelava a suposta briga de poder envolvendo a cúpula do MST.

Os adversários de Rainha dizem que, no fundo, seu objetivo é bem menos pomposo do que parece. Metido em uma luta de poder com Gilmar Mauro e João Pedro Stedile, da cúpula do MST, ele estaria simplesmente visando tornar-se o interlocutor mais importante do governo do PT no Movimento dos Sem-Terra<sup>27</sup>.

Quatro anos mais tarde, o MST informou o afastamento de José Rainha do movimento. Entre as causas para a tomada dessa decisão estariam as seguidas desobediências, por parte de José Rainha, às orientações do movimento. Uma dessas questões envolvia o apoio público de Rainha ao governo Lula, enquanto o MST publicamente fazia críticas severas à administração petista.

Numa linha contrária ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), José Rainha Jr., líder do movimento no Pontal do Paranapanema (SP), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve ser tratado como "inimigo" pelos sem-terra. Segundo ele, a "direita" já faz o papel de atacá-lo. "Tenho orgulho do presidente Lula. Como militante do MST eu vou defender o presidente Lula e o seu governo. Ele é nosso aliado e faz o melhor

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://veja.abril.com.br/180603/p\\_072.html](http://veja.abril.com.br/180603/p_072.html). Acesso em: 19 nov. 2014.

governo dos últimos 500 anos", disse Rainha, após encontro com o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário)<sup>28</sup>.

José Rainha continuou a mobilizar os agricultores na luta pela terra. Formou um movimento conhecido como MST da Base, sempre apresentado pela mídia como dissidência do Movimento dos Sem-Terra (MST). Porém, pelo menos até 2011, José Rainha continuava a articular e liderar mobilizações de trabalhadores rurais que garantia contar com a participação de integrantes do MST. Este, no entanto, negava qualquer ligação com as ações comandadas pelo seu ex-dirigente.

As invasões tiveram início há cerca de dez dias e são lideradas pelo militante José Rainha, que denomina a mobilização como "janeiro quente". Segundo ele, cerca de 5.000 famílias ligadas a entidades como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Uniterra e MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) participam das invasões, que chegam a 39 fazendas. Rainha diz que busca uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, para discutir sobre a questão agrária em São Paulo. "O Estado merece uma atenção especial. Temos 8.000 famílias acampadas e terras em que a Justiça já decidiu pela desapropriação", diz. A direção do MST diz que não está envolvida nas ações e que Rainha não faz parte da entidade<sup>29</sup>.

A posição partidária da organização liderada por José Rainha ficou ainda mais clara quando passou a promover ocupações, em 2013, no interior de São Paulo, com o objetivo de protestar contra a prisão de lideranças do PT condenadas pelo Supremo Tribunal Federal, que passaram a cumprir a pena de reclusão em regime fechado. Esse tipo de postura incentivada por José Rainha era criticado pelo MST.

Contudo, ela faz parte do modo de atuar do militante. Mais uma prova disso é a vinculação da imagem do ex-presidente Lula à Frente Nacional de Luta Campo Cidade, que foi criada em 1 de março de 2014, por José Rainha. A página no *Facebook* do novo movimento social tem como foto de perfil Lula usando o boné da organização. Os militantes da organização, que já ganharam espaço na mídia por promoverem ocupações no interior paulista, em uma ação denominada Carnaval Vermelho, lutam por reforma agrária, emprego e menos desigualdade social.

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) também busca associar reforma agrária e demandas sociais urbanas. Foi fundado oficialmente em 21 de agosto

---

<sup>28</sup> Declaração publicada no jornal Folha de São Paulo, em 12 de abril de 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u91106.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2014.

<sup>29</sup> Trecho de notícia publicada no site do jornal O Globo, em 17 de janeiro 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/861998-tres-fazendas-sao-desocupadas-pelos-sem-terra-no-interior-paulista.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2014.

de 1997, em Brasília, com o lema -Luta no campo e na cidade. Socialismo e liberdade. O líder do movimento, Bruno Maranhão, garantiu que não faria concorrência mesquinha ao MST<sup>30</sup>. Na verdade, segundo ele, iria atuar de forma conjunta com os outros movimentos sociais que reivindicam reforma agrária.

Maranhão acha que o novo movimento vai se juntar ao MST e à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) na luta por uma sociedade mais justa. No logotipo do movimento, estão representados os trabalhadores rurais, operários e profissionais da área de serviços. "Os bancários, comerciários e professores também são vítimas do capitalismo, que combatemos", disse Maranhão<sup>31</sup>.

No encontro que marcou a fundação oficial do movimento, cerca de 600 delegados estavam em Brasília representando os sem-terra do Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Minas Gerais e São Paulo. Na época, o movimento já contava com 190 acampamentos nesses sete estados. Manoel Conceição<sup>32</sup>, agricultor e outro dirigente Nacional do MLST, disse que o grupo tem objetivos semelhantes ao MST. Semelhança que ficava ainda mais explícita quando se comparava o lema dos dois movimentos. Enquanto este tem -ocupar, resistir e produzir, aquele criou -ocupar, produzir e organizar para ser feliz.

O ato de maior repercussão midiática do MLST foi ocupar o Congresso Nacional, em junho de 2006, liderado por Bruno Maranhão, que integrava à época a Executiva Nacional do PT. Além de julgar e condenar a ação, a mídia hegemônica destacou que o movimento era uma dissidência do MST. Os dirigentes do MLST, desde sua origem, negavam essa informação. Porém, há notícias de conflitos entre militantes dos dois movimentos.

O MST e o MLST não se "bicam" e já entraram em choque no ano passado, quando ocuparam a mesma fazenda, em Alagoas. Os dois grupos disputaram a invasão da fazenda Riachão, que pertence à falida Usina Agrisa e que estava invadida pelo MLST desde outubro de 2004. Houve um confronto entre 80 famílias do MST e

---

<sup>30</sup> Declaração publicada em notícia divulgada no site da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/21/brasil/31.html>. Acesso em: 19 nov. 2014.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/21/brasil/31.html>. Acesso em: 19 nov. 2014

<sup>32</sup> Declaração publicada em notícia divulgada no site da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/21/brasil/31.html>. Acesso em: 19 nov. 2014.

80 famílias do MLST, que acabou com um sem-terra ferido por um tiro<sup>33</sup>.

Naquele mesmo ano, o MLST chegou a ser recebido pelo presidente Lula, que usou o boné do movimento, no Palácio do Planalto. Em 2005, cerca de 1200 militantes ocuparam o prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília, para protestar contra o contingenciamento de R\$ 2 bilhões que deveriam ser destinados para a reforma agrária. Cada vez mais, ganhava visibilidade e já era considerado o segundo movimento social camponês com o maior número de integrantes. Porém, a ocupação do Congresso Nacional e o fato de ser rotulado como uma dissidência do MST parece ter bloqueado a ascensão do movimento.

Entre outras questões regionais e conjunturais, talvez na tentativa de desconstruir a imagem de movimento dissidente e retomar seu crescimento, o MLST passou a atuar pontualmente de forma conjunta com o MST. Já em 2007, MLST, MST, CPT e Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MLT) planejaram e trabalharam de forma conjunta na ocupação da Fazenda Boa Vista, situada na cidade alagoana de Murici. Eles argumentaram que as terras, de propriedade do senador Renan Calheiros e de seu irmão Olavo Calheiros, deputado federal, foram griladas. Em poucos dias, a Justiça determinou a desocupação da propriedade de 571 hectares e os manifestantes cumpriram a determinação judicial.

Em agosto de 2012, em Alagoas, os quatro movimentos participaram de um protesto juntos e assinaram uma nota conjunta de repúdio à ação da PM de Alagoas. Os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo para liberar o tráfego em uma rodovia estadual, que dá acesso à fábrica da Brasken, que seria inaugurada naquele dia pela presidenta Dilma Rousseff. Os manifestantes resolveram bloqueá-la, pois foram impedidos de seguir pela via até a fábrica onde queriam pedir à presidenta maior agilidade na execução da reforma agrária.

Cerca de um ano mais tarde, na mesma capital, esses quatro movimentos organizaram a –Marcha por Terra e Justiça. Solicitavam um encontro com integrantes dos governos estadual e federal. O objetivo da reunião seria regularizar quatro áreas onde 400 famílias viviam há aproximadamente 12 anos. Depois de ocuparem os jardins

---

<sup>33</sup> Notícia publicada no site da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79289.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2014.

de um shopping que seria inaugurado naquele mesmo dia, eles foram recebidos pelo governo do Estado de Alagoas.

De acordo com dados da Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, até 2005, existiam 71 movimentos sociais envolvidos em conflitos e ocupações de terra no Brasil. No DNA de dezenas deles está a influência do MST, embora muitos disputem visibilidade e financiamentos com o próprio MST e prejudiquem a formação de uma rede mais consistente de movimentos sociais camponeses.

[...] como também surgiu uma infinidade de novos movimentos, baseados na experiência e na forma de organização do MST, e passaram a adotar a ocupação como forma de luta para atacar o latifúndio e o Estado. Muitos, porém passaram a utilizar a luta pela terra para satisfazer interesses políticos particulares. (BOGO, 1999, p. 22)

Bogo (1999) ressalta que essa espécie de fogo amigo não é vantajosa para nenhum movimento social. A disputa entre os agentes sociais por espaço como interlocutor dos trabalhadores rurais gera um problema para ambos. Dá aos representantes do agronegócio a oportunidade de atacá-los e, por consequência, enfraquecê-los mutuamente. -Não se trata de querer disputar espaços, haja vista que neste campo da reforma agrária os espaços são infinitos, principalmente para aqueles que souberem interpretá-los e ocupá-los (BOGO, 1999, p. 22).

Essa percepção é fundamental ainda mais na atualidade, quando esses agentes sociais precisam operar em rede para maximizarem as chances de alcançar o objetivo de superar as desigualdades sociais no campo e na cidade, pois já perceberam que não há como eliminá-la de uma região enquanto perdurar na outra. Em busca de trabalhar nesse sentido, cerca de 30 movimentos, que lutam pelo acesso à terra e demarcação de territórios, reuniram-se em 2012, em Brasília, para traçar estratégias de construção de uma luta unitária.

Eles tentam materializar uma ação coletiva unificada para evitar que um movimento seja jogado contra outro como parte da estratégia de deslegitimá-los. Obviamente, também identificam seus reais inimigos. Entre estes, um dos que detém maior poderio político e econômico, está a União Democrática Ruralista (UDR). O MST conhece bem a entidade, fundada em 1985, com a qual trava disputas desde a Assembleia Constituinte de 1988.

Nessa época, o MST elaborava a estratégia para se tornar o principal representante dos trabalhadores rurais no Brasil. Na tentativa de alcançar o objetivo, anos de planejamento e ações ousadas, viabilizadas em grande parte com a ajuda da sua área de comunicação, foram sendo desenvolvidas a partir das decisões tomadas nos Congressos Nacionais do movimento.

Norteados por mobilizar nacionalmente os trabalhadores para a construção de um novo modelo agrícola e pelo projeto de desenvolvimento nacional baseado na criação de uma sociedade em que a justiça social seja prioridade, o MST participou do movimento das Diretas Já. No ano seguinte, uma reunião com militantes de todo o país foi organizada para traçar as estratégias de atuação do movimento. Esse primeiro Congresso Nacional do MST, em Curitiba, já contou com a participação de 1.500 trabalhadores, que representavam 20 estados e a ocupação de terras foi ratificada como instrumento legítimo de reivindicação.

Porém, não era só por terra que o movimento lutava. Queria contatar e mobilizar pessoas que perderam seus lotes, aquelas sem recursos nem incentivos para produzir, os trabalhadores escravizados em propriedades rurais, enfim, os camponeses explorados de todo o País. O desafio foi construir o sentimento de pertencimento ao MST. De forma inteligente, os militantes usaram a ausência de terra ou condições dignas para permanecer nela como instrumento de construção identitária<sup>34</sup>. –Adotando este nome [sem-terra], o MST construiu outro ponto forte de sua identidade: ele passou a ser identificado pela ausência, o ‘\_não possuir’ era o mais importante’ (PAIERO, 2009, p. 2-3).

Todavia, gradativamente, o MST divulgava com mais intensidade que personalidades e intelectuais nacionais e internacionais também faziam parte, de alguma forma, e apoiavam os sem-terra. Por meio da associação da imagem dessas pessoas ao MST e das reflexões produzidas por elas sobre o movimento, havia a tentativa de demonstrar que, pelo menos simbolicamente, qualquer um, estivesse no campo ou na cidade, poderia ser um militante ou contribuir pontualmente com MST.

Chico Buarque, cantor e compositor; Zack de La Rocha, Tom Morello, Tom Commenford e Brad Wilk, músicos e integrantes do RATM (Rage Against the Machine); Noam Chomsky, intelectual e lingüista; Wagner Moura, Benício Del Toro e Osmar Prado, atores; Dom Pedro Casaldáliga, bispo; André Singer, cientista político; o que essas pessoas têm em comum? Elas apoiam o MST

---

<sup>34</sup> Hall (2003) assegura que as identidades são construídas por meio de discursos, práticas e posições, e estão em constante transformação.

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra). Quando fazemos essa pergunta, estamos pensando na conotação política do discurso e na expressão do pensamento dessas personalidades que tem visibilidade social (capital social). E com o simples ato de dizerem —eu apóio o MST!, estão espacializando a luta pela terra e fortalecendo o território imaterial do campesinato<sup>35</sup>.

Para a construção da auto-imagem do MST, essa associação com pessoas de reconhecido destaque em suas áreas de atuação era fundamental. Foi uma forma de demonstrar para a base que o movimento era realmente legítimo, embora fosse constantemente estigmatizado por alguns setores da sociedade. Era uma demonstração de que segmentos da sociedade acreditam naquela luta, a qual cada agricultor assumia ao resolver morar em uma barraca de lona na beira da estrada ou dentro de uma área ocupada para viabilizar a reforma agrária, e fazem parte dela mesmo não sendo sem-terra.

Várias campanhas foram promovidas pelo MST para resistir ao processo de criminalização do movimento. Uma delas foi o Manifesto em Defesa da Democracia e do MST, lançado em 21 de setembro de 2009. Na ocasião, em menos de 72 horas, mais de duas mil pessoas já tinham assinado o documento, que contou, no dia 23 de setembro daquele ano com as assinaturas de Chico Buarque, Noam Chomsky<sup>36</sup> e Sebastião Salgado. Este já havia ajudado a dar visibilidade ao movimento e, provavelmente, a conquistar o apoio de intelectuais e artistas ao produzir Terra. Neste livro/cd, que tem o prefácio de José Saramago e músicas de Chico Buarque, apresenta a realidade dos acampados e assentados do MST.

Logo em seguida, foi lançada a mobilização –Somos todos Sem Terra!. Ambas as campanhas objetivavam contrapor-se à chamada Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST<sup>37</sup>. Novamente, milhares de pessoas prestaram solidariedade ao MST e declararam publicamente seu apoio aos sem-terra, entre eles estavam Fernando Moraes, Hugo Chavez e Oscar Niemeyer.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/Apoios-ao-MST-demonstram-contradicoes-da-midia-burguesa>. Acesso em: 19 nov. 2009.

<sup>36</sup> Avram Noam Chomsky é uma das principais autoridades mundiais no campo da linguística. É professor no Instituto de Tecnologia de Massachusetts e conhecido por seu ativismo político, chegando a se definir como socialista libertário. Estudioso do MST há anos, ele o qualificou como o —mais importante do mundo!, segundo reportagem publicada pela Carta Maior, em 2003. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Noam-Chomsky-passa-a-tarde-em-assentamento/2/10135>. Acesso em: 19 nov. 2014.

<sup>37</sup> Criada em setembro de 2009, por meio de requerimento apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM/TO), tinha o objetivo de investigar o suposto repasse irregular de recursos públicos ao movimento.

Há campanhas que o movimento cria para ajudar a melhorar sua infraestrutura e, por receber a atenção de seus célebres parceiros, também ajuda a reforçar a auto-imagem dos seus militantes. É o caso do movimento para estimular a doação de livros às escolas do MST. Atrizes como Lucélia Santos, Letícia Sabatela e Camila Pitanga, além de Augusto Boal, doaram livros e gravaram depoimentos, cujos áudios foram disponibilizados na página do movimento<sup>38</sup>, contribuindo para que outras pessoas também doassem e contribuíssem com a organização.

As visitas de personalidades à Escola Nacional Florestan Fernandes, situada em Guararema, a 70 quilômetros de São Pulo, também se notabilizaram por fortalecer a imagem do MST como referência entre os movimentos sociais da América Latina. Em 2012, Stephen Lerner, um dos mentores do movimento *Occupy Wall Street*, deu uma palestra na escola, que já capacitou mais de 16 mil militantes do MST, além de integrantes de movimentos sociais do Brasil, demais Países da América Latina e da África. De acordo com notícia publicada no site do movimento, Stephen Lerner disse que o MST deu sua contribuição ao *Occupy Wall Street*.

Lerner destacou o fato do MST não apenas servir como referência enquanto um movimento organizado, mas que, inclusive, o método utilizado pelo Ocupe Wall Street teve como base a própria forma de luta dos Sem Terra, ao atacarem, por meio da ocupação, o inimigo central. No caso dos norte americanos, a simbologia ficou por conta da rua que melhor representa o sistema financeiro no mundo: Wall Street<sup>39</sup>.

Dessa forma, ao longo dos anos, o processo de mobilização dos camponeses e da sociedade em geral era aprimorado com a intensificação das ações de comunicação do movimento, que ajudaram a estruturar o próprio MST. Ressalta-se a intensificação porque a produção de formas simbólicas para conquistar e mobilizar os militantes sempre foi uma estratégia usada pelos líderes do MST, mesmo antes da sua criação –oficial.

A mídia impressa foi pioneira na difusão de informações e artigos de opinião pertinentes ao universo dos agricultores.

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma publicação mensal do MST voltada, principalmente, para seus militantes. Surgiu antes da fundação oficial do MST e, desde então, tem sido um instrumento de formação e informação para o Movimento e para a sociedade. Com tiragem de 20 mil exemplares, o JST

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/883>. Acesso em: 19 nov. 2014.

<sup>39</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/Criador-do-Ocupe-Wall-Street-ve-no-MST-um-movimento-de-referencia> Acesso em: 19 nov. 2014.

[*Jornal Sem Terra*] procura agregar forças na luta pela Reforma Agrária e por um projeto popular para o Brasil<sup>40</sup>.

Ainda na década de 1980, o jornal teve outros aliados na missão de integrar os militantes. Em 1987, o movimento criou uma bandeira, considerada um de seus maiores símbolos. –Ela está presente nos acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, nas casas dos que têm paixão pelo Movimento<sup>41</sup>||.

Os primeiros frutos da mobilização dos sem-terra começaram a ser colhidos com a promulgação da Constituição de 1988. Após anos de pressão na área rural, embora por meio da Carta Magna a UDR também tenha conseguido transformar várias de suas reivindicações em leis, militantes do movimento conquistaram espaço no Congresso Nacional e ajudaram a aprovar artigos que beneficiaram os camponeses brasileiros. –E com este ímpeto, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social<sup>42</sup>||.

Com conquistas deste porte, o movimento se fortaleceu rapidamente entre os pequenos agricultores brasileiros. Amparado pela base, o MST percebeu que caminhava na direção correta. A estratégia de ocupação de terras foi ratificada no II Congresso Nacional do MST, que ocorreu em Brasília, em 1990, e teve como lema –Ocupar, Resistir e Produzir||.

O setor de comunicação também dava sinais de estar no rumo certo. Afinal, havia sido importantíssimo na construção identitária dos militantes do movimento. Por isso, ganhava mais força e, no início da década de 1990, aceitou outro grande desafio: dar visibilidade ao grupo perante toda a sociedade brasileira.

O MST se especializou em se comunicar com a sociedade a partir da criação de grandes fatos noticiosos. Também foi nessa época que o MST começou, mais intensivamente, a se preocupar em divulgar essas ocupações para a mídia e a preparar lideranças para falar com jornalistas, formou com os sindicatos alianças que permitiram a utilização das estruturas de comunicação já sedimentadas dessas instituições, e, portanto, ampliou o poder de comunicação do Movimento. O MST começou a entender que, embora seja um movimento que se faz no campo, é nas cidades que ele ganha força (PAIERO, 2009, p. 3).

<sup>40</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/assinaturas/jornal>. Acesso em: 25 out. 2009.

<sup>41</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7674>. Acesso em: 25 out. 2009.

<sup>42</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 25 out. 2009.

Agora, a guerra simbólica travada no campo midiático visava a conscientizar os habitantes das capitais para a necessidade da realização da reforma agrária no Brasil. Em 1993, os resultados dessas ações podem ser mensurados com um momento histórico: o presidente da República, Itamar Franco, recebeu integrantes do MST, no Palácio do Planalto. Pela primeira vez na história, a maior autoridade da República dialogou com o movimento, que apresentou várias propostas para viabilizar a reforma agrária.

Com a clara percepção da relevância do momento vivenciado pelo MST, sua direção nacional definiu –Reforma Agrária, uma luta de todos! como lema do terceiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, em Brasília.

Os lemas dos Congressos Nacionais do MST - realizados de cinco em cinco anos - refletem as elaborações coletivas, as lutas e projetos do Movimento. Refletem também o momento pelo qual o nosso país está passando, e a situação da classe trabalhadora camponesa e seus desafios<sup>43</sup>.

O principal desafio do setor de comunicação era evitar que as ocupações desenvolvidas em vários estados brasileiros fossem usadas como gancho para a mídia de informação macular a imagem do movimento. Mas nem mesmo a assessoria de imprensa montada pelo MST conseguiu evitar que as ocupações fossem noticiadas com uma angulação que denotava vandalismo a essa estratégia de luta dos sem-terra. –O inimigo número um das cercas. De salto em salto, o invasor José Rainha ganha espaço político e casa própria<sup>44</sup>. Este foi o início do perfil publicado pela maior revista semanal de informação brasileira sobre um dos principais líderes do MST na época.

Apesar das reportagens depreciativas sobre o movimento e seus integrantes, a quantidade de militantes só aumentava, como evidenciou o número recorde de cinco mil delegados no terceiro Congresso Nacional do MST. Tamanho crescimento teve repercussão direta no cotidiano da área rural no País e a tensão no campo também aumentou. Os latifundiários montaram milícias para intimidar os trabalhadores rurais. A batalha por terra ficou ainda mais acirrada e mortes em massa seriam questão de tempo.

A tragédia anunciada ocorreu em 17 de abril de 1996, no episódio conhecido mundialmente como o massacre de Eldorado dos Carajás. Cerca de três mil militantes do MST resolveram ocupar uma rodovia estadual do Pará. O objetivo da manifestação era viabilizar a desapropriação de um latifúndio improdutivo. A Polícia Militar foi logo

---

<sup>43</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 25 out. 2009.

<sup>44</sup> Veja, 17 de janeiro de 1996, edição 1427, seção perfil – p. 51.

acionada para –restabelecer a ordem e desobstruir a estrada. As negociações para evitar –o uso da força foram ineficazes. A determinação para retirar os trabalhadores da via não tardou. Era a senha para o início do massacre.

O então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), deu a ordem para a Polícia Militar desmobilizar o protesto e liberar a rodovia. 155 policiais irregularmente armados – de acordo com o relatório do Ministério Público – foram acionados para cumprir a ordem. Resultado: pelo menos 19 integrantes do MST foram assassinados e nenhum policial ficou gravemente ferido (AZEVEDO, 2008, p. 15).

As cenas da chacina, que foi flagrada por uma equipe de televisão da –mídia burguesa, indignaram o País. Com o objetivo de desobstruir uma rodovia, policiais militares do Estado do Pará metralharam os manifestantes. Atiraram para o meio da multidão que também era composta por idosos, mulheres e crianças. As cenas de terror foram exibidas em diversos Países do mundo. A comunidade internacional ficou chocada com a arbitrariedade das autoridades brasileiras. Nem mesmo a mídia hegemônica nacional teve coragem de ignorar o fato.

O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no Sul de seu estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos. Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre<sup>45</sup>.

No campo simbólico, a ação da polícia militar paraense virou gancho para a imprensa humanizar os integrantes do MST. Com a nova conjuntura, até mesmo setores da classe média das metrópoles deram atenção às reivindicações do movimento e começaram a ter simpatia por seus integrantes. –Nessa época, o MST já era conhecido, já recebia apoio de vários segmentos da sociedade, mas o destaque, que ele obteve com o Massacre, foi fundamental para que sua imagem fosse apresentada a boa parte do público (PAIERO, 2009, p. 4).

Uma parcela significativa da população brasileira conheceu o movimento por meio de uma campeã de audiência naquele ano de 1996: a novela *Rei do Gado*. Apesar de a trama tentar estereotipar os militantes e ações do movimento, os atores que interpretavam os sem-terra conseguiram conquistar uma boa parcela dos brasileiros para a causa da reforma agrária. A novela, exibida em horário nobre, de 17 de junho de 1996

---

<sup>45</sup> Veja, 24 de abril de 1996, edição 1441, seção Brasil – p. 34.

a 14 de fevereiro de 1997, certamente ajudou a agendar o debate sobre a questão agrária na sociedade.

Pouco mais de dois meses após o fim da telenovela, outro evento midiático manteve o MST como prioridade na agenda midiática. Cerca de cem mil militantes de vários estados brasileiros, segundo o MST, caminharam centenas de quilômetros, durante meses, até Brasília. A chegada, à Capital do Brasil, foi exatamente em 17 de abril de 1997, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás. Conhecida como Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária, a manifestação foi uma das principais demonstrações de força e organização do movimento, que queria uma audiência com o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Vilma Aguiar (2000), que fez uma resenha do livro –A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um Estudo sobre a Fabricação do Sociall, da antropóloga Christine Chaves, a obra oferece um retrato vivo dessa ímpar experiência política e social. A publicação revela a tensão inerente ao cotidiano dos manifestantes e como a música foi usada, em alguns momentos, para diminuir os conflitos internos, podendo ser interpretada nesse caso como um instrumento de manipulação da massa.

Aguiar (2000) ressalta que a autora conseguiu demonstrar como a marcha construiu uma nova realidade social e resignificou as trocas sociais entre MST, sociedade em geral e o Estado.

Assim, poderíamos dizer que o MST busca exatamente uma redefinição do espaço político: não apenas por incluir a *justiça social* como instância superior de legitimidade, mas também por buscar um modo de acesso à arena pública que contorna os princípios constituídos da representatividade política. Ao analisar, portanto, os elementos mobilizados pelo MST para se fazer interlocutor do governo e catalisador do descontentamento de amplos setores da sociedade brasileira, o livro nos permite compreender um pouco melhor tanto os mecanismos de legitimação dos atores políticos não tradicionais quanto o modo de funcionamento dos movimentos sociais<sup>46</sup>

Para fazer uma etnografia da marcha, Christine Chaves passou os primeiros e os últimos 15 dias da caminhada ao lado dos sem-terra. De acordo com sua análise, a marcha –representou uma espécie de síntese dos elementos constitutivos do MST e também de seus desafios: a construção de uma identidade e de uma sociabilidade

---

<sup>46</sup> Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-4478200000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4478200000200012)  
Acesso em: 20 nov. 2014.

própria e, ao mesmo tempo, de um poder político eficaz (CHAVES *apud* AGUIAR, 2000).

O setor de comunicação do MST foi fundamental para dar visibilidade a essa manifestação. Praticamente tudo foi preparado para persuadir a cobertura jornalística do evento.

Nesse caso, a espetacularização dos atos sociais funciona como instrumento de inclusão de novos sujeitos e novos dilemas — a proposição de uma "agenda" política alternativa. E isso se faz necessário na medida em que o principal capital do MST é simbólico: a capacidade de politizar a discussão sobre a propriedade e mobilizar a sociedade contra a injustiça da exclusão. Por isso se entende tanto a ampliação de seu discurso, ao transformar a luta pela terra em uma luta *de todos*, quanto do próprio escopo da reforma agrária reivindicada — que não é pensada como mera distribuição de terras, mas um programa completo de reforma e desenvolvimento nacional (CHAVES *apud* AGUIAR, 2000).

Estrategicamente, a informação de que dezenas de milhares de militantes realizariam uma caminhada até Brasília —vazou para a imprensa. A partir de então, as emissoras e empresas jornalísticas começaram a divulgar os preparativos da marcha e planejaram a cobertura.

O aquecimento oficial para a Marcha na imprensa começou cerca de um mês antes do início da saída dos grupos de sem-terra, pois o MST fez um amplo trabalho de divulgação, informando à imprensa trajetos, calendário da Marcha, detalhes da preparação. Os jornais dedicaram atenção especial ao período de organização do evento (PAIERO, 2009, p. 5).

Os veículos de âmbito nacional acompanharam momentos-chave da manifestação, como, por exemplo, o início da caminhada dos militantes do MST e demais movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária. A angulação das reportagens costumava ser positiva.

Dispostos a montar acampamento em Brasília no aniversário da chacina de 19 lavradores que ocorreu em Eldorado dos Carajás, Sul do Pará, no dia 17 de abril de 1996, mais de mil integrantes do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) põem o pé na estrada segunda-feira, em caravanas que sairão de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Além de cobrar punição para mandantes e executores da matança, os sem-terra prometem semear comícios pela reforma agrária nas cidades por onde passarão<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po15021.htm>. Acesso em: 25 out. 2009.

Ao longo da reportagem, o roteiro da marcha é informado, bem como os motivos da sua realização. João Pedro Stédile e o então líder José Rainha têm citações publicadas. Até os cuidados com a saúde dos militantes são informados, ressaltando que pessoas com menos de 12 anos e mais de 50 não iriam participar da jornada, pois podiam ter alguma enfermidade ocasionada pelo sol. A notícia ainda teve o cuidado de comparar a caminhada com a Coluna Prestes.

Por onde passavam, os militantes do MST viravam notícias. Foram dezenas de entrevistas para rádios e jornais de cidades do interior de diversos estados de várias regiões brasileiras. Além das explicações sobre a marcha, o espaço era aproveitado para lembrar o surgimento do MST e suas outras reivindicações, como justiça social e educação pública e de qualidade.

Principalmente a população das pequenas cidades saudava os homens que resolveram percorrer o Brasil, compondo três frentes distintas. Elas se encontrariam na capital do País, local em que a sonhada reforma agrária poderia ser assegurada. Nem mesmo a mídia convencional anulou o sentimento que uma parcela significativa da sociedade brasileira tinha pelo MST naquele momento, embora quando se referia ao grupo usava expressões que remetiam à violência.

A chamada –Governo sitiado: Sem-terra conquista classe média e FHC enfrenta a oposição das ruas, da edição 1438, da revista *Isto É*, publicada em 23 de abril de 1997, resume a relação da mídia com a marcha. Não havia como deixar de divulgar a manifestação, que acabou sendo agendada pela própria imprensa para a sociedade durante semanas.

A saga dos sem-terra rumo à Brasília pôde ser acompanhada em capítulos, como uma novela. Isso aconteceu em particular na mídia impressa, já que vários jornais, entre eles, a Folha de S.Paulo, enviaram repórteres para acompanhar o dia-a-dia dos participantes da Marcha. A cobertura da Marcha a Brasília pelo jornalismo impresso trazia a narração das condições diárias enfrentadas pelos sem-terra e a descrição de sua força de vontade os transformou em verdadeiros heróis humanizados. (PAIERO, 2009, p. 7).

O Observatório da Imprensa, portal especializado em analisar e avaliar a cobertura da mídia, também percebeu o amplo espaço editorial destinado para noticiar a passeata. Ao ler a opinião do jornalista Alberto Dines sobre o episódio, provavelmente fica claro o quanto a tática do movimento foi acertada. Ela não permitiu que a mídia ignorasse a ação. Considerada por Dines como –fenômeno político mais importante dos últimos anos.

Jornais e revistas, que tentaram macular a manifestação, mesmo que em momentos pontuais da cobertura, foram criticados e vivenciaram o risco de perder credibilidade.

Mas a chamada de capa - "A Marcha dos Radicais" - nada tem a ver com o tom sereno da esmerada matéria. Estes artifícios de edição [da revista Veja] para contentar as duas facções não servem à credibilidade da instituição jornalística. Ou os sem-terra estão seriamente empenhados em resolver o problema intocado da reforma agrária ou são radicais e baderneiros. A capa sugere esta hipótese mas nas páginas internas mostra-se algo diferente<sup>48</sup>.

Ficou evidente que o setor de comunicação do MST saiu vitorioso nessa batalha específica da guerra simbólica. Nem mesmo a revista Veja, apontada pelos militantes como um dos periódicos jornalísticos que mais distorcem as informações sobre o movimento, conseguiu driblar o agendamento midiático efetuado pela área de comunicação do movimento. E, quando tentou construir um caráter radical para a jornada, foi criticada publicamente por um dos jornalistas mais respeitados do país.

Consciente da necessidade de manter a visibilidade do movimento, o setor de comunicação continuou a procurar pautar a mídia. Nesse sentido, o mês de abril tornou-se referência. Segundo a Coordenadoria Nacional do Movimento, o período não foi escolhido apenas por conta do massacre de Eldorado dos Carajás, sendo, na verdade, historicamente um momento de luta dos camponeses, pois é a época de colheita e preparo da terra para a próxima safra (VARGAS, 2006, p. 45).

No IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, o primeiro semestre foi oficializado como época de organizar a jornada de lutas com demais movimentos sociais camponeses, tendo como referência o dia 17 de abril. As diversas manifestações desenvolvidas nesse mês passaram a ser noticiadas pela imprensa, que apelidou as ações de -Abril Vermelho. Mais uma tentativa de estigmatizar a imagem do MST. -O uso de expressões tais como \_Abril Vermelho' e \_Setembro Negro' para identificar as lutas por reforma agrária reforçam associações negativas à imagem dos sem-terra e à sua luta<sup>49</sup>.

O setor de comunicação criou várias táticas para evitar que a imagem do MST seja desgastada. Instrumentos de assessoria de imprensa são usados para monitorar a mídia convencional. Por meio do *clipping*, acompanhamento do material jornalístico

---

<sup>48</sup> Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir2004.htm#cir02>. Acesso em: 26 out. 2009.

<sup>49</sup> Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=455FDS008>. Acesso em: 26 out. 2009.

veiculado nos principais meios de comunicação do País, os assessores de imprensa preparam notas à imprensa para tentar corrigir reportagens imprecisas e contribuem na definição e difusão dos posicionamentos do movimento sobre questões como, por exemplo, a política agrária do governo brasileiro.

Apesar de não subestimar a importância de estar presente na mídia convencional e usar ferramentas para promover o movimento junto à mídia hegemônica, o MST também investiu na construção de um sistema de comunicação próprio. Ambos têm o desafio de atender a demanda do movimento que, após 30 anos de lutas, conforme revelaram os debates preparativos ao 6º Congresso Nacional, tenta se reinventar para continuar a representar os camponeses brasileiros.

Durante o momento de preparação para o grande encontro dos sem-terra, ficou claro que a mobilização camponesa, a conquista de novos militantes e a celebração das alianças com os movimentos sociais urbanos pressupõem o uso estratégico da comunicação. Por isso, o fortalecimento da imprensa alternativa do MST é imprescindível.

Para essa socialização e para fazer propaganda dos avanços da Reforma Agrária Popular, devemos potencializar a imprensa alternativa: *Jornal Brasil de Fato*, *Jornal Sem Terra*, rádios comunitárias, etc. Também as escolas, os institutos e as universidades dispostos a debater esses temas. Nossa tarefa principal é realizar lutas conjuntas para construir uma nova correlação de forças nesse embate de projetos<sup>50</sup>.

Em um momento histórico que leva à reflexão sobre três décadas de lutas dos sem-terra, no qual erros e acertos do grupo são debatidos, o futuro do movimento parece continuar a ter a comunicação como elemento fundamental de sua estruturação e luta por reconhecimento.

## **1.2 – Constituição dos movimentos sociais**

Nas já históricas manifestações de junho de 2013, milhões de brasileiros foram às ruas das principais capitais e de diversas cidades de médio porte do interior do País. Em comum, além da diversidade de bandeiras e reivindicações, o cuidado de não deixar atrelar a imagem de partidos políticos às mobilizações populares. Aliás, milhares

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/congresso6/Reinventar-o-MST-para-continuar-sendo-o-MST>  
Acesso em: 08 mar. 2014.

reivindicavam uma reforma política imediata. É provável que muitos dos manifestantes queiram fazer política, mas não por meio das tradicionais siglas partidárias.

Como alternativa para quem quer atuar de forma organizada e eficaz no jogo político, os movimentos sociais conseguem conquistar adeptos e, por meio deles, demonstram ter condições de influenciar e pressionar o estado a atender as mais diversas demandas. Neste tópico, será apresentada a revisão bibliográfica referente aos movimentos sociais. Essa questão já havia sido abordada na nossa dissertação. Aqui ela será atualizada e enriquecida com novos dados e com base no pensamento de outros autores, que são essenciais para a construção do referencial teórico desta pesquisa.

De forma organizada e diuturna, os movimentos sociais pressionam o estado a atender suas demandas e, em tese, seguir rumo à superação da desigualdade social. São agentes sociais como o MST, que voltou a mostrar sua força para todo o País ao completar 30 anos de luta. Afinal, já fazia um tempo significativo que os sem-terra tinham realizado uma manifestação de tamanha envergadura: reunir 15 mil pessoas, conforme dados da Polícia Militar, para marcharem pelas principais avenidas da Capital Federal e ocupar a simbólica Praça dos Três Poderes.

Em uma quarta-feira, dia 12 de fevereiro de 2014, o MST conseguiu tal feito e, no dia seguinte, seus líderes foram recebidos pela presidenta da República, Dilma Rousseff. Apesar de ser reconhecido, por razões políticas, pela Presidência da República, como um ator político legítimo, há segmentos da sociedade que, pelo mesmo motivo, não o consideram um movimento social. É o caso, por exemplo, da UDR. Na concepção dessa entidade, o MST é um caso de polícia. Ou seja, as táticas de luta dos sem-terra são transformadas em crimes.

Em qualquer caso, muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância – em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência (SCOTT, 2002, p.30).

Nesse caso específico, a suposta ilegitimidade também é consequência dos interesses econômicos de alguns setores sociais. Isso porque, conforme Gohn (2007), até mesmo o senso comum percebe um movimento social como um grupo de pessoas que luta por algum bem, seja ele material ou simbólico. De acordo com essa visão, seria um grupo homogêneo, sem diferenças e lutas internas por poder, por exemplo.

No âmbito teórico, essas idiosincrasias e outras fragilidades da observação do senso comum são evidenciadas e inúmeras interpretações podem ser construídas sobre

os movimentos sociais. Ainda segundo a pesquisadora, a multiplicidade de enfoques referentes aos movimentos sociais dificulta a elaboração de teorias consistentes sobre esses grupos.

As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais (GOHN, 2007, p. 243).

De acordo com Gohn (2008), para facilitar a compreensão dos movimentos sociais, eles podem ser classificados conforme suas demandas, formatos organizativos e campo de atuação. É claro que essa divisão é simplesmente esquemática com o objetivo de facilitar os procedimentos analíticos desses atores sociais, já que na prática essas subdivisões, em alguns casos, não dão conta de explicar as ações de movimentos sociais que operam em mais de uma frente de atuação.

É o caso do MST. Ele, conforme a definição proposta por Gohn (2008), possui características dos movimentos que lutam por melhorar a condição de vida e de trabalho, seja no meio urbano ou rural. Simultaneamente, apresenta elementos dos chamados movimentos globais ou globalizantes. –Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio! (GOHN, 2008, p. 440).

Sem dúvidas, as novas práticas de sociabilidade, que são desenvolvidas junto com o ciberespaço ou a partir do surgimento desse novo espaço social, tornam ainda mais complexas as análises desses sujeitos sociais coletivos. Estes têm suas formas de organização e amplitude de ações reestruturadas, pois, entre outros fatores, as habituais noções de territorialidades são superadas pelas interações sociais desenvolvidas via internet.

Ao fazer uma breve reflexão sobre o panorama dos movimentos sociais na América Latina neste novo século, Gohn (2008) expõe o conjunto de paradigmas interpretativos vigentes para viabilizar a compreensão das lógicas que subjazem as práticas desses atores sociais. A autora ressalta que não há apenas uma teoria dos movimentos sociais, mas várias e pontua os principais eixos analíticos dessas teorias.

Nesta pesquisa, será seguido o eixo analítico assim apresentado por Gohn:

Teorias focadas no eixo da justiça social, que destacam as questões do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades, etc.) e as questões da redistribuição (de bens ou direitos, como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas). As teorias críticas, herdeiras da Escola de Frankfurt, dão sustentação a essas abordagens. São exemplos os trabalhos de Axel Honneth e Nancy Fraser (Sobotka; Saavedra, 2008). (GOHN, 2008, p. 443)

Contudo, não serão descartadas as contribuições de outros autores que ajudem a compreender o objeto de estudo, mesmo que em tese não estejam entre os autores que compõem o paradigma teórico básico a ser seguido na análise dos movimentos sociais. Agora, é pertinente começar a articular as ideias dos principais autores que buscaram construir conceitos com o objetivo de explicar o que vem a ser esse sujeito social coletivo.

Conforme Touraine (1996), movimentos sociais são “[...] ações coletivas que visam modificar o modo de utilização social de recursos importantes em nome de orientações culturais aceitas na sociedade considerada.” (Touraine, 1996, p. 84). Ainda segundo o sociólogo, outro elemento constitutivo dessas organizações é a elaboração de um programa político. Na concepção do autor, os movimentos sociais buscam soluções para questões específicas e de natureza universal.

Por outro lado, só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos. (TOURAINÉ, 1996, p. 85).

Para Honneth, segundo Nobre (2003), conflitos constituem-se como a base da interação social, cuja gramática é a luta por reconhecimento. Nesse sentido, Honneth (2003) acredita ser pertinente partir dos conflitos e de suas configurações sociais e institucionais para, a partir daí, buscar suas lógicas. Em semelhante linha de raciocínio, ao problematizar de onde vêm e como são formados, Castells (2013) garante que suas origens estão indelevelmente fincadas na injustiça fundamental das sociedades, a qual é incessantemente confrontada pelas aspirações humanas de justiça.

Na concepção de Castells, a gênese desses atores sociais tem como questão-chave entender a motivação que leva uma ou várias pessoas ignorarem os riscos de sanções e desenvolverem redes que vão progredindo de forma geométrica e em cuja base está um processo de comunicação a fomentar a ação coletiva.

[...] como essas redes negociam a diversidade de interesses e valores presentes em cada uma delas para se concentrar num conjunto de objetivos comuns; como essas redes se relacionam com a sociedade em geral e com muitos outros indivíduos; e como e por que essa conexão funciona em grande número de casos, estimulando indivíduos a ampliar as redes formadas na resistência à dominação e a se envolver num ataque multimodal a uma ordem injusta (CASTELLS, 2013, p. 22).

Gohn (2008) ressalta que, assim como no caso das teorias sobre movimentos sociais, existem diversas linhas teóricas que enfocam a ideia de rede. Ela considera que, embora semelhantes, acionam sentidos diversos seguindo a teoria ou paradigma que as articulam. –Assim, temos: circulação, fluxo, troca, intercâmbio de informações, compartilhamento, intensidade, extensão, colaboração, aprendizagem, inovações, diversidade de articulação, pluralismo organizacional, ação direta, institucionalidade [...] (GOHN, 2008, p. 447).

Por isso, conforme a autora, rede pode ser percebida como um suporte ou ferramenta dos movimentos sociais. Nesta pesquisa, essa perspectiva será tomada como válida para a análise das ações desenvolvidas pelo MST na tentativa de integrar diversos atores sociais, sejam eles urbanos ou do campo, na luta pela reforma agrária e construção de uma sociedade estruturada pela justiça social. É importante demarcar o acerto da análise de Gohn ao afirmar que Castells foi o responsável por inscrever a rede como ferramenta metodológica contemporânea. A partir desse pressuposto, ele trabalha as dinâmicas sociais do mundo globalizado com olhar inovador, ao conceber a própria sociedade global como uma rede.

A complexa sociedade em rede (CASTELLS, 1999) contribui para a resignificação de conflitos, que ganham novas temáticas, se hibridizam e complementam-se mutuamente. As mudanças na geopolítica internacional principalmente na década de 1980 e a consolidação da globalização nortearam o surgimento de novas demandas para os movimentos sociais. Questões étnicas, ambientais e de gênero são algumas das causas defendidas por milhares de pessoas que compõem os novos movimentos sociais.

De acordo com Vizer (2007), a –idéia-força de emancipação social coletiva, que embasava as ações dos movimentos sociais, foi abatida pelas armas e, sobretudo, pela crise do –socialismo real. Mas novas –idéias-forças surgiram junto com ~~ess~~ novas mobilizações sociais, que buscam integração e reconhecimento dentro da sociedade. –[...] não buscam apossar-se do Estado por assalto, nem confiam nas

estruturas institucionalizadas, ou nos políticos e nos funcionários que pretendem seduzi-los com promessas descumpridas (VIZER, 2007, p 30-31).

No entendimento de Gohn (2007), a –idéia-força é considerada –força social e consiste em uma categoria fundamental para compreender o conceito de movimento social. –O conjunto desses fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social (GOHN, 2007, p. 250).

Na tentativa de construir o conceito de movimento social, conforme Gohn (2007), a categoria luta social também será essencial. Afinal, a existência dos movimentos sociais em vários setores da sociedade será explicada por conta da luta social dos homens pela garantia de direitos ou privilégios, pela manutenção das leis ou por mudanças na legislação. Uma das características básicas dos movimentos sociais, de acordo com Gohn (2007), é sempre atuarem em áreas de conflito.

Historicamente, sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais; mas encontramos também lutas e movimentos nos setores dominantes, esses também em busca de construção de sua historicidade. Muitas dessas lutas se desenvolveram entre segmentos das próprias elites, outras foram das elites contra setores subordinados (GOHN, 2007, p. 250).

Porém, a própria autora ressalta que a união em torno de uma determinada demanda é apenas uma das características do movimento social. A unicidade de objetivos em comum dos seus membros é fundamental para a constituição do movimento social, bem como o desenvolvimento de práticas e dispositivos instrumentais de ação coletiva com o objetivo de transformar as relações e as práticas institucionalizadas de poder.

É nesse momento, conforme Castells (2013), que a comunicação emerge como estruturante da ação coletiva. Ele argumenta que historicamente os dispositivos de comunicação são essenciais para a criação e organização dos movimentos sociais. Essa centralidade do processo comunicativo é percebida no MST, que desde seus primórdios utiliza a comunicação para mobilizar militantes, construir sua autoimagem e lutar por reconhecimento perante toda a sociedade.

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a

organização e mais participativo o movimento (CASTELLS, 2013, p. 24)

Em um momento no qual o MST procura encontrar caminhos para se reestruturar, é fundamental perceber como as novas tecnologias podem contribuir para torná-lo mais aberto às contribuições da sociedade em geral, bem como permitir uma maior participação de suas bases na proposição de temáticas para debates internos. Talvez, ao ocupar e usar o ciberespaço de forma estratégica e em consonância com suas ações de comunicação off-line, o movimento têm chances de aumentar sua eficácia na tentativa de se articular com os demais atores que lutam por uma nova sociedade.

Isso porque, dessa forma, passaria a se reestruturar seguindo as especificidades das redes digitais, que reconfiguram diversas dimensões dos processos de sociabilidade principalmente desde o início do novo milênio. Tais redes digitais contribuem para a reordenação das trocas comunicativas, são multimodais, proporcionam uma maior horizontalidade na comunicação, tornam as plataformas de comunicação mais autônomas, interativas e baratas, são reprogramáveis e, enfim, têm o potencial de ajudar a redirecionar a trajetória da civilização e oferecer o suporte necessário para a construção de uma sociedade mais humana.

Para alcançar tal objetivo, os usos e apropriações dessa tecnologia pelos movimentos sociais são fundamentais ante a sua instrumentalização como mecanismo de legitimação e reprodução do *status quo*. Assim, uma maior inserção no ciberespaço articulada com as ações off-line seria um dos grandes desafios enfrentados pelo MST, após 30 anos de luta. Embora haja restrições do acesso às novas tecnologias pela sua base, já que a maior parcela da população conectada à internet mora nas cidades, os sem-terra parecem trabalhar para se adequar à nova realidade vivenciada, por exemplo, pelos movimentos sociais urbanos, com os quais pretende atuar de forma conjunta.

Segundo Vizer (2007), na América Latina, as bandeiras mais defendidas pelos movimentos sociais são terra, teto e trabalho. Todavia, segundo Gohn (2008), os movimentos sociais voltam a ser centrais não simplesmente pelas suas temáticas, mas pela forma como as mais distintas bandeiras, que crescem exponencialmente nos últimos anos, ideologias e valores são articulados. Só assim, esses atores sociais conseguem formar redes de sociabilidade e de mútuo fortalecimento.

O tema dos movimentos sociais retoma um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do movimento antiglobalização, de uma nova perspectiva: como movimento global que rompe as barreiras das nações e se torna não

apenas internacional, mas transnacional. A ênfase está nas redes que constroem e os projetos sociais que se inserem; os fóruns que realizam são seus momentos principais de visibilidade (Della Porta, 2007; Farro, 2003; Gohn, 2005, 2007b, 2008b; MacDonald, 2006; Tarrow, 2005) (GOHN, 2008, p. 442).

É essencial perceber que a conceituação dos movimentos sociais só pode ser realizada, caso se leve em conta o contexto político, histórico, econômico e social em que eles se desenrolam, sob a pena de tentarmos adequar explicações teóricas a realidades múltiplas e complexas. Assim, a natureza dos movimentos sociais nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, ao longo dos tempos, é diferenciada, porque fatores específicos marcaram o surgimento dos movimentos sociais nestes lugares. Agora, a questão fica ainda mais complexa, pois apesar das diferenças eles operam em busca de suas interseções, são configurados por valores locais e globais simultaneamente.

Contudo, independente da localização geográfica, eles jamais institucionalizam suas ações nem mesmo o próprio movimento. Conforme Gohn (2007), os militantes contam com a ajuda de organizações dos mais diversos setores da sociedade para a execução de seus projetos. Igreja, Organizações Não Governamentais, partidos políticos e até empresas, entre outras instituições, podem firmar parcerias com os movimentos sociais. Entretanto, parceria não pode ser dissimulação para se subordinar a outros atores sociais.

A autora concorda com o resultado da pesquisa elaborada por Mirza (2006) que revela a falta de autonomia perante os partidos políticos como um problema-chave a ser solucionado pelos sujeitos sociais coletivos (GOHN, 2008). Isso prejudica o fortalecimento dos movimentos sociais. No caso do MST, Gohn destaca nesse sentido as relações que o movimento mantém com o Partido dos Trabalhadores (PT). Ligações que, mesmo se não denotassem dependência econômica e/ou política, são por si só alvo de críticas pelos inimigos do movimento e até por seus aliados.

Outra questão central para a compreensão dos movimentos sociais é perceber o cenário de instabilidade em que historicamente são gestados e desenvolvem suas ações.

Os movimentos sociais representam uma forma específica e historicamente diferenciada de organização social, surgida nos fins do século XIX, como manifestação de setores sociais fundamentalmente urbanos que cobraram consciência de ser encontrados sujeitos em condições de vida não só injustas ou

restritivas, mas, além disso, compartilhadas por um setor ou grupo social identificável e identificado (VIZER, 2007, p. 45).

Agir de forma estratégica será imprescindível para os movimentos sociais vencerem a luta social na qual se encontram. Conforme Gohn (2007), que efetua a análise desses grupos no campo da política, os movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais.

Com base em todas essas características Gohn (2007) construiu o seguinte conceito:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 2007, p. 251).

No intuito de vencer as lutas em que estão envolvidos, os movimentos sociais pretendem adquirir visibilidade pública e utilizá-la como estratégia política para sua maior inserção na sociedade. As bandeiras defendidas por esses grupos deixam a esfera privada, os nichos estereotipados, os guetos das metrópoles, os locais mais afastados dos grandes centros urbanos e, assim como as últimas políticas públicas criadas pelo Executivo ou as leis aprovadas pelo Legislativo, tornam-se públicas.

Com esse objetivo comum, agentes de matizes distintas passam a operar em parceria e formam redes de movimentos sociais.

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura, ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regra sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante (CASTELLS, 2013, p. 25).

Elas abordam questões constitutivas da própria sociedade e, por isso, buscam conquistar a empatia dos mais diversos atores sociais. Como os novos movimentos

sociais, o MST pretende adquirir visibilidade pública e reconhecimento, pois sabe que eles constituem dimensão essencial para a vitória na luta pela reforma agrária e, acima de tudo, por justiça social. Para atingir tal objetivo, o MST também se articula em rede. “Outros, ainda, articulam-se em redes compostas de movimentos sociais globais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil) e a Via Campesinal (GOHN, 2008, p. 441).

Hoje, o movimento luta pela Reforma Agrária Popular, a qual seria a base para a resolução de vários problemas estruturais da sociedade brasileira. Essa foi uma das principais questões debatidas no VI Congresso Nacional do MST, maior instância de decisão do movimento, ocorrido de 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília. O evento reuniu mais de 16 mil camponeses de 23 estados brasileiros, além de contar com 250 convidados internacionais. Em entrevista para o portal do MST, Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST, fez a seguinte análise do evento:

Podemos destacar três elementos cruciais desse momento após dois anos de debate e preparação com o conjunto do MST para realizarmos esse congresso. Primeiro a comemoração dos 30 anos do MST, que concretizamos pela mística da luta em duas grandes mobilizações: a ocupação do MEC com 750 Sem Terrinhas, quando lutaram contra o fechamento das Escolas do Campo e por melhores condições na Educação do Campo; e a Marcha pela Reforma Agrária Popular, com 16 mil Sem Terra nas ruas de Brasília. Também passamos por uma avaliação sobre as construções do MST ao longo desses 30 anos, e aprofundamos nossa discussão sobre os principais inimigos do campesinato: o agronegócio, as transnacionais e o latifúndio. Nessa mesma linha, refletimos sobre nossa capacidade de pautarmos a Reforma Agrária na sociedade. O resultado desse processo é a consolidação do debate sobre a Reforma Agrária Popular. O que estamos propondo é mais do que uma política distributivista de terras. É uma proposta que representa uma nova organização da propriedade fundiária que perpassa pela mudança na organização da produção no campo. E por fim, destacamos os desafios da classe trabalhadora para o próximo período. O congresso cumpriu com a tarefa de recompor um bloco histórico e político, no sentido de transpor o bloqueio que temos enfrentado e pautar novos temas<sup>51</sup>.

Esse desejo em trabalhar de forma articulada com outros segmentos da classe trabalhadora já havia sido revelado em junho de 2007, durante o 5º Congresso Nacional do MST. O evento, que também aconteceu em Brasília, contou com a participação de 17.500 trabalhadores rurais sem terra de 24 estados brasileiros e 181 convidados

---

<sup>51</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/15753>. Acesso em: 08 mar. 2014.

internacionais, que representavam 21 organizações camponesas de 31 países. Os militantes assumiram compromissos com causas universalistas. Eis alguns deles:

Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio; lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade; lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo<sup>52</sup>.

Porém, transcorridos sete anos, os líderes do movimento voltam a ressaltar a necessidade de melhorar e ampliar essa articulação com os demais sujeitos sociais coletivos. Um dos caminhos para atingir essa meta seria uma presença mais efetiva e dialógica no ciberespaço, aliada às ações off-line? Longe de precisar iniciar uma caminhada em rede do zero, a presença de diversos representantes de organizações camponesas em seus congressos demonstra que o MST há anos faz parte de uma rede de movimentos sociais espalhados ao longo do globo. Conforme Goss e Prudêncio (2004), esses grupos compartilham a cultura de movimento e dividem uma identidade coletiva.

Apesar de originariamente defenderem bandeiras distintas, os movimentos sociais dos mais diversos matizes percebem que compartilham temas, como justiça social, ecologia, reconhecimento, entre outros, em comum na luta por uma sociedade mais humana. Essa articulação é facilmente visualizada em ações como o Fórum Social Mundial<sup>53</sup>.

A união viabiliza uma atuação local cuja influência chega ao âmbito global. Uma questão como o plantio de soja transgênica no Centro-oeste brasileiro, por exemplo, rapidamente é debatida por inúmeros grupos. Desde os defensores de causas ambientais até aqueles preocupados com reforma agrária em vários pontos do Brasil e do mundo podem pressionar o estado no intuito de evitar a adoção desse tipo de prática agrícola.

---

<sup>52</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7701>. Acesso em: 12 out. 2009.

<sup>53</sup> Segundo o site do Fórum Social Mundial (FSM), -O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Disponível em: [www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=19&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1). Acesso em: 12 out. 2009.

Por meio de uma eficaz rede de comunicação, os movimentos sociais trocam informações praticamente em tempo real. A apropriação das novas tecnologias de comunicação, a exemplo da rede mundial de computadores, facilitou e viabilizou definitivamente a conexão desses movimentos nos mais remotos cantos de um país ou do mundo. A consolidação dessa atuação conjunta é estratégica para os movimentos sociais.

Estruturados em redes conseguem atingir a imprescindível visibilidade fomentada pelos atores sociais no mundo contemporâneo. Assim, amplificam seus discursos e, por consequência, atraem novos militantes identificados com as suas causas.

As redes apresentam dois aspectos importantes: a latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos; e a visibilidade, estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. A latência alimenta a visibilidade e esta reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para renovar a solidariedade e atrair novos militantes. (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 81)

Portanto, também para o MST, a visibilidade e o reconhecimento são fundamentais para reforçar os laços das redes de movimentos sociais, para aumentar a solidariedade e conquistar novos adeptos. É outra forma de fazer política, que conta com a colaboração de pessoas das mais diversas classes sociais reunidas em uma ampla teia de movimentos sociais responsáveis pela conexão pública de temas até então considerados inerentes a grupos sociais específicos.

A conquista da visibilidade e reconhecimento é uma das estratégias do jogo político contemporâneo. No momento em que não ter visibilidade é sinônimo de inexistência, Gomes (2004) explica que a ação política é pautada pela necessidade de adquirir visibilidade na cena política. Esta é a parte visível da esfera política pela sociedade e irá influenciar a esfera política como um todo, desde o processo de discricção da política de negociação (barganhas, alianças, entre outras táticas políticas) até a construção de discursos e apresentações visuais preparados especialmente para serem decodificados positivamente pelo público.

Ao contrário do que ocorria até cerca de trinta anos atrás, a preocupação em agir politicamente baseado nos anseios populares não se restringe mais aos períodos eleitorais. Segundo Gomes (2004), vivemos em uma época marcada pela -eleição interminável. Cada jogada no xadrez político é pensada com base na repercussão, positiva ou negativa, perante a sociedade.

Afinal, a esfera de visibilidade pública situa-se, nesse momento, na maioria das democracias liberais, em expansão sobre o campo político reduzindo de forma crescente as esferas de discricção de que se valem a barganha e a política miúda. Nas esferas de discricção da política de negociação, o agente político é um articulador, um parceiro do jogo entre profissionais da política, um traficante de poder, um negociador etc., enquanto na esfera pública ele é um conjunto de discursos (dele e sobre ele), de apresentações visuais de atos [...] (GOMES, 2004, p.124-125).

Todas as negociações políticas deixam de ser autônomas e o discurso político também é formatado para ser reproduzido e amplificado pela mídia. Cada vez mais, os discursos políticos são elaborados para seduzir a imprensa e, por isso, pensados por uma ampla gama de profissionais que vai desde publicitários até relações públicas, sem esquecer dos jornalistas que assumem as funções de assessores de imprensa.

De acordo com Gomes (2004), a visibilidade somada à competência teatral do ator político pode constituir um considerável poder simbólico. Este é fundamental para que a visibilidade possa ser o meio adequado para que o grupo político consiga a tão almejada popularidade. Por meio do poder simbólico constituído, uma dada ideologia poderá ser imposta para toda a sociedade, estabelecendo, consolidando e reproduzindo relações de dominação.

Afinal, como explica Thompson (1995), não errará quem [...] conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação [...]. O sentido das formas simbólicas pode servir, em condições sócio-históricas específicas, de diversos modos para manter relações de dominação.

Por isso, uma guerra ocorre cotidianamente pela hegemonia na construção das representações simbólicas. A classe dominante costuma vencer a maior parte das batalhas dessa disputa e utiliza a mídia para legitimar a –realidade e tentar anular qualquer possibilidade de contestação do *status quo* por parte dos dominados.

[...] os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados.’ (BOURDIEU, 2000, p. 11).

Conforme Bourdieu (2000), as distintas formas de dominação nem sempre são explícitas. Na verdade, elas serão mais efetivas quando dissimuladas e imperceptíveis,

embora necessitem do reconhecimento dos dominados para se tornarem legítimas. Essa legitimação ocorre por meio da naturalização das relações de dominação simbólica que são construídas socialmente.

Os modos de operações gerais da ideologia, em circunstâncias particulares, são associados a certas estratégias de construção simbólica com o objetivo de formarem sentidos que estabeleçam e sustentem relações de dominação. Ainda de acordo com Thompson, legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação são cinco modos gerais de atuação da ideologia.

Por meio da legitimação, por exemplo, as relações de dominação são apresentadas como justas e, por isso, dignas de apoio. Estratégias típicas da construção simbólica, como a racionalização, universalização e narrativização, são empregadas com o objetivo de legitimar um discurso ideológico. Este é materializado no processo de estigmatização ao MST, que é associado, por meio de diversas reportagens produzidas pelos principais meios de informação<sup>54</sup> brasileiros, às invasões, badernas, crimes, enfim, ao terror. Essa tentativa de estigmatizar um grupo social, que não é engendrada apenas pela mídia, tem como ápice a busca pela criminalização simbólica dos sem-terra.

Contudo, tais processos sociais podem ser desconstruídos. Nesse sentido, os movimentos sociais reivindicam para si o protagonismo da coordenação da chamada resistência -real<sup>55</sup> à dominação.

A resistência real é definida como (a) organizada, sistemática, cooperativa; (b) baseada em princípios ou egoístas; (c) eficazes em termos de consequências revolucionárias, e/ou (d) englobadoras de ideias ou intenções que negam as bases da dominação (SCOTT, 2002, p. 25)

As bandeiras podem variar desde questões ambientais até as reivindicações clássicas por terra e trabalho, porém as ações de resistência às distintas formas de dominação também caracterizam esses agentes sociais. No caso do MST, em uma análise, às vezes, superficial, a luta meramente utilitarista é apontada como central ao movimento. Todavia, neste trabalho, busca-se problematizar as batalhas simbólicas

---

<sup>54</sup> Denominação adotada por Vizer (2007) e por Charaudeau (2006) para se referir a chamada mídia tradicional, convencional, de referência, hegemônica, comercial ou grande imprensa. Aqui utilizamos esses termos como sinônimos, pois, embora existam diversas concepções sobre seus significados, as áreas de interseção entre esses conceitos são praticamente consensuais.

<sup>55</sup> Scott discorda da ideia de que as microatividades são triviais ou inconsequentes na resistência frente à dominação. Embora, neste trabalho, não seja nosso objetivo abordar tais formas de resistência, nós concordamos com o autor.

travadas cotidianamente por esse agente social no sentido de demarcar a real dimensão do campo simbólico na constituição e manutenção do próprio MST.

As disputas, sejam simbólicas ou não, tornam os movimentos sociais seminais para a compreensão da base da interação social: o conflito. Este tem como gramática a luta por reconhecimento. De acordo com um dos pressupostos de Honneth (2003), a luta social é moralmente motivada, embora não descarte as razões utilitaristas. Fraser (2007) parece concordar em parte com o autor. Todavia, o critica, assim como a Taylor (1998), porque os dois teóricos percebem a questão do reconhecimento associada à ética. De acordo com Mattos (2004), a cientista política Nancy Fraser, o sociólogo Axel Honneth e o filósofo Charles Taylor, independente de seus dissensos e consensos, são teóricos centrais da questão do reconhecimento social.

A discussão sobre os pontos de coincidência e de divergência do debate entre eles é de relevante importância para o entendimento das questões centrais do tema do reconhecimento social e do capitalismo contemporâneo. A forma original como Taylor e Honneth recuperam e reinterpretam Hegel com desdobramentos diferenciados na política, bem como o debate entre Honneth e Fraser sobre os conflitos contemporâneos e as diferentes compreensões deles em relação ao entrelaçamento da economia e da cultura possuem importância basilar para uma teoria geral alternativa do mundo moderno em vias de —ocidentalizaçãool (MATTOS, 2004, 255-256).

Nesta pesquisa, optou-se por focar a questão do reconhecimento nas perspectivas de Nancy Fraser e Axel Honneth devido, em nossa análise, essa delimitação possivelmente aumentar a consistência e enriquecer o debate proposto em torno do objeto aqui estudado. Ainda assim, pontualmente, as contribuições de Charles Taylor, que destaca a questão do reconhecimento como referencial para a compreensão da política contemporânea, podem ser incorporadas.

Fraser opta por levar a problemática do reconhecimento para a esfera da moralidade ao tratá-lo como uma questão de justiça e, dessa forma, constrói a base da sua argumentação para integrar concepções, equivocadamente polarizadas, de reconhecimento e redistribuição. Com base em Hegel e Mead, Honneth, por sua vez, objetiva apresentar a relação existente entre desrespeito moral e luta social. Ou seja, ele visa a determinar a lógica moral das lutas sociais e argumenta que a origem do conflito social remonta à questão do reconhecimento;

Portanto, já nos começos da sociologia acadêmica, foi cortado teoricamente, em larga medida, o nexos que não raro existe entre o

surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito: os motivos para a rebelião, o protesto e a resistência foram transformados categorialmente em ‘interesses’, que devem resultar da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, sem estar ligados, de alguma maneira, à rede cotidiana das atividades morais emotivas (HONNETH, 2003, p. 255).

Segundo o autor, as três formas de reconhecimento existentes são: amor, direito e estima social. Elas correspondem a três espécies de desrespeito (violação do corpo, não possuir direitos, ser ofendido ou rebaixado) que contém intrinsecamente as motivações para a deflagração de conflitos. Mas apenas as duas últimas seriam capazes de originar –querelas sociais|. Neste trabalho, enfocaremos só a dimensão da estima social, que remonta mais explicitamente ao embate do MST no campo simbólico.

Honneth (2003) propõe que a resistência social e a rebelião são motivadas a partir das vivências morais que procedem da quebra de expectativas de reconhecimento por um determinado agente social. No caso da estima social referente ao MST, essa fratura é evidenciada no processo de estigmatização do movimento que é desencadeado durante décadas por meio, por exemplo, da produção e divulgação de formas simbólicas pela mídia de informação.

Em várias reportagens, seja no impresso, na televisão ou na internet, os sem-terra têm suas táticas de luta enquadradas sublinaramente como desrespeito à ordem (ocupações de prédios públicos), atentado ao direito de propriedade privada (ocupações de terras improdutivas), proibição do direito de ir e vir do cidadão (bloqueio de rodovias). Esse desrespeito abala a estima social do movimento e, ao mesmo tempo, resulta em um sentimento de injustiça que impulsiona a luta por reconhecimento do MST.

Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação (CASTELLS, 2013, p. 23).

Nesse sentido, os sem-terra investem na produção de formas simbólicas que contribuam para a superação do rebaixamento sofrido e, por consequência, elevem seu status, sua reputação, seu prestígio, enfim, aumentem sua estima social.

Visto que o conteúdo de semelhantes interpretações depende por sua vez de qual grupo social consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida como particularmente valiosas, aquela práxis exegética secundária não pode ser entendida senão como conflito cultural de longa duração: nas sociedades modernas, as relações de estima estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (HONNETH, 2003, p. 207)

O MST trabalha para ser reconhecido como o agente social que luta legitimamente pela reforma agrária, agricultura familiar, cultivo de produtos orgânicos, agroecologia, em síntese, pelo que denomina Reforma Agrária Popular e propõe como contraponto ao agronegócio. Este cenário caracteriza a disputa travada pelo MST, no campo simbólico, por reconhecimento, que é necessária ser analisada para dar uma pequena contribuição aos estudos que vão além da visão meramente utilitarista das disputas dos movimentos sociais, a qual ocultaria a gramática moral das lutas sociais.

Entender o reconhecimento como uma questão de *status* significa examinar os padrões insitucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais padrões constituem os atores como parceiros, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar de *reconhecimento recíproco* e *igualdade* de *status*. Quando, ao contrário, os padrões insitucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente –os outros! ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de *não reconhecimento* e *subordinação de status*. (FRASER, 2007, p. 108)

Scott (2002) e E. P. Thompson (1998) são outros autores cujos referenciais teóricos destacam a dimensão simbólica das ações de resistência à dominação e nos ajudam a perceber o quão vital é o embate no campo simbólico para o MST. Até porque ao movimento não interessa só a luta por terra nem ser reconhecido –apenas! pelos camponeses. Por isso, cria estratégias de reconhecimento perante toda a sociedade. Com base no referencial teórico proposto por Honneth (2003), é pertinente refletir se a luta do MST por reconhecimento estaria a abalar as relações de dominação, na medida em que, ao ter uma considerável estima social, o movimento consegue legitimar as suas ações que evidenciam e desnaturalizam tais relações.

O não reconhecimento, conseqüentemente, não significa depreciação e deformação da identidade de grupo. Ao contrário, ele significa *subordinação social* no sentido de ser privado de *participar* como um igual na vida social. Reparar a injustiça

certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa mais uma política de identidade. No modelo de *status*, ao contrário, isso significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual. (FRASER, 2007, p. 107-108).

Na sociedade em rede, onde diversas práticas sociais são reconfiguradas por meio da internet, a nova mídia oferece uma série de dispositivos (portais, sites, salas de bate-papo, redes sociais – blogs, microblogs etc) que intensificam e alargam a arena dos confrontos por reconhecimento e visibilidade protagonizados por diversos agentes sociais. O MST ocupa o ciberespaço e, a partir da intensificação de usos e apropriações estratégicas dos dispositivos digitais, pode avançar a articulação de ações de comunicação on-line. Estas dialogam com as ações off-line e juntas conformam a política de comunicação do MST, a qual é fundamental na conquista do reconhecimento reivindicado pelo movimento.

Em uma clara apropriação dos instrumentos utilizados pelos meios de comunicação convencionais, o movimento irá construir diversos canais para divulgação de informações diretamente para a sociedade sem a necessidade da mediação da mídia hegemônica. Rádio, impresso e internet são alguns meios usados taticamente<sup>56</sup> pelo movimento, que capacita seus militantes para a apreensão das linguagens radiofônica, audiovisual, do jornalismo digital<sup>57</sup> e das especificidades do discurso impresso.

Muitas das práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das *\_\_maneiras de fazer*: vitórias do *\_\_fraco* sobre o *\_\_mais forte* (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos (CERTEAU, 2002, p. 47).

---

<sup>56</sup> Certeau (2002) vai explicar que a tática é pertinente para fortalecer a resistência de um agente social contra o *status quo*. Essas ações táticas não objetivariam vencer o inimigo, que é extremamente poderoso, mas, sim, conseguir enfraquecê-lo no momento em que identifica, evidencia e ataca suas fragilidades. No caso do MST, seu sistema de comunicação não irá sobrepor-se à mídia hegemônica, mas em várias ocasiões apresenta e denuncia incongruências e interesses políticos e econômicos dissimulados em uma imagem que tenta se legitimar por meio de uma suposta isenção e apartidarismo editorial.

<sup>57</sup> Não há consenso sobre a taxonomia da nova modalidade jornalística. Por isso, recebe denominações variadas: jornalismo digital, ciberjornalismo, jornalismo on-line, webjornalismo e jornalismo nas redes digitais.

Hoje, o grupo conta com o *Jornal Sem Terra*, Portal de Notícias, produz conteúdo para rádio, atua com radiadoras<sup>58</sup> em alguns assentamentos e investe na comunicação interpessoal, além de participar de sites de redes sociais como o *Twitter*, *Facebook* e ter constante contato com a mídia comercial. Todas essas práticas on-line e off-line conformam a política de comunicação do MST, que é um dos diferenciais do movimento e talvez sua principal estratégia na luta por reconhecimento.

Porém é fundamental ressaltar que, no caso do embate do MST por reconhecimento, as suas ações, por meio de seus próprios veículos, sejam off-line ou on-line, não colocam em xeque o poderio da mídia hegemônica de pautar o discurso da opinião pública. Ou seja, o perfil do MST no *Twitter* ou uma webnotícia em seu site provavelmente não diminuirá a influência da mídia hegemônica perante a maior parte dos brasileiros. Todavia, talvez possam ser caracterizadas como formas de resistência cotidiana no campo simbólico, que são vitais no embate por reconhecimento e desconstrução do processo de criminalização do MST.

Essas estratégias acabam por gerar um incômodo e em situações pontuais talvez até medo na mídia hegemônica (medo é um elemento importante gerado a partir de formas de resistência cotidiana). Afinal, um texto ou vídeo produzido pelo MST e disseminado pelas mídias sociais poderá ser acessado por milhões de pessoas, chegando a tornar-se mesmo um viral. A possibilidade de um episódio como esse vir a acontecer certamente incomoda a mídia hegemônica, que se vê intimidada diante da possibilidade de ter seu discurso de criminalização do movimento ser deslegitimado nas redes sociais.

Mas, os próprios movimentos sociais reconhecem a força da mídia hegemônica e também atuam para se apropriar dela. Não é por acaso, portanto, que movimentos sociais investem em equipes especializadas em assessoria de imprensa. O *Greenpeace* e o MST, só para citar um grupo nacional e outro de atuação –oficialmente internacional, criaram estruturas de comunicação semelhantes àquelas encontradas em empresas privadas ou organizações públicas.

No caso do MST, estudos científicos foram produzidos para compreender como a assessoria de imprensa do movimento tenta influenciar a agenda midiática, pois o movimento, embora possua suas próprias mídias, compreende a importância

---

<sup>58</sup> Caixas de som colocadas em lugares altos e estratégicos que, ligadas a um sistema de som central em um estúdio, veiculam diversos programas radiofônicos. Utilizadas principalmente em cidades pequenas, gradativamente, passaram a ser instaladas também em regiões específicas das metrópoles, como o Centro da cidade. O MST se apropriou desse canal de comunicação em alguns de seus assentamentos.

fundamental de se fazer presente na imprensa de referência. Vargas (2006) tentou entender como o grupo buscou pautar os jornalistas, em 2006, sobre o episódio denominado de Abril Vermelho.

Naquele ano, segundo a pesquisadora, havia um assessor de imprensa em cada escritório nacional do movimento (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) que agia de forma articulada com o Setor de Comunicação do MST. O movimento também contava com assessores em mais cinco estados de três regiões brasileiras distintas (Nordeste, Sudeste e Sul). Conforme Vargas (2006), a maioria dessas pessoas era jornalista ou estudante de jornalismo. –Os assessores conseguiram agendar na imprensa os 10 anos do massacre de Eldorado do Carajás devido ao contato estabelecido com a mídia durante a semana acompanhada. Se não fosse a assessoria de imprensa muitos jornalistas nem lembrariam da data! (VARGAS, 2006, p. 63).

É relevante destacar, independente de pontualmente trabalhada no âmbito da grande imprensa ou diuturnamente nos canais próprios de comunicação do MST, os ganhos –materiais| dessas formas simbólicas produzidas pela organização.

### **1.3 – Impacto das lutas simbólicas na ação “prática” dos movimentos sociais**

Trabalhar com a comunicação de empresas, governos, sindicatos, enfim, com organizações de uma forma geral não é fácil. Depois de conseguir demonstrar que a comunicação é estratégica para desenvolver e consolidar a imagem de uma organização perante aos seus públicos internos, assim como os públicos externos, um dos principais desafios dos profissionais da área é construir dados para comprovar a influência da comunicação na melhoria dos indicadores organizacionais. Afinal, quem investe na área precisa saber qual o retorno obtido para avaliar, entre outras questões, a relação custo/benefício dessa operação.

A tarefa é complexa porque os resultados, salvo em casos excepcionais, não são imediatos. Quando uma organização compra um equipamento para modernizar, por exemplo, seu parque gráfico, a melhor qualidade da impressão, o maior número de cópias em um menor espaço de tempo com um consumo de energia elétrica 10% menor, facilmente justificam a compra de tal equipamento. Fica simples até mesmo calcular em quanto tempo o investimento será pago só com a economia dos insumos necessários para a elaboração do produto. Mas com a comunicação essa mensuração requer tempo

maior, pois os seus resultados mais expressivos estão no campo imaterial e são percebidos principalmente em médio e/ou longo prazo.

Porém, o desempenho da organização no campo simbólico é basilar para o êxito de suas operações. Uma empresa que tem ações na Bolsa de Valores precisa de uma imagem irretocável. Qualquer indício de crise pode levar à desvalorização de suas ações e prejudicar operações seja em qual segmento estiver a atuar. Isso porque, os investimentos escasseando, muitos projetos deixarão de ser executados e a empresa pode passar a produzir menos, não conseguir acompanhar o ritmo de modernização e inovação de seus concorrentes. Quem sabe se não seria o começo do fim.

A mensuração dos resultados dos investimentos efetuados pelos movimentos sociais no campo simbólico segue uma dinâmica tão ou mais difícil. Ao contrário do que ocorre com as demais organizações, onde a importância da comunicação é considerada quase unânime, nos movimentos sociais nem todos apostam nessa visão. Até mesmo quem desenvolve ações consistentes na área, como é o caso do próprio MST, não constrói um consenso sobre o valor da comunicação. Estudos apontam contradições em seu discurso: enquanto alguns líderes ressaltam a relevância da comunicação para o movimento, na prática ela deixa de ser priorizada (OLIVEIRA, 2012).

[...] trouxe uma entrevista com o militante Agnor Bicalho Vieira, responsável pela efetivação de mais de 1.400 assinaturas do jornal, muitas das quais entre apoiadores urbanos. Depois de garantir que sempre se dedicou com afinco à questão do JST, ele acrescentou: —... acredito que a comunicação é a alma de qualquer processo político da história e, às vezes, nossa organização não pensou tanto nisso e deixou a desejar em relação ao nosso jornal (OLIVEIRA, 2012, p. 18).

Há lideranças, contudo, que reconhecem o problema e fazem uma autocrítica relacionada às falhas da área e o aumento dos prejuízos ocasionados pelo processo de criminalização do movimento.

Claro que há essa deficiência no sentido de organizar melhor esses vínculos de comunicação, de divulgar mais [as ações do movimento]. Porque senão também a gente fica com uma visão de comunicação é... às vezes, o que a mídia [hegemônica] vai colocar da forma dela e você às vezes não tem como se contrapor a ela<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida, pela liderança Dilei Schiochit, ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

Porém, mesmo ao relatar essas incongruências, é inegável que o movimento destina considerável aporte de recursos, sejam humanos, financeiros, de infraestrutura e logística, para manter ao longo de décadas suas ações de comunicação. Certamente, esse investimento já demonstrou que dá resultados positivos para o movimento, embora sempre seja possível melhorá-los.

O MST sempre priorizou sua comunicação, tanto interna quanto externa, e o setor de comunicação cumpre o papel de denunciar a mídia burguesa, o agronegócio e, apontando as conquistas e lutas do movimento, mostrar que um tipo diferente de sociedade é possível<sup>60</sup>.

Talvez, o principal desses benefícios seja blindar as conquistas pontuais, ou no cenário macro, com a aura da legitimidade. Ou seja, não basta ter uma área desapropriada, o processo de desapropriação precisa ser e parecer legítimo perante a sociedade, sob pena de poder sofrer algum tipo de contestação. Em momentos mais conturbados, talvez a desapropriação seja inclusive revogada. O problema é que, assim como o senso comum, a maior parte da base do movimento e significativo número de suas lideranças continuam a perceber as disputas no campo simbólico como secundárias, em detrimento da centralidade da luta material.

O pensamento de Fraser (2007) ajuda a entender como a luta do MST no campo simbólico não está dissociada da reivindicação mais utilitária por redistribuição, cujo ícone é a própria reforma agrária, que nos últimos anos foi resignificada pelo movimento e passou a ser chamada de –Reforma Agrária Popularl. Fraser critica a teoria clássica social que separa as lutas por reconhecimento daquelas por redistribuição. Em sua visão, ambas compõem faces distintas do mesmo processo de construção de uma sociedade mais igualitária. –Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente (FRASER, 2007, p. 103).

Isto implica que toda luta por reconhecimento perpassa por redistribuição. Elas se unem, embora uma não seja explicada a partir da outra. A luta do MST no campo simbólico envolve o próprio reconhecimento do grupo pela sociedade como um movimento social, enquanto reivindica uma política redistributiva da terra. Dessa forma, apenas a luta por estima social não conseguirá promover a justiça social, já que sozinha

---

<sup>60</sup>Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15683>. Acesso em: 20 nov. 2014.

não busca, necessariamente, a redistribuição. Segundo a autora, esse é o problema da tese de Honneth (2003) e Taylor (1998), que associaria o reconhecimento a uma questão ética.

É possível, ao contrário, construir um modelo abrangente em que se pode acomodar ambos, seguindo o caminho perseguido aqui. Primeiro, deve-se construir o reconhecimento como uma questão de justiça, em oposição à —boa vida—. Isso, por sua vez, requer a substituição do modelo padrão de reconhecimento da identidade pelo modelo alternativo, o modelo de status, esboçado aqui. Em seguida, deve-se ampliar o conceito de justiça para incluir distribuição e reconhecimento como duas dimensões mutuamente irreduzíveis. Isso envolve colocar ambas as dimensões sob a norma deontológica da paridade participativa. Finalmente, depois de reconhecer que a justiça pode, em alguns casos, exigir o reconhecimento das particularidades acima e além da humanidade comum, deve-se submeter as reivindicações por reconhecimento ao padrão de justificação da paridade participativa. (FRASER, 2007, p. 136).

De acordo com a tese de Fraser, a sonhada justiça social plena defendida pelo MST pressupõe reconhecimento e redistribuição. Conforme essa argumentação, o MST pode até conseguir a Reforma Agrária Popular, embasada em uma política de redistribuição da terra no Brasil. Mas só isso não será suficiente, pois é essencial que o movimento seja percebido como um ator social legítimo. Caso contrário, essa vitória torna-se muito frágil e, a qualquer momento, poderá ser rapidamente anulada. Afinal, os sem-terra continuariam sendo vistos de forma estigmatizada como usurpadores daquela terra. Em síntese, a conquista não seria reconhecida como legítima.

Esse talvez seja o grande problema para que se consiga consolidar os avanços rumo à superação das desigualdades sociais. A sociedade brasileira, de uma forma geral, não aceita as políticas de redistribuição, pois, muitas vezes, são construídas desatreladas das políticas de reconhecimento dos grupos sociais cujo *status* social é de subordinação às elites do País. Ou seja, tais políticas não são legitimadas porque não beneficiariam agentes sociais reconhecidos pela maioria da população.

Em contrapartida, para Fraser (2007), as mudanças estruturais reivindicadas por meio da luta por reconhecimento jamais poderão emponderar apenas um grupo em detrimento ou subjugação dos demais atores sociais. Por exemplo, a implantação da Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST, não deve beneficiar só este movimento e esquecer ou prejudicar outros grupos que lutam pela redistribuição de terra para os trabalhadores rurais. Ela deve colocar em xeque ou desconstruir, pelo menos, parcialmente as relações de dominação existentes na área rural brasileira.

De modo similar, os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que as mudanças institucionais socioculturais que eles perseguem fornecerão as condições intersubjetivas necessárias, novamente, sem piorar substantivamente outras disparidades. Em ambos os casos, mais uma vez, a paridade participativa é o padrão para justificar propostas de reforma. (FRASER, 2007, p. 126).

Ao voltar a refletir a dimensão redistributiva, é preciso ressaltar que, em parte, a dificuldade de aceitar essas políticas de redistribuição é produto do discurso ideológico da mídia hegemônica, que não reconhece os grupos a serem beneficiados por essas ações distributivas. Por meio de reportagens supostamente apertidárias e objetivas, estigmatizam os beneficiários e, direta ou indiretamente, programas de redistribuição de renda como Bolsa Família<sup>61</sup>. Estes são enquadrados como instrumentos assistencialistas com fins eleitoreiros para sustentar pessoas que, na maioria dos casos, não trabalham porque estão acostumadas a ganhar dinheiro proveniente dos impostos sem fazer nada. Os mais pobres são transformados em vagabundos.

O principal órgão dedicado à execução da reforma agrária também sofre processo de deslegitimação semelhante, bem como seu público-alvo. Na mídia hegemônica, raramente as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) são apresentadas e explicadas para a população. Contudo, em episódios estratégicos para deslegitimá-lo, o órgão normalmente recebe atenção. O cenário mais comum é quando vira palco de uma ocupação efetuada por integrantes de movimentos sociais, como o MST. Nessas ocasiões, não raro é apresentado como condescendente com essas ações que, na angulação da mídia hegemônica, atacam a ordem pública.

O fato de, por exemplo, o órgão oferecer lonas e mantimentos para os trabalhadores que o ocupam é apresentado como estímulo para a manifestação dos -vândalos|. Outro elemento que caracteriza esse apoio é evidenciado, na visão dos críticos do órgão, por ele não chamar a polícia para evitar a -invasão| do prédio. Assim, constrói-se um quadro que enfraquece o Incra perante a opinião pública e diminui o seu poder político, além de colocar, no mínimo, em dúvida as suas decisões de desapropriar terras para fins de reforma agrária. É como se seus técnicos estivessem sempre a trabalhar para grupos como o MST e não em prol de uma avaliação justa sobre o fim mais apropriado para uma área privada que é reivindicada para assentar trabalhadores rurais.

---

<sup>61</sup> Em 2011, o programa Bolsa Família foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como exemplo de erradicação de pobreza. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/programa-bolsa-familia-e-exemplo-de-erradicacao-de-pobreza-afirma-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Assim, com a contribuição da mídia hegemônica, a sociedade brasileira é conformada pelo não reconhecimento do negro, de homossexuais, dos trabalhadores sem terra, entre outros atores sociais, que não têm direito à paridade participativa nas interações sociais. Mas, é óbvio, todos deveriam ter os mesmos direitos. Por isso, a questão da paridade é básica para se chegar à justiça social. No caso específico do MST, que precisa se reconstituir e se resignificar após 30 anos de existência, os estudos de Fraser também podem contribuir para a compreensão da própria autoimagem do movimento.

Nesse sentido, a autora pretende romper com o principal modelo de reconhecimento de um grupo, a identidade, o qual é considerado extremamente problemático (Fraser, 2007)

Enfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e auto-poiética, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e outra começa. Como resultado, ele tende a promover o separatismo e a enclausurar os grupos ao invés de fomentar interações entre eles. (FRASER, 2007, p. 106-107).

Para ela, o conceito de identidade hoje é questionado porque engessa os indivíduos dentro de um grupo como se neste não houvesse diversidade das pessoas que compõem esse agrupamento social. Em sua análise, a categoria de identidade falha por defender a existência de um protótipo de homem, de mulher, de negro, de índio, de sem-terra... Este protótipo deveria ser seguido por todos os integrantes do grupo, como se eles não tivessem ou anulassem suas subjetividades para se adequarem ao tal modelo. Adequação que, no caso do MST, é marcada por uma rígida hierarquia, a qual os seus militantes precisam obedecer. Afinal, um dos valores básicos do movimento é a disciplina.

Tamanho disciplinamento é apontado pelas lideranças como uma das virtudes do movimento, pois é essencial para que os sem-terra consigam avançar cada vez mais. Já na análise de Oliveira (2012), isso pode ser problemático, já que o movimento não consegue ou visa a fomentar o debate amplo junto à sua base. Esta acaba sendo incentivada a obedecer às determinações das lideranças. Decisões que seriam legítimas

pelo fato de os ocupantes desses cargos terem sido escolhidos pelos próprios militantes e povos do campo.

Porém, a falta de espaços para a circulação de pontos de vista diferentes acaba por prejudicar a própria liberdade de expressão dentro do movimento. No âmbito de seus canais de comunicação, a participação também é restrita. Talvez, seja um reflexo dessa tendência disciplinadora, que ao ser exagerada pode causar um silenciamento forçado de seus integrantes. Algo que vai de encontro à democratização da comunicação defendida pelo movimento. É como se a pluralidade de vozes fosse salutar extra muro do MST, enquanto no âmbito interno a disciplina minimizasse a pluralidade de pontos de vista publicada em suas próprias mídias.

Em um momento no qual as novas tecnologias modificam a forma de apurar, redigir, editar e distribuir notícias, o ecossistema midiático, gradativamente, independente do suporte, seja impresso, rádio, televisão ou internet, incentiva a produção de conteúdo pela própria audiência. Ela torna-se uma parceira desses meios. A internet, é válido lembrar, é uma mídia dialógica por natureza, onde o emissor e receptor trocam de posição constantemente. Seria pertinente para o movimento seguir essa tendência em seu sistema de comunicação, seja no ciberespaço ou fora dele?

Nesse sentido, o MST deveria avaliar a oportunidade de apropriar-se desse canal para estreitar os laços com sua militância e a própria base? Seria uma forma viável de minimizar essa hierarquia rígida e fomentar o surgimento de novas ideias para melhorar o desempenho do movimento nas mais diversas áreas? A própria diversidade dos militantes poderia ser enfocada, a partir de publicação de textos, vídeos, áudios e fotografias produzidos nas mais variadas regiões do País e postados em redes sociais? Tal dinâmica ajudaria a minimizar a suposta identidade padrão do militante sem, contudo, abdicar dos elementos básicos que fomentam o sentimento de pertencimento dos integrantes, independente das suas subjetividades?

Isso porque nem os elementos identitários eliminam as subjetividades nem estas destroem as bases dessa construção identitária. Análise semelhante é desenvolvida por Butler (2008), crítica do pensamento binário. Ela desconstrói o essencialismo inerente à perspectiva identitária ao demarcar que as pessoas são seres múltiplos, frutos de produções discursivas e não podem ser reduzidas a uma identidade castradora.

No caso do MST, por exemplo, a luta não é apenas por reconhecimento identitário, mas, sobretudo por reconhecimento de status social. Este, segundo Fraser

(2007) caracteriza-se pelo reconhecimento do grupo como mais um parceiro nas interações sociais, assim como são o Estado, a Igreja, o Judiciário, entre tantos atores sociais legitimados socialmente. Todavia, a mídia hegemônica insiste em apresentar o MST como perigoso, anormal, inferior, um ser abjeto (FRASER, 2007) estranho à vida social, enfim, longe de merecer a estima social como os demais agentes.

Essa é a imagem que o site da Veja, revista semanal de maior circulação no País, constrói do MST ao longo dos anos. O trecho abaixo é parte de uma notícia sobre a marcha que o movimento realizou durante o seu 6º Congresso Nacional, no dia 12 de fevereiro de 2014, em Brasília.

O MST, como já mostrou VEJA em diversas reportagens, é comandado por agitadores profissionais que, a pretexto de lutar pela reforma agrária, se valem de uma multidão de desvalidos como massa de manobra para atingir seus objetivos financeiros. Sua arma é o terror contra fazendeiros e também contra os próprios assentados que se recusam a cumprir as ordens dos chefões do movimento e a participar de saques e atos de vandalismo. Com os anos, o movimento passou por um processo de mutação. Foi-se o tempo em que seus militantes tentavam dissimular as ações criminosas do grupo invocando a causa da reforma agrária. Há muito isso não acontece mais. Como uma praga, o MST ataca, destrói, saqueia – e seus alvos, agora, não são mais apenas os chamados latifúndios improdutivos<sup>62</sup>.

De acordo com as ideias defendidas por Fraser (2007), é factível que grupos como o MST sofrem uma violência institucional, pois vivenciam uma situação de subordinação às elites e à cultura hegemônica. As instituições sociais operam a estruturação das trocas sociais seguindo normas culturais que naturalizam a ausência de paridade de participação entre os vários grupos sociais. Por conta disso, alguns são considerados normais e outros como inferiores, perigosos, perversos (FRASER, 2007). Assim, garantir a paridade entre os distintos atores sociais resultaria em uma sociedade mais igualitária e socialmente justa.

Deve-se dizer, ao contrário, que é injusto que, a alguns indivíduos e grupos, seja negada a condição de parceiros integrais na interação social, simplesmente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural, de cujas construções eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintivas ou as características distintivas que lhes são atribuídas. Deve-se dizer, então, que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça. (FRASER, 2007, p. 108).

---

<sup>62</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-entra-em-alerta-com-invasao-do-mst>. Acesso em 20 nov. 2014.

Em um novo ambiente cultural influenciado pela cibercultura, que é marcada pela inteligência coletiva, materializada na democratização ao acesso, produção e circulação do conhecimento entre os mais diferentes grupos sociais, as lutas por reconhecimento e redistribuição podem ganhar uma nova dimensão. Afinal, a cibercultura dissemina em toda a sociedade seus valores fundantes, como o reconhecimento das múltiplas -identidades dos internautas, que trabalham de forma colaborativa por meio de redes sociais para reivindicar mudanças sociais. Estas, em síntese, podem ser alocadas em uma única bandeira: justiça social.

Isso tem o potencial de facilitar a conexão e fortalecimento de suas lutas por meio da formação de redes de movimentos sociais, os quais atuam, de forma conjunta e global, a partir de demandas universais ou locais. Assim, talvez os atores sociais consigam evitar a inscrição de novos padrões institucionalizados de valoração cultural cujo intuito é inviabilizar a paridade defendida por Fraser. Ao mesmo tempo, essa própria mobilização também pode ser um instrumento para desnaturalizar os padrões que já operam e dificultam a criação ou consolidação de grupos e projetos que visem à promoção da justiça social.

Daí a importância da luta desenvolvida pelo MST, que é concomitantemente utilitária e simbólica, estar associada aos diversos atores sociais que almejam justiça social nos mais distintos campos da sociedade. Apesar de perceber a complexidade da luta desenvolvida pelo movimento, o foco desse trabalho permanece a ser a disputa simbólica do MST, que em muitos casos não é evidenciada ou aparece subordinada à luta material.

Quando o movimento foi alvo de uma CPMI, logo foi promovido um manifesto em defesa do MST. O objetivo era conseguir o maior número de assinaturas para demonstrar aos parlamentares que o movimento tinha o respaldo de milhares de pessoas distribuídas pelos mais diversos segmentos da sociedade. Nessa e em ações semelhantes, personalidades, atores, intelectuais, enfim, formadores de opinião das mais diversas esferas do País aceitaram o convite de associar sua imagem ao MST. Dezenas deles por meio simbolicamente do uso do boné ou posando com a bandeira do movimento, para fortalecer ainda mais o MST.

Simultaneamente, os militantes foram mobilizados, por meio de ações de comunicação, para ocuparem as ruas e denunciarem o processo de estigmatização dos sem-terra, o qual seria orquestrado para pôr fim ao MST, que já chegou a ser

considerado terrorista pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Em 2014, o MST publicou uma nota para ressaltar a importância de seu sistema de comunicação para mobilizar os militantes.

A compreensão do MST quanto à importância da comunicação popular surge a partir de um processo de luta coletivo, na formação como organização nacional há 30 anos. Diante disso, a criação do setor e dos veículos de comunicação do MST possui papel fundamental no processo organizativo, de mobilização e expansão nos 23 estados, além da divulgação das bandeiras de luta, junto aos trabalhadores do campo e no debate do projeto de Reforma Agrária no Brasil<sup>63</sup>.

Por fim, não custa ressaltar novamente que ambas as lutas são faces da mesma realidade. Caso seja necessário mobilizar os militantes e a base do movimento para, por meio de uma ocupação, pressionar o estado a criar uma política de redistribuição de terra, a pressão também ocorrerá provavelmente, ao mesmo tempo, no campo simbólico. Assim uma dimensão complementa a outra de forma diuturna, desde o planejamento das ações até a execução e avaliação dos resultados obtidos com a empreitada.

No próximo capítulo, conceitos como cibercultura e ciberespaço serão enfocados. O objetivo é problematizar se a apropriação e uso de plataformas e ferramentas on-line, viabilizadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias, podem fortalecer a comunicação de movimentos sociais como o MST e, por consequência, contribuir na sua luta por reconhecimento.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15683>. Acesso em: 20 set 2014.

## 2 – RECONFIGURAÇÃO DA ARENA POLÍTICA PELA CIBERCULTURA

Na segunda década do século XXI, a comunidade internacional assistiu atônita e não conseguiu explicar, de forma rápida e satisfatória, uma série de mobilizações sociais em países marcados por décadas de regimes ditatoriais. Até onde se sabe oficialmente, nem mesmo as centenas de milhões de dólares investidos na indústria da espionagem foram suficientes para dotá-la de mecanismos capazes de prever, às potências ocidentais, os levantes que iriam tomar conta de centenas de cidades dominadas por ditadores aliados do ocidente no mundo árabe.

Tampouco foi possível, à inteligência desses países, perceber que as manifestações chegariam à Europa e ao coração do capitalismo mundial: *Wall Street*. Em comum, apesar de todas as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais, elas tinham em seu DNA a cibercultura e dificilmente teriam ocorrido sem a apropriação de diversas plataformas digitais por aqueles que buscavam mais justiça social, embora essa reivindicação fosse manifestada através de diversas bandeiras.

As novas tecnologias contribuíram para a mobilização, para a troca de mensagens dos manifestantes entre si e com o mundo, em tempo real. Uma de suas principais armas era compartilhar, via internet, pequenas ou grandes vitórias e as atrocidades repressivas do estado. Dessa forma, junto com uma série de outras circunstâncias políticas e econômicas internas e externas, conseguiram ajudar a derrubar regimes ditatoriais e colocaram sob suspeita os governos democráticos dos países mais ricos e influentes do mundo.

O capítulo seguinte da série de ocupações em massa dos espaços públicos por milhões de pessoas foi novamente surpreendente. No Brasil nem a metade<sup>64</sup> da população conecta-se à internet. Isso não impediu que, nas pequenas, médias e grandes

---

<sup>64</sup> Embora a maior parte da nossa população ainda não navegue pela rede mundial de computadores, os dados oficiais comprovam o crescimento do número de pessoas conectadas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 83 milhões de brasileiros, com dez anos de idade ou mais, acessaram a internet em 2013. O número é superior ao do ano anterior, quando foram registrados 77,7 milhões de acessos, e corresponde a 49,2% da população nessa faixa etária. Institutos de pesquisa não oficiais também atestam acréscimo. Segundo o IBOPE Media, até o primeiro trimestre de 2013, exatamente 102,3 milhões de pessoas tinham acesso à internet no Brasil. Índice que demonstra um acréscimo de 9%, sobre os 94,2 milhões computados nos últimos três meses de 2012. Os dados são referentes às pessoas com 16 anos ou mais, que acessam a rede de qualquer dispositivo digital, bem como crianças e adolescentes de 2 a 15 anos de idade, cujos acessos ocorrem em casa.

idades, além da capital federal, milhões de pessoas articuladas principalmente via redes sociais on-line fossem às ruas para protestar. Mais uma vez, as bandeiras eram diversas. Entretanto, todos queriam uma maior justiça social, eram mobilizados e organizados principalmente pela internet e assustaram bastante a classe política, que jamais imaginara assistir a algo semelhante.

Novamente, a violência praticada pelo estado, por meio da polícia, foi denunciada e desafiada pelos brasileiros, que não se intimidaram com as centenas de prisões, conflitos sangrentos e a criminalização dos protestos pela mídia hegemônica. De forma corajosa, à medida que as atrocidades do aparato de violência estatal eram denunciadas pelos próprios militantes em seus perfis nos sites de rede social como *Facebook*, o número de pessoas, que resolviam aderir aos protestos, só crescia. No Brasil, a ação truculenta ordenada pelo estado não intimidou os cidadãos. Ao contrário, serviu como estímulo para eles tomarem as ruas.

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades (CASTELLS, 2013, p. 182).

As marchas pelas ruas das metrópoles e demais cidades ocorreram estrategicamente no mesmo período em que o País sediava a Copa das Confederações, torneio de futebol preparatório para a Copa do Mundo de Futebol. Por dias, o Brasil ganhou as manchetes das principais publicações jornalísticas mundiais, mas não apenas por conta do evento. O mundo acompanhou atento, por exemplo, milhares de manifestantes ocuparem a rampa e a cúpula do Congresso Nacional.

Talvez, as frases mais marcantes desse momento, já considerado histórico, tenham sido: -o gigante acordou e -nós somos a rede. Elas sintetizaram que os mais distintos segmentos sociais estão agindo e articulados em rede reivindicam mudanças que assegurem ao País mais justiça social, além de demonstrar o papel conquistado pelo ciberespaço como mecanismo de mobilização e organização dos protestos. Será que o MST, que trabalha para levar sua luta às cidades, compõe essa rede?

Oficialmente dá sinais de querer fazer parte dela. Foi o que garantiu Gilmar Mauro, um dos líderes nacionais do movimento, em entrevista ao IG, publicada em junho de 2013. -Nós, camponeses e operários, até agora não havíamos nos posicionado,

mas estamos construindo uma aliança e ainda não entramos na luta<sup>65</sup>. Em seguida, garantiu que o movimento iria para as ruas junto com os estudantes, embora perceba focos de antiesquerdismo nas manifestações. A explicação objetiva justificar porque o apoio tenha demorado, assim como o motivo pelo qual, pelo menos no site do MST durante junho de 2013, os atores sociais urbanos não tiveram espaço. Só não foram ignorados solenemente porque a página dos sem-terra reproduziu as análises de intelectuais, como Marilena Chauí, sobre as manifestações<sup>66</sup>.

O posicionamento, no mínimo, cauteloso do MST em aderir às Jornadas de Junho dá margem às críticas ao suposto potencial de emancipação e revolucionário referente às apropriações e os usos das novas tecnologias por agentes sociais que resistem ao *status quo*. Nessa perspectiva crítica ao suposto emponderamento social, as redes sociais não seriam terreno fértil para o cultivo e desenvolvimento da inteligência coletiva, a qual, em última análise, contribuiria para a caminhada do homem rumo a uma sociedade mais justa.

Na verdade, de acordo com essa linha de pensamento, as redes sociais seriam um espaço de guerra. As próprias Jornadas de Junho exemplificariam os embates entre os agentes sociais, que demandam mudanças para pôr fim ou minimizar as desigualdades sociais, pela construção e expressão de sentidos no ciberespaço. Assim, as manifestações não eram um espaço célebre da materialização da inteligência coletiva. A série de mobilizações públicas estava mais próxima de um espaço de disputas entre os vários grupos que faziam as manifestações.

De certa forma, todos queriam falar e amplificar suas demandas e o faziam simultaneamente sem que ninguém parasse para ouvir ou tentar entender os demais. Algo inerente à típica cacofonia proveniente das redes sociais, conforme o historiador britânico Andrew Keen. Segundo Martino (20015), Keen acredita que o espaço de troca e compartilhamento de informações ou opiniões sobre a realidade proporcionada pela rede mundial de computadores não passa de uma ilusão, pois a suposta ágora, em que há uma pluralidade de vozes, é transformada em uma cacofonia.

Em busca de equilíbrio frente às visões idealistas de solidariedade social e as pessimistas, Primo (2013) ressalta os distintos usos e apropriações da nova mídia. Tenta

---

<sup>65</sup> Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-30/leia-a-integra-da-entrevista-com-gilmar-mauro-dirigente-do-mst.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/Marilena-Chaui-manifesta%C3%A7%C3%B5es-de-junho-de-2013-em-S%C3%A3o-Paulo>. Acesso em: 20 set. 2014.

compreendê-la como permeada por um processo de disputa social. Em sua análise, ela não está, a priori, reproduzindo o capitalismo ou foi programada exclusivamente a ser acionada para liderar a revolução proletária.

O conceito de inteligência coletiva (Lévy, 1998) serve simultaneamente de referência a processos de educação a distância e ao que se chama de consumer-generated content em sites comerciais cuja renda decorre do trabalho criativo dos próprios consumidores. (PRIMO, 2013, p. 18).

Apesar de perceber as complexas relações de poder constitutivas do ciberespaço e das manifestações de junho de 2013, as quais serão debatidas com mais profundidade ainda neste tópico, Gilmar Mauro tentou usar o contexto para celebrar parcerias. Na entrevista ao portal IG, republicada no site do movimento<sup>67</sup> no dia 1 de julho de 2013, ressaltou a necessidade de unificar a luta entre campo e cidade, revelando estar construindo uma aliança com diversos movimentos sociais para atingir esse objetivo. Destacou, ainda, que as manifestações ofereceram ensinamentos ao MST:

É saudável, fundamental para o país e traz várias lições para nós. É preciso rever as formas de organização. O sistema atual não consegue mais organizar a classe trabalhadora. Então é necessário criar novas formas, horizontais e sem burocracia, mas sem jogar na lata de lixo o que foi construído. O MPL (Movimento Passe Livre) colocou na pauta reivindicações que são de todos os trabalhadores e evidenciou a crise. A principal lição é a de que sem luta não há conquistas<sup>68</sup>.

No entanto, lembra que o MST tem experiência na hora da luta, conta com 80 mil famílias acampadas e está presente em mais de mil municípios, além de 20 mil militantes. Apesar de apresentar suas credenciais, ressaltava que o movimento não queria ser protagonista dessa rede, apenas estava disposto para ajudar quando fosse solicitado. –O importante é unificar trabalhadores rurais e urbanos numa pauta comum para fazer o país avançar, sintetizou o posicionamento do movimento ao resolver integrar e mobilizar pessoas do interior e da periferia dos centros urbanos para participar das manifestações pelo País.

É provável que a menor parte desse contingente de manifestantes tenha sido pioneira na construção do –mundo virtual, cujo potencial político ainda era quase inimaginável em seus primeiros anos. Período em que os internautas foram obrigados a

---

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/14951>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/14951>. Acesso em: 20 set. 2014.

aprender linguagens de programação para produzir conteúdo e começaram a dar forma ao chamado ciberespaço. Faziam parte, conforme Lévy (1999), de um embrionário movimento internacional composto em sua maioria por jovens ansiosos por empreender formas de comunicação diferentes das disponibilizadas pela mídia tradicional ao longo do século XX.

O movimento já se apropriava das invenções tecnológicas que permitiram, na análise de Lemos (2009), o surgimento da cultura digital. Beneficiavam-se também da própria contracultura que estaria na base desses avanços tecnológicos e da liberação dos códigos de programação que podiam ser usados livremente por qualquer pessoa e configuravam a própria internet:

A microinformática surge junto com a contracultura, é fruto da contracultura. E eu situaria o surgimento da cibercultura a partir da microinformática, porque com a microinformática é tirar o poder da informação da mão de uma elite, na época militar e industrial, e transformar isso paulatinamente. Nosso desafio continua a ser esse, a questão da inclusão, trazer essa potência da informação para todo mundo. (LEMOS, 2009, p. 137)

Nos anos 1980, à medida que as redes telemáticas avançavam por todo o globo, a produção de computadores pessoais crescia e contribuía para popularizar a internet. Era o começo de uma nova era, onde anos mais tarde as pessoas deixariam de ser consumidoras do conteúdo produzido e difundido pelos principais meios de comunicação e passariam a ter em suas mãos um dispositivo capaz de fazer a reivindicação de um movimento social ser potencialmente ouvida em todo o planeta. Nesse novo momento, gradativamente um maior número de atores sociais passam a ter [...] um instrumento de produção de informação, que vai se transformando, com a internet, não só num instrumento de produção e de consumo, mas em algo que é radical e continua sendo radical hoje: a possibilidade de produção coletiva, colaborativa e distributiva da informação (LEMOS, 2009, p. 137)

Assim, havia o fortalecimento e expansão desse movimento internacional, que ganhava milhões de adeptos. Contudo, seus membros estavam concentrados principalmente entre os cidadãos mais ricos das nações mais industrializadas. Como se não bastasse, entre os integrantes das classes mais abastadas dos países em desenvolvimento, atuar no ciberespaço era cada vez mais comum e, simultaneamente, um símbolo de distinção social (BOURDIEU, 2007).

Talvez por isso, ainda hoje autores como Eco (2010) Bucci (2009) e Rüdiger (2008) acreditam que o ciberespaço prejudica mais do que ajuda a humanidade. De certa

forma, Eco parece compartilhar a ideia de que o ciberespaço aumenta as desigualdades entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, além de nacionalmente agravar as desigualdades entre ricos e pobres. Análise semelhante é feita por Bucci.

Nós olhamos para o mundo da internet como se ele fosse um plano. Olhado no plano, todos estão aparentemente falando e se comunicando. Mas, além do plano, existe uma outra dimensão, que é essa diferenciação vertical. Como é que ela se estabelece? Em primeiro lugar, pelo grau de tecnologia que você pode manusear, depois pela familiaridade com que você tem acesso a milhões de dispositivos. Como você comanda os programas, além de ser comandado por eles? Depois, como a concentração de capital propicia que alguns agrupamentos tenham mais destaque na difusão da informação e na administração dos grandes nós dessa rede (BUCCI, 2009, p. 206).

Já Rüdiger alerta para os problemas causados pela dependência da sociedade contemporânea ao paradigma tecnológico. Porém, autores como Castells, Lévy e Jenkins percebem espaço para a emancipação humana proveniente de apropriações e usos adequados do ciberespaço. De acordo com Rüdiger (2011), em síntese, eles são -tecnófilos!. Compõem um grupo de profissionais e pesquisadores dos campos da informática e da comunicação e defendem as virtudes morais, políticas e econômicas da cibercultura. Nesta parte do trabalho, esse embate teórico será apresentado de forma mais aprofundada e busca-se delimitar o paradigma supostamente adotado nesse contexto pelo MST para subsidiar teoricamente suas ações simbólicas no ciberespaço.

Visões apocalípticas e integradas<sup>69</sup> (ECO, 2008) continuam uma constante nas problematizações acerca da cibercultura. Conforme Amaral (2011), ao citar Hine (2000), outra divergência entre os pesquisadores trata do modelo de abordagem teórica supostamente mais adequado para focar a internet: o melhor seria percebê-la enquanto cultura ou enquanto artefato cultural?<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Em síntese, no livro, Eco faz uma análise da cultura de massas e os meios de comunicação. Ele apresenta, ao longo da obra, dois pontos de vistas opostos sobre essa questão: os apocalípticos que só conseguem enxergar os pontos negativos da cultura de massas e os integrados caracterizados por suas análises favoráveis à cultura de massas.

<sup>70</sup> -Um artefato cultural pode ser definido como um repositório vivo de significados compartilhados que são produzidos por uma comunidade de ideias. Um artefato cultural é um símbolo comunitário de pertencimento e posse (no sentido não-violento e não religioso da palavra). Um artefato cultural se torna infinitamente mutável e gera muitas auto-referências que são mutuamente definidas, muito mais do que gera uma narrativa linear central. Por estar além do alcance da lei, o artefato cultural torna-se um signo para a construção da Ordem Simbólica dentro da comunidade. Ele carrega uma autoridade ilegítima, que não é sancionada por sistemas legais ou pelo Estado, mas pelas práticas vivenciadas pelas pessoas que as criam (SHAH, 2005, p. 8, *apud* AMARAL, 2011, p. 40)

Segundo Amaral, na perspectiva da internet como cultura, os pesquisadores irão entendê-la como um espaço distinto do off-line. Como se ela fosse completamente autônoma e autossustentável. Uma visão de cultura criticada por Lemos, que não dissocia o on-line e off-line muito menos a cultura e a cibercultura. –[...] acredito que a cibercultura seria a cultura contemporânea, onde os diversos dispositivos eletrônicos digitais já fazem parte da nossa realidade (LEMOS, 2009, p. 136).

Baseado nos novos usos e apropriações da rede, possibilitados pela computação social (LÉVY, 2010) – segundo Lévy, esta foi batizada de Web 2.0<sup>71</sup> pelos especialistas do *marketing* – e na maior conexão entre o mundo off-line e o universo on-line proporcionada pelos dispositivos digitais móveis com acesso sem fio à internet assim como pelas tecnologias vestíveis, Lévy critica a noção da internet desligada do mundo off-line. Ou seja, para ele, o ciberespaço não é uma realidade paralela.

O ciberespaço (que também chamarei de —redel) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 17).

De acordo com Lévy (2010), os indivíduos são os nós da computação social. Esta, assim como os internautas não se desligam necessariamente por completo do off-line quando estão no ciberespaço, não é desenvolvida de forma apartada do mundo off-line. Pelo contrário, os universos on-line e off-line se influenciam e constituem-se mutuamente em uma realidade cada vez mais ubíqua. Nesse sentido são desenvolvidos trabalhos que percebem a internet como artefato cultural.

Assim, favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte, em uma perspectiva que se diferencia da anterior, entre outras coisas, pela integração dos âmbitos on-line e off-line. A ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos de uso. O objeto internet não é único, mas sim multifacetado e passível de apropriações. (AMARAL, 2011, p. 42)

Independente do paradigma adotado, o fato é que os atores sociais e as relações desenvolvidas no ciberespaço são o foco principal dos trabalhos de disciplinas das Ciências Sociais que abordam a internet. Para quem estuda os movimentos sociais,

---

<sup>71</sup> Para entender a Web 2.0 é importante compará-la com a Web 1.0. –A primeira fase – web 1.0 – é a da publicação, com browser, portais, sites, homepages, linguagem HTML, e-mail, livros de visita, fóruns, chats, álbuns de fotos, os primeiros sistemas de busca etc. A segunda fase é a da cooperação, com redes de relacionamento, blogs, marketing viral, social bookmarking (folksonomia), webjornalismo participativo, escrita coletiva, velocidade e convergência (PRADO, 2011, p.182).

como já ficou evidenciado por Castells (2013), é fundamental perceber como suas lutas são desenvolvidas simultaneamente on-line e off-line. Essa nova forma de atuação dos movimentos sociais, constituída por uma estruturação em rede que liga atores de bandeiras distintas, no mínimo pontualmente, em prol de mais justiça social, é uma questão-chave na atualidade.

Em um momento no qual precisa –se reinventar para continuar a existir, o MST dá sinais de tentar seguir essa nova dinâmica e, por isso, objetiva se aliar aos mais distintos movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais, para conseguir atingir seus objetivos. Para isso, será que o movimento conseguirá apropriar-se de forma eficaz das novas possibilidades de organização e mobilização social que emergem pelos usos radicais (DOWNING, 2002) viabilizados pelas novas tecnologias e criativamente desenvolvidos pelos militantes dos movimentos sociais característicos deste novo século (CASTELLS, 2013)?

Não se pode deixar de tentar compreender como as interações sociais são construídas e estruturadas nesse novo espaço de sociabilidade, que congrega pessoas do mundo inteiro e das mais diversas culturas, reunidas em torno de temas comuns como ecologia, política partidária, esportes, entre vários outros.

Já está se tornando lugar-comum afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação estão mudando não apenas as formas do entretenimento e do lazer, mas potencialmente todas as esferas da sociedade: o trabalho (robótica e tecnologias para escritórios), gerenciamento político, atividades militares e policiais (a guerra eletrônica), consumo (transferência de fundos eletrônicos), comunicação e educação (aprendizagem à distância), enfim, estão mudando toda a cultura geral (SANTAELLA, 2003, p. 23).

Assim como Mitchell (2010), nos anos 1950, foi motivado a desenvolver pesquisas de campo pioneiras nas cidades, já que o homem migra para as áreas urbanas e o modo de vida tribal é ali reconfigurado, os cientistas sociais há pouco mais de duas décadas enfrentam o desafio de compreender a –migração! do homem para o ciberespaço. A partir daí, diversos temas e objetos de estudo podem e são construídos diuturnamente com o objetivo de entender as dinâmicas sociais ordenadas por lógicas peculiares à cibercultura, que são tornadas ainda mais complexas quando se aceita a sua constante interação com as lógicas do mundo off-line.

A cibercultura (LEMOS, 2004) é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociedade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e

distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 22).

Contudo, a cibercultura não determina as inovações e mudanças nas interações sociais advindas com o surgimento do ciberespaço. –A emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada e não determinadal (LÉVY, 1999, p. 25). As diversas possibilidades construídas no âmbito da cibercultura são apropriadas e usadas de formas diferenciadas por grupos distintos, que vão moldando-se conforme as possibilidades percebidas e, simultaneamente, criam novas dinâmicas com potencial de contribuir para a contínua constituição da cibercultura.

De acordo com Rüdiger (2011), a cibercultura é um conceito essencial para compreender as relações de poder que permeiam as interações sociais no ciberespaço. Essas relações de poder caracterizam, por exemplo, a luta por reconhecimento desenvolvida pelo MST. O ciberespaço, por sua vez, seria produto da cibercultura a qual é gestada pelo pensamento cibernético. O ciberespaço, quando entendido como um sistema de comunicação via computadores, é um dispositivo cibercultural que fomenta a expansão da cibercultura.

Cibercultura, rigorosamente falando, seria a exploração do pensamento cibernético e de suas circunstâncias, de acordo com um projeto que se vai criando historicamente, mas que, como tal, vai incorporando inúmeras ordens de outros fatores, levando sua ideia central, a de cultivo, a perder a sua conexão originária com aquele pensamento e seus desenvolvimentos especializados, a projetar-se de um modo cada vez mais cotidiano e profano, em que só de forma muito mediada, estranha para o seu sujeito, está em jogo a cibernética (RÜDIGER, 2011, p. 10-11)

Assim como a criação da *World Wide Web*, em 1989, por *Tim Berners-Lee* foi essencial para a expansão e popularização da internet, o ciberespaço teria criado as bases para a expansão da cibercultura. À medida que o ciberespaço crescia, o deslumbramento com as novas tecnologias, com a alardeada mutação da sociedade dos átomos para uma conformada por bits (NEGROPONTE, 1995), motivava análises apressadas e otimistas da intitulada revolução digital.

Contudo, por ironia, uma crise econômica mostrou que a revolução digital não era tão poderosa e rentável. Quase sucumbiu ao estouro da bolha das empresas –ponto coml, onde os entusiastas desse maravilhoso mundo novo perderam milhões de dólares

com a quebra de centenas de empresas operadas na internet. Nesse período, início da primeira década deste século, os investimentos no mundo virtual escassearam, pois já não eram sinônimos de lucro certo e passaram a ser vistos como de alto risco.

Em sintonia com a cautela de quem ainda apostava no potencial comercial da internet, alguns –tecnófilos| redimensionaram seus discursos à nova realidade. Agora, as mídias digitais não substituiriam os meios de comunicação de massa (TV, Rádio, Imprensa), mas iriam conviver com eles, obrigando-os a se adaptarem à interatividade. Esta foi palavra-chave de uma nova fase das mídias digitais que, conforme as teorias otimistas, continuariam no protagonismo do ecossistema midiático do século XXI.

Era o início da *Web 2.0* ou o surgimento da computação social, como preferiu denominar Lévy. Importa lembrar que, enquanto na *Web 1.0* o internauta continuava apenas a consumir informação proveniente dos grandes meios de comunicação, na *Web 2.0* ele é instigado também a produzir conteúdo. Surgem ferramentas que permitem a criação, por exemplo, de *blogs* ou sites por qualquer pessoa com conhecimentos elementares de informática. Fica fácil e barato publicar conteúdo e divulgá-lo para todo o mundo. Movimento que só cresceu e consolidou-se ao longo dos anos.

Assim, qualquer grupo social também tem ao seu dispor um canal de comunicação no qual pode construir uma narrativa composta por imagens, textos, vídeos, áudios, infográficos... Sem dúvidas, uma excelente ferramenta para o MST que precisa desconstruir o estigma produzido em escala nacional com o auxílio da mídia hegemônica. Pela primeira vez, em sua história, o grupo passaria a contar com a possibilidade de ser ouvido em tempo real em todo país, para não falar do mundo, sem a necessidade de obter uma concessão de rádio ou TV, que provavelmente não seria outorgada pelo Ministério das Comunicações.

Como se não bastasse, o montante de recursos para tal empreitada era compatível com sua realidade financeira. O investimento necessário para construir um site, registrar e manter um domínio é irrisório para um movimento do porte do MST. O valor monetário para produzir conteúdo também é ínfimo quando comparado com a infraestrutura física necessária para operar um canal de televisão, que além de caro não permite a interatividade e a articulação em rede entre os militantes potencializada pela internet.

De certa forma, as plataformas, que democratizaram a divulgação do material produzido pelos internautas e foram apropriadas por movimentos sociais como o MST,

ajudaram significativamente a salvar a economia do universo digital. Não por acaso, o *Facebook*, em 2012, tinha a marca mais valiosa entre as empresas de tecnologia, segundo relatório da empresa de pesquisas *General Sentiment*<sup>72</sup>. Em fevereiro de 2014, logo após anunciar a compra do aplicativo *WhatsApp* por US\$ 16 bilhões, as ações do *Facebook* tiveram alta de 1,13% e custavam US\$ 68,06. Quase o dobro do valor inicial quando começou a ser vendida na bolsa, em 2012, época em que valiam US\$ 38,00. Ainda em 2014, o *Facebook*<sup>73</sup> valia no mercado US\$ 172,8 bilhões, montante bem superior a *Amazon* (US\$ 159 bilhões) e mais alto do que a *Oracle* (US\$ 170 bilhões), duas referências na área tecnológica.

Nesse momento em que o internauta, assim como os movimentos sociais atentos às possibilidades de comunicação e articulação potencializadas por usos e apropriações revolucionárias da internet, passa por um processo de empoderamento, o discurso dos entusiastas da cibercultura volta a ganhar força. Com o seu já clássico *Cultura da Convergência*, Henry Jenkins vai retomar o conceito de inteligência coletiva, proposto por Lévy (1999), e adequá-lo ao que denominou de cultura da convergência. Lévy (1999) explica que a inteligência coletiva é um dos principais motores do universo cibercultural.

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração (LÉVY, 1999, p. 132).

Ao tratar de inteligência coletiva, Lévy parece fazer uma resignificação do conceito de consciência coletiva proposto por Durkheim. Isso porque Lévy também, em maior ou menor escala, acaba por refletir sobre a questão da solidariedade social, que seria a liga seminal dessa inteligência coletiva. Se, conforme Durkheim (2010), a solidariedade social varia conforme o grupo social, quais seriam as lógicas que estruturam a sociabilidade no ciberespaço? Haveria, com o advento das comunidades virtuais, desenvolvidas por meio das afinidades e semelhanças de seus membros, a retomada da solidariedade orgânica?

---

<sup>72</sup> Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/Facebook-passa-apple-e-google-como-marca-mais-valiosa-do-mundo>. Acesso em: 31 jan. 2014.

<sup>73</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/Facebook-compra-o-aplicativo-whatsapp-por-us-16-bilhoes.htm>. Acesso em: 04 mar. 2014

Um dos principais pesquisadores das comunidades on-line, Jenkins (2009) acredita que com o advento das novas tecnologias cria-se uma cultura da convergência. Há uma mudança na relação entre produtores e consumidores de informação, mediada pelo conteúdo. Na verdade, essas figuras se confundem em um momento onde a audiência, de forma coletiva, tem a possibilidade de interferir no processo de produção de notícias, filmes, séries, músicas, campanhas eleitorais, propagandas... Em sua análise, a interatividade evolui para a participação. -Há uma produção coletiva de significados (JENKINS, 2009, p. 30).

Participação que, caso seja trabalhada de forma estratégica, pode tornar-se fundamental para a luta desenvolvida pelo MST no campo simbólico e no intuito de fortalecê-lo ao aumentar sua parceria com os movimentos sociais urbanos. Se a análise de Jenkins é acertada, os movimentos sociais coletivamente podem interferir na produção de notícias que criminalizam o MST, tentam deslegitimar as manifestações como as de junho de 2013, usualmente buscam naturalizar a concentração da propriedade dos tradicionais canais de comunicação, enfim, que reificam e reproduzem as relações de dominação permeadas nos mais diversos campos sociais.

Na concepção de Lemos e Lévy (2010), a conversação coletiva em escala global ou, de forma mais sofisticada, a inteligência coletiva, é um dos pilares da cibercultura. A consequência dessa conversação mundial, caracterizada por Lemos e Lévy (2010) como uma reconfiguração social, cultural e política, é outro princípio da cibercultura. É provável que o empoderamento dos mais distintos segmentos da sociedade civil organizada materialize essa reconfiguração. Ela impacta na construção de um novo espaço público, que está imbricado com as mídias e com as dinâmicas sociais off-line.

A rede de telefonia mundial, a televisão por satélite, a multiplicação de canais de televisão e, mais recentemente, a interconexão mundial de computadores, que integra todas as mídias precedentes em um meio de comunicação interativo original, fazem nascer um novo espaço público. Esse novo espaço redefine radicalmente as condições de governança e vai, provavelmente, engendrar novas formas políticas, ainda dificilmente previsíveis (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 52).

De fato, já se percebe mudanças significativas no jogo político. Como explicou Gomes (2004), embora nos bastidores a influência da comunicação ainda não seja demasiada, os atores políticos procuram se adequar às lógicas inerentes ao campo da comunicação. Agora, o discurso político passa por mais uma metamorfose para se

alinhar às demandas do ciberespaço. Isso porque as disputas simbólicas, tão caras à política, ocorrem em *fronts* que conformam dimensões distintas de uma mesma realidade na sociedade em rede: o on-line e o off-line.

Assim é uma sociedade em rede autoconstruída com base na conectividade perpétua. Mas não é uma sociedade puramente virtual. Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line (CASTELLS, 2013, p.173).

Quem consegue compreender e sincronizar suas estratégias nesses dois espaços tem obtido resultados significativos. Os casos mais emblemáticos, até o momento, são a vitória eleitoral de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos, em 2008, e a série de mobilizações no mundo árabe, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Na opinião de analistas –tecnólogos, o primeiro episódio teria sido produto da apropriação das mídias digitais operada pelo próprio Obama e pelos coordenadores de sua campanha. Nos demais casos, a apropriação e articulação em rede foram protagonizadas pelos cidadãos comuns e pelos movimentos sociais, que acabaram liderando, mesmo informalmente, essas manifestações.

Porém, tais dispositivos digitais foram mesmo decisivos para a conquista do supostamente mais poderoso cargo do planeta? Seguindo essa linha de raciocínio, esses mesmos mecanismos seriam importantes para derrubar alguém desse cargo? Ou poderiam contribuir para modificar a lógica capitalista que predomina na economia americana, como acreditavam os militantes do *Occupy Wall Street*<sup>74</sup>? Será que a inevitável revolução prevista por Marx terá como protagonista os usos e apropriações das novas tecnologias pelo –proletariado? Enfim, seriam as novas tecnologias, a depender da forma como usadas e apropriadas, fundamentais para o MST se reestruturar e obter vitórias principalmente em embates simbólicos?

Rüdiger (2011) ao expor o pensamento de autores que denominou de cibercriticistas, como Stallabras e Robins, ressalta que esses mecanismos mais perpetuam as lógicas capitalistas reificadas na cibercultura do que agem para colocá-las em xeque.

Subjacente aos fenômenos de cibercultura encontra-se, portanto, o contexto de um capitalismo violento, que se tornou onipresente e planetário, quer no espaço real, quer no ciberespaço. Expressão

---

<sup>74</sup> Inspirados pela Primavera Árabe, milhares de americanos, em 2011, foram às ruas e acamparam em praças de grandes cidades dos Estados Unidos. Em síntese, eles protestavam contra as desigualdades econômicas e sociais produzidas pelo capitalismo no país.

poderosa de nossas fantasias mais primitivas, por mais que também haja lugar para a fantasia emancipatória, a cibercultura é articulada pelo racionalismo abstrato, imperioso e calculista surgido com o Ocidente Moderno. A comunicação on-line e a figura do ciborgue contêm, sem dúvida, uma ambivalência, mas antes de a agenciarem entre as massas, elas são estruturadas por determinadas forças sociais e históricas que vêm de longe (RÜDIGER, 2011, p. 40-41).

Rüdiger também interpreta os textos de Siegel como sendo a continuidade do pensamento do cibercriticismo. Siegel, segundo Rüdiger, defende que as práticas desenvolvidas pela cibercultura dependem de dinâmicas do capitalismo. O pensamento de Rüdiger é mais alinhado aos cibercríticos do que pretende desconstruir a teoria proposta pelo cibercriticismo. De acordo com Rüdiger (2011), a cibercultura não apresenta nenhuma novidade, pelo menos, a partir do ponto de vista histórico.

As engrenagens tecnológicas de vanguarda que a movimentam contrastam com o cunho prosaico das condutas que a formam, a inércia de seus conteúdos espirituais e a banalidade da maioria das atitudes que lhe subjazem. As práticas emergentes que aquelas engrenagens ensejam costumam lançar mãos de velhas fórmulas culturais, porque, em resumo, o conjunto que formam esses elementos todos, fórmulas, práticas e meios técnicos, poderia bem ser visto como o exercício do que foi chamado de indústria cultural na recém surgida esfera do ciberespaço (RÜDIGER, 2011, p. 46-47).

Se Rüdiger estiver correto, em alguns casos isolados, como ele mesmo reconhece, há movimentos de emancipação social baseados na cibercultura. Porém, por meio da cultura da convergência ou da participação, estaria operando a massificação das práticas da indústria cultural e, obviamente, de seus valores e mecanismos de reprodução. Se a cibercultura é mesmo, em certa medida, produto do ideário capitalista e da concepção racionalista moderna, os quais estão entrelaçados, é facultado aos movimentos sociais apropriar-se das armas do inimigo. –Ao longo dos anos o setor de comunicação do MST tem procurado compreender melhor o impacto dessa tecnologia na sociedade e seu potencial para o questionamento das contradições da sociedade capitalista e a emancipação da classe trabalhadora<sup>75</sup>||.

O MST já reivindica, junto com os ciberativistas, a democratização da comunicação. É necessário verificar se o movimento também estaria embasado

---

<sup>75</sup> Solange Inês Engemann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

teoricamente pelo pensamento dos supostos entusiastas da tecnologia e passa a adequar sua política de comunicação para atuar de forma mais dinâmica no ciberespaço, conseguindo aproveitar o processo de empoderamento vivenciado pelos mais diversos atores sociais.

## 2.1 – Liberação do polo de emissão

A consolidação de uma sociedade em rede, potencializada pela conexão móvel à internet, será a chave para o homem superar as desigualdades sociais? É provável que os ciberativistas já tenham encontrado indícios que ajudem responder essa pergunta. Afinal, eles souberam aproveitar a quebra do monopólio da emissão de conteúdo, que até meados dos anos 1990 estava sob o domínio dos grandes meios de comunicação, viabilizada pelo surgimento das mídias digitais.

O que era fluxo massivo nas mídias, como a TV, o rádio e o impresso, passa a desempenhar agora o que sugerimos chamar de ‘função pós-massiva’, função personalizável, interativa, estimulando não só o consumo, mas também a produção e a distribuição de informação (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 47).

Essa função pós-massiva da internet estimula e permite também, se devidamente apropriada, o planejamento e mobilização para protestos. Estes são registrados e divulgados, em tempo real para o mundo inteiro, por meio de dispositivos digitais móveis conectados à grande rede. São organizados pela construção de discursos descentralizados que denunciam desde a violência policial até os regimes ditatoriais. Operam na desnaturalização das práticas institucionalizadas de dominação que conformam distintas sociedades ao longo do planeta. Gradativamente, como observa Ivana Bentes (2013), no prefácio do livro –A internet e a real, deixam de ser apenas registros das lutas travadas pelos mais diversos atores sociais para se tornarem a própria luta.

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos têm percepção semelhante. De acordo com Malini e Antoun (2013), os analistas americanos acompanham os discursos de resistência originados na nova mídia, que se contrapõem às arbitrariedades do Estado, seja ele democrático ou ditatorial. Para eles, com o advento das novas tecnologias, outros *fronts* foram abertos, em um velho embate já conhecido, o *infowar*. Malini e Antoun (2013) explicam que as novas manobras de guerra foram denominadas de *cyberwar* e *netwar* por Arquilla e Ronfeldt.

Enquanto a guerra do controle (*cyberwar*) compreenderia a luta de alta intensidade conduzida através de alta tecnologia militar travada por dois Estados (como, por exemplo, a Guerra do Golfo), a guerra em rede (*netwar*) seria a luta de baixa intensidade travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede através do uso de táticas e estratégias que envolvem o intenso uso das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais, como a Internet (Malini e Antoun, 2013, p. 68).

O MST, que há décadas já combatia na *infowar*, entrou na chamada guerra em rede no momento em que passou a produzir e promover a circulação de conteúdo com potencial de ser visualizado e compartilhado por milhões de pessoas em todo o mundo. Neste momento histórico, a construção e difusão de relatos em tempo real ou bem próximo dele, sobre uma manifestação promovida pelo MST, por exemplo, deixa de ser primazia da mídia hegemônica.

É fato que a cobertura de tal protesto pelo site do MST não alcançará a mesma audiência desses tradicionais meios de comunicação. Porém, o flagrante de um ataque policial a um grupo de manifestantes, que não tenha sido registrado pelos jornalistas, poderá ser filmado por um militante do movimento que tenha um dispositivo digital móvel, como um *smartphone*. Caso este equipamento esteja conectado à internet, essas imagens poderão ser, quase em tempo real, postadas na página oficial do MST no *Facebook*.

A partir de então, o vídeo passa a ter o potencial de ser viralizado (disseminado rapidamente para centenas de milhares de pessoas) em sites de redes sociais e atingir pessoas das mais diversas regiões e níveis sociais, sejam elas simpatizantes do movimento ou não. Isso era inimaginável até os anos 1990. Época em que os trabalhadores rurais tinham, como um dos principais instrumentos de mobilização e contradiscurso à mídia comercial na *infowar*, o *Jornal Sem Terra*, cuja tiragem e disseminação eram restritas.

Já o vídeo denunciando o abuso de poder por parte dos policiais, além de causar um embaraço à polícia, chegando até a deslegitimar a ação policial perante parte da sociedade, pode contribuir também para vitórias em outras esferas. Isso porque, ficaria mais fácil para o movimento acionar o Ministério Público ou por meio de sua própria assessoria jurídica ingressar uma ação na Justiça contra esses policiais. Apesar de parecer apenas suposições, esse raciocínio é fundamentado nos episódios ocorridos nas manifestações populares de junho de 2013, onde a violência policial foi denunciada

nas redes sociais, produzindo um contraponto à versão apresentada pela mídia hegemônica.

Com a quebra do paradigma de comunicação baseado em um modelo de produção e transmissão de mensagens de um emissor para milhões de receptores, os atores sociais aprendem a consumir, produzir e disseminar informação cotidianamente pela rede mundial de computadores. Consolidam o novo paradigma de comunicação fundamentado na possibilidade de muitos enviarem mensagens para muitos.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sociais sem fio como plataforma da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. (CASTELLS, 2013, p. 15-16).

Essa autocomunicação parece ser uma das principais ferramentas a ser utilizada ou reforçada pelo MST na resistência e desconstrução das relações de poder arbitrariamente naturalizadas na sociedade. Agora, embora ainda não em condição de igualdade com seus rivais, os sem-terra têm a chance de vivenciarem um processo de emponderamento no campo simbólico e passar a conter armas sofisticadas para adentrar no novo *front* da *infowar* com maiores probabilidades de êxito.

Em síntese, de forma ainda mais emblemática, o poder simbólico continua decisivo nesse embate, seja para consolidar a dominação ou contribuir para a libertação dos dominados de uma subjugação que eles próprios inconscientemente são levados a legitimarem. (BOURDIEU, 2000). Antes de continuar com o tema do emponderamento dos agentes sociais na sociedade em rede, é necessário apresentar uma breve revisão crítica sobre o poder simbólico, um dos elementos centrais no pensamento de Bourdieu, para ajudar na compreensão das relações de dominação que conformam a sociedade.

## **2.2 – Poder simbólico e relações de dominação**

Fazer a releitura de obras clássicas de Pierre Bourdieu é um exercício, simultaneamente, difícil e prazeroso. O autor complexo transitou, simultaneamente, com desenvoltura pela elaboração teórica, ofereceu aportes para se debater questões metodológicas e demonstrou originalidade nas abordagens empíricas. Transformou-se

em referência no campo e soube maximizar o capital social e minimizar as críticas inerentes a tal posição.

Essa síntese micro da trajetória de Bourdieu evidencia, sem cair na tentadora ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996), o desafiador objetivo desta parte do trabalho: elaborar uma revisão crítica dos usos e apropriações do poder simbólico, um dos elementos centrais no pensamento de Bourdieu para compreender as relações de dominação que conformam a sociedade.

O interesse por essa questão remete à própria história pessoal de Bourdieu, reforçando a ideia do autor de que os intelectuais irão ocupar as posições disponíveis pelo habitus constituído em uma determinada época (BOURDIEU, 2004). O pesquisador, que ingressa na academia na década de 1950, buscou entender as dinâmicas sociais para, por exemplo, explicar o processo de estigmatização da região na qual nasceu no Sul da França. Em um momento histórico marcado pela hegemonia do paradigma estruturalista em diversas disciplinas, o autor vai além e começa a problematizar a ação do ator frente à estrutura social.

Assim como E.P Thompson (2009) que, ao tentar restaurar os explorados e oprimidos como sujeitos históricos, critica a visão estruturalista de Althusser, Bourdieu busca realçar o papel da agência. Mas ao contrário do historiador britânico, que nega algumas contribuições de Gramsci, Bourdieu retoma a noção de não haver separação entre história e estrutura. Assim, os campos se formariam historicamente e constituiriam a sociedade moderna, bem como o habitus. Este também tem uma dimensão histórica e acompanha a história dos grupos sociais.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente —reguladas e —regulares sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção para atingi-los e coletivamente orquestrada, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983, p. 61)

A partir dessas construções teóricas, mesmo sem negar os pressupostos estruturalistas, como a ideia de que a realidade social é objetiva (estruturada por estruturas estruturadas e potencialmente estruturantes), o projeto sociológico de

Bourdieu é estruturado incorporando elementos da perspectiva objetivista e subjetivista. Ele ambiciona superar a dicotomia estrutura/agência, as quais seriam duas dimensões de uma mesma realidade.

Porém, caso a dinâmica social tem elementos de objetividade e subjetividade, como explicar que na gênese das estruturas estão as práticas, as quais são estruturadas pelas estruturas? Bourdieu busca compreender essa dinâmica dialética e assegura não haver como dissociar a estrutura da prática. Com o objetivo de responder essa questão elabora conceitos como habitus, campos sociais e poder simbólico. Embora intrinsecamente relacionados e operando de forma conjunta, neste trabalho, por questão de espaço, iremos focar prioritariamente as noções de campos sociais e de poder simbólico, mais especificamente o uso e apropriação deste pelo MST como tática de resistência à dominação.

Para Bourdieu, no campo social, há um quadro concorrencial, permeado por relações de poder, para obter o capital de interesse comum, o qual é fundante de um campo específico. Assim, os campos são estruturados em posições sociais, previamente fixadas, diferenciadas e antagônicas (dominados e dominantes). De acordo com a distribuição do capital social, há uma polarização entre dominantes (detentores da maior parte do capital social importante para aquele campo) e dominados (detentores de pouco ou nenhum capital social).

A partir dessa polarização, existe uma disputa pela obtenção ou maximização de capital social, visando à melhoria ou manutenção da posição do agente social dentro do campo. Se o agente social estiver em uma posição dominante, tentará manter-se ali e buscará legitimar as relações de dominação. Nesse sentido, conforme Bourdieu, o uso do poder simbólico será fundamental. Afinal, apesar de invisível, mas muito efetivo, o poder simbólico legitima as formas de dominação em um campo.

Assim, todo campo necessita de poder simbólico, e quanto mais sofisticada for uma dada sociedade, irão surgir campos específicos que se constituem com o objetivo de produzir formas simbólicas, que serão usadas para corroborar as formas de dominação nos mais diversos campos.

O poder simbólico, poder sublinhado, é uma forma transformadora, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de

capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio de energia (BOURDIEU, 2011, p. 15).

Autores como Boltanski e Thévenot (2006) criticam o uso da noção de legitimação como uma forma de encobrir e dissimular a dominação. Isso, segundo os autores, tenderia a confundir justificação com engano. Para eles, as pessoas não costumam criar falsas desculpas após suas ações, tendo como objetivo esconder algum motivo secreto que as motivaram. Na verdade, elas tentam realizar suas ações de modo que possam suportar o teste de justificação.

Contudo, não se quer polemizar a partir da concepção de Boltanski e Thévenot. Afinal, não é preciso, necessariamente, abdicar de seguir a construção teórica de Bourdieu para tensioná-la. Mesmo partindo do pressuposto de que o poder simbólico legitima as relações de dominação, Bourdieu parece ter evitado aprofundar os usos e apropriações desse poder pelos dominados, algo que pode ser percebido na produção de formas simbólicas on-line e off-line pelo MST. Bourdieu sempre enfatiza a função política do poder simbólico na reprodução de poder, na reprodução do *status quo*, na reprodução das estruturas hierarquizadas, enfim, na reprodução das formas de dominação.

Não por acaso comentadores da obra de Bourdieu, como Ortiz (1983), dizem que o autor propõe uma sociologia de reprodução social. Talvez, esse seja um dos mais fortes traços estruturalistas em sua obra e alvo de críticas sobre a praticamente nula autonomia do agente perante o habitus e o campo social. Logo Bourdieu, que pretendia superar o estruturalismo e evidenciar a autonomia, pelo menos relativa, dos agentes perante as estruturas, acaba por prendê-los ao habitus e ao campo, além de demonstrar a forte influência do poder simbólico que lhe é imposto.

Mas como, mesmo aceitando que os dominados não querem colocar em xeque a mudança das estruturas, mas sim melhorar sua posição e passar a ser dominante no campo, haverá uma modificação significativa sem o uso e apropriação do poder simbólico por agentes como o MST? Será que nessa guerra simbólica, por reconhecimento, o MST recebe sem lutar, sem reivindicar, sem se apropriar, as armas para o combate?

Conforme Bourdieu, a própria lógica do campo, ao operar em seus agentes, que, pelo jeito, estariam próximos da passividade, iria predispor alguns a oferecer aos dominados instrumentos de ruptura das relações de dominação.

Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses que aí se geram não produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico (BOURDIEU, 2004, p. 152).

Baseado ainda na homologia das posições, vamos traçar o seguinte cenário hipotético: alguns dominados receberam os instrumentos de ruptura, subverteram os seus usos –naturais e conquistaram gradativamente mais e mais capital social ao ponto de conseguirem assumir o poder em um determinado campo. Nesse caso, será que as estruturas do campo serão mantidas com esses novos agentes no comando? De acordo com Lahire (2005), já que não estão presos ao habitus, os agentes irão atuar de modos diferentes em contextos distintos. Assim, conforme o raciocínio de Lahire, esses agentes, que tomam o poder em um campo, não necessariamente irão ter suas ações determinadas pelas estruturas sociais, podendo modificá-las.

Embora o poder simbólico seja a forma em que o poder se deixa ver menos (BOURDIEU, 2011), ele é percebido e apropriado pelos dominados como elemento de resistência à dominação e esse é um pressuposto basilar deste estudo sobre a guerra travada pelo MST em busca de estima social. Nesse sentido, Scott (2000), que trabalha com a dimensão simbólica ao tratar da resistência cotidiana aos grupos em situação de dominação, acerta ao defender a visão voluntarista da ação social, que vai de encontro à noção de habitus de Bourdieu.

Ele questiona a concepção estruturalista sobre as relações de dominação, segundo a qual, os agentes sociais são incapazes de lutar pela autonomia e ressalta que por meio de boatos, além de outras armas de resistência operadas na dimensão simbólica, os dominados resistem às relações de dominação. E.P Thompson (1998) também ressalta o uso de uma rede de boatos, como arma de resistência da classe operária inglesa. No século XXI, o ciberespaço e mais precisamente sites de redes

sociais, como o Facebook, são apropriados por movimentos sociais e podem disseminar informações, em muitos casos que não foram checadas, com potencial de abalar a reputação de seus inimigos.

Segundo Thompson (1998), as cartas anônimas, além de se configurarem como uma das principais formas de expressão que a classe operária dispunha no século XVIII, visavam a contribuir para desestabilizar a estrutura desigual dessa sociedade. Neste novo milênio, os sites de redes sociais configuram-se também como espaços onde perfis falsos (*fakes*) são construídos com o objetivo de criticar e denunciar as contradições dos gestores públicos, casos de corrupção, desmandos, nepotismo etc, que acabam por deslegitimar gradativamente algumas das arbitrariedades cometidas pelo próprio estado, embora talvez a maior parte dessas ações não tenha essa motivação.

Já em Bourdieu, como a estrutura permanece muito forte, os dominados parecem não ter quase nenhuma possibilidade de se apropriar e fazer usos distintos do poder simbólico. Para Bourdieu, evidenciando o legado de Durkheim em seu pensamento:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘\_integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. análise durkheiminiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘\_lógica’ é a condição da integração ‘\_moral’ . (BOURDIEU, 2011, p. 10)

Entretanto, será que os símbolos não podem ser usados para desconstruir *consensus* em voga, embora visem à construção de novos *consensus*? Como explicar então todo o investimento do MST na manutenção da mística na maior parte do cotidiano e nas ocasiões especiais das vidas daqueles que compõem o movimento? Produções simbólicas não poderiam ser pensadas como instrumentos de contradominação? A violência simbólica só seria útil à -domesticação dos dominados!? Ela não poderia ser usada para os dominados tomarem o poder? É nessa perspectiva que alguns autores, como Scott (2000), E.P Thompson (1998) e Honneth (2003) trabalham quando demonstram o enfrentamento das relações de dominação por meio de ações de resistência no campo simbólico.

Bourdieu poderia ter focado de forma mais aprofundada o poder simbólico enquanto elemento de resistência e até mesmo de contribuição fundamental para momentos de ruptura e descontinuidades, como Maio de 68. O autor, essencial para a compreensão das relações de dominação, aborda com maestria as lutas simbólicas

travadas nos mais diversos campos sociais, mas não realça os usos e apropriações do poder simbólico pelos agentes em situação de dominação.

No caso do MST, é exatamente a apropriação desse poder, por meio da política de comunicação, que pode contribuir de forma decisiva para sua reestruturação e vitória nas lutas que trava on-line e off-line. Castells (2013) garante que o surgimento de um novo ecossistema de comunicação impacta as relações de poder. Isso porque, em sua análise, os movimentos sociais exercem um contrapoder por meio da comunicação autônoma, a qual é potencializada e vinculada à internet.

Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (CASTELLS, 2013, p. 18).

Perspectiva semelhante é trabalhada por Cardoso (2007), que percebe a internet como uma nova mídia porque, pela primeira vez na história, um meio é usado para difundir mensagens para milhões de pessoas e simultaneamente viabiliza a comunicação interpessoal. Essas características, aliadas aos dispositivos digitais móveis e às tecnologias vestíveis conectados à rede, têm o potencial de facilitar os processos de mobilização e organização de manifestações do MST, bem como o seu registro e difusão.

As tecnologias modificam até mesmo as formas de analisar as repercussões da ação, que são conhecidas em tempo real pela internet. Os militantes podem receber mensagens de texto dando o *feedback* dos internautas sobre a cobertura da manifestação efetuada pela própria comunicação do MST. E simultaneamente acompanham o teor das notícias publicadas nos portais e nos perfis nas redes sociais das empresas de comunicação da mídia hegemônica. –Pois, sem dúvida, estamos imersos e atravessados por um novo ‘\_bios’, uma midiosfera constituída de redes, dispositivos, dados, processos de interação humano/não humanos, que curtocircuitaram a separação entre as redes e a real (BENTES, 2013, p. 10).

Tudo isso junto e misturado ao mesmo tempo, fazendo com que tantas informações influenciem e modifiquem os rumos do protesto. Assim como, com conteúdo produzido ainda durante o protesto e enviado em tempo real ou bem próximo disso, podem criar de forma quase imediata um contradiscurso às notícias que visam a criminalizar os movimentos sociais. –O empowerment comunicativo, para Hamelink, depende da capacidade da mídia em contribuir para assegurar o ideal de comunicação como um processo interativo e não um mero acesso à informação (CARDOSO, 2007, p. 123).

Sem deixar de enfatizar que apenas o domínio da técnica e da infraestrutura tecnológica não garantem êxitos aos movimentos nesses conflitos no campo simbólico, Autum e Malini, ao citarem Rheingold, também enfatizam as características peculiares das novas mídias, assim como seu potencial para democratizar a comunicação.

Através deste investimento teria sido realizada a maior transferência de renda e poder para um público generalizado que a história humana já conheceu, pois ele, além de fundir numa só e mesma rede a telefonia, a computação e as tecnologias da informação – que figuram entre os maiores investimentos do século XX –, pôs esse poderoso e custoso dispositivo de comunicação mediada por computador (CMC) na ponta dos dedos de qualquer criança (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 61).

Lemos (2009) tem o cuidado de lembrar que não há uma mídia totalmente democrática. Mas ressalta que, a partir da apropriação efetuada do computador pelos usuários e de sua conexão à internet, esse equipamento passa a ser mais social do que individual e permite a distribuição horizontal de informação pela rede.

Todo mundo pode produzir. Essa produção só faz sentido se um tiver conectado a outro, porque não é produzir para mim mesmo, e sempre que uma sociedade dá voz às pessoas, as pessoas podem falar, as pessoas podem se agregar para fazer coisas, isso tem uma potência gigantesca de transformação social, política e cultural. Não é à toa que são os países que não querem transformação que reprimem justamente a emissão e a conexão. São os países mais totalitários hoje que tendem a reprimir a internet, porque ela é justamente o lugar da emissão e da conexão (LEMOS, 2009, p. 142).

Não só os acadêmicos reconhecem e debatem essa mudança de paradigma proporcionada pelos quase infinitos usos e apropriações possibilitados pelas novas tecnologias aos cidadãos e movimentos sociais. Assim como já apontou Jenkins (2007), o mercado midiático também tenta se reconfigurar para aprender a lidar com uma concorrência antes inimaginável: a sua própria audiência. Um dos principais

protagonistas da televisão brasileira, Marcelo Tas, conseguiu compreender o novo momento vivenciado pelos atores sociais e resolveu interagir com eles, ao invés de deslegitimar as ferramentas usadas por vários grupos para publicar conteúdo muitas vezes criticando a mídia tradicional. Por anos, teve o perfil mais popular no *Twitter* e conseguiu fazer uma leitura pertinente do que representa as novas tecnologias na sociedade em rede.

Hoje, a revolução digital permite que a gente pegue esse vídeo e publique imediatamente, até ao vivo se a gente quiser. Essa é uma mudança de paradigma gigantesca. A publicação não é mais privilégio de quem detém concessões de televisão, das gravadoras ou, enfim, de quem consegue prensar um DVD. Todos nós podemos ter uma pequena estação de TV, uma pequena editora, ou grande. Porque a audiência é grande também. (TAS, 2009, p. 232)

Mesmo pesquisadores, que não devem ser considerados entusiastas das visões mais otimistas sobre a potencialidade da internet para fortalecer a luta dos movimentos sociais, reconhecem a contribuição dos usos e apropriações dessas plataformas nas estratégias de combate desses atores sociais. Alex Primo (2013), não custa lembrar, ressalta apenas que não se pode ter uma visão maniqueísta da mídia. Em sua opinião, ela nem é a redentora dos movimentos sociais nem tampouco as ações de resistência são delimitadas por lógicas capitalistas que supostamente subjazem à estruturação da comunicação on-line. Assim como a inteligência coletiva pode emancipar a humanidade, também vem sendo cooptada pelo mercado.

Deve-se reconhecer, porém, que a vulgarização das formas de produção e distribuição midiática é um processo que se efetivou sem aderir a uma única vertente ideológica. Não apenas os movimentos sociais souberam utilizar as novas mídias para fins comunitários, comunicacionais e de resistência, como também o próprio mercado percebeu que poderia incorporar a colaboração on-line em suas estratégias informacionais, promocionais e de venda. (PRIMO, 2013, p. 17).

Mais uma vez, o consenso parece estar na relevância que a Comunicação Mediada pelo Computador atinge nos conflitos sociais desenvolvidos no campo simbólico. Seja para manutenção das relações de dominação ou para tentar evidenciá-las e deslegitimá-las, saber usar a comunicação de forma estratégica é fundamental para iniciar ou consolidar um processo de emponderamento e resultar no acúmulo de capital social, o qual pode ser decisivo para a vitória na *infowar*.

Não por acaso, a comunicação sempre foi uma das prioridades do MST. O *Jornal Sem Terra*, que foi criado e circulou antes da –formalização do movimento, foi

por décadas o símbolo da importância dada pelo movimento à comunicação. De acordo com Castells (2013), ao longo da história, os movimentos sociais dependeram da criação e manutenção de mecanismos de comunicação específicos.

Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas (CASTELLS, 2013, p. 170).

Na contemporaneidade, a comunicação torna-se ainda mais vital para a vitória nos conflitos em que os movimentos sociais estão envolvidos. Isso talvez não seja difícil de compreender, pois a própria articulação em rede de um conjunto de atores sociais demandada pelos novos tempos caracteriza a comunicação como um elemento basilar dessas ações de aproximação, união e manifestações conjuntas em torno de demandas sociais locais, nacionais ou transnacionais. Na tal modernidade líquida (BAUMAN, 2001), as mobilizações conjuntas podem até ser efêmeras. Entretanto, as redes de comunicação que as estruturam tendem a permanecer estáveis, embora invisíveis para os mais desatentos.

### **2.3 – Discurso de resistência direto das manifestações**

A maior parte dos movimentos sociais contemporâneos está envolvida em uma disputa simbólica, seja por reconhecimento ou por visibilidade, entre outras motivações. Assim como o MST, vários também sofrem processos de estigmatização. Aliás, o simples ato de protestar, independente de quem tenha articulado a manifestação, pode ser enquadrado como um ato de vandalismo pela mídia hegemônica.

Porém, por meio da apropriação dos sites de redes sociais, os agentes que participaram das manifestações de junho de 2013 conseguiram produzir um contradiscurso à mídia hegemônica muito forte. Ele fez o tom das acusações aos manifestantes ser, pelo menos, suavizado, além de colocar o tal apartidarismo e pluralismo de opiniões dos principais grupos de comunicação do País em questão.

Esse episódio será resumidamente relatado por ser ilustrativo para ajudar a analisar a forma como o MST utiliza as novas tecnologias e facilitar a visualização de possíveis utilizações dessas ferramentas pelos militantes dos sem-terra. A proposta é

apresentar como os manifestantes conseguiram contrapor-se à cobertura tendenciosa da mídia hegemônica ao ponto de fazê-la mudar, em parte, o seu discurso.

Para complementar a exposição sobre essa tática de resistência à mídia hegemônica, por meio da apropriação das novas tecnologias, será focado como as Organizações Globo, grupo mais criticado e hostilizado pelos manifestantes, tentou contra-atacar e garantir a legitimidade da cobertura jornalística que desenvolve. Entretanto, o golpe foi sentido, ao ponto de o jornal O Globo precisar reconhecer publicamente seu apoio à ditadura militar, iniciada em 1964, que torturou e matou centenas de brasileiros considerados –terroristas!.

Ao assumir esse –erro!, o jornal tentou demonstrar sua transparência e isenção. De certo modo, fez parte da tentativa de restabelecer o lugar de fala de isenção para os produtos jornalísticos das Organizações Globo. Estratégia discursiva na qual busca legitimar seu discurso para criticar ou, como denunciam os sem-terra, criminalizar o MST. Portanto, esse suposto enfraquecimento da mídia hegemônica pode ser aproveitado pelo MST para, pelo menos, minimizar o processo de criminalização que esses meios de comunicação ajudam a promover.

Literalmente de um dia para o outro, segundo os principais meios de comunicação do País, as manifestações de junho de 2013 passaram de atos generalizados de vandalismo para tornarem-se legítimas. Ressalva feita apenas para uma minoria que, segundo a grande imprensa, continuava a cometer atos de vandalismo e não representavam milhares de pessoas que protestavam pacificamente. Sem dúvidas, uma vitória significativa no campo simbólico para os manifestantes, que assim como o MST, além da luta utilitária, enfrentavam uma batalha vital no campo simbólico por reconhecimento.

Nos últimos anos, o acesso sem fio à internet bem como a miniaturização dos dispositivos digitais móveis reconfiguram o campo jornalístico.

Celulares, *smartphones*, câmeras e gravadores digitais, *tablets* e similares (aliados às redes sem fio como 3G, 4G e *Wi-Fi*) reposicionam as discussões sobre jornalismo e mobilidade por possibilitarem práticas emergentes associadas ao seu uso. Exemplos disto são, portanto, os casos do jornalismo móvel (*mojo*) com repórteres em campo apurando, editando, enviando do local (inclusive com demarcação de geolocalização) ou conduzindo sessões de transmissão ao vivo por meio de celulares 3G auxiliadas por aplicações de *streaming* do tipo *Qik* ou *Kyte* (SILVA, 2013, p. 92).

Tais processos também possibilitaram amplitude ainda maior aos registros efetuados e divulgados autonomamente pela chamada sociedade civil organizada que, em diversos momentos, irão contrapor-se politicamente aos enunciados da mídia de referência. Em outros casos, a divulgação de informações, efetuada pelas redes sociais por –leitores cidadãos, será pontualmente mais eficaz do que a produzida pela própria mídia tradicional.

Em novembro de 2010, durante a ocupação do complexo do alemão, três adolescentes, pelo perfil no Twitter do jornal comunitário Voz da Comunidade, apresentaram informações mais precisas do que a cobertura *mainstream*, pois estavam em cima do morro. Eles observavam o que de fato ocorria, e corrigiam, em tempo real, os equívocos da imprensa, que não eram evitados nem mesmo com o uso de helicópteros sobrevoando a área ocupada. Em 48 horas, o perfil do jornal comunitário passou de 180 para 18 mil seguidores, levando-o ao *Trending Topics Brasil*<sup>76</sup>, onde permaneceu por dois dias.

Já na esfera política, as manifestações de junho e julho de 2013 ficam registradas como mais um momento no qual os enunciados produzidos pela mídia de referência foram questionados. Todavia, primeiro, é necessário lembrar que a mídia havia se preparado para agendar a Copa das Confederações, que ocorria no Brasil. A ideia era dedicar amplo espaço editorial para notícias e reportagens sobre a competição.

Mas uma série de protestos, contra o aumento da passagem de ônibus e pelo passe livre em São Paulo, começou a ser registrada e divulgada pelos manifestantes nas mídias sociais, que também eram essenciais para mobilizar os participantes das passeatas. Era o início de um histórico processo de contra-agendamento midiático. Este atingiu seu ápice quando as manifestações levaram milhões de pessoas para as ruas das principais cidades brasileiras. Nesse momento, a Copa das Confederações já era coadjuvante do noticiário, enquanto as passeatas ganhavam destaque até na mídia internacional.

Como de costume, os manifestantes foram apresentados inicialmente nos telejornais brasileiros como baderneiros, desordeiros, vândalos, em uma tentativa clara de estigmatizar as manifestações populares. A ação da Polícia Militar para reprimir as mobilizações não era questionada pela mídia tradicional. Mas centenas de imagens e dezenas de vídeos, que contradiziam os telejornais e eram postadas nas redes sociais,

---

<sup>76</sup> Ranking em tempo real das mensagens mais publicadas no Twitter no Brasil.

começavam a fazer toda a diferença. –Ser fonte produtora de conteúdo já é uma realidade conhecida, a novidade do momento é a possibilidade de produzir e disponibilizar na internet conteúdos de maneira ubíqua (MIELNICZUK, 2013, p. 116). A força dos relatos provenientes de dentro das próprias manifestações, muitos transmitidos em tempo real por horas e flagrando os excessos cometidos pela Polícia Militar, não modificou apenas o planejamento da mídia tradicional para cobrir a Copa das Confederações. Os manifestantes ressaltavam que o conteúdo apresentado ao vivo não tinha truques de edição. Por isso, teria mais credibilidade do que a versão editada e apresentada nos telejornais.

Outra estratégia usada pelos manifestantes era, logo após a exibição de uma reportagem sobre os protestos, apresentar imagens, fotos e depoimentos que desmentiam ou, pelo menos, apresentavam outra versão que ia de encontro àquela veiculada na televisão. As ligações entre os anunciantes dos telejornais, o principal patrocinador do Jornal Nacional na época era o banco Bradesco, também foram lembradas e ajudaram a descredenciar o relato da mídia sobre a depredação de bancos durante as manifestações.

O rápido espalhamento das informações postadas pelos manifestantes, que era viabilizado pela lógica inerente aos sites de redes sociais ao estimular o compartilhamento do conteúdo, também contribuiu para que esses relatos ganhassem significativa visibilidade. A velocidade era um diferencial competitivo da cobertura efetuada pelos próprios militantes, pois os telejornais, por exemplo, levariam horas para noticiar aquele episódio.

As transmissões ao vivo, produzidas –sem cortes! de dentro das mobilizações, diferenciavam-se ainda por permitirem a interatividade com o usuário. Qualquer um que acompanhava a cobertura produzida pelos militantes do Mídia Ninja, só para citar o grupo que ganhou notoriedade nacional devido a audiência e repercussão do conteúdo produzido ao longo das manifestações, podia comentar, criticar, acrescentar informações, contextualizar o local em que as imagens eram produzidas... As mensagens dos internautas ficavam publicadas na mesma plataforma na qual os vídeos eram exibidos. Tudo em tempo real.

Aliada a velocidade da divulgação dessas informações, enquanto os relatos da mídia hegemônica levariam horas para ir ao ar nos telejornais, a credibilidade desse conteúdo tinha como fiador a própria audiência. Isso ocorria porque, quando alguém

compartilhava o conteúdo com sua rede de amigos, estes pressupunham, pelo menos aqueles com laços sociais mais fortes, que aquela foto ou vídeo representava a realidade do que teria ocorrido nas manifestações. Afinal, a informação estava sendo indicada por uma pessoa que fazia parte de sua rede de amigos e, portanto, mereceria mais confiança do que o telejornal.

Como o conteúdo, acessado via redes sociais, era muito diferente daquele produzido pela mídia de referência, esta se sentiu obrigada a mudar, pelo menos em parte, o enquadramento de sua cobertura. Para os repórteres que iam trabalhar nas ruas, a mudança chegou um pouco tarde. Os profissionais da Rede Globo, por exemplo, eram obrigados a acompanhar os episódios com microfones sem o logotipo da TV Globo (canopla), pois, caso contrário, corriam risco de sofrer agressões dos manifestantes, que estavam indignados com a forma como os protestos eram divulgados ao longo do dia nos telejornais da emissora.

É necessário ressaltar que a revolta dos manifestantes não era apenas com a Rede Globo. Em São Paulo, um carro de externa da Record foi incendiado e a equipe de reportagem saiu do local para fugir das pedras jogadas pelos manifestantes. No Rio de Janeiro, um carro de reportagem do SBT também foi queimado por manifestantes. Esses fatos, que obviamente são lamentáveis, demonstraram o nível da credibilidade da mídia tradicional. Entretanto, a maior parte dos protestos era direcionada às Organizações Globo.

Por sua vez, as Organizações Globo trabalharam para diminuir a perda da credibilidade do seu relato jornalístico. As estratégias variaram. Uma delas foi tentar desqualificar os relatos das manifestações efetuados pelos próprios manifestantes. Para isso, contrapunha a suposta excelência de seu jornalismo profissional às deficiências constitutivas da cobertura amadora das manifestações. Outra estratégia foi reconhecer –erros históricos|.

Pouco mais de um mês após os históricos protestos, no decorrer dos quais os manifestantes gritavam palavras de ordem como –o povo não é bobo abaixo a rede global e –a verdade é dura, a TV Globo apoiou a ditadura, o jornal O Globo resolveu reconhecer que se equivocou ao apoiar o Golpe Militar de 1964, embora ressalte que não errou sozinho. Em 31 de agosto de 2013, iniciava o texto com uma mensagem para os manifestantes, que, em junho, fizeram protestos defronte à Rede Globo e criticavam o jornalismo da emissora.

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de S.Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns<sup>77</sup>.

O embate, no campo simbólico, entre a mídia hegemônica, que busca manter a legitimidade de sua construção social da realidade por meio de seu discurso jornalístico, e os integrantes da sociedade civil organizada, que já não reconhecem os enunciados *mainstream*, se acirra a cada dia. Uma nova batalha foi travada depois do lamentável episódio, que levou a óbito no dia 10 de fevereiro de 2014 o repórter cinematográfico Santiago Andrade, da Rede Bandeirantes. Quatro dias antes, ele trabalhava no Centro do Rio de Janeiro, na cobertura de mais um protesto contra o aumento das passagens de ônibus na capital, quando foi atingido por um rojão lançado pelos manifestantes. Socorrido e levado para o hospital, infelizmente não resistiu aos ferimentos.

A morte do cinegrafista foi noticiada com destaque na mídia hegemônica. No horário nobre, no Jornal Nacional, telejornal de maior audiência da TV brasileira, a Rede Globo divulgou seu editorial sobre o episódio, que foi o gancho para reafirmar seus –Princípios Editoriais e voltar a criticar os atos de violência nos protestos. Dizia que a imprensa e a sociedade estão de luto pela morte do cinegrafista. Em seguida, tentava descredenciar quaisquer relatos sobre as manifestações que não sejam produto do –jornalismo profissional.

Jornalistas não são pessoas especiais, não são melhores nem piores do que os outros profissionais. Mas é essencial, numa democracia, um jornalismo profissional, que busque sempre a isenção e a correção para informar o cidadão sobre o que está acontecendo. E o cidadão, informado de maneira ampla e plural, escolha o caminho que quer seguir. Sem cidadãos informados não existe democracia<sup>78</sup>.

Relembrou as manifestações de junho e, ao criticar manifestantes, que hostilizaram jornalistas, assim como a polícia, que errou ao se exceder e ao se omitir, aproveitou para reafirmar seu lugar de enunciador isento do relato que produz.

---

<sup>77</sup> —Apoio ao Golpe de 64 foi um erro. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9328244>. Acessado em: 17 mar. 2014..

<sup>78</sup> –Editorial da Rede Globo sobre a morte de cinegrafista. Disponível em: [g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html). Acessado em: 17 mar. 2014.

A violência é condenável sempre, venha de onde vier. Ela pode atingir um manifestante, um policial, um cidadão, que está na rua e que não tem nada a ver com a manifestação. E pode atingir os jornalistas, que são os olhos e os ouvidos da sociedade. Toda vez que isso acontece, a sociedade perde porque a violência resulta num cerceamento à liberdade de imprensa<sup>79</sup>.

Fez questão de destacar que os brasileiros têm o direito de se manifestar, desde que sem violência e garantiu que o jornalismo profissional irá acompanhar essas mobilizações, sem tomar posição favorável a nenhuma parte. Contudo, logo em seguida, após se solidarizar com a família do cinegrafista, afirma o seguinte:

O que se espera, agora, é que essa morte absurda leve racionalidade aos que contaminam as manifestações com a violência. A violência tira a vida de pessoas, machuca pessoas inocentes e impede o trabalho jornalístico, que é essencial - nós repetimos - essencial numa democracia. A Rede Globo se solidariza com a família de Santiago, lamenta a sua morte, e se junta a todos que exigem que os culpados sejam identificados, exemplarmente punidos. E que a polícia investigue se, por trás da violência, existe algo mais do que a pura irracionalidade<sup>80</sup>.

Já os participantes dos protestos, nos seus sites, blogs e redes sociais, embora também afirmassem estar de luto e se solidarizassem com a família do profissional, diziam que o fato só ocorreu por conta da repressão policial.

Mais uma vez, ambos lutavam por credibilidade para seus enunciados. Uma disputa que ainda está longe de ser em igualdade de condições em todos os *fronts*. –En realidad, la eficacia de la blogosfera depende en gran medida de que los medios mainstream repliquen la información en sus servicios informativos y, ahí sí, ganen visibilidad pública (CANAVILHAS, 2013, p 14). Tal afirmação é válida para as outras plataformas usadas por esses grupos sociais.

De qualquer forma, eles, assim como o MST, tentam conquistar a credibilidade apostando em um relato explicitamente político e parcial. É o que explica Miguel Stédile, que em 2010 era um dos coordenadores da comunicação do MST, ao falar sobre a linha editorial da *Revista Sem Terra*. –Não tem pretensão de ser imparcial. Mas não significa que vamos fazer um jornalismo tosco. Vamos fazer um jornalismo honesto.

---

<sup>79</sup> –Editorial da Rede Globo sobre a morte de cinegrafista. Disponível em: [g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html). Acessado em: 17 mar. 2014.

<sup>80</sup> –Editorial da Rede Globo sobre a morte de cinegrafista. Disponível em: [g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html). Acessado em: 17 mar. 2014.

Vamos deixar claro que a revista vai divulgar a opinião do MST. Quem compra a revista quer saber a opinião do MST<sup>81</sup>||.

Já a mídia hegemônica insiste em reportar o que –de mais importante acontece no mundo||, por meio de um suposto discurso isento e apartidário, o qual seria o fiador do relato verdadeiro dos acontecimentos e, por consequência, lhes asseguraria a credibilidade. Contudo, tais posturas apenas dão continuidade ao que já se assiste há décadas, na disputa entre mídia hegemônica e mídia alternativa.

A novidade na contemporaneidade está nos usos e apropriações das novas tecnologias, como sites de redes sociais. Eles podem fortalecer a resistência dos movimentos sociais brasileiros e, quem sabe, contribuir de forma determinante para a superação da esigmatização que sofrem. De acordo com Recuero (2009), plataformas dessa natureza caracterizam-se por proporcionar a emergência das redes sociais no ciberespaço. Recuero ressalta que –as redes sociais são as estruturas dos agrupamentos humanos, constituídas pelas interações, que constroem os grupos sociais|| (2012, p. 16)e no ciberespaço se apropriam de algumas ferramentas para viabilizar novas práticas de interação.

Conhecida por muitos como mídias sociais, essas plataformas podem ser consideradas a essência da Web 2.0. Elas facilitaram ainda mais a publicação de vídeos, fotos, textos, enfim, tornaram a produção e espalhamento de conteúdo acessível a qualquer pessoa detentora de conhecimentos básicos de informática. Os usuários mais sofisticados logo trataram de subverter seus usos previamente definidos e criaram novos fins para esses dispositivos de comunicação.

Um dos casos clássicos foi o Twitter ser modificado pela forma como os internautas passaram a se apropriar dele. Criado em 2006, a ferramenta possibilitou a postagem de mensagens de até 140 caracteres. Elas deveriam responder a pergunta –*What are you doing?*|| – o que você está fazendo? As mensagens poderiam ser visualizadas pelas pessoas que seguiam um determinado usuário. Tinha a função de manter a rede de amigos do internauta informada sobre o cotidiano dele.

Em poucos meses, milhões de pessoas tinham criado perfis no Twitter e ele passou a ser utilizado com fins menos banais. Os jornalistas, por exemplo, perceberam na plataforma um interessante espaço para divulgar os acontecimentos praticamente em tempo real. Com uma audiência potencial de dezenas de milhares de pessoas, esses

---

<sup>81</sup> Trecho de entrevista concedida, em 2010, em Fortaleza, ao autor desta pesquisa.

profissionais usavam o canal de comunicação para informar e dialogar com seus seguidores.

As empresas aproveitaram o espaço para divulgar suas marcas, produtos, promoções e ouvir clientes. As formas de apropriações eram inúmeras e, por isso, a ferramenta passou a se adaptar às demandas do usuário. Novas funcionalidades surgiram e foi modificada a palavra-chave para *-What's happening?! -* o que está acontecendo? Afinal, as pessoas já não acessavam o Twitter apenas para dizer o que estavam fazendo ou saber o que seus amigos faziam, mas, principalmente para *-conhecer* o que estava acontecendo em sua cidade, estado, país e no mundo inteiro.

Outra plataforma com diversas possibilidades de usos e apropriações é o site de rede social Facebook. Gradativamente aumentou o número de usuários até tornar-se a principal fonte de informação dos internautas brasileiros. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, a plataforma mais acessada pelos brasileiros para se informar é o *Facebook*, que detém 30,8% da preferência nacional. Em segundo lugar aparece *Globo.com* (6,8%) e na terceira colocação está o *G1*, com 5%. Os demais portais, sites, blogs e redes sociais disputam a preferência do restante dos usuários, mas nenhum alcança porcentagem superior a 5%.

Esses dados ajudam a compreender porque o conteúdo, postado pelos movimentos sociais no Facebook, durante as manifestações de junho de 2013, obteve tanta repercussão. Como explica Recuero (2011), esses sites de redes sociais constituem um fenômeno complexo, pois envolve diversas ferramentas de comunicação marcadas pelo estímulo e maior participação dos usuários, além de serem mais rápidos, baratos e cada vez mais populares, permitindo variadas apropriações sociais. *-É um momento de hiperconexão em rede, onde estamos não apenas conectados, mas onde transcrevemos nossos grupos sociais e, através do suporte, geramos novas formas de circulação, filtragem e difusão dessas informações* (RECUERO, 2011, p.14).

Da escassez de informação vivenciada há poucas décadas, a sociedade tem o desafio de saber filtrar uma infinidade de conteúdos e transformar o produto dessa operação em conhecimento. Para isso, os agentes sociais usam sua reputação, constituída em parte pelo uso diuturno e solidário das redes sociais, para guiar e influenciar os usuários no consumo e produção de conteúdos nas redes sociais. Nesse sentido, é necessário estudar se a comunicação do MST consegue colocar o movimento como uma das lideranças e articuladoras da luta por justiça social também na internet.

Essa ocupação efetiva e eficaz do ciberespaço pode ser estratégica para o MST, pois, ao contrário das teses apocalípticas que previam o isolamento social das pessoas envolvidas na comunicação mediada por computador, as novas tecnologias operam na mobilização de indivíduos para ir às ruas reivindicar inúmeras demandas sociais. Segundo Giardelli (2012), a inteligência coletiva é a base de interações sociais constituídas pelo compartilhamento e construção de projetos coletivamente. Novos termos são criados para explicar práticas emergentes.

[...] crowdfunding, crowdsourcing, crowdacting... o primeiro é o financiamento pela multidão, ou seja, a mobilização coletiva de consumidores na internet, que custeia desde pequenos projetos até grandes shows e filmes que não estão em cartaz [...] No crowdsourcing, a multidão se une para criar conteúdo, solucionar problemas ou desenvolver tecnologia ou projetos, compartilhando e unindo ideias e conhecimentos. O terceiro é a ação conjunta, as mobilizações, o ativismo real organizado pelo digital (GIARDELLI, 2012, p. 28)

A chamada hiperconexão em rede (RECUERO, 2011) sublinha a consolidação da apropriação dos dispositivos digitais como dispositivos sociais, em vários campos, fundamentais para quem busca entender a complexa sociabilidade na atualidade.

Sites de rede social foram especialmente significativos para a revolução da "mídia social" porque vão criar redes que estão permanentemente conectadas, por onde circulam informações de forma síncrona (como nas conversações, por exemplo) e assíncrona (como no envio de mensagens). Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades. Esses sites atingem novos potenciais com o advento de outras tecnologias, que aumentam a mobilidade do acesso às informações, como os celulares, tablets, smartphones e etc. Redes sociais passam a ser constituídas em fluxos informacionais, refletindo a era da conexão proposta por Manuel Castells. (RECUERO, 2011, p. 16)

Conforme Recuero (2009), processos sociais como competição, cooperação e conflito são constitutivos e constituintes dessas redes, cujos nós são os participantes, tendo como elos de conexão as trocas comunicativas. De acordo com Recuero, os internautas não divulgam conteúdo nas redes sociais apenas por motivações altruístas. Na verdade, eles visam à conquista de reputação, popularidade, visibilidade e autoridade na rede.

Ela ressalta que esses conteúdos não chegam apenas aos amigos ou simpatizantes de um grupo social. Devido ao que denominou ser uma conversação em

rede (RECUERO, 2012), essas informações são difundidas pelas redes digitais para os mais diversos públicos. Por isso, postado em uma rede social, o conteúdo do MST pode chegar a uma pessoa que não tem nenhuma simpatia ou conhecimento sobre o movimento, já que alguém que faz parte da rede de contatos dessa pessoa pode compartilhar esse conteúdo com ela. Como esse alargamento do campo de comunicação é aproveitado pelo MST?

O estudo detalhado da política de comunicação do MST, que começa no próximo capítulo, tem o objetivo básico de compreender a atuação do movimento no campo simbólico para conquistar reconhecimento e assegurar a realização da Reforma Agrária Popular.

### 3 – ESTRATÉGIAS DE COMBATE NO CAMPO SIMBÓLICO

Chega o momento de realçar o universo simbólico como um elemento fundante do MST. Embora no primeiro capítulo desta tese ele já tenha sido abordado ao longo do breve resgate histórico do movimento, aqui há a intenção de mapeá-lo, por meio das práticas e teorias destes agentes, enquanto constituinte e constitutivo dos sem-terra. Nesse sentido, a política de comunicação do MST, materializada na produção de uma série de formas simbólicas, é essencial para compreender as ações do movimento no campo simbólico em busca de reconhecimento.

Em uma sociedade dia a dia ainda mais conectada<sup>82</sup>, é necessário entender como a política de comunicação, tão importante para o movimento, é gradativamente permeada e simultaneamente reconfigurada pela ocupação do MST no ciberespaço.

A política de comunicação popular do MST segue sendo uma estratégia importante no diálogo e expressão das demandas dos Sem Terra com a sociedade, os governos e sua própria base social, o que muda é o acesso desses trabalhador@s a uma nova plataforma de comunicação, que pode ser acessada por um número maior de cidadãos, em qualquer parte do mundo e possibilita a divulgação das ações e demandas (ou seja, do discurso do MST) sem um filtro político-editorial externo da mídia burguesa tradicional. Isso possibilita a produção e divulgação de conteúdo com maior agilidade e autenticidade, que retratam a realidade Sem Terra, a luta pela terra e o debate da reforma agrária no campo<sup>83</sup>.

Para compreender essa ocupação do ciberespaço pelo MST há o intuito de reconstituir a história dos primeiros canais de comunicação dos sem-terra e as relações desses mecanismos com o ciberespaço. Assim, talvez seja possível esclarecer de que maneira a política de comunicação do movimento social, nascido e desenvolvido bem distante da influência que as novas tecnologias de comunicação já exerciam no mundo e no Brasil, é traspassada por uma incipiente popularização da cibercultura até chegar ao atual momento histórico, no qual os sem-terra expandem a sua presença no ciberespaço,

---

<sup>82</sup> Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) revelam que, até julho de 2015 no Brasil, havia 137,65 telefones móveis para cada grupo de 100 habitantes. Ou seja, mais dispositivos móveis de comunicação do que o número de brasileiros. Os aparelhos não servem apenas para efetuar chamadas telefônicas, parte desses equipamentos é usada principalmente para o acesso à internet. Conforme a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, exatamente 66% dos brasileiros, que navegam pela rede mundial de computadores, usam tais telefones para navegar na internet.

<sup>83</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

usando algumas plataformas, como sites de redes sociais, que compõem a rede mundial de computadores.

### **3.1 – A Política de comunicação como elemento de estruturação do MST**

Longe de possuir o poder econômico, que é uma das características de vários de seus opositores, o MST cultiva, ao longo de três décadas de história, a esperança de extinguir as desigualdades sociais na área rural brasileira. Para atingir esse fim investe-se do imprescindível poder simbólico. Desde o seu surgimento, a dimensão simbólica exerce papel-chave na estruturação do movimento. Seja na divulgação de ideias, na conquista de novos militantes, na construção identitária do sem-terra, como estratégia de resistência, entre outras inúmeras possibilidades de intervenção social, as formas simbólicas são indissociáveis do cotidiano do movimento.

Transpor a entrada de um assentamento ou acampamento do MST é o começo de uma incursão por um espaço caracterizado pela riqueza de símbolos e ritos que explicitam a força do simbólico na organização social do grupo. A famosa bandeira parece onipresente, já que é vista ao longe em lugar de destaque da maior parte dos assentamentos, penduradas em muitas casas, estampada em dezenas de camisas e bonés dos assentados. Porém, mesmo se ela não estivesse ali, o simbólico já foi internalizado pelo sem-terra.

Isso ocorre porque quase todas as suas ações são envolvidas por essa força -invisível. Levar jovens, por exemplo, para o Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, na cidade paraibana de Lagoa Seca, torna o contato com a memória desses heróis camponeses parte do processo de capacitação. As práticas pedagógicas ali desenvolvidas reforçam que os sonhos de personalidades da -esquerda podem ser realizados.

Esse apelo simbólico aumenta em ocasiões como reuniões políticas, celebrações religiosas, datas comemorativas, entre variadas situações cotidianas, em que a mística é usada<sup>84</sup>. Considerada uma prática de comunicação grupal do MST, ajuda a

---

<sup>84</sup> Como parte da estratégia de coleta de dados para esta pesquisa, fui algumas vezes ao Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira. Mas, a primeira visita foi a mais marcante. Nesse dia, acompanhei com Dilei Schiochit, uma das coordenadoras do MST na Paraíba e uma das fundadoras do movimento no Nordeste, a mística de abertura de um dia de atividades do Encontro da Juventude do MST na Paraíba.

projetar a imagem do movimento por meio de seus símbolos e, até certo ponto, contribui para a constituição do próprio movimento (NUNES, 2014).

Outro elemento presente no MST decorrente da Teologia da Libertação, calcado na comunicação grupal libertadora, é o da mística. Para os agentes da pastoral identificados com a Teologia da Libertação, mística é sinônimo de mistério, aquilo que é revelado por intermédio da simbologia e que permite a identificação do indivíduo com o grupo. A pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado e fechado. Importa enfatizar o fato de que mistério está ligado a essa vivência/experiência globalizante. O MST realiza a mística para promover a identificação cultural dos sem-terra nesse processo, a simbologia (danças, dramatizações, cantos, rituais) representa aquilo que é expresso corriqueiramente pelo diálogo verbal. (NUNES, 2014, p. 37).

Convidado a ingressar em um grupo que luta pela reforma agrária, o agricultor injustiçado pelas desigualdades sociais proporcionadas, entre outros fatores, pela investida do capitalismo na área rural brasileira é imerso em um universo marcado pelo simbólico. Este tem como uma de suas missões transmutar o agricultor em um sem-terra, que, com o auxílio das práticas vivenciadas nas inúmeras místicas, é capaz de colocar em risco a própria vida na esperança de levar o grupo, no qual passou a integrar e se identificar de forma umbilical, a conquistar a tão sonhada reforma agrária.

Pertencer a uma coletividade é, hoje, uma carência e uma necessidade, pois o capitalismo corrói as causas coletivas na mesma medida em que privilegia o caráter egoísta dos seres sociais. A mística socialista reedifica as causas coletivas privilegiando a prática de valores coletivos como os da justiça e da igualdade. Ela está comprometida com a tarefa de forjar uma nova identidade. (BOGO, 2010, p. 233).

De maneira sintética, Nunes (2014) explica a importância da mística na formação desse novo agente social, ao citar Vieira (2008): –a mística enquanto ritual é aqui compreendida como um complexo de ações simbólicas que busca a construção da identidade de um sujeito político através da formação da subjetividade dos indivíduos (NUNES apud VIEIRA, 2014, p. 38). No processo de –transformação do agricultor em um componente do movimento ou de formação do sem-terra há o cuidado de resgatar a autoestima dessa pessoa, quase totalmente devastada pela lógica capitalista.

Mais uma vez, o simbólico é uma questão-chave para desconstruir as reificações que legitimam o *status quo* e, por consequência, justificam a exploração e,

em muitos casos, o aniquilamento das populações rurais e até mesmo dos recursos naturais do planeta. Assim como, conforme Castells (2013), a indignação é fundamental para vencer o medo e levar um grupo a se revoltar e lutar por mudanças, a certeza de que sua luta é justa e legítima é a senha para arregimentar pessoas e deixá-las preparadas para defender o grupo ao qual tem orgulho de pertencer e as concepções desse movimento social.

Conforme os resultados da pesquisa desenvolvida por Nunes, a mística também exerce uma função de destaque na organização política do MST. Segundo a pesquisadora, essa prática comunicativa é necessária para o desenvolvimento e o êxito de movimentos sociais, os quais contam com integrantes que usam esse mecanismo como uma fonte de motivação para dar continuidade à coesão da organização política interna. –A mística nesse aspecto, explicam Betto e Boff (2008), é o conjunto de convicções, visões e paixões que mobiliza as pessoas para continuar na luta por mudanças e desenvolver práticas para essa luta, mesmo se defrontando muitas vezes com o fracasso, (NUNES, 2014, p. 83).

Nessa luta para desnaturalizar as lógicas que produzem e perpetuam as desigualdades sociais, além da mística já bastante enfocada (NUNES, 2014; BOGO, 2010; VIEIRA, 2008; CALDART, 2004) até por ser uma das principais características do MST e considerada a alma da identidade dos sem-terra (NASCIMENTO; MARTINS, 2008), esses atores utilizam outros processos comunicativos. Ao longo de sua história, o movimento investiu um aporte considerado de recursos, sejam humanos, logísticos, tempo, na construção de um sistema de comunicação próprio, mais precisamente uma política de comunicação.

De acordo com Barbosa (2013), a política de comunicação do MST vai além dos meios clássicos de comunicação (rádio, TV, impresso, Internet). Ela compreende também músicas, encenações teatrais, pinturas muralistas, entre outras formas de manifestações simbólicas.

[...] a política de comunicação do MST não tem o objetivo de ser um instrumento de –relações públicas da organização ou apenas dar conta para a base dos planejamentos e ações da direção. A política de comunicação teve o papel de incentivar os militantes e os demais trabalhadores rurais a prosseguir na luta por reforma agrária e pela construção de uma nova sociedade e que agora precisa continuar nesse processo de elevação da capacidade crítica. (BARBOSA, 2013, p. 12).

Nesta pesquisa, apenas o universo jornalístico, ou por ele apropriado, da política de comunicação será analisado, pois o movimento busca se valer da credibilidade inerente ao jornalismo como uma das principais estratégias comunicativas para conquistar reconhecimento enquanto movimento social e visibilidade para suas ações, contribuindo também para a superação do processo de estigmatização do qual é vítima.

Às interrelações, aos acordos tácitos, às abordagens, aos parâmetros e orientações que subjazem a elaboração dos canais de comunicação, e seus congêneres, usados com fins jornalísticos pelo movimento, aos consensos e dissensos constituídos entre a sua lógica de produção e circulação no social, demarcamos, aqui, como política de comunicação a ser estudada nesta pesquisa. Política de comunicação que, em sua própria estruturação, evidencia a mística como um de seus elementos basilares e reforça a ligação das ações comunicativas do movimento com o jornalismo de resistência, combativo.

A mística, aqui, entra como um terceiro elemento da constituição da política de comunicação do MST, ao lado da influência marxista, que pode ser vista nos princípios leninistas de jornal como organizador coletivo, e ao lado da influência gramsciniana na formação da consciência crítica, a partir da formação de quadros que desenvolvam esses veículos. (BARBOSA, 2013, p. 13)

Conforme Engelman (2013), os militantes que trabalhavam com a comunicação integravam o setor de jornal e propaganda, que no final dos anos 1990 recebeu a denominação de setor de comunicação. Ainda segundo Engelman, ele ficou com a missão de conduzir os debates e elaborar as linhas políticas do processo de comunicação do MST, junto à sua base, fomentando o diálogo com a classe trabalhadora em geral e coordenando a organização dos meios de comunicação usados pelo movimento. O setor é estruturado em âmbitos local, estadual e nacional.

Sua coordenação nacional é composta por dois militantes, dos quais um também integra a direção nacional. Uma equipe de comunicadores, sob a orientação do setor de comunicação e da Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, coordena a edição dos principais veículos de comunicação do MST, que possuem abrangência nacional – *Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra*, programas de rádios, assessoria de imprensa, página de internet do MST e rede de computadores (MST, 2001). (ENGELMANN, 2013, p. 120).

Porém, não é em todos os estados que a área de comunicação funciona da forma como deveria. Na Paraíba, por exemplo, Dilei Schiochit, uma das coordenadoras

do MST na Paraíba e uma das fundadoras do movimento no Nordeste, explica que a ausência de pessoal dedicado exclusivamente para ações de comunicação prejudica o setor:

O movimento, desde o seu berço, tem prezado para que haja um setor de comunicação dentro do MST [em cada estado]. Porém, eu não diria que a gente conseguiu consolidar um setor. Hoje nós teríamos nos estados pessoas que se preocupam com essa parte da comunicação. Tanto que é uma deficiência que nós temos... deficiência organizativa, né? Têm alguns estados onde o movimento tem avançado mais e tem outros estados menos<sup>85</sup>.

Junto à base do movimento essa deficiência na área de comunicação talvez explique, em parte, o motivo pelo qual alguns dispositivos oficiais de comunicação continuam a ser acionados em grande medida apenas pelas lideranças. No assentamento Paulo Freire, na cidade de Remígio, na Paraíba, os sem-terra criaram alternativas para navegarem pela internet. No local há 50 famílias e três residências contam com internet, mas a senha de Wi-fi é disponibilizada para qualquer assentado que vá até uma dessas casas em busca de acessar a rede mundial de computadores. Ainda assim, a maior parte dos acessos é efetuada só pela juventude que muitas vezes ignora a existência, por exemplo, da página do movimento no Facebook.

No assentamento, a gente vê muito pouca a divulgação [dos dispositivos de comunicação oficial do movimento]. Quando diz assim: —tem uma mobilização!, nós sabemos e vamos pessoalmente convidar, articular. Mas as pessoas ainda estão meio fechada a não vê o Facebook do movimento. Mas nós não pode tá discriminando a maioria porque a gente vê que ainda temos essas pequenas falhas. Que tem gente que deixa de curtir um Facebook do movimento onde tá falando aquela verdade da luta prá tá acessando um outro meio de comunicação que denigre a nossa imagem<sup>86</sup>.

Na tentativa de melhorar a comunicação, há uma preocupação com a formação técnica de militantes para atuarem no setor de comunicação dos seus estados. Um caso emblemático dessa oferta de capacitação na área foi o curso denominado Jornalismo da Terra, financiado com recursos provenientes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e ministrado a partir de 2010 pela Universidade Federal do Ceará, em parceria com a Via Campesina. O curso, coordenado pela professora Márcia

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Ronaldo Rufino dos Santos, um dos coordenadores do assentamento Paulo Freire, ao pesquisador em 01 set. 2015.

Vidal Nunes, tinha seu corpo discente composto por militantes do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) provenientes de vários estados brasileiros.

Tamanho investimento em comunicação ao longo de décadas, apesar do setor apresentar algumas fragilidades, deveria ser suficiente para essa área ganhar destaque na bibliografia disponível sobre o MST. Poucos livros, quando comparados, por exemplo, com a grande quantidade de títulos sobre a pedagogia praticada nos assentamentos, foram publicados sobre as práticas de resistência promovidas pelos sem-terra por meio de sua comunicação. Esta também pode ser considerada uma das marcas e legado do grupo principalmente para os movimentos sociais. Eles, em sua maioria, provavelmente precisam de visibilidade e se contrapõem à mídia hegemônica, embora pontualmente se apropriem dela para garantir a amplificação de seus discursos por toda a sociedade.

Devido à complexidade, dimensão, longevidade e importância de tantos canais de comunicação criados na luta simbólica do movimento por reconhecimento, a política de comunicação desempenha a função essencial de direcionar e coordenar as ações desses mecanismos considerados estratégicos para garantir a vitória dos sem-terra no embate travado para demonstrar à sociedade a legitimidade de sua atuação.

Todavia, conforme Barbosa (2013), este pode ser considerado apenas um dos estágios vivenciados pela política de comunicação do MST. Por isso, propõe para fins metodológicos dividi-la em quatro estágios. No primeiro, que ocorre antes da criação oficial do movimento, o jornal era o mais importante e tinha a função de auxiliar o processo de estruturação do movimento. O segundo momento é caracterizado pela busca de consolidar uma identidade nacional do MST e, simultaneamente, ainda é um vital mecanismo de organização do grupo. No estágio três, a comunicação tem a missão de manter o diálogo com a base ao mesmo tempo em que tenta interagir com a sociedade em geral.

Quando o movimento passa a ser uma pauta dos meios da indústria jornalística, muitas vezes, é atacado e criminalizado, o que demanda respostas e novas formas de diálogo com a sociedade e com a base. São formadas equipes constituídas por jornalistas profissionais e também por dirigentes do movimento. A política de comunicação incorpora a ocupação de outras mídias, como a revista, a internet e o rádio. (BARBOSA, 2013, p. 84)

O estágio quatro seria uma espécie de volta às suas origens, já que a comunicação se configuraria como um dispositivo de formação do militante, além de possuir um intrínseco caráter educador. Na nossa análise, as etapas de fato ajudam a

compreender a importância e as funções desempenhadas pela comunicação na estruturação do MST. Porém, a política de comunicação não pode ser facilmente demarcada em etapas, pelo menos na realidade vivenciada pelos sem-terra, salvo se ficar evidente que na prática cotidiana elas não estão delimitadas. Ao contrário, de forma complexa, os quatro estágios compõem, em menor ou maior grau, os instrumentos de comunicação atuais e também estavam presentes naqueles que deixaram de circular.

Conforme Engelmann (2013), a criação dos canais de comunicação do movimento foi um mecanismo importante para mobilizar os trabalhadores sem-terra e expandir o MST por todo o Brasil. Nesta dinâmica, a comunicação foi primordialmente pensada para ser elaborada pelo povo e para o povo. Dessa forma, pelo menos em parte, materializaria os preceitos teóricos de autores como Peruzzo (1998), uma das principais referências no estudo da comunicação produzida pelos segmentos populares na América Latina.

Os movimentos sociais populares brasileiros estão construindo algo de —novol, expressando interesses coletivos que trazem em seu interior um esforço pela autonomia e por um —quefazerl democrático, num novo espaço de ação política, e contribuindo, assim, para elaboração de outros valores. Nesse processo, eles forjam sua própria comunicação, ou seja, a comunicação popular, desenvolvida no contexto onde atuam, enquanto necessidade de expressão em nível local, e com conteúdos específicos que os grandes meios massivos não conseguem satisfazer (PERUZZO, 1998, p. 148).

Essa explicação provavelmente ajuda a compreender o surgimento do mais antigo meio de comunicação do MST, o *Jornal Sem Terra*. Ele é emblemático para compreender a política de comunicação do grupo, já que a acompanha desde a sua criação, passando pelo desenvolvimento e consolidação, além de materializá-la em suas páginas por dezenas de anos. No próximo tópico, será demonstrada a importância desse periódico para a estruturação do MST.

### **3.2 – A ousadia de apostar em um jornal para mobilizar agricultores**

O *Jornal Sem Terra* foi criado antes mesmo da —oficializaçãol do movimento. Isso porque, conforme explicado no site do MST<sup>87</sup>, o —Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra foi posteriormente

---

<sup>87</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 30 mai. 2015.

transformado no *Jornal Sem Terra*. De acordo com Oliveira Filha (2012), o boletim era editado pela Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul em parceria com outras entidades e ajudava na luta dos moradores do acampamento Encruzilhada Natalino, um dos símbolos nacionais da mobilização popular pelo acesso à terra e de extrema importância para a própria criação do MST. A publicação surgiu em maio de 1981, ou seja, três anos antes do MST.

Em 1981, ainda em período de Ditadura Militar, as famílias acampadas da Encruzilhada Natalino estavam cercadas pelas tropas do exército brasileiro comandada pelo Coronel Curió. Imediatamente, o acampamento teve uma grande repercussão, e muitas entidades foram se associando a campanha de solidariedade aos sem terra. Com isso, uma das principais ações tiradas foi a criação de um Boletim, com o objetivo de divulgar a Encruzilhada Natalino e solicitar o apoio das comunidades, entidades, sindicatos e outros setores da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o Boletim serviu enquanto um instrumento de agitação para a base acampada, em que via nele toda a manifestação de apoio, de bispos, da igreja, de parlamentares, do Brasil inteiro com aquela luta<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 30 mai. 2015.

# SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE  
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que viviamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área Indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisamos, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na cidades, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo em tregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas terras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois que remos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

## VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Figura 1: Primeira edição da publicação que, posteriormente, viraria *Jornal Sem Terra*<sup>89</sup>

<sup>89</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

Ao longo dos anos 1980, o *Jornal Sem Terra* fez sucesso entre os homens e mulheres que lutavam pela reforma agrária. Assim, o periódico caracterizou-se como a semente da política de comunicação do MST. Em solo fértil e sedento de informação para ajudar a mobilizar os agricultores em prol dos ideais do movimento, ele germinou e vingou. Embora o mais natural fosse usar o rádio, que não exige a alfabetização do ouvinte, a aposta do movimento foi no impresso. A ousadia logrou êxito. Ao longo do tempo, o *Jornal Sem* tornou-se fonte de inspiração para publicações impressas locais editadas pelos militantes.

Elas deviam enfocar temas específicos do cotidiano de cada agrupamento de sem-terra e melhorar a comunicação interna de assentamentos e acampamentos. Essa diretriz é notória ao ler o *-Boletim da Educação*, instrumento de formação desenvolvido pelo setor de educação do grupo. Ele abordou em seu número 3, publicado em julho de 1993, *-Como trabalhar a comunicação nos assentamentos*. Logo na página 2, na *-Apresentação do material*, é destacada a importância do *Jornal Sem Terra*.

Lutar não basta. Produzir é preciso! Divulgar nossas lutas e nossas ideias também é preciso. Arrebentar as cercas do latifúndio e melhorar o time da Reforma Agrária. E na divulgação desta batalha e da luta do MST, há 12 anos está o *Jornal Sem Terra*. Porém, a maioria de nossos assentamentos e acampamentos ainda não criou um jeito de fazer as notícias se espalhar rapidamente para todas as famílias (*Boletim da Educação*, julho de 1993, p. 2).

A contribuição do *Jornal Sem Terra* para o desenvolvimento do movimento é ressaltada em conteúdo produzido pelo site do movimento e publicado em 19 de fevereiro de 2014, como parte das comemorações relativas aos 30 anos do MST. A notícia, que recebeu o título *-Jornal Sem Terra: para além dos 30 anos*, resalta que a história da publicação se confunde com a do MST, que sempre investiu em comunicação.

O Movimento Sem Terra investiu em seu próprio veículo de comunicação mesmo antes de se tornar um movimento nacional em janeiro de 1984. Ele iniciou como um boletim mimeografado em maio de 1981 com o objetivo de divulgar as notícias da ocupação de Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul. Já em 1982, após um encontro realizado em Medianeira (PR), o boletim passou a ser o órgão oficial de divulgação de cinco estados (RS, SC, PR, SP e MS), quando começou a nascer o Movimento Sem Terra da Região Sul<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/2014/02/19/jornal-sem-terra-para-alem-dos-30-anos.html>. Acesso em: 30 mai. 2015.

Sua importância também pode ser mensurada, por exemplo, pelos recursos investidos para que durante 30 anos, completados em maio de 2011, o periódico nunca tenha deixado de circular. -O jornal é o principal veículo de comunicação do Movimento, identificado por seus líderes e leitores como a voz oficial do MST (OLIVEIRA FILHA, 2012, p. 2). Em síntese, à medida que o movimento crescia e consolidava-se, o *Jornal Sem Terra* ganhava mais força e tornava-se um instrumento estratégico para a divulgação do movimento entre os agricultores.



Figura 2: Edição 50 do *Jornal Sem Terra*<sup>91</sup> destaca ineditismo de uma marcha pela terra

<sup>91</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

Mas não só entre eles. Afinal, de acordo com Oliveira Filha (2012), o jornal de circulação nacional é voltado, ainda, para os apoiadores urbanos do grupo. Sem dúvida, a produção de uma publicação para segmentos tão específicos já é um desafio intrínseco para os seus editores. A linguagem, só para destacar um dos pontos que tornam complexa a concepção desse produto, não pode ser rebuscada, pois vai ser lido por pessoas simples. Ao mesmo tempo, chega aos intelectuais que apoiam o grupo e, com base nesse material empírico, reforçam suas convicções na importância do MST. Em alguns casos, desenvolvem teorias que ajudam a legitimar os sem-terra.

Entretanto, a crise que assola as publicações impressas<sup>92</sup>, principalmente os jornais, parece ter chegado ao *Jornal Sem Terra*. Desde dezembro de 2014, não circula uma nova edição do *Jornal Sem Terra*. É provável que o fim do jornal represente uma significativa diminuição nos custos do setor de comunicação, já que essas notícias poderiam ser publicadas por meio das diversas plataformas disponíveis na internet. Porém, uma atitude também que representaria economia seria transformá-lo em um webjornal. Assim, ficaria eliminado todo o investimento inerente à cara logística de produção e distribuição para fazê-lo chegar regularmente em 24 estados e, por consequência, estar presente em todas as regiões do País.

Guardadas as devidas proporções, levar o *Jornal Sem Terra* para a internet seria semelhante ao que ocorreu, por exemplo, com o tradicional Jornal do Brasil. Por conta de uma crise sem precedentes potencializada pela concorrência proveniente da internet, a circulação impressa do jornal foi inviabilizada. Porém, a versão digital do Jornal do Brasil continuou a existir, ancorada principalmente pelo *know how* e a credibilidade herdada do centenário jornal impresso. No caso do *Jornal Sem Terra*, esse caminho poderia representar a continuidade da importantíssima contribuição desse meio de comunicação para o MST, ao mesmo passo em que supostamente o adequaria à sociedade em rede móvel.

Enquanto circulou, o jornal foi estratégico na luta simbólica do movimento. De acordo com Oliveira Filha (2012), ele é considerado pelos líderes do MST como um mecanismo a serviço da informação, formação, organização e manutenção da unidade

---

<sup>92</sup> Há estudo que já definiu o ano preciso em que os principais jornais impressos serão extintos em diversos países. No Brasil, de acordo com a consultoria Future Exploration Networking, será em 2027. Na Paraíba, o fechamento dos jornais O Norte e Diário da Borborema exemplificam que a crise também assola os periódicos regionais. Ela seria ocasionada, pelo menos em parte, pela concorrência proveniente das diversas plataformas de comunicação e informação disponíveis na internet.

política do movimento. Ela ressalta que no material chamado –Normas e Orientações do *Jornal Sem Terra*, publicado pela Secretaria Nacional do MST, em julho de 1988, fica claro o cunho revolucionário, de instigação à luta de classes, bem como o de contribuir para a transformação da sociedade brasileira que é atribuído ao *Jornal Sem Terra* (JST).

A mística, presente em todos os encontros do MST, é o principal fator de difusão das novas orientações culturais que direcionam a forma de pensar dos sem terra. A repetição exaustiva dos princípios fundamentais da visão de mundo adotada pelo Movimento faz com que seus integrantes os assumam como verdades absolutas. Seja pelas novas convicções adquiridas neste processo de revisão cultural, ou seja pelo receio de perder seu espaço no grupo, o certo é que os sem terra transformam estes valores em ações coletivas, no geral dirigidas contra os inimigos identificados no bojo do mesmo projeto cultural: o latifúndio, o governo e os símbolos do neoliberalismo. Esta construção de um movimento como sujeito, através da criação de uma identidade de sem terra e de um projeto de transformação societária, é uma das características mais marcantes da trajetória do MST e onde se situa o papel fundamental do JST. (OLIVEIRA FILHA, 2012, p.9).

Na tentativa de atingir tais objetivos, o periódico foi diversas vezes reformulado. Desde a época em que era mimeografado, jamais ficou estagnado e, pelo contrário, acompanhou a evolução tecnológica que permitiu a constante modernização de sua produção. Já com o nome de Boletim Sem Terra, passou a ser impresso em off-set e a contar com fotos, além de inaugurar o seu primeiro projeto gráfico. Desempenhou papel fundamental na divulgação e explicação de todo o universo simbólico que era criado e logo percebido como uma das marcas e estratégia de construção identitária do movimento.

O número 3 do Boletim Sem Terra, de junho de 1981, traz, pela primeira vez, a explicação sobre a simbologia adotada pelo movimento. Nos primeiros acampamentos, uma cruz era fincada na terra, representando o —sofrimento, as glórias e a esperançall (consequência da influência da Teologia da Libertação) e, assim, foi feito na Encruzilhada Natalino. (BARBOSA, 2013, p. 93)

**Situação é insuportável.  
Acampados querem  
solução imediata.**

Esse foi o clima entre os sem terra acampados na Encruzilhada Natalino durante o enterro da menina Loivaci. Mais detalhes na reportagem feita pelo Jornal Zero Hora, da qual reproduzimos trechos na página 4.

# SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 4 de maio de 1981.  
junho

nº 3



Foto de Adolfo Alves Zero Hora

Na foto o cortejo fúnebre da menina Loivaci Pinheiro que morreu por falta de cuidados médicos e omissão do governo.

## Santiago enviou abaixo-assinado ao Piratini

Os colonos, operários e agentes da Pastoral da cidade de Santiago iniciaram uma campanha de coleta de assinaturas exigindo do governador terras para os acampados da Encruzilhada Natalino. Até o momento já foram remetidas ao Palácio Piratini 1415 assinaturas. Os promotores da campanha lembraram a necessidade da criação de laços de solidariedade mais amplos. Na página 8 mais detalhes.

## Colonos apontam latifúndio com 9 mil hectares

Os colonos localizaram nas proximidades de Carazinho um latifúndio com cerca de 9 mil hectares. A área, denominada Fazenda Irmãos Guerra, é subutilizada. Mesmo assim o governo do Estado e o INCRA continuam dizendo que não há terras no Estado. Na página 3 há um novo levantamento de latifúndios. Desta vez, são 28.390 hectares de terras em Palmeira das Missões, dividida em 14 propriedades.

## Bispo e padres de Passo Fundo fazem campanha

O Bispo e padres da Diocese de Passo Fundo iniciaram, na semana passada, uma campanha em favor das milhares famílias de agricultores sem terra acampados em Ronda Alta.

De acordo com a nota oficial divulgada, o clero diocesano decidiu mais uma vez, denunciar a estrutura fundiária nacional e pedir providências urgentes ao governo. Mais informações na página 8.

Figura 3: Terceira edição do Boletim Sem Terra<sup>93</sup> já dá destaque à fotografia

<sup>93</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

Em julho de 1984, quando o MST havia sido oficialmente criado, o periódico tem a denominação novamente modificada e ganha na edição de número 36 status e nome de jornal, mais precisamente *Jornal Sem Terra*. Ainda era editado no Rio Grande do Sul. No ano seguinte passou a ser produzido em São Paulo, junto à Secretaria Nacional do MST, onde permaneceu sob a responsabilidade da assessoria de imprensa do MST até dezembro de 2014, quando alcançou a marca de 326 edições.

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no *Jornal Sem Terra*. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então<sup>94</sup>.

---

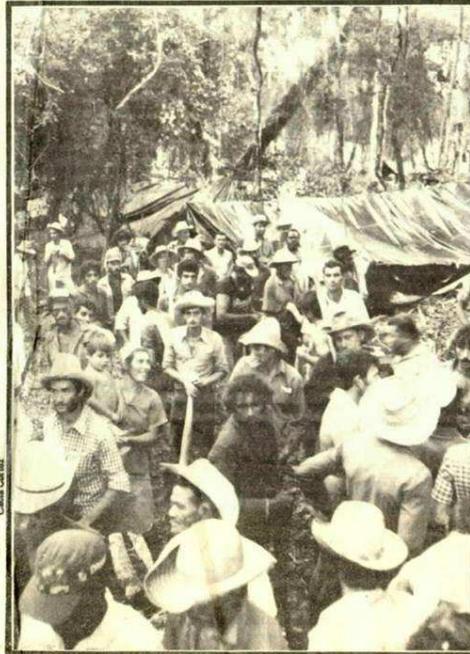
<sup>94</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acessado em 30 mai. 2015.

# JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA

ANO III - Nº 36

Porto Alegre

Julho de 1984



## IVINHEMA DESPONTA UMA ESPERANÇA

Dois meses depois da ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Barbosa Martins anunciou a compra de terras para assentar os lavradores, que foram despejados após 15 dias de resistência ao cerco da polícia no meio da mata. Atualmente, as 500 famílias, cerca de 3 mil pessoas, estão acampadas numa pequena área cedida pela Igreja na Vila São Pedro, no município de Dourados, há 60 quilômetros de Ivinhema. A Empresa SOMECO, que recorreu contra os lavradores, é proprietária de 70 por cento das melhores terras da região. Ela fundou o município de Ivinhema e há 20 anos exerce o maior poder político e econômico do local.

Página Central



ENTREVISTA  
Dom José  
Gomes fala  
dos problemas  
da terra  
e da Igreja  
Página 8

## BÓIAS-FRIAS



# USINEIROS NÃO CUMPREM ACORDO

Figura 4: Boletim Sem Terra vira Jornal dos Trabalhadores Sem Terra<sup>95</sup>

<sup>95</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

Esse –salto qualitativo pode ser explicado, em parte, pela profissionalização do jornal, o qual passou a ser editado por jornalistas que organizavam e davam um caráter jornalístico ao conteúdo produzido parcialmente pelos militantes e publicado no periódico, investindo em gêneros como reportagem e entrevista. No decorrer dos anos seguintes, o jornal investe mais e mais na linguagem jornalística e acompanha as tendências que vão nortear a produção desse gênero discursivo no século XXI. –Os títulos estão sendo publicados em corpos maiores, muitos ganham tarjas coloridas e há mais criatividade na diagramação, com emprego de textos complementares, olhos, boxes e outros elementos gráficos (OLIVEIRA FILHA, 2012, p. 14).

Todavia, ainda em seus primeiros anos de existência, a qualidade do jornal foi reconhecida pela conquista, em 1986, do prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo, um dos mais importantes do Brasil. A honraria foi motivada pela atuação de destaque do jornal no campo de direitos humanos e democratização da comunicação. A premiação não acomodou a equipe do jornal. Ela continuava a implantar mudanças que visavam a facilitar a visualização da informação para seus leitores. –Desde 1984, o *Jornal Sem Terra* passou por mudanças gráficas: inclusão de infográficos, cores, selos para identificação de editoriais, maior uso de charges e ilustrações (BARBOSA, 2013, p. 115).

Durante todo esse tempo, a periodicidade oscilou bastante. Oficialmente era mensal, mas, em média, o jornal parecia conseguir ser distribuído bimestralmente. Assim como o logotipo que permaneceu o mesmo, o formato e o tamanho do jornal não mudaram frequentemente. –Todas as edições do ano passado tinham 16 páginas [número semelhante ao de sua edição de lançamento em julho de 1984], mantendo o formato germânico, adotado em 2001 - este é um formato maior do que o tabloide convencional, com 28 centímetros de largura por 38 de altura (OLIVEIRA FILHA, 2012, p.13).

Todavia, o jornal passou a intensificar a impressão em cores. A autora explica que, no início da década de 2000, apenas quatro (capa, contracapa e as duas páginas centrais) das 16 páginas eram coloridas. Já em 2011, as cores estão presentes em todas as páginas da publicação, que também aumentou o número de fotografias e ilustrações. Ainda segundo Oliveira Filha (2012), o jornal não tinha motivos apenas para comemorar neste novo século. Isso porque sua tiragem estava caindo. Em 2000, cada

edição circulava com 40 mil exemplares. No ano seguinte, diminuiu para 30 mil e, em 2011, foi reduzida para 10 mil, montante que permanece até dezembro de 2014.

Além desse declínio, problemas na distribuição dificultavam o acesso do jornal à base do movimento.

—[...] historicamente, não é só na Paraíba, a gente tem uma dificuldade do *Jornal Sem Terra* chegar (ao assentamento). Primeiro de fazer ele chegar até a ponta. Segundo, ele se tornou um vínculo mais para a militância. Um vínculo mais formativo e informativo para a militância. Então, para as coordenações, que recebem o jornal, leem e a partir daí é que divulgam, fazem suas falas, fazem assembleias, conseguem organizar uma fala, o discurso. Então, a dificuldade de leitura na ponta é visível<sup>96</sup>.

Ainda assim, o jornal buscou aumentar o seu público potencial e, desde outubro de 2007, passou a veicular o suplemento -Sem Terrinhal. Este tinha quatro páginas e a produção compartilhada pelos setores de educação, cultura e comunicação. -Destinado ao público infantil e aos educadores do Movimento, o suplemento está no quarto ano de publicação e com 35 edições. (OLIVEIRA FILHA, 2012, p. 13). Depoimentos e desenhos das crianças são publicados em cada edição mensal, a qual costuma ser temática e aborda questões que variam desde cultura até política.

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.



Figura 5: Primeira edição do -Jornal das Crianças Sem Terrinhal<sup>97</sup>

Outra estratégia usada para ter mais público, mesmo com os cortes na tiragem, foi disponibilizar as edições do jornal na internet. Em um primeiro momento, elas estavam disponíveis na antiga página do MST, em formato PDF. Em seguida, assim como ainda hoje já na nova página do movimento na rede mundial de computadores,

<sup>97</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

ficaram acessíveis por meio da plataforma Issuu<sup>98</sup>. Dessa forma, o movimento acompanha uma tendência da maior parte das empresas jornalísticas, que é disponibilizar, pelo menos, parte do seu conteúdo gratuitamente na internet.

O material pode ser acessado a partir de links existentes na página da internet do movimento ou diretamente pela plataforma Issuu, que dispõe de ótimo buscador por palavras-chave. Neste, basta digitar *Jornal Sem Terra* para que várias edições do periódico sejam exibidas na tela do dispositivo digital utilizado para acessar a internet. A publicação é, potencialmente, lida em qualquer lugar do planeta, em qualquer dia ou horário, por qualquer pessoa.

O jornal disponível na internet possui algumas seções fixas, que trabalham o jornalismo opinativo ou o jornalismo informativo (MELO, 2003). O Editorial expõe a opinião oficial do *Jornal Sem Terra* sobre um tema determinado. Em seguida, é normalmente publicado um artigo, com caráter mais científico, assinado por pesquisadores, professores e ocasionalmente por lideranças do movimento. A entrevista de personalidades tem destaque na publicação e geralmente duas páginas são destinadas para esse gênero jornalístico. O conteúdo desenvolvido por militantes nas mais diversas regiões brasileiras é publicado nas duas páginas seguintes, em uma seção chamada -Estados|. As páginas centrais do periódico costumam ser dedicadas para reportagens, que são anunciadas na manchete ou nas chamadas de primeira página da publicação. Há ainda seções Internacional, Cultural e Balaio, esta última composta por uma série de notinhas sobre as mais diversas temáticas. A última página do jornal é usada como um cartaz para fazer denúncias, mobilizar os trabalhadores, entre outras questões (OLIVEIRA FILHA, 2012).

Na entrevista que me concedeu, em Fortaleza, no dia 16 de janeiro de 2010, durante minha pesquisa de mestrado e cujo objeto era a *Revista Sem Terra*, Miguel Stédile, à época um dos coordenadores de comunicação do MST, explicou também o objetivo do *Jornal Sem Terra*. Para ele, é ajudar na democratização da comunicação, já que dá voz às fontes que não costumam ter espaço na mídia hegemônica, além de publicar notícias e abordar temáticas de forma diferente daquela apresentada pelos meios de comunicação de massa empresariais.

Aqui chega ao fim a síntese de algumas das contribuições do *Jornal Sem Terra*, parte do objeto de estudo desta pesquisa, à estruturação, desenvolvimento e

---

<sup>98</sup> Possibilita carregar e espalhar publicações (revistas, jornais, catálogos, guias etc) na internet.

consolidação do MST. No próximo tópico, outro importante de canal de comunicação, mais uma vez produzido no suporte impresso, será apresentado com o objetivo de demarcar sua função na luta travada, por reconhecimento e visibilidade, pelo movimento no campo simbólico.

### **3.3 – *Revista Sem Terra*<sup>99</sup> enfoca público heterogêneo**

Como parte de uma macro estratégia desenvolvida por meio da política de comunicação do MST, a *Revista Sem Terra* foi demandada por um contexto histórico específico. Na entrevista que me concedeu, em janeiro de 2010, durante minha pesquisa no Mestrado em Comunicação, Miguel Stédile, então integrante da coordenação de comunicação do movimento, explicou que cada veículo do MST é correspondente a um momento da luta do movimento pela reforma agrária. Como uma das metas estipuladas durante o 3º Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, era dialogar com públicos mais específicos, o contato mais próximo com a população urbana passou a ser prioridade.

Assim, conforme Miguel Stédile, o MST entendeu que a luta pela reforma agrária só teria êxito se os habitantes das cidades compreendessem que as vitórias obtidas pelos agricultores no campo seriam benéficas para toda a sociedade e não apenas aos trabalhadores rurais. A publicação foi criada exatamente após a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, realizada em 1997, que teve, como um de seus objetivos principais, o desafio de conquistar a simpatia da população urbana para a reforma agrária, além de reivindicar justiça e, por consequência, a prisão dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

---

<sup>99</sup> Este tópico é uma síntese atualizada da minha dissertação denominada Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela *Revista Sem Terra*, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará.

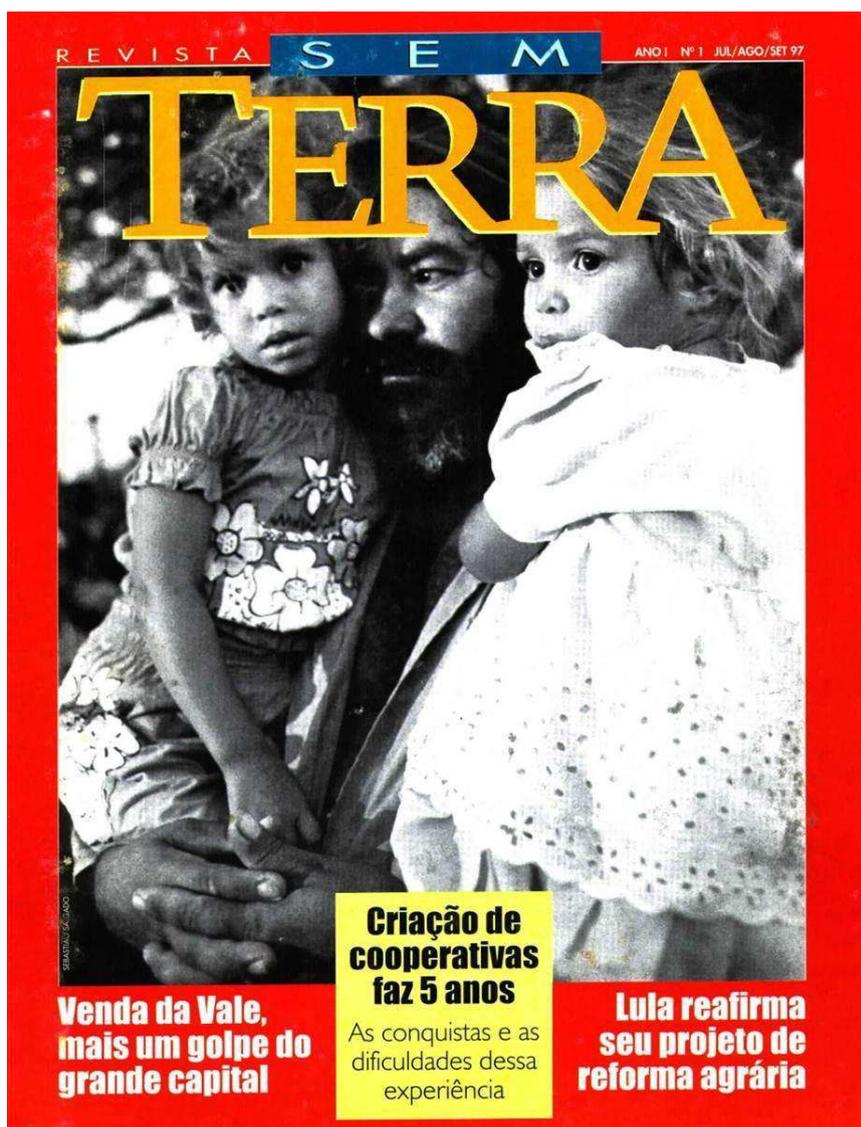


Figura 6: Primeira edição da *Revista Sem Terra*<sup>100</sup>

Naquele momento, na análise de Miguel Stédile, o movimento conseguiu se projetar como sujeito político de abrangência nacional. Por isso, existiam expectativas e questionamentos acerca do posicionamento do movimento sobre diversas temáticas.

-Então, a revista tem o papel de fazer a propaganda dos resultados obtidos com a reforma agrária e ao mesmo tempo expor a posição do MST sobre outros temas, como a questão ambiental, as privatizações...<sup>101</sup>.

Por isso, a revista procurava dialogar com um público até certo ponto heterogêneo. De acordo com Miguel Stédile, a publicação é voltada para formadores de opinião. Em síntese são professores universitários, sindicalistas, pessoas da esquerda

<sup>100</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra.

<sup>101</sup> Entrevista concedida por Miguel Stédile, ao pesquisador, em Fortaleza, no dia 16 de janeiro de 2010.

progressista e os militantes. –A revista é acompanhada por públicos variados, sendo que seus principais leitores são os integrantes do MST, ao lado dos simpatizantes, apoiadores e interessados no movimento, confirma Antônio Biondi, então editor da *Revista Sem Terra*, em entrevista concedida para mim durante a pesquisa de mestrado.

O leitor da *Revista Sem Terra* não está interessado apenas nas questões agrárias brasileiras. Por isso, segundo Antônio Biondi, a linha editorial da revista propõe a cobertura de temáticas variadas, desde assuntos internacionais até aspectos da vida cultural brasileira.



Figura 7: *Revista Sem Terra* também dá destaque aos temas internacionais<sup>102</sup>

<sup>102</sup> Fonte Hemeroteca Luta pela Terra.

A publicação foi influenciada pelo caráter combativo e partidário de jornais alternativos editados na ditadura militar. –Inclusive porque importantes e combativos jornalistas desses períodos foram editores e fundamentais na criação e evolução da revista, como Hamilton Octavio de Souza e Alípio Freirel, argumenta Antônio Biondi. Entretanto, não é apenas dessa antiga imprensa alternativa que guarda referências. Por mais contraditório que possa parecer, a *Revista Sem Terra* é influenciada pela mídia hegemônica, que tanto crítica.

Sobre essa suposta contradição, Antônio Biondi explica que a publicação dialoga com o que é comunicação neste país na atualidade, com a formação de seus editores e dos militantes do MST. –Todos esses setores, evidentemente, sofrem influências de diversos veículos da grande imprensa, mas não somente deles. Assim, difícil pensar em um rompimento, mas difícil dizer que a revista não apresenta diferenciais e outras perspectivas, justifica.

A revista trabalha com as categorias básicas do jornalismo: Opinião e Informação (Melo 2003). A partir de tal perspectiva, a *Revista Sem Terra*, ao longo de mais de doze anos de existência, produziu um discurso jornalístico capaz de operar na construção social da realidade. Em média tinha 13 seções (Editorial, Entrevista, Política, Internacional, MST, Trocando Idéias, Cultura, Em pauta, Resenha, Estudo, Companheiros e companheiras, Balaio, Humor).

Marcada pela hibridização de práticas jornalísticas alternativas e comerciais, objetivava dar significativa contribuição na divulgação e legitimação das ações do movimento. Para esse fim, criou uma seção denominada Sem Terra. Mas, as reportagens fora desse espaço também procuravam ajudar a construir simbolicamente o MST. A ideia era apresentá-lo como um movimento social legítimo, que tem apoio de várias personalidades da sociedade e de diversas organizações da sociedade civil.

Assim como os demais integrantes da instância midiática (Charadeau, 2007), a *Revista Sem Terra* precisava de credibilidade. Essa é mais uma razão pela qual se apropriou das estratégias discursivas da mídia comercial, que também são percebidas no *Jornal Sem Terra* e na página do movimento na internet. A percepção e o exemplo de que as estratégias discursivas da mídia hegemônica podem e devem ser apropriadas e resignificadas é uma das principais contribuições desses canais do MST para a comunicação desenvolvida no âmbito dos movimentos sociais.

Detentor de credibilidade, um capital simbólico de extrema relevância nesse contexto, o discurso jornalístico foi apropriado pelo MST. A estruturação da revista é semelhante às principais publicações de informação semanal em circulação no Brasil. Enfim, longe de se deixar influenciar por purismos, a *Revista Sem Terra* assumiu também a necessidade de se apropriar das estratégias discursivas do campo midiático para garantir o valor de verdade de seus enunciados e, por consequência, serem fiadoras de seu discurso.

Essa escolha não a impede de elaborar um discurso que vai de encontro às versões divulgadas pela grande imprensa sobre o MST, por exemplo. O periódico justifica que crítica o conteúdo da mídia hegemônica e não, necessariamente, o modo de construção do enunciado. Assim, este processo produtivo pode ser replicado e legitimar mensagens de enfrentamento ao *status quo*.

Enfrentamento que, em termos quantitativos, não faz frente à audiência da mídia hegemônica. Ela é composta também por integrantes da base do movimento, como Ronaldo Rufino dos Santos, um dos coordenadores do assentamento Paulo Freire, localizado na cidade de Remígio, na Paraíba.

Nós sempre vemos os meios de comunicação e não só os do MST. Queira ou não a gente ainda parte para escutar a mídia burguesa. Mas, a revista (Sem Terra), o WhatsApp agora, vem ajudando nós bastante nas nossas discussões e na questão da gente está se mobilizando, se articulando<sup>103</sup>.

Por isso, a -mídia burguesa não tem seu poderio ignorado pelo MST, o qual busca dialogar com ela e ocupar espaços nesse campo por meio de sua assessoria de imprensa<sup>104</sup>. A revista *Veja* tem mais de um milhão de assinantes e periodicidade semanal. Já a *Revista Sem Terra*, nos primeiros anos de existência, tinha periodicidade trimestral, tiragem de 10 mil exemplares, 36 páginas e não era totalmente colorida.

Ainda assim, gradativamente a publicação foi se consolidando. Em 2004, a periodicidade passou a ser bimestral. Dois anos depois, foi às ruas com um novo projeto

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Ronaldo Rufino dos Santos, um dos coordenadores do assentamento Paulo Freire, ao pesquisador em 01 set. 2015.

<sup>104</sup> De acordo com Engelman (2013), o MST, desde 2004, iniciou a estruturação de uma rede nacional de assessoria de imprensa. Conforme a pesquisadora, essa área da comunicação seria responsável pela produção de conteúdo para jornalistas, buscava melhorar o relacionamento com esses profissionais, além de promover a capacitação de quadros do MST para dialogar com a mídia. —Atualmente o MST possui militantes/assessores que integram o setor de comunicação em dois grandes centros: São Paulo e Brasília, onde se verifica uma busca maior da imprensa por informações. Também existem comunicadores em aproximadamente dez estados [...] (ENGELMAN, 2013, p. 128). Eles produzem, ainda, conteúdo para os diversos canais de comunicação do movimento.

gráfico e, pela primeira vez, chegou às mãos dos leitores totalmente colorida (Crepaldi, 2008). A revista também aumentou o tamanho no decorrer do tempo e os últimos números publicados contavam, em média, com 64 páginas. Na 50ª edição, publicada em julho de 2009 e considerada histórica por seus editores, logo abaixo do Editorial, uma nota explica o significado da revista para o MST e seus simpatizantes.

Este é o número 50 da *Revista Sem Terra*. Uma conquista, não apenas da luta pela Reforma Agrária ou dos trabalhadores rurais Sem Terra, mas, acreditamos, uma vitória da classe trabalhadora. São 12 anos, nos desafiando a levar para a sociedade as nossas lutas e conquistas. São 50 números de enfrentamento com o monopólio das informações em nosso país<sup>105</sup>.



Figura 8: Edição número 50 da *Revista Sem Terra*

Tanta comemoração é justificada pelos inúmeros desafios vencidos para fazê-la circular em todas as regiões do país, que dificultavam até mesmo o aumento da tiragem do periódico. Segundo Miguel Stédile, a distribuição é um entrave nesse processo de acréscimo do número de exemplares impressos. –A *Revista Sem Terra*, em

<sup>105</sup> *Revista Sem Terra*, 2009: p. 3

seu primeiro ano, era vendida em banca, mas sofreu um boicote muito grande. Isso, por enquanto, inviabiliza esse aumento da tiragem da publicação<sup>106</sup>.

Porém, a incerteza de recursos financeiros e até mesmo de profissionais para trabalhar na publicação provavelmente tenham sido fatores preponderantes para que a última edição publicada tenha sido em outubro de 2010, número 55. O investimento necessário para a produção da revista é difícil de ser mensurado, segundo Antônio Biondi. Isso porque os comunicadores, responsáveis pela produção do conteúdo, não se dedicam de forma exclusiva ao periódico. Contudo, depois de expor as dificuldades de se chegar a um valor preciso, o ex-editor informa que a revista era orçada em torno de R\$ 18 mil por publicação, dos quais R\$ 6 mil necessários para o pagamento de pessoal e R\$ 12 mil referentes aos processos de impressão e distribuição.

A maioria dos financiamentos para a produção dos veículos de comunicação do MST vem do governo, de empresas governamentais, sindicatos e de Ongs, por meio de anúncios. A Petrobrás, por exemplo, publicou quatro anúncios publicitários na revista ao longo de 2005, que custaram 45.500 reais, segundo informações da própria empresa (CREPALDI, 2008, p.10).

Além de poder ser questionado, já que reforça uma perigosa dependência financeira do movimento perante o governo, esse tipo de financiamento não foi suficiente para manter a *Revista Sem Terra* em circulação constante.

Porém, devido às dificuldades financeiras e criação de outros veículos de comunicação, a exemplo da página de internet – que, em parte, vem suprimindo a necessidade de debate com a militância do Movimento e a classe trabalhadora urbana –, a partir de 2011 a Revista é transformada em um veículo de edição especial, sendo publicado somente em algumas ocasiões em que o MST considera importante discutir mais profundamente alguma temática de seu interesse. Seu conteúdo completo pode ser acessado no portal virtual do MST (ENGELMANN, 2013, p. 126-127).

De fato, é muito provável que novos números deixaram de ser lançados por falta de dinheiro. Porém, apenas a criação de outros canais de comunicação não justifica a –quase! extinção da revista. Vale lembrar que site e revista foram produzidos simultaneamente durante anos. Talvez, outro fator explique o surgimento do –veículo de edição especial!: a ausência de profissionais, alinhados ideologicamente ao movimento, dispostos a editar a revista e o início da priorização de canais on-line nativos, como sites, microblogs e sites de redes sociais, frente às publicações impressas.

---

<sup>106</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em Fortaleza, no dia 16 de janeiro de 2010.

Caso o problema seja essencialmente financeiro, o periódico poderia virar uma revista digital. Isso diminuiria consideravelmente seus custos, já que 2/3 (R\$ 12 mil do montante necessário para viabilizar a revista) eram destinados para cobrir os gastos com impressão e distribuição. É provável que essa mudança de mídia (impressa para internet) não causasse estranhamento ao leitor e tampouco fosse inaceitável para o setor de comunicação do MST. Esse raciocínio é embasado no fato de que algumas edições da revista estavam disponíveis integralmente, em formato PDF, na antiga página do movimento.

Mais uma vez, a lógica seguida poderia ser semelhante a predominante no mercado editorial brasileiro, onde edições antigas de um título podem ser acessadas na íntegra, enquanto apenas alguns conteúdos das edições mais recentes estão disponíveis on-line. Essas seriam duas espécies de amostras grátis com o intuito de despertar o interesse do leitor pela revista e fazê-lo comprá-la, independente de ela circular na mídia impressa e/ou na internet.

Porém, a partir dos indicadores apresentados por Engelmann (2013), a lógica que começaria a predominar na área de comunicação do movimento seria baseada na priorização dos canais on-line nativos. Apesar de não ser foco principal deste estudo a tendência a ser seguida pela comunicação do MST é importante perceber como o Rádio vai se inserir nesse novo momento. No próximo tópico, serão demarcadas algumas contribuições dessa mídia para a construção identitária dos sem-terra e à luta por reconhecimento encampada pelo movimento.

### **3.4 – A voz do MST amplificada pelo rádio**

Apesar de investir em publicações impressas e, por consequência, quebrar o estereótipo de que o melhor canal de comunicação com o homem do campo é o rádio, o MST não negligenciou o potencial desta mídia. Afinal, conhece de perto a realidade do analfabetismo.

—[...] a população camponesa, na sua hegemonia, tem uma dificuldade de ler. O camponês naturalmente ouve mais do que lê pelas próprias condições logísticas ou pelo próprio índice de analfabetismo. Quando você vai para esse interiorzão nós temos mais da metade dos acampados, dos assentados lamentavelmente

nesse semiárido que são analfabetos. E culturalmente o camponês acorda cedo, mas acorda com o rádio<sup>107</sup>].

Por isso, procurou capacitar seus militantes, de forma teórica e prática, para tornarem-se radialistas populares e, por meio do domínio da linguagem radiofônica, desenvolverem uma rica programação composta por produtos dos mais diversos gêneros, do entretenimento ao radiojornalismo. Ainda assim, esse mix de programas é norteado pela busca de consolidar entre os sem-terra os sentimentos de pertencimento e orgulho de fazer parte do movimento, além de tornarem-se mecanismos de formação política nos assentamentos e acampamentos coordenados pelo MST.

Segundo o manual de redação do MST (2010a, p. 35), o Movimento passa a utilizar o rádio ainda na década de 1980 – entre 1987 e 1988, quando produzia e veiculava um dos primeiros programas semanais de alcance nacional, na Rádio Aparecida, que fazia parte da rede católica. Nesse período, a organização também buscou espaços em programas de entidades aliadas e comprou espaços em rádios comerciais, para a divulgação de programas sobre a luta por Reforma Agrária, além de instalar rádios-poste em alguns acampamentos para auxiliar na comunicação com a base (ENGELMANN, 2013, p. 124).

No decorrer dos anos 1990, à medida que a comunicação era consolidada e contribui ainda mais com a estruturação do movimento, o MST investe na capacitação de militantes, que passariam a atuar como radialistas nas emissoras montadas e operadas pelo grupo nos assentamentos. Nesse sentido, segundo Engelmann (2013), o MST foi influenciado pelo crescimento do movimento das rádios comunitárias, que visava a contribuir para a democratização da comunicação no País.

Apesar da escassez de recursos e da burocracia, com marcado cunho político, para conseguir a concessão, o MST conseguiu apropriar-se dessa mídia. De acordo com levantamento produzido pelo MST e divulgado por Engelmann (2013), existem 25 rádios comunitárias camponesas operando regularmente pelo MST. A maior parte delas está localizada na região Sul. Em comum têm a programação completamente diferente daquela apresentada pelas emissoras comerciais, levam esperança e amplificam a voz, por meio da divulgação da cultura, das inquietações, sonhos, demandas, vitórias e conquistas, dos trabalhadores rurais.

---

<sup>107</sup> Entrevista concedida, por Dilei Schiochit, ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

Um exemplo significativo, conforme artigo publicado pela professora e pesquisadora Marta Maia em seu blog, foi a Rede Camponesa de Rádio, elaborada pelos militantes do Estado de São Paulo.

Outro aspecto importante da Camponesa FM é a sua referência como articuladora. Um exemplo de como ela tem contribuído para a organização do Assentamento pôde ser aferido em uma das assembleias da Fazenda Reunidas, pois mais da metade das pessoas presentes confirmaram que estavam ali porque haviam ouvido a convocação pela Camponesa FM<sup>108</sup>.

A pesquisadora garante também que, de certa forma, o agricultor se sente representado pelos programas veiculados na rádio. Raciocínio compartilhado por Medeiros (2013, p. 7). –O simples ato de abrir os microfones para o outro se comunicar proporciona espaço para que sua voz, sempre censurada pelos grandes meios de comunicação, possa ser ouvida e, a partir dela, compartilhe suas experiências, mostre suas realidades, lute para construir o novoll.

Segundo Marta Maia, a programação era composta por atrações que abrangiam Folia de Reis, cantos infantis, músicas de luta, entre outras formas simbólicas que vão de encontro aos padrões pré-estabelecidos pelas rádios comerciais. A autora explica que toda essa experimentação foi amparada por um embasamento teórico. Este, assim como capacitação técnica, foi oferecido aos militantes durante o I Laboratório de Radiodifusão do MST.

Durante um mês (7 de novembro a 7 de dezembro de 96) vários jornalistas, economistas, historiadores, músicos e radialistas foram até o Assentamento com o objetivo de passar seus conhecimentos para alunos bastante atentos. Os temas abordados pelos palestrantes giraram em torno da história da radiodifusão, situação política e econômica, técnica e linguagem radiofônica, o papel dos meios de comunicação de massa e a política de concessões no país<sup>109</sup>.

Essa capacitação assegurava que a administração da rádio, assim como a produção, edição e apresentação dos programas, fosse conduzida pelos próprios assentados. Os demais moradores do assentamento, de acordo com a pesquisadora, também participavam da programação por meio de bilhetinhos, indo diretamente à emissora e ao conversarem pessoalmente, nos mais distintos espaços, com os próprios locutores da rádio.

---

<sup>108</sup> Disponível em: [http://www.martamaia.pro.br/rcomunitaria\\_rcamponesa.asp](http://www.martamaia.pro.br/rcomunitaria_rcamponesa.asp). Acesso em: 26 set. 2015.

<sup>109</sup> Disponível em: [http://www.martamaia.pro.br/rcomunitaria\\_rcamponesa.asp](http://www.martamaia.pro.br/rcomunitaria_rcamponesa.asp). Acesso em: 26 set. 2015.

Porém, assim como os demais veículos de comunicação, essa experiência era comprometida por falta de recursos financeiros. A Rádio Camponesa FM parou de operar por conta de problemas técnicos em seu transmissor. Várias rádios deixaram de ser implantadas no interior paulista porque não havia dinheiro para esse fim.

Atualmente, a comunicação nos assentamentos do MST se depara com dificuldades e maior parte da produção de revistas e jornais do movimento circula em suas sedes estaduais e regionais. Pouco do que é produzido chega aos assentamentos. E menos ainda são os assentamentos que fazem uso do instrumento de comunicação popular, como por exemplo, panfletos, informativos, boletins, jornais, rádios comunitárias e sites na internet, para se informar e comunicar. Na região do Pontal do Paranapanema, dos 99 assentamentos, nenhum possui algum veículo de comunicação próprio para servir a comunidade (MEDEIROS, 2013, p. 3).

Talvez para driblar essas limitações financeiras, que acompanham o movimento desde seus primórdios, a coordenação de comunicação do MST produziu o programa -Vozes da Terra, considerado por Engelmann (2013) a principal experiência do movimento na área de rádio.

A pesquisadora narra que o programa -[...] possuía a distribuição mensal de CD's temáticos, com quatro programas de 15 minutos cada. Os programas eram distribuídos para as rádios do MST, bem como outras rádios: católicas, universitárias, comunitárias, e algumas comerciais pelo país (ENGELMANN, 2013, p. 124-125). De acordo com a autora, o conteúdo, também disponibilizado na página do MST, abordava a luta do MST, além de debates conjunturais que interessassem ao movimento.

Embora oficialmente o movimento ateste a relevância das rádios em sua luta simbólica e garanta continuar a investir na criação de -rádios comunitárias camponesas, reconhece as dificuldades enfrentadas para atingir esse objetivo. Entre os desafios estão falta de recursos financeiros, necessidade de ampliar a capacitação técnica e política de seus comunicadores e, sobretudo, a legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil, que estaria ultrapassada (ENGELMANN, 2013).

É provável que uma alternativa para aproveitar ainda mais o potencial da linguagem radiofônica seja a elaboração de *podcasts*, cujos custos de produção são bem mais baixos. Sua difusão não precisa de nenhuma concessão estatal, já que são distribuídos pela rede mundial de computadores. Porém, no âmbito da imbricação rádio e internet, o máximo que o movimento conseguiu fazer foi transpor os programas distribuídos por meio de CD's para a página do MST. Ou seja, vivenciam ainda no jornalismo digital a chamada fase de transposição, quando os conteúdos de outras

mídias dos grandes grupos de comunicação, principalmente do impresso, eram transportados integralmente para os sites.

De fato, é complicado explicar uma espécie de defasagem da área radiofônica do MST na ocupação do ciberespaço. Principalmente porque, como será apresentado detalhadamente no próximo capítulo, o grupo conseguiu rapidamente perceber o potencial comunicativo da rede mundial de computadores e ainda em 1997, apenas dois anos após a criação da internet comercial no Brasil, já havia construído um site oficial e passava a ter seu discurso potencialmente consumido em qualquer lugar do mundo.

Desde então, o movimento só alargou a sua presença no ciberespaço. Afinal, entre outras vantagens, ali o custo da produção de conteúdo é bem menor, não há a necessidade de nenhuma concessão para utilizar a mídia e o material é rápida e facilmente distribuído, sempre quando comparado com os meios tradicionais (impresso, rádio, TV). No último capítulo da tese, a chegada, ocupação e os usos e apropriações do ciberespaço pelo MST serão analisados, sobretudo com base na expansão da política de comunicação nesse ambiente por meio da criação da página oficial do MST no Facebook e sua relação com os dispositivos de comunicação off-line da organização.

## 4 – ETNOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DO MST

A Embratel começou operar a internet comercial no Brasil em 20 de dezembro de 1994. Até abril do ano seguinte, o serviço era oferecido em caráter experimental para cinco mil usuários. Apenas dois anos após essa fase de testes, antes mesmo de grandes empresas apostarem no potencial da nova mídia e quando a conexão à rede era difícil até nas metrópoles, um movimento social eminentemente agrário começou a ocupar o ciberespaço. Nesse período, o MST já havia mostrado sua força principalmente entre os trabalhadores rurais. Era o momento de ganhar visibilidade e conquistar o apoio da sociedade em geral, mais especificamente da população urbana.

Como parte da mesma macro estratégia da política de comunicação que resultou na criação da *Revista Sem Terra*, o contexto histórico também impulsionou a produção de uma página do movimento na rede mundial de computadores. O objetivo do novo canal de comunicação era proporcionar uma maior visibilidade dos sem-terra junto aos moradores das grandes cidades brasileiras. Ou seja, o movimento queria ter o alcance de seus discursos alargado. Simultaneamente pretendia melhorar a comunicação entre os militantes e combater o processo de estigmatização que sofria, em parte, por meio da veiculação pela mídia hegemônica de reportagens contrárias ao MST.

Não vai dizer que o MST ocupou o Ministério da Fazenda porque é uma luta justa, que não tem dinheiro para fazer a Reforma Agrária e que a Reforma Agrária é necessária. Ela vai sempre respaldar como um bando de baderneiro, subversivo. Então a mídia burguesa é isso. Aí o MST nessa história tem construído alguns instrumentos importantes que a militância tem sido uma fonte. Por exemplo, página do MST na internet. Então hoje a nossa militância, com os dirigentes na sua hegemonia, não dá mais para não utilizar esse vínculo de comunicação. Porque as coisas ou a conjuntura é tão rápida que é um instrumento que se você quiser tá informado e de circulação rápida, você aciona. É até uma orientação que o MST tem uma página e por essa página que a gente se comunica. E precisa porque é uma organização nacional que, de certa forma, precisa estar com suas linhas unificadas. E também ela serve como um instrumento de consulta - aconteceu isso ou como vamos fazer isso? - e de solidariedade na luta também. Porque aconteceu um problema em tal estado e circula isso rapidamente. Então ela é um instrumento importante. Isso mais entre as instâncias [de liderança]<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Entrevista concedida, por Dilei Schiochit, ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

Porém, quando o movimento construiu sua primeira página na internet, poucos conseguiam prever com sobriedade as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais proporcionadas com o auxílio dos diversos usos e apropriações da internet por nações ricas, naquelas em desenvolvimento e inclusive nas mais pobres. Alguns pregavam uma revolução sem precedentes com reflexos em todas essas áreas e com benefícios certos para a emancipação humana. Seria o começo do fim das desigualdades e injustiças. Outros acreditavam que ela não passaria de mais um instrumento de reprodução do capitalismo. Havia os que preferiam simplesmente ignorar a internet, já que ela fazia parte do cotidiano de uma ínfima parcela da humanidade e provavelmente assim, pensavam, continuaria por décadas.

Embora a nova mídia fosse praticamente desconhecida pelos trabalhadores rurais e tivesse acesso restrito em grandes cidades, o MST não a ignorou. Prognosticou de forma acertada que rapidamente o ciberespaço se tornaria um campo de luta. Estado, empresas, movimentos sociais, pessoas físicas, entre inúmeros outros atores sociais, de fato, têm em comum a predisposição por travar disputas no ciberespaço. Eles, norteados por seus interesses específicos, buscam reconhecimento, audiência, credibilidade, clientes etc. Por isso, foi relevante a iniciativa do MST de ser um dos pioneiros nesse *front*.

Agora, é preciso entender quais as motivações de tal pioneirismo. Compreender por que esse movimento, que está longe de ter um DNA digital, deixou a cibercultura adentrar sua política de comunicação. Perceber como se deu e interpretar os usos e apropriações da internet efetuadas pelo movimento na sua luta por reconhecimento, sem esquecer, contudo, de problematizar as supostas contradições dessa ocupação do ciberespaço.

#### **4.1 – A digitalização das formas simbólicas do MST**

A suposta inevitável transmutação do mundo dos átomos para o dos bytes não demorou a chegar ao MST. Pelo menos, quando se trata da produção de conteúdo voltado para a sua base e à sociedade em geral. É importante ressaltar que o movimento começou a digitalizar seus produtos de caráter jornalístico por meio de dois caminhos. Primeiro, passou a produzir uma página na internet e, em seguida, disponibilizou nesse

endereço, além das notícias produzidas especificamente para essa nova mídia, links para páginas onde se podia ler, por exemplo, o *Jornal Sem Terra* na íntegra.

O movimento percorria trajetória semelhante a um dos seus principais adversários: a mídia hegemônica. Nos anos 1990, assim como o MST, a maior parte dos principais grupos de comunicação no Brasil criou sites jornalísticos. Os grandes portais jornalísticos enfatizaram seções de notícias de última hora como estratégia para atrair a audiência. Mas a maior parte do conteúdo era a transposição das informações publicadas nos jornais impressos editados por esses grupos de comunicação. Obviamente, a linha editorial desses sites era semelhante aos do impresso, mesmo quando o meio digital gradativamente ganhava mais autonomia e importância dentro dessas empresas.

Por isso, ali no ciberespaço também havia notícias contrárias ao MST que aumentavam o processo de estigmatização do movimento.

No Brasil os meios de comunicação burgueses não oferecem espaço para a expressão dos Sem Terra e a divulgação das pautas do MST, e/ou produzem coberturas jornalísticas com tom pejorativo e negativo, buscando associar as ações do MST à ilegalidade, como grupo —fora da lei, mascarando o problema político e social da concentração da terra, do latifúndio e da falta de uma política de reforma agrária no País. Com isso, a partir do desenvolvimento da internet no Brasil na década de 1990 e na tentativa de ampliar a divulgação de suas demandas à sociedade e ultrapassar o filtro político-editorial dos monopólios de comunicação, o MST vê na internet um novo canal de comunicação, que permite um contato direto com o usuário que possui acesso a rede<sup>111</sup>.

Dessa forma, a criação da página do MST na internet materializa o alargamento do campo em que ocorre a luta simbólica travada pelo movimento por reconhecimento. Ficava evidente que a disputa, desde então, ocorreria no universo digital e fora dele, —no mundo real— isso em um momento no qual essa separação on-line e off line, hoje já praticamente superada, era considerada válida. Mais uma vez, a política de comunicação permaneceu vital para o movimento, pois foi um dispositivo essencial para conduzir o MST ao ciberespaço, iniciando sua adequação ao que Castells (1999) chamou de sociedade em rede.

---

<sup>111</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

Como naquele momento existia a determinação de avançar o diálogo com a sociedade em geral, não seria inteligente para o movimento abdicar do novo canal de comunicação, cujo número de adeptos crescia aos milhares mês a mês no Brasil. Embora eminentemente rural, ingressar no ciberespaço não foi nenhuma aventura para o MST. A partir da experiência adquirida na produção de conteúdo jornalístico em meios diversos, como, por exemplo, rádio e impresso, desde os seus primeiros passos enquanto movimento social, o MST, por meio do setor de comunicação, soube acompanhar a tendência dos grandes grupos de comunicação que começavam, de maneira tímida e desorganizada, a investir na produção de conteúdos para a internet.

Em meados da década de 1990 não era tão fácil criar um site e subir material na rede mundial de computadores. Falta de conhecimentos específicos, a exemplo do domínio de linguagens de programação como HTML, inviabilizavam muitos projetos. Já o setor de comunicação do MST, que há anos editava um jornal distribuído praticamente em todos os Estados brasileiros, produzia programas radiofônicos, gerenciava radiadoras nos assentamentos e preparava o lançamento de uma revista bimestral de circulação nacional, sabia que tinha competência para solucionar essas dificuldades técnicas. Além disso, todo esforço estava respaldado pela necessidade de ocupar o ciberespaço na tentativa de conquistar militantes, simpatizantes e ajudar a legitimar o movimento perante a sociedade em geral.

O ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente inesperado e criativo nas lutas sociais da segunda metade dos anos 90. Partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia. Não se tem a pretensão de atingir milhões e milhões de pessoas, privilégio dos que detêm o controle dos meios de comunicação tradicionais. O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar. (MORAES, 2000, p. 142).

Contudo, os sem terra não percebiam a internet como um instrumento de emancipação humana e aliado da redução das desigualdades sociais, algo defendido por pesquisadores como Levy (1999). Os militantes imaginavam a grande rede a serviço do capitalismo, mas, passível de ser apropriada para fins, pelo menos, de resistência à

dominação e exploração existentes no campo. No ciberespaço, assim como faria ao lançar a *Revista Sem Terra* no primeiro semestre de 1997, o MST colocava em prática um dos principais pensamentos de Certeau (2002): se apropriar e usar as armas do inimigo.

Portanto, ainda que a internet seja um instrumento de reprodução de poder da classe dominante sobre a classe dominada/trabalhadora. A partir da organização e acesso da classe trabalhadora a essa tecnologia também se podem criar mecanismos de veicular informação na internet que colaborem com a formação da consciência de classe, para que o conhecimento ajude a classe também a se revelar e questionar as contradições do próprio sistema capitalista<sup>112</sup>.

Motivados por essa interpretação do potencial da internet, os sem terra criaram o portal no primeiro semestre de 1997 e, desde então, foi iniciada a interação entre formas de comunicação on-line e off-line. Em julho de 1997, o *Jornal Sem Terra* divulgou logo no seu cabeçalho o endereço do sítio do MST na internet. Embora não possa ser considerada uma ação *crossmedia*<sup>113</sup> indicava a aptidão do movimento a utilizar futuramente essa estratégia.

---

<sup>112</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

<sup>113</sup> Criada nos anos 1990 por empresas da área de marketing e publicidade e gradativamente adotada por outras áreas da comunicação, em síntese pode ser definida como mecanismo de distribuição de conteúdo em mídias distintas. -Na crossmedia há um processo de difusão de conteúdo em diversos meios. O material não necessariamente deve ser idêntico, muitas vezes, o que é divulgado em uma mídia completa o que está presente em outra (FINGER, 2012, p. 124).



Figura 9: *Jornal Sem Terra* divulga o endereço do MST na internet<sup>114</sup>

Em síntese, conforme Engelmann (2013), esse instrumento de comunicação objetivava divulgar demandas do MST e, por consequência, dar maior visibilidade às suas principais bandeiras, além de ter como missão principal pautar na sociedade o debate sobre a reforma agrária. –Desse modo, inicialmente, quando criada, a página de internet do MST apresentava um conteúdo estático, com informações genéricas de suas demandas, não tendo uma atualização sistemática (ENGELMMAN, 2013, p. 132).

<sup>114</sup> Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra

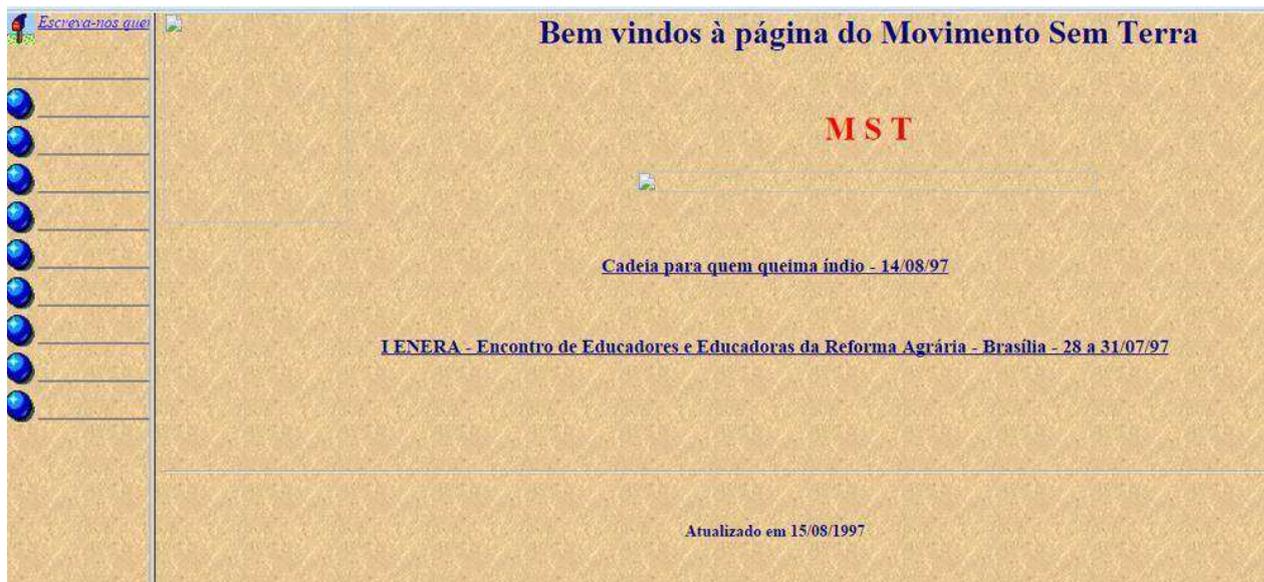


Figura 10: Home Page do MST em agosto de 1997<sup>115</sup>

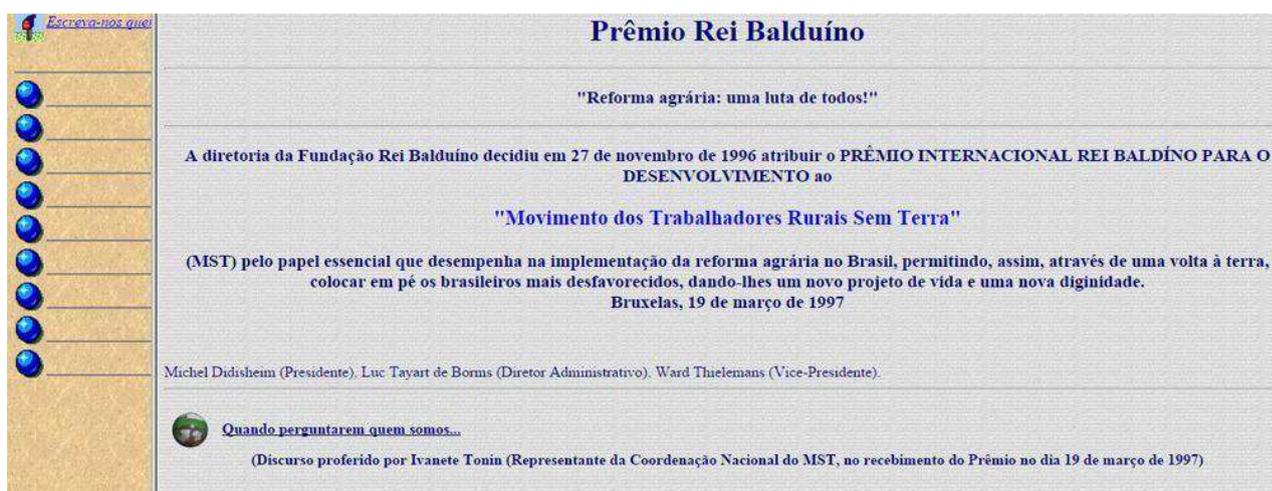


Figura 11: Página do MST destaca prêmio internacional

<sup>115</sup>Essa antiga página do MST foi acessada por meio da Wayback Machine. Esta é um banco de dados digital que conta com 432 bilhões de páginas da World Wide Web salvas desde 1996. Embora essas páginas sejam salvas na íntegra, por questões técnicas algumas podem perder elementos gráficos quando novamente acessadas.

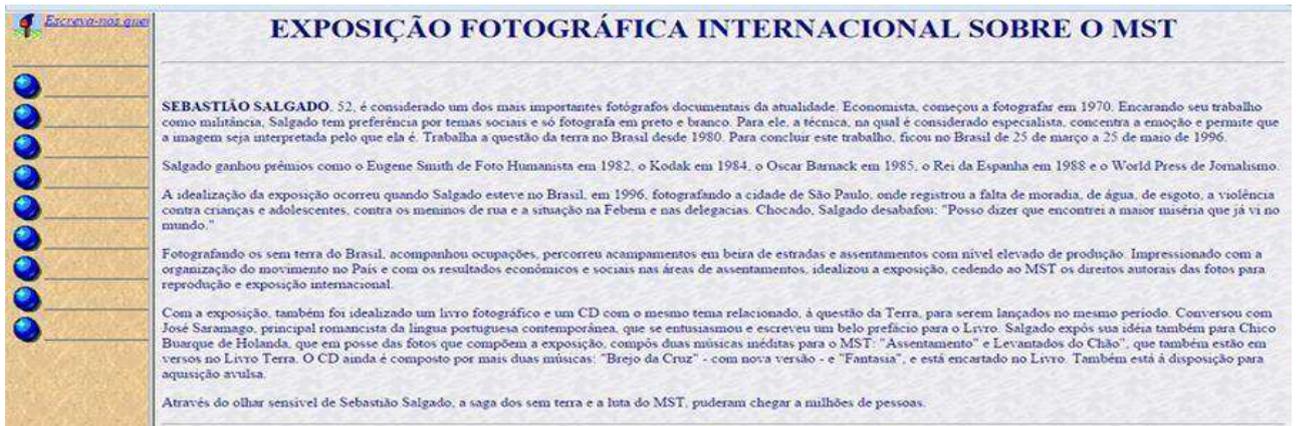


Figura 12: Notícia publicada na página do MST

Esse *layout* hoje pode parecer bastante rudimentar. Todavia, naquele momento, foi muito usado principalmente nas páginas de empresas, movimentos sociais, ONGs, prefeituras municipais, faculdades, etc. De forma geral, os sites jornalísticos apresentavam dinamicidade por meio de várias atualizações diárias das notícias factuais. Mas seu design não era significativamente diferente. Até nesses sites jornalísticos havia poucas imagens, pois ainda eram difíceis de carregar nos computadores dos usuários. Isso porque não havia banda larga e a maioria dos internautas brasileiros acessava a -internet discadal.

Assim, para aquele período, a página do MST provavelmente estava acima da média quando comparada com a maior parte das disponibilizadas por organizações estatais, privadas e do terceiro setor. Isso pode ser creditado ao pioneirismo do movimento na internet e por seguir, desde os primórdios e dentro da sua realidade, uma perspectiva jornalística na produção de conteúdo para a página.

A estrutura do sítio segue um modelo de formato noticioso que segundo Orrico (2005) mostra a necessidade de o Movimento divulgar seu próprio conteúdo informativo que diga respeito à sua luta e seus posicionamentos mediante a conjuntura nacional. Ele também é o cartão de visitas virtual do MST quando o assunto é responder aos ataques da grande mídia e seus interesses por intermédio da Rede Mundial de Computadores. (FONSECA, 2009, p. 82).

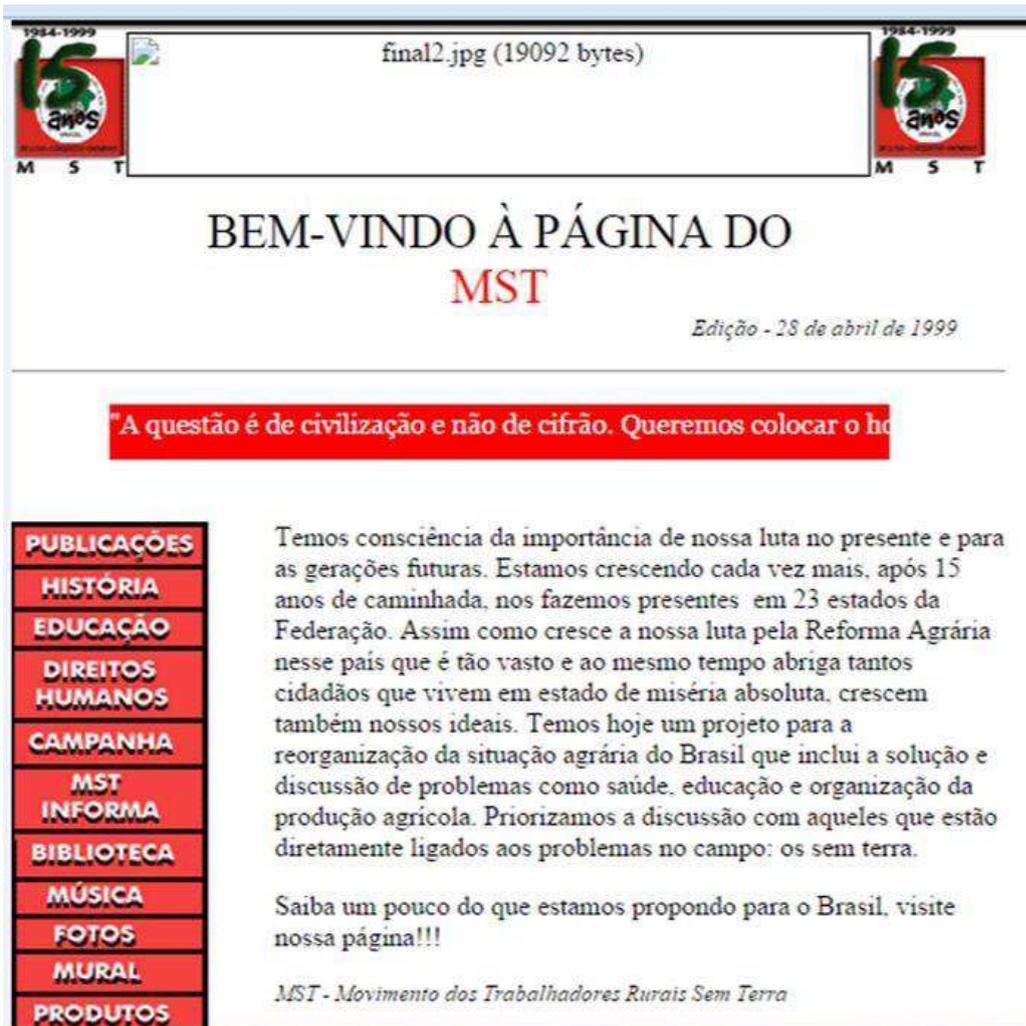


Figura 13: Página inicial do MST em 1999

No decorrer dos anos, as notícias ganham destaque na página da internet do MST. Em 2002, mesmo quando o site passa por uma reformulação com o objetivo de torná-lo ainda mais atrativo aos internautas, elas continuam a ter um espaço considerável na Home Page do movimento. Não foi apenas uma mudança estética, além de atualizar o projeto gráfico, a página do MST já tem uma atualização mais dinâmica. O intervalo entre as postagens não é tão espaçado.

**MST**  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Página em reforma. Última modificação: quarta-feira, 29 de maio de 2002 - 17h30

**Navegação**

- » Informativos
- » Quem somos
- » Biblioteca
- » Setores
- » Interação
- » Multimídia
- » Campanhas
- » Indicamos

**Versões**

- » Espanhol
- » Inglês
- » Francês
- » Italiano
- » Alemão
- » Sueco

**Campanha Nacional contra a Alca**

29/5/2002 (17h30) - Saiba como montar e organizar um Comitê Popular contra a Alca

**A Reforma Agrária da TV**

28/5/2002 (10h30) - Muito dinheiro público rolou nos últimos sete anos para movimentar um notável esquema publicitário do governo federal sobre as supostas realizações do programa de reforma agrária. Como resultado, pelo menos até recentemente os brasileiros influenciados pela televisão poderiam acreditar estar em curso no Brasil um processo revolucionário da estrutura de posse e uso da terra do país.

**Jornada de Luta dos Rurais**

22/5/2002 (16h30) - De 20 a 25 de maio, as famílias trabalhadoras rurais do MST realizam Jornada de Luta dos Rurais. A atividade representa um espaço contra o modelo econômico do governo FHC, que marginaliza a agricultura, levando miséria ao campo.

**O escandaloso julgamento do massacre de Eldorado**

20/5/02 (11h30) - As declarações do Coronel Mário Pantoja, durante o julgamento, mais uma vez, confirmaram o que o MST e as entidades de direitos humanos já anunciaram várias vezes: o governador do Estado (Almir Gabriel - PSDB), o Secretário de Segurança Pública (Paulo Sete Câmara) e o então comandante da polícia militar (Fabiano Lopes), também teriam que estar sentados no banco dos réus. Leia a nota completa elaborada pela CPT Nacional, CPT Pará, CJP da CNBB Norte 2, Cáritas Norte 2.

**Saquinhos de terra para FHC em Roma**

20/5/02 (11h00) - Na tarde de 19 de maio, em frente à residência do embaixador do Brasil junto à Santa Sé em Roma, na ocasião duma cerimônia em homenagem à primeira santa brasileira, Madre Paulina, pequenos sacos de terra foram oferecidos para os convidados ao encontro com Fernando Henrique Cardoso - para que os dessem ao Presidente - por parte do Comitê romano de apoio ao MST, como uma irônica contribuição à reforma agrária.

escreva-nos: [semterra@mst.org.br](mailto:semterra@mst.org.br)

196468  
visitas recebidas desde 20 de junho de 2001

Figura 14: Página na internet do MST em reformulação, no ano de 2002

De acordo com dados do MST, até 20 de junho de 2001, pouco mais de 196 mil acessos foram registrados no site. Em busca de aumentar o diálogo com a sociedade e sua base, em 2003, as atualizações passam a ser diárias. Aliás, em uma mesma data, há casos em que várias notícias foram publicadas. Assim, a periodicidade das notícias, que no início variava em dias, gradativamente foi sendo diminuída para questão de horas, dotando a página de uma agilidade mais próxima daquela implantada nos grandes portais de notícias.

**MST**  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil

1884 - 2004 - MST  
Vinte anos de lutas, conquistas e dignidade!

Última atualização: sexta-feira, 12 de novembro de 2004 - 16h15

**MAB realiza jornada de lutas**  
12/11/2004 (16h15) - Em torno de 5 mil trabalhadores do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram mobilizados nos estados da Paraíba, Pará, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Minas Gerais nesta semana.

**Mais de 600 famílias sofrem despejo em laras**  
12/11/2004 (12h15) - Na manhã de hoje, 200 policiais da tropa de choque iniciaram pacificamente o despejo das famílias acampadas na Fazenda Rio Pardo, próxima ao município de laras, interior de São Paulo.

**Acampados temem truculência da polícia em ação de reintegração de posse**  
11/11/2004 (18h05) - A Polícia Militar de laras (SP) ainda não agiu porque está com contingente baixo. Os acampados acreditam que o despejo pode ser realizado a qualquer momento com a ajuda de 50 jagunços funcionários da Fazenda, o que é ilegal.

**Sem Terra sofrem torturas e prisões em Goiás**  
11/11/2004 (17h05) - Em 08 de novembro, 93 Sem Terra foram detidos no município de Jandaia (GO), a cerca de 130 km de Goiânia. Destes, nove continuam presos.

**Ministro Miguel Rossetto e MST se reúnem para discutir Reforma Agrária**  
11/11/2004 (16h30) - O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto e o presidente do Incra, Rolf Hackbart apresentaram para o MST os números executados pelo governo na Reforma Agrária.

**Sem Terra paralisam estradas em Minas Gerais e pedem rapidez na Reforma Agrária**  
11/11/2004 (15h25) - A rodovia MG-050, próxima à cidade de Araguari (MG), ficou paralisada por quatro horas ontem. Cerca de 200 trabalhadores rurais Sem Terra bloquearam a estrada às 10h00.

11/11/2004 - Liminar de reintegração de posse é entregue em laras  
11/11/2004 - MST de Pernambuco inicia II Curso Técnico de Enfermagem  
11/11/2004 - Conselho recomenda federalização de crimes contra direitos humanos  
10/11/2004 - Acampamento em fazenda improdutiva de Minas Gerais é ameaçado de despejo  
10/11/2004 - Fazenda é ocupada no município de laras, SP  
10/11/2004 - Destruição de fontes de água ameaça futuro da humanidade  
09/11/2004 - Militarização no campo preocupa paraguaios  
09/11/2004 - 1.500 Sem Terra montam acampamento em Marceló e protestam no sítio de Alagoas  
09/11/2004 - Sem Terra fazem manifestação no Rio de Janeiro  
09/11/2004 - Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária termina ao som de frevo em Olinda

**Mais notícias**

**Calendário de Lutas**

**Revista Sem Terra**  
Edição Set/Out

**Jornal Sem Terra**  
Edição de Outubro

**Notícias de Rádio:**  
Vozes da Terra

**VOZES DA TERRA**

Figura 15: Aumenta a frequência das atualizações diárias na página do MST

Como fica visível, na figura acima, em 2004 o volume de notícias na Home Page do MST já é bastante significativo. Além da consolidação do destaque para as notícias de última hora, são divulgados, com maior ênfase, outros produtos jornalísticos do movimento, como o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra* e o programa radiofônico *Vozes da Terra*. Dessa forma, o movimento caminhava em direção das oportunidades e desafios intrínsecos à uma abordagem *crossmedia*. Na página inicial também havia espaço para calendário de Lutas, artigos de opinião, campanhas promovidas ou apoiadas pelo movimento, além do *menu* de navegação horizontal.

Quando a página completou oito anos de existência e tinha passado por reformulações que acompanhavam a evolução da comunicação na internet, como a produção de conteúdo multimídia e a busca por mais interatividade, as vantagens da

ocupação do ciberespaço foram evidenciadas no decorrer uma das mais características ações do movimento.

Conforme o manual de redação do MST (2010a), durante a Marcha entre Goiânia e Brasília, em 2005, os sem-terra percebem a importância da página virtual para o processo de informação e comunicação. Pois, por meio desse instrumento, o Movimento teve condições de divulgar diariamente conteúdos (notícias, imagens, vídeos e áudios) na internet sobre a trajetória da marcha e as reivindicações dos sem-terra, estando livres de filtros ideológicos e editoriais. (ENGELMANN, 2013, p. 132).

De fato, o movimento começa a ter condições técnicas de produzir notícias praticamente em tempo real. Desde a criação do site, estava explícita a prioridade dada para os relatos factuais através das notícias. Porém, só com a evolução e barateamento dos dispositivos digitais ficaram acessíveis produção e difusão dos relatos em um formato que congregava potencialmente áudio, vídeo, texto e fotos em uma mesma narrativa quase simultaneamente ao desenrolar do episódio reportado. Esses recursos deixaram, em tese, o conteúdo mais atrativo e permitiram uma leitura com maior profundidade sobre o caso.

A diminuição do espaço de tempo necessário para o movimento narrar um episódio foi um dos principais ganhos advindos com o domínio das novas tecnologias pelos sem-terra. Enquanto na era analógica o *Jornal Sem Terra*, por exemplo, levava no mínimo um mês para denunciar a parcialidade da justiça em um julgamento de lideranças do movimento, com o site, minutos após a divulgação do resultado desse caso, a notícia já pode ser publicada.

Outra vantagem do site e demais canais de comunicação on-line é o barateamento dos custos de elaboração do produto final. Imagine que para fazer o *Jornal Sem Terra* chegar até o leitor será necessário investir em uma estrutura de impressão e criar toda uma logística de distribuição de exemplares para praticamente todo o Brasil. Já no site não há –gastos! dessa natureza tornando-o bem mais barato de ser financiado.

Além disso, por conta da interatividade intrínseca à internet, considerada por autores como Lemos (2010) uma mídia dialógica, o conteúdo postado no site pode ser comentado e, a depender do relacionamento dedicado ao internauta, até mesmo complementado pelo leitor que envia fotos ou vídeos sobre o acontecimento enfocado. Nesse caso, fica clara, além do emponderamento do movimento, a possibilidade de ser construída uma comunicação direta com a sociedade em geral.

Compreendemos que a internet é um instrumento do sistema capitalista que reproduz e reforça as contradições e desigualdades desse sistema, porém, na medida em que, aparentemente não apresenta filtro editorial (porém, pois vários acontecimentos da atualidade têm demonstrado a existência de um centro de controle da internet pelos Estados Unidos e países aliados, que se utilizam da rede para a espionagem de outras nações, monitoramento e repressão a grupos contrários, conforme denúncias de grupos como o *Wikileaks*), esse novo canal de comunicação possibilita ultrapassar as barreiras da imprensa burguesa tradicional, com o desenvolvimento e a divulgação de práticas de comunicação populares, produzidas diretamente por sujeitos dos movimentos sociais, como o MST. Portanto, as plataformas digitais possibilitam a produção de práticas de comunicação popular sobre a realidade das famílias Sem Terra e as demandas da luta pela terra e reforma agrária, em contraponto à mídia burguesa<sup>116</sup>.

A depender da forma como foram estabelecidas as rotinas produtivas da página, antes mesmo da produção da notícia, o usuário pode contribuir com o conteúdo a ser publicado. A sugestão de pautas é um dos mais conhecidos e eficazes meios de engajamento da audiência. Porém, até mesmo a mídia hegemônica oferece a possibilidade de conteúdos dos usuários serem publicados na íntegra. Nesse caso, seções exclusivas são criadas nos sites para disponibilizar a produção do internauta.

Independente da forma adotada pelo movimento para aproveitar a interatividade potencializada pelas novas tecnologias e produzir uma comunicação popular (PERUZZO, 1998) mais descentralizada e eficaz, a digitalização da comunicação do movimento, a priori, não suplantou, mas, sim, operou na tentativa de integrar as mídias anteriores.

[...] a internet colabora no sentido de dar maior visibilidade a um processo de comunicação popular, que vem sendo construído pelo MST ao longo dos anos, através do setor de comunicação com um processo de formação de comunicadores militantes e a produção de conteúdo para os veículos de comunicação do Movimento (rádios comunitárias, jornais e *Revista Sem Terra*, jornais estaduais e regionais, de cooperativas, escolas, blogs, vídeos e documentários). São construídos processos de comunicação com maior participação, na medida em que a base Sem Terra (famílias assentadas e acampadas) possui maiores condições de interferir no processo de produção desses conteúdos, organizados e enviados às

---

<sup>116</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

plataformas digitais pelos comunicadores e militantes do MST, responsável por essa tarefa nos estados<sup>117</sup>.

Mais uma vez, o movimento buscou seguir um percurso semelhante àquele da mídia hegemônica, pois buscou fortalecer e diversificar seus canais de comunicação na internet sem esquecer as mídias tradicionais. O MST percebe que ambos são complementares e, por isso, há quase duas décadas desenvolve ações para fortalecê-los mutuamente, bem como as relações entre seus mecanismos de comunicação on-line e off-line.

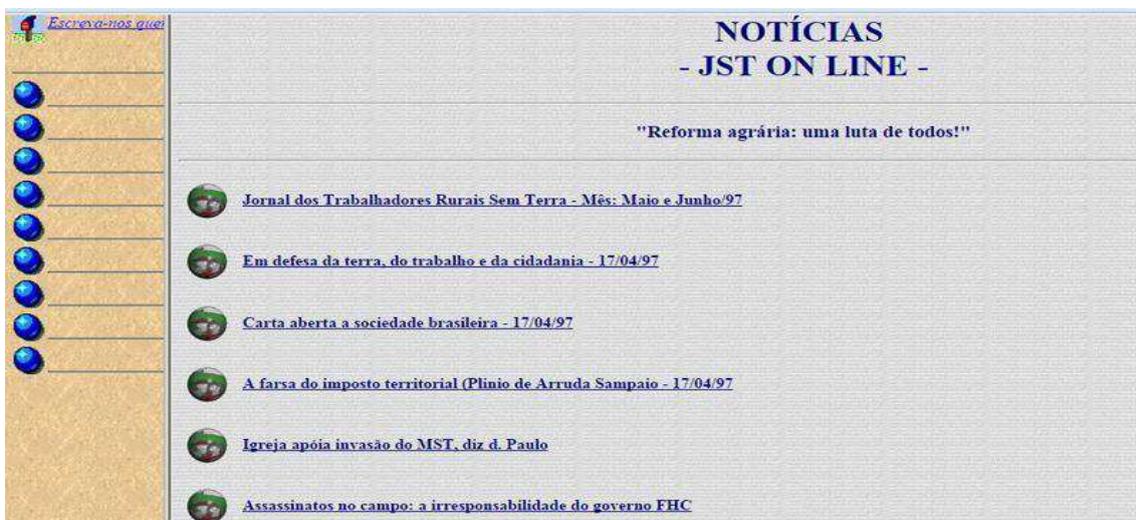


Figura 16: Em 1997, a página do MST já disponibilizava o link para notícias do *Jornal Sem Terra*

No caso específico do VI Congresso Nacional do MST, dispositivos on-line, como o site do MST e perfil no Twitter, e off-line, como o *Jornal Sem Terra* entre outros, trabalharam em parceria e disponibilizaram conteúdos que foram usados principalmente pelas lideranças estaduais no processo de mobilização da base para o evento.

[...] acaba chegando em tuas mãos [material] no sentido de te preparar para organizar tua base para o congresso. E eu acho que um instrumento importante que o MST tem feito é o instrumento visual. Por exemplo, nós produzimos um vídeo de preparação para o Congresso, para fazer um debate nas comunidades. O vídeo vai

<sup>117</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

trazendo as questões da reforma agrária, o processo de consolidação do MST, quais os desafios do MST daqui para frente, como é que a gente vai se organizar para o Congresso<sup>118</sup>.

Contudo, é claro que o MST aposta no que os grandes meios de comunicação chamaram de *digital first*. Ou seja, embora os distintos meios tenham a sua função e importância, a lógica de produção digital passa a pautar a elaboração do conteúdo das mídias que compõem a comunicação do conglomerado de comunicação. Na prática, a partir das especificidades dos canais de comunicação digital são traçados os planejamentos das coberturas sobre uma temática em comum, como os preparativos e a realização do VI Congresso Nacional do MST.

Dessa forma, a política de comunicação passa a ser fortemente influenciada pela lógica das mídias digitais<sup>119</sup>. Nesse sentido, há um demasiado cuidado com a contínua reformulação do site e investimento na comunicação via -redes sociais|. Em 2009, quando o MST completou 25 anos de existência, o *layout* foi alterado para reforçar as comemorações alusivas à data, assim como enaltecendo as conquistas dos sem-terra ao longo desse tempo.

Ao acessá-la [página do MST] visualizamos essas informações por meio de um *layout* comemorativo em vermelho (a cor oficial do movimento), onde trabalhadores rurais estilizados (homens, mulheres e crianças) levantam bandeiras, aram a terra, estudam e militam ao redor da inconfundível logomarca do Movimento, onde um casal de trabalhadores rurais segura um facão no meio do mapa do Brasil. Ou seja, já num primeiro momento, o site dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra investe imagética e ideologicamente no simbolismo da luta pela terra e da reforma agrária (FONSECA, 2009, p. 82).

---

<sup>118</sup> Entrevista concedida, por Dilei Schiochit, ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

<sup>119</sup> Embora na pesquisa seja destacada a função da página e dos perfis oficiais do MST em sites de redes sociais na luta travada pelo movimento no campo simbólico, os sem-terra também investiram na produção da Newsletter Letra Viva, uma espécie de boletim eletrônico, enviado quinzenalmente pela Secretaria Nacional do MST para o e-mail de seus assinantes, com notícias factuais (FONSECA, 2009), e na produção de conteúdo audiovisual. Criaram a brigada de Audiovisual e um canal no YouTube para divulgar esse tipo de produção. Conforme Engelman (2013), apesar de começar a ser apropriada nos anos 1990, a produção audiovisual só vai ser sistematizada em 2007. -No caso específico do MST, o propósito é organizar uma produção audiovisual sobre as lutas do MST e retratar as conquistas dos trabalhadores sem-terra, nas mais diversas dimensões da prática camponesa: educação, cultura, produção, saúde, comunicação, entre outros. Esses vídeos são divulgados na página de internet e do youtube do MST, bem como distribuídos para outros movimentos sociais e organizações aliadas| (ENGELMANN, 2013, p. 127).



Figura 17: Novo *layout* comemorativo aos 25 anos do movimento

Se até 20 de junho de 2001, pouco mais de 196 mil acessos haviam sido registrados no site, em 2010 e 2011, também de acordo com dados oficiais do movimento, aproximadamente cinco mil acessos eram registrados diariamente. Segundo Engelman (2013), o MST sabe quem navega pela página: militantes do movimento, amigos, aliados de outras organizações e segmentos populares, pesquisadores da questão agrária e jornalistas.

Apenas com essa média de acessos, em cerca de dois meses, 300 mil visitas eram realizadas à página. Mas o número podia ser superior, já que, conforme o MST, quando é realizada alguma mobilização, campanha ou jornada, cerca de nove mil visitas é registrada diariamente (ENGELMMAN, 2013).

Conforme esses dados, quando estão em desenvolvimento eventos que demandam informações factuais, o índice de acesso ao site aumenta. A partir dessa constatação, pode-se inferir que a audiência da página já percebeu que a comunicação mediada pela internet prioriza a divulgação do episódio em tempo real ou logo após o seu término. Essa característica factual foi amplificada, pois o movimento se apropriou de ferramentas como sites de rede social, os quais possibilitaram uma comunicação ainda mais ágil, barata e interativa.

Talvez o *mix* de mecanismos de comunicação on-line tenha sido um dos motivadores da nova mudança estrutural do site ocorrida em 2015. Afinal, além de jornais<sup>120</sup>, programas de rádio, revista, comunicação interpessoal, a política de

<sup>120</sup> É importante lembrar que, além do *Jornal Sem Terra*, o grupo jornalístico Brasil de Fato está umbilicalmente ligado ao MST. –O Brasil de Fato é um site de notícias, um semanário nacional e também possui jornais tablóides em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O BdF foi lançado em 25 de janeiro de 2003. O primeiro veículo da rede Brasil de Fato foi o semanário nacional, lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2003. Logo depois, foi lançado o site do Brasil de Fato, com coberturas das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo. Os jornais tablóides surgiram a partir de maio de 2013 para aproximar o leitor e dialogar com as realidades locais. Até o momento, temos o Brasil de Fato no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, com vistas a alcançar mais estados do país. Por entender que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais criaram o Brasil de Fato, para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do

comunicação precisou dar conta de agregar os diversos produtos nativos do ciberespaço. Era necessária uma readequação para evitar, por exemplo, a redundância na cobertura de um mesmo tema no site, no YouTube, no Facebook, no Twitter, em arquivos de áudio disponíveis na internet, sem esquecer a integração com os canais de comunicação off-line.



Figura 18: Novo site do movimento dispõe links para página no Facebook e perfil no Twitter do MST

ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 22 set. 2015.

O lançamento da nova página do MST ocorreu em São Paulo, no Centro de Estudos Barão de Itararé, no dia 21 de janeiro de 2015. O evento foi transmitido em tempo real via internet<sup>121</sup>. Logo na abertura, a equipe de comunicação do MST ressaltou a dificuldade enfrentada com a escassez de gente para dar seguimento aos projetos dessa área. Porém, a partir de uma parceria firmada com integrantes do movimento de software livre<sup>122</sup> foi possível repensar o site, seus limites e desafios. Nesse sentido, tentavam, por exemplo, lançar um gerenciador de conteúdo<sup>123</sup> próprio, chamado Carlos Mariguela, a ser disponibilizado para outros movimentos sociais.

Foi lembrado também que o movimento sempre teve a clareza da comunicação como estratégica para o debate de ideias com a sociedade e esse era um dos fatores que tornavam importante para o movimento se apropriar dos avanços tecnológicos. João Pedro Stédile, o grande nome da noite, em seguida contextualizou a relevância das novas tecnologias para o grupo. Foi uma fala breve, mas esclarecedora, que antecedeu seu diálogo com os presentes. O evento consistia em uma espécie de roda de conversas com blogueiros simpatizantes ao movimento e Stédile.

De forma bem humorada, logo no início de sua primeira intervenção, Stédile explicou o motivo de mais uma reestruturação no site.

[...] deixar nossa página mais dinâmica, mais ágil, mais atual para que as informações da luta de classes no campo, da reforma agrária possam chegar de uma forma mais prazerosa porque nós da esquerda somos uma desgraça para fazer comunicação (risos). Gostamos de fazer discursos, mas somos ruins de comunicação de massas. Porque acho que ainda estamos presos aos tempos antigos onde a esquerda se utiliza mais dos tribunos, né? E nesses tempos modernos a internet tem se revelado um instrumento muito importante de comunicação entre a população e entre os movimentos sociais<sup>124</sup>.

Ainda no campo da comunicação, ele deu exemplo de como, mesmo calada e sem estigmatizar o MST, a mídia hegemônica atrapalharia as ações do movimento.

No segundo semestre do ano passado, nós fizemos as duas maiores ocupações de terra que já fizemos. Com três mil famílias em cada uma. Fizemos a ocupação de uma fazenda de 25 mil hectares de

---

<sup>121</sup> A transmissão está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vsmry7SYzr0&x-yt-ts=1422579428&x-yt-cl=85114404>. Acesso em: 31 jan. 2015.

<sup>122</sup> De acordo com definição da Wikipédia, –o movimento software livre é um movimento social, com o objetivo de obter e garantir certas liberdades para usuários de software, ou seja, a liberdade de executar o software, para estudar e modificar o software, e para redistribuir cópias, com ou sem alterações. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_software\\_livre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_software_livre). Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>123</sup> Software que, em síntese, viabiliza a produção, edição e publicação de conteúdo na internet.

<sup>124</sup> A apresentação está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vsmry7SYzr0&x-yt-ts=1422579428&x-yt-cl=85114404>. Acesso em: 31 jan. 2015.

um senador da república, Eunício Oliveira, [...] nós ocupamos e não saiu uma linha em parte alguma muito menos na Globo. A burguesia aprendeu que escondendo a luta, ela impede que ela avance<sup>125</sup>.

Ao reforçar a necessidade da luta por reforma agrária ser feita na rua, Stédile revelou seu posicionamento sobre a internet como possível mobilizadora desses agentes.

[...] nos movimentos sociais, além de manter a autonomia, nós temos que fazer um esforço enorme de... o nosso papel é botar povo nas ruas. É fazer a luta nas ruas porque isso é a melhor forma, como disse o companheiro, de politizar as massas, de fazer a disputa na sociedade das nossas ideias. E pra isso os meios de comunicação como a internet vão ser aquele combustível permanente de estimular a que haja não só o debate, mas que haja a disputa na rua.

Pensamento semelhante sobre o potencial de mobilização da internet é compartilhado por quem trabalha cotidianamente com a militância e a base do movimento, como Dilei Schiochit. Quando questionada se as redes sociais, especificamente Facebook e Twitter, ajudam a mobilizar os sem-terra para uma ocupação ou para um congresso, ela responde afirmativamente, apesar de ressaltar que esses mecanismos não devem ser usados para estruturar uma ocupação de terra.

Para mobilizar para as ações de rua, sim. Para ocupações de terras, jamais. Porque a ocupação de terra é um instrumento direto de convencimento e de trabalho de base. No dia que a gente tiver fazendo ocupação por aí [internet] não vai funcionar. Tenho certeza que não irá funcionar se a gente utilizar esses instrumentos para fazer ocupação. A ocupação é uma comunicação direta de convencimento, de visita, de diálogo direto com as pessoas que têm interesse na luta pela terra. Agora, mobilizações de rua as pessoas ficam informadas inclusive pelo sistema eletrônico<sup>126</sup>.

Embora Stédile não faça referência aos movimentos que conformaram, por exemplo, a chamada Primavera Árabe, é pertinente a associação do pensamento dele com essas e outras ações semelhantes ocorridas nos últimos anos em diversos países. Isso porque um dos elementos primordiais para mobilizar e levar o povo à rua em tais episódios, além de fatores intrínsecos à conjuntura política, econômica, cultural e social de cada país, foi exatamente o que Stédile apresenta como sendo uma das funções da internet: a apropriação da rede para fins políticos, que resulta em manifestações de rua.

---

<sup>125</sup> A apresentação está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vsmry7SYzr0&x-yt-ts=1422579428&x-yt-cl=85114404>. Acesso em: 31 jan. 2015.

<sup>126</sup> Entrevista concedida, por Dilei Schiochit, ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Texeira, em Lagoa Seca.

Há de lembrar ainda, como já foi explicado em parte do segundo capítulo desta pesquisa, que a mobilização para as manifestações era, em grande parte, viabilizada por meio dos sites de redes sociais, assim como os registros dos conflitos e das ocupações eram transmitidos em tempo real, via internet, pelos aplicativos dessas plataformas. O intenso e instantâneo diálogo entre militantes influenciava à tomada de decisões sobre os rumos do movimento na medida em que novos vídeos, fotos e demais relatos sobre as manifestações eram postados em sites de redes sociais.

Estes também foram usados para persuadir mais gente a ir às ruas e, simultaneamente, ajudavam a manter uma parcela significativa de habitantes de outros países informados sobre o que ocorria nesses protestos. Seja de forma direta, quando um internauta acessava, por exemplo, o perfil de um militante que publica conteúdo diretamente do local em que ocorre a manifestação ou, como talvez tenha sido mais usual para a maior parte dos cidadãos do planeta, indiretamente, ao servir de matéria prima para o relato jornalístico de uma agência de notícias.

Em síntese, por meio do conteúdo divulgado em perfis no Facebook, por exemplo, centenas de milhares de pessoas em todo o mundo acompanhavam a versão dos próprios manifestantes, sem os filtros das agências de notícias nem das linhas editoriais dos grupos midiáticos que reproduzem e readequam os relatos dessas agências, sobre o desenrolar de cada batalha travada em praça pública contra o *status quo*, materializado, por exemplo, na figura de um ditador como Hosni Mubarak, então presidente do Egito. A maior parte do planeta continuou a acompanhar o fato sob a lente da mídia hegemônica. Porém, esta era, em parte, influenciada pelos relatos provenientes das redes sociais.

As duas faces de uma mesma realidade ficam, dia após dia, mais evidentes: as redes sociais ganham força no ciberespaço como mecanismo de conquista e mobilização de pessoas para apoiar as mais díspares causas ao mesmo tempo em que aumentam a pressão na divulgação de fatos, que até meados dos anos 1990 era um monopólio dos poucos e poderosos grandes grupos de comunicação mundiais. Duas frentes vitais para um movimento como o MST, que precisa sempre de novos militantes, apoiadores, simpatizantes e, para isso, provavelmente terá mais êxito se for reconhecido e legitimado pela maior parte da sociedade brasileira.

## 4.2 – A “rede social” mais popular no Brasil

Ao longo desta tese, deve ter ficado evidente que a política hoje, independente de ser ou não partidária, deixou de prescindir do ciberespaço. De acordo com Melo (2015), nas mídias sociais há o –reencantamento da política. Os sites de redes sociais tornaram-se essenciais, por exemplo, na disputa para a presidência da República e na busca de votos aos governos estaduais, principalmente, nas últimas eleições ocorridas no Brasil. Eles também foram fundamentais nas manifestações apartidárias de junho de 2013 no Brasil, que davam continuidade a uma série de mobilizações populares ocorridas nos anos anteriores ao redor do planeta (CASTELLS, 2013).

O MST reconhece esse novo campo da arena política. Por isso, expandiu ainda mais a ocupação no ciberespaço e criou página oficial no Facebook. A iniciativa agradou até mesmo a base do movimento. Ronaldo Rufino dos Santos, um dos coordenadores do assentamento Paulo Freire, localizado em Remígio, na Paraíba, garante que a página do movimento no Facebook é o meio de comunicação oficial do MST que mais contribui na hora de buscar informações sobre o movimento. –Eu venho muito curtindo (os conteúdos postados na página). Quando tá acontecendo as mobilizações, eu costumo tá baixando algumas frases, alguns vídeos que está lá. Mas postagem mesmo, eu ainda não cheguei a fazer não<sup>127</sup>l.

Os usos e apropriações desses instrumentos pelo MST, ao contrário do que ocorre com o site do movimento, objeto de vários trabalhos científicos (TEJERA, 2014; ENGELMANN, 2013; LAHNI, COELHO, PEREIRA, 2009; MILHOMENS, 2009), quase não foram investigados, apesar da crescente importância adquirida por esses dispositivos na sociedade. Daí a necessidade de analisar, por meio da etnografia, será analisado como o movimento se apropria e usa o Facebook na luta por reconhecimento e visibilidade. Igualmente busca-se observar se os usos da plataforma ocorrem em consonância com o *Jornal Sem Terra*, escolhido para complementar a análise porque acompanha a política de comunicação do movimento desde os seus primórdios e simbolizou por anos a interação dos canais on-line e off-line que compõem a política de comunicação do MST.

---

<sup>127</sup> Entrevista concedida por Ronaldo Rufino dos Santos, um dos coordenadores do assentamento Paulo Freire, ao pesquisador em 01 set. 2015.

Em um mundo no qual a lógica capitalista é hegemônica, ser considerada a 10ª empresa mais valiosa do mundo (US\$ 238 bilhões, segundo a Forbes<sup>128</sup>) demonstra o poderio do Facebook e, por consequência, dos sites de redes sociais na atualidade. Com base nesse cenário, a página<sup>129</sup> do MST no Facebook foi escolhida para análise por ser esse o site de rede social mais popular no Brasil.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, o uso da internet é realidade para 48% dos brasileiros. Segundo o estudo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a maior parte dos internautas (92%) brasileiros integra sites de redes sociais e o mais acessado é o Facebook (83%). Já que o MST ocupou o ciberespaço motivado pela tentativa de aproximar mais o movimento da maior parte da sociedade brasileira, é plausível observar as estratégias de comunicação desenvolvidas pela organização justamente onde há o maior público em potencial para visualizar suas postagens.

Por outro lado, como desde o seu surgimento a estratégia de comunicação do MST desenvolve-se casada com a linha política desse movimento, em 1995 no seu terceiro Congresso o MST percebe a necessidade de obter o apoio da sociedade para a construção de um projeto de Reforma Agrária. Adota a palavra de ordem —Reforma Agrária. Uma luta de todos!! E a partir disso, cria meios de comunicação voltados para esse objetivo, como a *Revista Sem Terra* e a Página de internet, que passam a serem editados a partir de 1997. Em seguida, o *Twitter* é criado em 2009 e o *Facebook* passa a ser utilizado a partir de 2011, com o mesmo objetivo da página on-line e para ampliar o acesso da mesma na sociedade<sup>130</sup>.

Criado em 4 de fevereiro de 2004, pelos estudantes Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, que faziam o curso de computação em Harvard, o -The facebookl nasceu originariamente para facilitar a interação entre os alunos da prestigiada universidade. Em seguida, foi expandido para universitários de outras instituições superiores e escolas da região. Com apoio do fundador do Napster, Sean Parker, no ano seguinte o site passou a ser chamado de Facebook. Gradativamente, centenas de milhares de pessoas começaram a integrar a rede. Em

---

<sup>128</sup> Disponível em <http://www.forbes.com.br/listas/2015/06/10-empresas-mais-valiosas-do-mundo-hoje-x-2010/#foto9>. Acesso em 26 ago. 2015

<sup>129</sup> Neste caso, a página é a representação do MST no Facebook.

<sup>130</sup> Solange Inês Engemann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

2009, já era o site de redes sociais mais popular no mundo e três anos depois alcançaria a marca de 1 bilhão de usuários<sup>131</sup>.

No Brasil alcançou a liderança nesse segmento em 2011, ao ultrapassar o Orkut. Naquele ano, o MST criou sua página oficial no Facebook. Ao expandir a ocupação realizada no ciberespaço, o movimento tinha a expectativa de gerar uma maior audiência para as mensagens que publicava na internet. –O objetivo central do MST é aproveitar as redes sociais para ampliar os acessos da sua página virtual (ENGELMANN, 2013, p. 138). Entretanto, é pertinente verificar se, de fato, esse é o único ou principal objetivo do MST, pelo menos na atualidade, ao operar no Facebook.

#### **4.3 – A agitação das *hashtags* no VI Congresso Nacional do MST**

Dada a dimensão e importância do VI Congresso Nacional do MST, realizado de 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, a amostragem deste estudo foi composta pelo conteúdo, sobre este evento, publicado na página oficial do MST no Facebook e no *Jornal Sem Terra*. A amostragem também foi delimitada por critério de temporalidade, pois o material, referente ao Congresso, deveria ter sido publicado no intervalo de 01 de outubro de 2013 a 30 de junho de 2014. Assim, foi possível analisar as produções que abordassem os preparativos, a realização e o balanço do Congresso, considerado o principal fórum de planejamento das ações do MST.

Primeiramente foram acompanhadas as postagens públicas da página oficial do MST no Facebook durante nove meses. Ou seja, aqueles posts, além das intervenções estimuladas por eles, que podem ser acessados por qualquer pessoa, que sequer tenha uma conta nesse site de redes sociais. Essa escolha evita dilemas éticos relacionados à privacidade dos autores das postagens, já que todas as mensagens estudadas são públicas.

Entre os autores que discutiram essa questão destacamos, por exemplo, Elm (2009) e Ess (2009). Para a primeira, a privacidade diz respeito à integridade individual, sendo possível classificar os ambientes on-line em quatro níveis de privacidade que, embora não constituam categorias estanques, seriam discerníveis. São eles: público (aberto e disponível a todos); semipúblico (requer cadastro ou participação); semiprivado (requer convite ou aceitação) e privado (requer autorização direta) (ELM, 2009, p. 75). Essa percepção sugere a possibilidade de trabalhar os dados encontrados

---

<sup>131</sup> Uma síntese da história do Facebook está disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>. Acesso em 20 set. 2015.

na rede conforme o tipo de situação em que eles foram disponibilizados. Por exemplo, a publicação de dados ou opiniões em um sistema aberto ou semipúblico implicaria que os mesmos poderiam ser trabalhados e divulgados pelos pesquisadores sem necessidade de autorização das pessoas que os originaram, ou às quais eles dizem respeito. (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2010, p. 21).

Além desses recortes, a análise de parte do material empírico tornou-se factível com a construção de categorias, nas quais foram distribuídas as publicações postadas pelo movimento na sua página no Facebook. A operação visava a facilitar a obtenção e sistematização de dados que viabilizassem a compreensão dos usos e apropriações efetuados pelo movimento desse mecanismo de comunicação.

Em seguida, com base no conteúdo publicado em três edições do *Jornal Sem Terra*, se buscou mapear as interações entre o periódico e a página no Facebook - os dispositivos off-line e on-line -, ao longo da cobertura do Congresso. Ambos os dispositivos, gerenciados pela política de comunicação do movimento, desempenham funções essenciais na luta simbólica travada pelo MST. Em tese, se bem articulados, aumentam o potencial de levar a organização a conquistar visibilidade e reconhecimento perante a maior parte da sociedade.

Vamos iniciar pela análise das postagens que faziam alguma referência ao VI Congresso na página do MST no Facebook e foram classificadas em: Informação, cujo principal diferencial é simplesmente passar informações gerais sobre o Congresso; Mobilização, quando objetivavam mobilizar pessoas para ações on-line ou off-line; e Contradiscurso Midiático, caracterizadas por responderem aos discursos de criminalização do movimento promovidos pela mídia hegemônica.

Durante os nove meses de levantamento, o MST fez 58 postagens no Facebook. Destas, 13 foram relacionadas ao VI Congresso e tornaram-se foco principal da análise. Em outubro e novembro, nenhuma das oito postagens (quatro em outubro e quatro em novembro) tinha relação com o evento. O primeiro conteúdo sobre o encontro só foi aparecer em 16 de dezembro de 2013, mês que contou com mais três publicações de assuntos diversos. Em janeiro de 2014, cinco postagens realizadas e nenhuma abordou o Congresso.

Já em fevereiro, o mês com maior número de publicações registradas, 12 postagens tratavam do congresso, enquanto apenas 3 enfocavam outros temas. Em seguida, nenhuma das 5 publicações de março, das 8 de abril, das 8 de maio tampouco

das 5 de junho voltaram a abordar o Congresso. Apesar desta pesquisa não ser quantitativa, os dados ajudam a compreender a amostra estudada.

Conforme o levantamento preliminar revelou, o MST publica uma média de pouco mais de quatro conteúdos por mês. Assim, percebe-se que a ferramenta, pelo menos cotidianamente, não é priorizada pela equipe de comunicação do movimento. Afinal, esse número de mensagens é pequeno em se tratando de uma página no Facebook, principalmente de um movimento como o MST, e não parece corresponder ao discurso oficial do movimento sobre a função que desempenha.

A aposta nas redes sociais ocorre na tentativa de atingir um público mais jovem e tornar a divulgação das informações mais rápida e objetiva. Procurando assim, ampliar o diálogo com a sociedade de forma geral, a classe trabalhadora urbana e rural, e levar a esses públicos informações sobre a luta pela terra, o campo e a necessidade de um projeto de reforma agrária, além de informar a própria base social (militantes e famílias acampadas e assentadas nos 24 estados em que o MST se encontra organizado)<sup>132</sup>.

Porém, apesar de relativamente pouco utilizada, houve um representativo e surpreendente crescimento da quantidade de conteúdo postado na plataforma justamente durante o mês do VI Congresso. Talvez seja um indício de que, pontualmente, o MST aposta com mais ênfase no potencial comunicativo da apropriação desse site de rede social e tem uma presença maior nesse espaço. Precisamente no momento de maior efervescência da página do movimento no Facebook, o conteúdo publicado nessa ferramenta será profundamente analisado.

Em 16 de dezembro de 2013, a cobertura do lançamento do VI Congresso foi publicada no Facebook. Na postagem, de caráter informativo, o texto informa o lema do Congresso e que 15 mil delegados estarão no evento, em fevereiro de 2014. Além desse conteúdo, foi colocado o link do vídeo, que obteve 600 visualizações no YouTube, e a galeria de imagens sobre o episódio. Sem dúvidas, o post conseguiu destacar alguns dos principais momentos da solenidade e manter os mais de 200 mil seguidores do perfil do MST informados sobre esse momento de celebração.

---

<sup>132</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.



**MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**  
adicionou 6 novas fotos ao álbum: Lançamento do VI Congresso do MST em Brasília — com Cecília Paiva e outras 6 pessoas.

16 de dezembro de 2013 · 🌐

O MST lançou, em Brasília, o seu VI Congresso na presença de amigos, amigas, professores, parlamentares, estudantes, representantes das embaixadas de Cuba e Venezuela e diversos militantes de movimentos sociais. Com o lema "Lutar, construir Reforma Agrária Popular", o MST reunirá na Capital Federal, cerca de 15 mil delegados em fevereiro de 2014.

Confira o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=CasLgxR2QjA>

\*Fotos: Manuela Hernandez



Figura 19: Lançamento do VI Congresso Nacional do MST

Porém, não houve nenhuma publicação prévia para informar que haveria esse lançamento nem a plataforma foi usada para mobilizar os militantes para prestigiarem o evento. Salvo o caso de ser uma cerimônia só para convidados, o que não fica claro na postagem nem condiz com os princípios do próprio movimento, perdeu-se uma oportunidade de convidar milhares de pessoas para comparecer à solenidade, que agradou bastante ao público presente. –Maravilha! Fiz parte desse evento e posso afirmar, que maravilha!! (Edineide Rocha, comentário postado na página do MST no Facebook).

A página oficial do movimento, desde então começou a ficar evidente, não costuma ser usada pelo MST para praticar a conversação em rede.

Os sites de redes sociais permitiram às pessoas publicar e ampliar suas redes, criando novas conexões e novas formas de circulação de informação (Recuero e Zago, 2009), além de novos modelos de interação (Primo, 2006). Mais do que isso, essas ferramentas

também propiciaram o advento de novas formas de conversação: conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores, que chamamos aqui conversação em rede. (RECUERO, 2012, p. 123).

Apesar de poucos comentários postados pelo internauta, algo que facilitaria um contato mais próximo e a troca de ideias com todos que resolveram registrar seu pensamento sobre a temática abordada em uma postagem, nenhum foi –respondido pelo movimento. O posicionamento de ignorar essa possibilidade de interação, seja ela síncrona ou assíncrona, talvez seja uma das explicações para o fato de algumas mobilizações desenvolvidas pelo movimento na internet, como será apresentado adiante, não terem obtido os resultados esperados.

Um novo conteúdo referente ao Congresso demorou mais de um mês e meio para figurar na *time line* do MST. Esse lapso temporal dificulta a criação de uma atmosfera de expectativa que poderia despertar o interesse de, pelo menos, parte dos seguidores da página do MST em acompanhar os preparativos e, por consequência, a VI edição do evento organizativo mais importante do grupo. A postagem do dia 3 de fevereiro de 2014 tem um caráter de mobilização e, assim, já representa outra forma de apropriação dessa ferramenta pelo movimento.

Na publicação, há o –título| –Especial congressos| e, logo abaixo, o texto inicia lembrando o lema do V Congresso (–Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular|), o local e a data em que ele ocorreu. Depois explica o tipo de reforma agrária defendida pelo MST, bem como a sua importância para as grandes cidades. Finaliza com uma espécie de grito de guerra: –Lutar, construir Reforma Agrária Popular|. Este é o lema do VI Congresso e sinaliza o caráter mobilizador da postagem, que busca instigar ainda mais a participação dos militantes por meio de palavras de ordem que remetem, até certo ponto, às místicas do MST.

O caráter de convite ou convocação para o Congresso é constatado pelo uso da hashtag<sup>133</sup> #RumoAoVICongresso. A iniciativa do uso de hashtags é bem apropriada para facilitar aos usuários acompanhar todo o conteúdo postado no Facebook com o intuito de ajudar a mobilizar para o mais importante evento do MST. –Quando alguém

---

<sup>133</sup> Qualquer palavra, desde que precedida pelo sinal sustenido (#) – também conhecido como jogo da velha –, torna-se uma hashtag. Ela é usada para agregar e disponibilizar publicamente conteúdos referentes a uma temática. Funciona como palavra-chave, por exemplo, de um evento como o VI Congresso do MST. Ao clicar em #RumoAoVICongresso, o internauta tem acesso ao conjunto de mensagens em formatos como vídeo, texto, foto, áudio, entre outros, sobre o evento publicados com essa hashtag.

digita uma hashtag, torna automaticamente sua conversação \_buscável\_. Basta clicar na tag e tem-se acesso a tudo que está sendo dito. Essa prática, portanto, torna a conversação capaz de atingir outras redes e amplia a audiência dela (RECUERO, 2012, p. 125).

Porém, essa ferramenta só foi utilizada 10 dias antes do início do evento. Há, logo após a hashtag, um cartaz do V Congresso e abaixo dele o texto –Rumo ao VI Congresso, 10 a 14 de fevereiro de 2014 – Brasília, DF enfatiza o caráter de mobilização do conteúdo. Talvez, a ideia de colocar o cartaz do V Congresso tenha sido para fazer com que os militantes reavivassem as lembranças sobre o evento anterior. A partir das boas experiências vivenciadas naquele momento, teriam vontade de voltar a passar por uma experiência semelhante.

Embora não se saiba se o objetivo, sendo esse, foi alcançado, o fato é que esse conteúdo é bem diferente do convencionalmente trabalhado nesses momentos. O mais usual seria a apresentação de um *banner*, por exemplo, do VI Congresso, com as principais –atrações do encontro. Afinal, via Facebook, os militantes ainda não foram informados sobre o que lhes espera nos dias em que estarão juntos em Brasília.

Apesar de tardia, a utilização do Facebook foi intensificada na semana que antecedeu o evento. Ainda assim, a ferramenta não foi aproveitada em sua plenitude, pois seria viável, por exemplo, a publicação de vários posts em um mesmo dia. Dessa forma, os seguidores do MST no Facebook e a sociedade em geral poderiam ter o interesse despertado para acompanhar, via Facebook e/ou site do próprio movimento, as notícias sobre as palestras, cursos, mobilizações etc ocorridas durante o Congresso.

Os novos meios digitais, como a página do MST, facebook e twitter também passam a ter um papel central, de porta-voz do MST, antes ocupado pelos meios de comunicação impressos (jornal e *Revista Sem Terra*), atuando como fonte de informação junto à sociedade, a imprensa e a própria base Sem Terra<sup>134</sup>.

Nos três dias que antecederam a abertura do evento quatro publicações foram registradas na página do MST no Facebook, número semelhante ao de posts detectados em outubro e novembro de 2013. No dia sete de fevereiro, foi postada a primeira dessa série. A publicação sugere seu fim mobilizador logo no –título: –Rumo ao 6º Congresso Nacional do MST. O conteúdo ressaltava novamente o lema do evento -

---

<sup>134</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

-Lutar, construir a Reforma Agrária Popular! - e, abaixo, havia uma foto do crachá a ser distribuído para os participantes do Congresso.

Mesmo com a simplicidade da mensagem, 661 pessoas curtiram a publicação, houve 171 compartilhamentos e o recorde, até então, de 29 comentários. Apesar do entusiasmo, mais uma vez, os internautas não conseguiram dialogar com o MST, que não postou nenhum comentário a partir da excelente repercussão do conteúdo. Nesse post, também não há o uso da hashtag #RumoAoVICongresso, o que pode denotar uma falta de planejamento dessas postagens ou uma inexperiência no uso de mídias sociais.

-O desafio atual é qualificar e ampliar a comunicação do MST nas plataformas digitais para melhorar o diálogo com os atores sociais e a expressão desse movimento na sociedade brasileira e internacional<sup>135</sup>].

O fato é que, para quem publicou, o conteúdo está na categoria mobilização, mas não foi indexado. Ou seja, quem acessar somente a hashtag #RumoAoVICongresso, não irá visualizar essa informação, prejudicando a provável intenção de construir e tornar disponível o maior número de mensagens possível com o fim de congregar ainda mais os participantes do evento. A ausência de uma padronização e organização do conteúdo divulgado no Facebook fica claro também ao perceber que, enquanto na maior parte do material de divulgação produzido o evento é tratado em algarismos romano, aqui aparece o número ordinal (6º). Pode parecer um detalhe sem maior importância, todavia, junto com as outras evidências, denota a necessidade de um planejamento mais elaborado para otimizar a comunicação do MST nos sites de redes sociais.

Porém, essa apropriação do *Facebook*, durante o período analisado, apresentou contínuas melhoras. Uma delas foi a frequência das postagens. Pela primeira vez, no mesmo dia várias publicações apareceram na *time line* do movimento. Todas estavam relacionadas ao VI Congresso. A segunda mensagem do dia sete de fevereiro, com caráter de mobilização, salienta que o MST DF e entorno está rumo ao VI Congresso. Nessa postagem é, mais uma vez, reforçado o lema do evento e aparece a hashtag #RumoAoVICongresso. Abaixo há uma foto da ocupação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizada em 2013.

---

<sup>135</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

Acredita-se que esse tipo de conteúdo, indexado pela hashtag #RumoAoVICongresso, fomenta intensificar o espírito de conagração entre os integrantes dos distintos estados da Federação. Embora todos façam parte da mesma organização, assim como na sociedade em geral, há disputas e conflitos diuturnos que, se não forem gerenciados adequadamente, podem enfraquecer a organização. Uma publicação como essa busca ressaltar que, apesar das diferenças, todos compõem o MST e, em poucos dias, estarão juntos em um processo que visa a debater os principais desafios do movimento.

Houve apenas quatro comentários para a postagem. Um deles é o link da notícia publicada na Globo.com, com a manchete –Três PMs de Pernambuco são feitos reféns por integrantes do MST na Paraíba. Não fica claro se o internauta pretendia informar sobre o que ocorria no Estado da Paraíba ou se ele tentava demonstrar que os militantes atacam PMs, ajudando no processo de estigmatização do movimento. Todavia, era oportuno o MST dialogar com esse internauta e esclarecer o que realmente ocorreu naquele episódio que resultou na notícia. Assim, contribuiria para combater a suposta criminalização sofrida no ciberespaço.

No mesmo dia sete de fevereiro, outra publicação com viés de mobilização foi registrada. Ela dá continuidade à consolidação de um espírito de união entre os sem-terra de todo o Brasil, que estarão juntos em Brasília. Assim como o conteúdo sobre o MST do DF e Entorno, a mensagem enfatiza que o MST de Pernambuco está rumo ao VI Congresso. Além de ter hashtag #RumoAoVICongresso, há uma bandeira de Pernambuco.

Concomitante com a chegada dessas delegações à Capital Federal, a publicação do dia 9 de fevereiro prima pela celebração da união da diversidade. Imagine a riqueza de sotaques, a mistura de raças, distintas convicções religiosas, orientações sexuais díspares, enfim, os diversos brasis juntos pela identidade de ser um sem-terra. O processo de reforço desse espírito comum, possibilitado por inúmeras ações no campo simbólico durante anos, é materializado em uma mensagem curta e, sobretudo, por uma imagem emblemática.

–Nesta segunda, 15 mil Sem Terra iniciam o 6º Congresso Nacional do MST, em Brasília - <http://www.mst.org.br/node/15690>, diz o texto com link para o site, que evidencia, pela primeira vez, a abordagem *crossmedia* da cobertura do tema. Na postagem, o que chama mais atenção é o desenho, no qual uma mulher, levemente à

frente de um índio e de um negro, está com a mão esquerda fechada em riste. Sem dúvidas, esse gesto mexe no fundo do coração de um sem-terra. Ele remete às místicas do MST, que constituem a alma do povo sem-terra. Povo que agora está ainda mais unido para pressionar o poder público. São 15 mil militantes, no centro do poder político, para reivindicar Reforma Agrária Popular.

A imagem representa, além da união na diversidade, um chamado (MOBILIZAÇÃO) à luta a ser travada em algumas manifestações que irão ocorrer ao longo do VI Congresso e exigirá a coragem e a força dos militantes para enfrentar o *status quo*. Bravura acostumada a ser alimentada pelas místicas, que desenvolvem o espírito fraterno aprendido com os ensinamentos ministrados pelos grandes nomes das Comunidades Eclesiais de Base. Fraternidade a ser experimentada novamente nos dias do Congresso, com os companheiros sem-terra dos mais longínquos pontos do Brasil. Juntos e de mãos cerradas, quando preciso, os sem-terra começavam a ocupar a Capital Federal.



Figura 20: Imagem com forte carga simbólica

A abertura do VI Congresso foi o primeiro grande momento vivenciado pelos sem-terra naqueles dias em Brasília. O ginásio Nilson Nelson estava tingido de

vermelho pelos milhares de sem-terra que trajavam essa cor. No Facebook, o evento recebeu uma cobertura sucinta, mas suficiente para conquistar 980 curtidas e ser compartilhada 1440 vezes. Este número transformou-a na publicação mais difundida pelos que acessaram o perfil do MST.

Esse tipo de espalhamento de conteúdo é importante principalmente porque pode ajudar a colocar em xeque a ideia de que a comunicação do MST chega apenas aos militantes, amigos, simpatizantes e à própria base da organização.

Possibilita a conquista de novos simpatizantes, na medida em que os amigos do MST nas redes sociais compartilham conteúdo que podem ser acessados por outros usuários do seu círculo de amigos, que tomam conhecimento das ações e demandas do Movimento, pelo próprio MST. Muitos desses usuários que possuem alguma simpatia em relação à luta do MST ou dos movimentos sociais passam a seguir, visualizar a compartilhar conteúdos divulgados nas plataformas digitais organizadas pelo MST, ampliando o número de simpatizantes e acessos<sup>136</sup>.

Quando, por exemplo, um simpatizante do movimento compartilha o conteúdo produzido pelo MST todos os amigos dessa pessoa poderão acessar a postagem. Assim, mesmo que ela tenha um amigo com convicção ideológica de extrema direita, a mensagem do MST será potencialmente vista por essa pessoa. Quanto mais amigos esse sujeito tiver, maior a possibilidade da mensagem sobre a abertura do VI Congresso ter sido visualizada e, quem sabe, compartilhada novamente tornando-se, em poucas horas, acessível para milhares de pessoas.

Essas conversações em rede constituem-se em conversações coletivas, públicas, permanentes (e que, portanto, permitem a recuperação de parte dos contextos), cujas características emergentes são aliadas às características da conversação mediada que desvelam e tornam mais complexas as redes sociais expressas no ciberespaço [...] [...] são conversações que utilizam-se das conexões estabelecidas entre atores nos sites de redes sociais para se espalhar para outros grupos. Essas conversações emergem da interseção de várias redes sociais e são construídas e delimitadas, em suas características, pela apropriação desses grupos dos sites de redes sociais. (RECUERO, 2012, p. 121-122).

Por conta dessa arquitetura dos sites de redes sociais alguns conteúdos são vistos por milhões de pessoas em menos de 24 horas. Tais mensagens sejam vídeos,

---

<sup>136</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

fotos, ilustrações etc, acabam tornando-se o que se denominou de viral. Uma mensagem, às vezes despreziosa ou mesmo premeditada, difundida nesses sites consegue fazer rir ou comover multidões em vários países pelo mundo. A depender de sua temática, tem impacto até mesmo na tomada de decisões de líderes de Estado.

Por isso, a apropriação desses sites pelo MST tem o potencial de amplificar seu discurso. Nesse pedaço de ciberespaço, suas mensagens conseguem chegar e serem consumidas por qualquer pessoa até aquelas que criticam a organização. Dada a importância desse mecanismo de compartilhamento para a expansão do raio de ação do discurso do MST, foi feito um ranking a partir da publicação mais compartilhada na página do MST. Dessa forma, facilita-se a visualização das mensagens com maior possibilidade de alcançar pessoas que não conhecem o movimento.

#### **Ranking das postagens do MST compartilhadas<sup>137</sup>**

Data	Postagem	Categoria	Compartilhamentos
10/02/2014	Abertura do VI Congresso	INFORMAÇÃO	1440
12/02 /2014	Marcha pelas ruas de Brasília	INFORMAÇÃO	477
09/02 /2014	Véspera da abertura do Congresso	MOBILIZAÇÃO	312
07/02/2014	Rumo ao VI Congresso	MOBILIZAÇÃO	176
03/02/2014	Especial congressos	MOBILIZAÇÃO	103
20/02/2014	O papel do MST	INFORMAÇÃO	98
07/02/2014	MST DF e Entorno	MOBILIZAÇÃO	56
07/02/2014	MST Pernambuco	MOBILIZAÇÃO	56
13/02/2014	Rádio Brasil em Movimento	INFORMAÇÃO	27
12/02/2014	Continue assistindo a #MarchaMST	CONTRADISCURSO MIDIÁTICO	20
16/12/2013	Lançamento do VI Congresso do MST	INFORMAÇÃO	14
13/02/2014	Assista e participe	MOBILIZAÇÃO	06
12/02/2014	Já está participando do Twittaço?	MOBILIZAÇÃO	04

<sup>137</sup> Outras duas tabelas semelhantes serão apresentadas com o objetivo de facilitar a visualização das postagens mais curtidas e mais comentadas.

O post, que lidera o ranking acima, é marcado por uma foto, provavelmente tirada do alto da arquibancada do ginásio Nilson Nelson. Sua composição permite visualizar o ginásio com milhares de pessoas vestidas predominantemente de vermelho assistindo a uma apresentação que ocorre na quadra. O texto da publicação explica:

-Mística de Abertura do VI Congresso Nacional do MSTl. É lembrado o lema do Congresso, informado o crédito da foto e uma nova Hashtag é criada: #VIcongressoMST.

O conteúdo, enquadrado na categoria informação, poderia ser bem mais rico. Por exemplo, não seria difícil disponibilizar uma galeria de imagem desse momento tão esperado e planejado. Dessa forma, mesmo quem não estivesse no ginásio teria a possibilidade de se sentir mais próximo do evento. Outra ideia a ser explorada era a publicação de um vídeo com, pelo menos, parte desta mística de abertura.

A produção de conteúdo colaborativo, que mais adiante será buscada, já poderia ter sido estimulada. A juventude do MST, tão familiarizada com as novas tecnologias, poderia ter postado imagens a partir dos registros efetuados com *smartphones* dos mais distintos locais do evento. Assim, essas pessoas contribuiriam com a divulgação do evento e apresentariam os mais distintos olhares sobre a solenidade que dizem ter sido emocionante.

Caso houvesse uma maior infraestrutura, a abertura de um evento desse porte merecia uma cobertura ao vivo, via internet. Assim, a sociedade em geral e os amigos do MST teriam a noção da grandiosidade e importância do Congresso para o movimento. Conscientes da força do audiovisual na internet e da magnitude daquele momento, a Mídia Ninja<sup>138</sup> (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), conhecida nacionalmente ao fazer a cobertura contrahegemônica das manifestações de junho de 2013, fez uma transmissão, que durou pouco mais de uma hora e meia, ao vivo.

---

<sup>138</sup> -Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peer-to-peer (P2P), que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem mas também produzem informações!. Autodefinição da Mídia Ninja disponível em <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>. Acesso em 24 set. 2015.

Entretanto, ao contrário do que ocorreria em outros episódios nos dias subsequentes, o link da transmissão não foi divulgado na *time line* do MST no Facebook.

É quase certo que o setor de comunicação do movimento entenda a necessidade de uma cobertura mais dinâmica e aprofundada principalmente desses acontecimentos, porém faltam recursos para tal empreitada.

O Setor de Comunicação do MST possui uma frente de produção de conteúdo e redes sociais, responsável pela produção de conteúdo para os veículos de comunicação do MST (jornal e *Revista Sem Terra*, página, facebook e twitter). A frente é coordenada por dois comunicadores e militantes do setor de comunicação, que juntamente com mais dois comunicadores, localizados em SP na secretaria nacional do MST, gerenciam a produção e divulgação de conteúdo nas plataformas virtuais, abastecida por conteúdos enviados por comunicadores e militantes dos estados, principalmente pelos que atuam na frente de assessoria de imprensa<sup>139</sup>.

Dentro de suas possibilidades, o movimento conseguiu dar visibilidade no Facebook à abertura do Congresso e, muito importante, criou uma nova hashtag (#VIcongressoMST), sinalizando que haverá uma sequência de postagens sobre o Congresso.

Assim como o número de curtidas e compartilhamentos foi alto, os comentários aumentaram significativamente nessa postagem sobre a abertura do Congresso. Nas cinco postagens analisadas até então, o maior número de comentários alcançado foi 29 e os demais não ultrapassavam uma dezena. Já a publicação referente à solenidade teve 63 comentários. A maioria louvava a realização do evento, mas houve outros mais interessantes para essa análise.



Figura 21: Questionamento retórico de internauta

Aqui o internauta retoma o tema da criminalização do movimento pela mídia burguesa. O questionamento, com um cunho basicamente retórico, já traz a resposta

<sup>139</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

implícita: a GloboNews não faz uma notícia, a partir deste evento, porque provavelmente não haverá chance de associar o movimento ao banditismo, à desordem, à invasão de propriedades privadas, enfim, não haverá possibilidades de enquadrar esse acontecimento como um ato de vandalismo.

O espírito colaborativo de um dos militantes no evento foi revelado nessa postagem.



Figura 22: Galeria de imagens publicada por um participante do VI Congresso

Como conhece bem o Facebook, sabe que o comentário pode ser em forma de imagem. Por isso, adicionou uma galeria com 32 fotografias do evento. Mesmo sem ser instigado a colaborar, produziu o conteúdo que deveria ter sido elaborado pela página oficial do MST. Talvez, se houvesse ocorrido um chamado para ações dessa natureza, outras postagens semelhantes tivessem surgido. Certamente, novos conteúdos agradariam aos internautas que chegavam a pedir mais informações.



Figura 23: Internauta demanda mais conteúdo

É provável que o autor dessa postagem seja estrangeiro e acompanhasse de outro país as informações sobre o Congresso. No decorrer da análise do material empírico foi possível identificar algumas postagens em espanhol. Elas, ao menos em tese, reforçam a importância da ocupação do ciberespaço efetuada pelo MST. Agora, o discurso dos sem-terra rompe porteiros e fronteiras, pois pode ser acessado de qualquer lugar do mundo, segundos depois de subir à internet, seja essa publicação uma postagem no Facebook, um *tweet*, uma notícia no site, um vídeo no YouTube...

A apropriação dos sites de redes sociais e demais ferramentas inerentes à internet permitiu ao MST uma nova forma de combate no campo simbólico. Na publicação de 12 de fevereiro, cuja característica mais marcante é mobilizar, o movimento demonstra estar inserido no campo do ciberativismo<sup>140</sup> também com o objetivo de aumentar a visibilidade e ajudar a legitimar uma ação de rua da organização.

Considerando tais elementos, as redes sociais, um instrumento individual por sua natureza, pode ser apropriada como uma ferramenta que atenda os interesses coletivos, de forma que estimule a luta social. É com esse objetivo que o MST passa a se utilizar desses novos canais de internet<sup>141</sup>.

<sup>140</sup> Consiste, em síntese, na apropriação diversas plataformas do ciberespaço para a organização e desenvolvimento de ações de resistência, cujos desdobramentos podem resultar desde mudanças pontuais nas ações de governo até a mobilização de milhões de pessoas nas ruas com o objetivo de derrubar um ditador, por exemplo.

<sup>141</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

Em uma só postagem de três frases, o MST oferece um vasto material para análise. Primeiro veja o texto da mensagem:

JÁ ESTÁ PARTICIPANDO DO TWITTAÇO?

PUBLIQUE COM A HASHTAG #MarchaMST!

ACOMPANHE AO VIVO - <http://t.co/hA53v2f5IM> NA MÍDIA [NINJA](#)

Na primeira frase, há um convite implícito para que os internautas participem de uma mobilização on-line em apoio à marcha do MST, que naquele momento tomava as principais ruas de Brasília. Aqui o setor de comunicação demonstra como ações de rua, tão características do MST, podem ser complementadas com a apropriação e uso simultâneo de duas, no caso Facebook e Twitter, ou mais plataformas. Como observou João Pedro Stédile, a internet pode contribuir para levar militantes à rua. Todavia, neste caso específico foi usada principalmente para mobilizar pessoas com disposição de amplificarem on-line a dimensão da manifestação durante a sua realização.

Dessa forma, a marcha já não está apenas nas ruas, embora este seja seu locus principal. Ela está presente também no ciberespaço, o ocupa, mobiliza e agita internautas que, mesmo à distância, dão sua contribuição para o sucesso e uma maior repercussão do protesto, aumentando assim a pressão sob o poder público, que se vê questionado nas ruas e no ciberespaço. A ideia era conseguir, via Twittaço, tornar a marcha, que percorria as ruas de Brasília em direção ao Congresso Nacional, presente no *Trending Topics*<sup>142</sup> do Twitter, plataforma na qual o perfil do MST tem cerca de 60 mil seguidores.

---

<sup>142</sup> Ranking com a lista em tempo real dos dez temas mais comentados no Twitter. Essa listagem pode ser filtrada de acordo com uma área geográfica. É possível saber, por exemplo, quais os assuntos mais populares no Rio de Janeiro, em todo o Brasil ou no mundo.



Figura 24: Convocação para participar do Twittaço também foi feita pelo movimento no Twitter



Figura 25: Logo após o convite, milhares de postagens<sup>143</sup> de apoio tomaram o Twitter

Ações dessa natureza demonstram que o setor de comunicação do movimento domina os básicos protocolos próprios da comunicação mediada por computadores via

<sup>143</sup> Disponível em <https://twitter.com/search?q=%20%23ApoioMST&src=typd>. Acesso em: 17 set. 2015.

-mídias sociais, a exemplo do uso da hashtag no Twitter e no Facebook. A partir de estratégias de *social media*<sup>144</sup>, ele se apropria dessa ferramenta para usá-la como um dispositivo de engajamento à caminhada construída não só passo a passo, mas também tweet a tweet. Por meio de mensagens publicadas com hashtag #MarchaMST, outros milhares de cidadãos juntam-se, ao menos metaforicamente, aos 15 mil sem-terra na marcha no coração do poder político nacional.

Para reunir quantas vozes for possível, a segunda frase do post analisado é tão enfática ao ponto de usar o imperativo: PUBLIQUE COM A HASHTAG #MarchaMST! Em outras palavras, há o chamado (na verdade, o grito, já que caixa alta tem o sentido de gritar no ciberespaço) senão para ir à rua, mas para ocupar e agitar o ciberespaço. A adesão à convocação sugere que milhares de cidadãos, embora não estando nas ruas, queriam estar lá ou, pelo menos, apoiam a reivindicação dos sem-terra. Estes, em plena marcha pela capital federal, podem acompanhar em tempo real o apoio conseguido no Twittaço e percebem que a luta é encapada por milhares de pessoas, desde os mais diversos e distantes pontos do país. Busca-se, via internet, uma espécie de legitimidade da ação no seu transcorrer, registrada e dimensionada a cada tweet conquistado.

Guardadas as devidas proporções, em parte, é semelhante às grandes manifestações da chamada Primavera Árabe e das Jornadas de Junho no Brasil, quando sites de redes sociais foram apropriados para convocar as pessoas para irem às ruas e, em seguida, usados durante os protestos para lhes proporcionar uma maior visibilidade e legitimidade. Em contrapartida, por meio desses mesmos canais, a comunidade internacional aumentava seu conhecimento sobre o que ocorria. Tinha mais uma opção de se manter informada, além do noticiário da mídia tradicional. Por conta das facilidades de diálogo inerentes às novas tecnologias, integrantes da sociedade civil de vários países prestavam, por meio de sites de redes sociais, solidariedade aos manifestantes ao promoverem e participarem de inúmeras ações de ciberativismo, semelhantes ao Twittaço proposto pelo MST.

A articulação entre os atores sociais locais e, em muitos casos, internacionais, que foi facilitada pelos sites de redes sociais nos episódios da Primavera Árabe e nas Jornadas de Junho no Brasil, é outra semelhança com as experiências vivenciadas

---

<sup>144</sup> Domínio de técnicas que objetivam dar a maior visibilidade possível aos conteúdos postados nos sites de redes sociais e melhorar o relacionamento com os internautas. Normalmente, são muito utilizadas por profissionais de assessorias de comunicação, marketing e publicidade.

durante o VI Congresso do MST. Por exemplo, a Mídia Ninja transmitiu ao vivo, via Twitcasting Live<sup>145</sup>, a marcha do MST.

A terceira frase do post em análise, -ACOMPANHE AO VIVO - <http://t.co/hA53v2f5IM> NA MÍDIA NINJA<sup>146</sup>, convoca os internautas a assistirem a caminhada registrada pelos colaboradores da Mídia Ninja. A possibilidade de ver o desenvolvimento do protesto em tempo real pode ajudar a aumentar o número de internautas no Twittaço. Acompanhar as imagens<sup>146</sup>, que têm o diferencial de serem produzidas de dentro da marcha, sob o olhar e enquadramentos de militantes que apoiam o movimento, talvez aguce o desejo de fazer parte daquela multidão.

Apesar das limitações técnicas, esse tipo de transmissão, cujo um dos vídeos obteve 2730 visualizações, propõe uma estética diferenciada, quando comparada com as imagens produzidas pela mídia comercial. Esta durante as transmissões ao vivo desses acontecimentos costuma usar tomadas aéreas, produzidas por helicópteros, drones e/ou profissionais posicionados estrategicamente nos últimos andares dos prédios próximos à manifestação. Esse tipo de enquadramento junto com o off (narrativa dos acontecimentos por um jornalista sem que ele apareça no vídeo) sobre o episódio reforçam o suposto distanciamento e, por consequência, isenção da mídia na cobertura dos fatos, bem como a sua primazia em relatar tais episódios como um narrador onisciente e onipresente.

Já o modelo executado pela Mídia Ninja permite imagens tremidas, escuras, com a captação de som ambiente. Elas são raramente sobrepostas pela narração, apenas contextual, de quem registra o protesto e, ao mesmo tempo, faz parte dele. A transmissão, muitas vezes proporcionada por smartphones conectados à internet, sem cortes é exibida durante horas. O coletivo, sem dúvidas, propõe uma nova estética para as coberturas de tais acontecimentos aproveitando as oportunidades estruturais dos dispositivos digitais e da internet.

A nova mídia desenvolve sua cobertura como um documentário ficcional cujo roteiro vai sendo escrito através das fabulações narradas pelos próprios participantes. Se ela pode abandonar a isenção jornalística e permanecer veraz, deve ser porque sua evidente adesão ao acontecimento se faz para proveito da vida do jornalismo. (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 152).

---

<sup>145</sup> Aplicativo que viabiliza a transmissão de imagens em tempo real. Por meio de um dispositivo digital, que rode Androide ou iOS, as imagens são registradas e disponibilizadas em um perfil do Facebook ou Twitter.

<sup>146</sup> Disponível em <http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/38974859>. Acessado em: 08 set. 2015.

Essa nova forma de contar histórias, além de levar o internauta para dentro da marcha, também lhe dá elementos para postar, por exemplo, *tweets* com base no que está vendo. É como se estivesse, de fato, nas ruas de Brasília. Nesse sentido, essa transmissão lhe oferece subsídios para ampliá-la, ao compartilhar o link da transmissão para os seus contatos, e contestar, ainda nos sites de redes sociais, as versões da mídia hegemônica que, por ventura, venham a almejar criminalizar o manifesto. Este, de acordo com os principais portais de informação, foi marcado pelo –confronto entre sem-terra e Polícia Militar. Já o MST, na sua página oficial do Facebook, não questionou ou tentou desconstruir as narrativas dos grandes conglomerados midiáticos.



Figura 26: Foto da manifestação publicada pelo portal Terra<sup>147</sup>

<sup>147</sup> Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/manifestantes-do-mst-entram-em-confronto-com-pm-em-brasilia,023124c6c7724410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 18 set. 2015.



Figura 27: Foto da manifestação publicada pelo G1/Distrito Federal<sup>148</sup>

A primeira postagem sobre a transmissão contou apenas com 4 compartilhamentos, 30 curtidas e não houve comentários. Apesar da pequena repercussão, ela foi bastante relevante, pois revelou o interesse do MST em trabalhar de forma articulada com outros movimentos sociais que têm uma maior *expertise* na cobertura on-line de manifestações de rua. Parcerias dessa natureza ajudam a superar as limitações ocasionadas pela falta de infraestrutura da comunicação do MST.

Essa experiência de articulação com a Mídia Ninja deve ter sido positiva e estimulou o MST a continuar a buscar trabalhar conjuntamente com outros movimentos urbanos que se apropriam da internet para resistir ou atacar o *status quo*. Talvez, por isso, ação conjunta parecida tenha sido realizada com o pessoal do movimento Software Livre para a construção do novo site do MST, que foi lançado em janeiro de 2015.

Voltando estritamente ao objeto de análise, a postagem seguinte, ainda no dia 12 de fevereiro, enfatizou a necessidade dos internautas continuarem ou passarem a assistir a cobertura da marcha. Oferece um novo link da transmissão e usa a hashtag #MarchaMST com o fim de indexar esse conteúdo por temática, facilitando sua

<sup>148</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/02/marcha-do-mst-resulta-em-confusao-na-regiao-central-de-brasilia.html>. Acesso em: 18 set. 2015

visualização pelo internauta. Porém, o mais significativo está na última frase do post, quando se lê –MST: o Gigante que nunca dormiu, não dorme, nem nunca dormirá. Aqui há uma clara alusão aos protestos de junho de 2013, quando os manifestantes diziam que o gigante acordou, fazendo uma referência à sociedade civil brasileira saindo às ruas para protestar.

Mas a crítica não é endereçada a maior parte daqueles manifestantes que, assim como surgiram, desapareceram. Nesse caso, o movimento celebra sua força, construída ao longo dos últimos 30 anos, e aproveita para rebater as acusações de que, por sua relação histórica com o Partido dos Trabalhadores (PT), teria sido cooptado pelo Planalto. Segundo os críticos, devido a íntima ligação com o PT, o movimento obteve mais recursos via órgãos federais, como o Incra, e em contrapartida diminuiu significativamente, durante o governo petista, o número de marchas, ocupações, bloqueios de estradas etc.

Assim, a postagem<sup>149</sup>, embora o movimento informe sobre a realização de uma marcha especial que marca os 30 anos de existência do grupo, é caracterizada pelo seu caráter de contradiscurso midiático ao defender, de forma subliminar, o MST das acusações divulgadas via –mídia burguesa de ter suas ações financiadas com dinheiro público repassado pelo Governo Federal<sup>150</sup>. Se não houve nenhuma postagem para rebater a ênfase dada pela –grande imprensa ao conflito ocorrido durante a Marcha em Brasília, a página do MST no Facebook contratou o costumeiro ato da mídia hegemônica associar o MST ao vandalismo, banditismo, invasões, e a –noval acusação de ser financiado pelo Governo Federal.

Desde o início da sua organização o MST tem suas lutas e demandas constantemente invisibilizadas, sofrendo historicamente um processo de criminalização por parte da mídia burguesa. Que inclusive foram abordados por vários estudos acadêmicos. Portanto, a luta pela democratização da comunicação no Brasil está intimamente ligada à luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais estruturais, pois a criminalização e invisibilização das lutas, realidade dos Sem Terra e concentração de terra no campo, faz parte de um posicionamento político-ideológico e principalmente

---

<sup>149</sup> Ao longo da análise, há posts que podem ser enquadrados, simultaneamente, em duas das três categorias que utilizamos para sistematizar os dados colhidos no campo. Nesses casos, categorizamos a publicação com base no objetivo preponderante das mensagens ou, quando eles são equivalentes, em duas categorias concomitantemente.

<sup>150</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/baderna-do-mst-em-brasilia-foi-financiada-pelo-bndes-e-pela-caixa-economica-federal/>. Acesso em 18 set. 2015.

econômico, da mídia burguesa monopolizada que atende aos interesses das grandes empresas, do latifúndio e do agronegócio<sup>151</sup>.

A terceira postagem do dia 12 de fevereiro bateu o recorde de curtidas (1057) entre as publicações analisadas. Esse dado é importante porque registra qual assunto foi mais apreciado pela audiência. Baseado nessa informação é possível aprofundar as temáticas mais repercutidas e, partir delas, produzir novos conteúdos. Provavelmente esse não será o único critério usado pelo MST para elaborar narrativas, mas é um ponto a ser considerado na hora de definir as pautas. Afinal, a possibilidade de descobrir, quase em tempo real e gratuitamente, os temas favoritos dos internautas não pode ser descartada. Essa é outra vantagem proporcionada pelos canais de comunicação no ciberespaço. Aliás, via *-ranqueamento* das matérias mais acessadas, a mídia hegemônica oferece novas notícias sobre as histórias mais apreciadas pela audiência.

#### **Ranking das postagens mais curtidas**

DATA	CONTEÚDO	CATEGORIA	CURTIDAS
12/02/2014	Marcha pelas ruas de Brasília	INFORMAÇÃO	1057
10/02/2014	Abertura do VI Congresso	INFORMAÇÃO	980
07/02/2014	Rumo ao VI Congresso	MOBILIZAÇÃO	661
20/02/2014	O papel do MST	INFORMAÇÃO	467
09/02/2014	Véspera da abertura do Congresso	MOBILIZAÇÃO	424
07/02/2014	MST Pernambuco	MOBILIZAÇÃO	234
16/12/2013	Lançamento do VI Congresso do MST	INFORMAÇÃO	207
03/02/2014	Especial congressos	MOBILIZAÇÃO	157
07/02/2014	MST DF e Entorno	MOBILIZAÇÃO	150
12/02/2014	Continue assistindo a #MarchaMST	CONTRADISCURSO MÍDIÁTICO	84

<sup>151</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

13/02/2014	Rádio Brasil em Movimento	INFORMAÇÃO	72
12/02/2014	Já está participando do Twittaço?	MOBILIZAÇÃO	30
13/02/2014	Assista e participe	MOBILIZAÇÃO	23

A postagem com o maior número de curtidas simplesmente informava que –Sem Terra param Brasília em luta pela Reforma Agrária Popular!. Além dessa frase, o post exibia as hashtags #MarchaMST, #VIcongressoMST, #MSTcongresso, e o link para uma notícia na página do MST sobre o evento publicada. Aqui é possível destacar a continuidade das apropriações de técnicas de social mídia e o uso da estratégia de *crossmedia* pelo movimento. Nesse caso, a organização utiliza o Facebook como uma ferramenta para levar o internauta até o seu site. De qualquer modo, na página do MST no Facebook, a marcha rendeu três postagens em um único dia, o que representa 75% da produção de todo o mês de novembro.

A mídia hegemônica também dedicou espaço considerável à manifestação. O canal por assinatura Globo News, por exemplo, interrompeu sua programação para fazer uma cobertura ao vivo, durante horas, da caminhada. O evento foi noticiado com destaque no Jornal Nacional e foi noticiado nos principais portais de informação do País. Na maior parte das coberturas, o confronto com a Polícia Militar foi destacado. Apesar da angulação negativa na –mídia burguesa, o protesto obteve resultados imediatos. Um deles foi garantir audiência com a presidenta da República, Dilma Rousseff, marcada para o dia seguinte, 13 de fevereiro.

Depois do encontro com Dilma Rousseff, líderes da coordenação nacional do MST concederam uma entrevista à Rádio Brasil em Movimento com o objetivo de revelar o que ficou acertado na conversa com a presidenta. Tanto a divulgação quanto a própria transmissão da entrevista foram realizadas pela internet. Na página do movimento no Facebook, os nomes dos líderes do movimento entrevistados e o link para ter acesso, ao vivo, à transmissão foram disponibilizados. A postagem, que tem o caráter informativo, apresenta outro exemplo da apropriação de diversos canais de comunicação, no caso uma Webrádio<sup>152</sup>, viabilizados no ciberespaço.

<sup>152</sup> –Por webradio entende-se a emissora radiofônica que pode ser acessada por meio de uma URL (Uniform Resource Locator), um endereço na internet, não mais por uma frequência sintonizada no dial de um aparelho receptor de ondas hertzianas. (PRATA, 2008, p. 2).

Apesar da importância da entrevista, o conteúdo obteve somente 72 curtidas e 27 compartilhamentos e nenhum comentário. Os poucos comentários nessa e na maior parte das postagens analisadas pode ser um sinal da falta de diálogo do MST com os seus seguidores no Facebook. Afinal, mesmo nos momentos em que dezenas de pessoas comentavam as temáticas postadas no Facebook, os administradores da página oficial não entraram no debate. Talvez, para evitar alimentar ainda mais a polêmica sobre os temas controvertidos ou simplesmente por ausência de pessoas para acompanhar e interagir com os internautas, o fato é que pelo menos parte da dimensão dialógica tão importante e intrínseca aos sites de redes sociais é ignorada pelo movimento.

A falta de proximidade diuturna com os seguidores pode prejudicar os chamados para mobilizações on-line nesse canal. Por exemplo, no mesmo dia 13 de fevereiro, a segunda postagem faz a convocação: -ASSISTA E PARTICIPE!. Os internautas são convidados para assistirem à transmissão do Ato Político pela Reforma Agrária, que ocorreria -DAQUI A POUCO – previsto para às 18 horasl.

Gradativamente, é possível perceber a criação de um padrão, pelos administradores da página, ao fazerem uma postagem com fins de mobilização. Não chega a ser uma regra, mas na maior parte dos casos, os posts dessa natureza usam a caixa alta, que denota gritar no ciberespaço. É como se essas letras maiores fizessem o papel de alto falantes para chamar a atenção dos seguidores. Estes são instigados a se juntarem ao ato político a ser realizado simultaneamente on-line e off-line. Isso porque, conforme a postagem, enquanto acontece o evento em Brasília, é solicitada uma -agitaçãol no ciberespaço.

## ASSISTA E PARTICIPE

DAQUI A POUCO - previsto para às 18h

Transmissão AO VIVO do Ato Político pela Reforma Agrária -  
[www.twitcasting.tv/midianinja](http://www.twitcasting.tv/midianinja) c/c NINJA

Simultaneamente participe da agitação das hashtags #ApoioMST e #MST30anos. Demonstre seu apoio, conte sua história de vida com o Movimento, poste fotos marcantes e outras ilustrações dessa História...  
Ver mais



Midia NINJA (@MidiaNINJA) 's  
Live - TwitCasting

Privacy Policy | Terms of Service | Support |  
Attribution | Developer API Copyright (c) 2009-2014  
Moi Corp. (sidefeed, Inc.)

TWITCASTING.TV

Figura 28: Postagem do MST objetiva fazer mobilização no ciberespaço

Assim como ocorreu durante a marcha, o MST já não se limita a fazer atos nas ruas, praças, rodovias, em prédios ocupados, ele busca evidenciar essas ações também no ciberespaço, por meio de -agitações! cada vez mais dirigidas para atingir os objetivos previamente planejados. Esse direcionamento é explicitado quando, nessa postagem, é disponibilizado um link com -sugestão de conteúdo! a ser publicado pelos seguidores do perfil do MST.

**MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**  
13 de fevereiro de 2014 · 🌐

ASSISTA E PARTICIPE

DAQUI A POUCO - previsto para às 18h  
Transmissão AO VIVO do Ato Político pela Reforma Agrária -  
[www.twitcasting.tv/midianinja](http://www.twitcasting.tv/midianinja) c/c NINJA  
Simultaneamente participe da agitação das hashtags #ApoioMST e #MST30anos. Demonstre seu apoio, conte sua história de vida com o Movimento, poste fotos marcantes e outras ilustrações dessa História de lutas e conquistas.

Como sugestão de conteúdos, confira o link  
<https://docs.google.com/spreadsheet/ccc...>

CONTAMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO!

**Midia NINJA (@MidiaNINJA) 's Live - TwitCasting**  
Privacy Policy | Terms of Service | Support | Attribution | Developer API Copyright (c) 2009-2014 Moi Corp. (sidefeed, Inc.)  
TWTCASTING.TV

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

23 pessoas curtiram isso.

6 compartilhamentos

Figura 29: MST sugere os conteúdos que devem ser postados

Nesse caso, a intenção é, muito provavelmente, fortalecer a imagem do movimento ao resgatar sua trajetória que está intimamente relacionada, confunde-se com a história de vida de sua base social e militantes. Para comprovar essa simbiose, uma das estratégias bem conhecidas e também mais eficazes é utilizar imagens. Estas operam como estratégia discursiva do enunciado elaborado pelo movimento.

Ao dar voz aos seus próprios integrantes, o MST tenta revelar os rostos, as vivências, os sonhos conquistados, as esperanças, a bravura, a indignação, a força de milhares de pessoas que sustentam a organização ao longo de três décadas. Pretende ver emergir no Facebook dezenas ou centenas de fotos do cotidiano dos assentamentos, da produção agroecológica, da alegria de ter a terra para trabalhar, da dureza da vida em

acampamentos às margens da estrada, dos símbolos do MST, das suas celebrações, enfim, busca-se apresentar os homens e mulheres, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, que humanizam, pois conformam a alma dessa organização social.

Caso bem sucedida, essa seria uma das melhores tentativas de desconstruir a criminalização sofrida pelo movimento. Porém, apenas 23 pessoas curtiram a postagem, houve somente seis compartilhamentos e dois comentários, sendo um deles apenas para comunicar que -a transmissão começou a falhar. Nenhuma imagem, vídeo, foto ou depoimento foi publicado nessa postagem, refletindo a necessidade de o movimento aprimorar o diálogo com os internautas via comentários no Facebook. Veja no quadro abaixo que em oito dos 13 posts analisados detalhadamente há menos de 10 comentários em cada um deles. Sem dúvidas, pouquíssimos para um perfil que tem mais de 200 mil seguidores. Mas, no material analisado não foi detectado nenhum comentário -conservadorl ou -reacionáriol contra o grupo.

O MST é seguido, nas redes sociais basicamente por militantes da sua base social, militantes da classe trabalhadora, intelectuais e simpatizantes da reforma agrária, porém, na medida em que a luta pela terra ainda contraria muitos interesses das classes dominantes, há uma parcela de grupos reacionários que seguem o MST, principalmente no facebook, com objetivo de postar comentários conservadores e reacionários que disseminam o ódio e reforçam a criminalização à luta do MST e dos movimentos sociais que lutam por mudanças sociais no País<sup>153</sup>.

### **Ranking das postagens mais comentadas**

DATA	CONTEÚDO	CATEGORIA	COMENTÁRIOS
10/02/2014	Abertura do VI Congresso	INFORMAÇÃO	63
12/02/2014	Marcha pelas ruas de Brasília	INFORMAÇÃO	50
07/02/2014	Rumo ao VI Congresso	MOBILIZAÇÃO	29
07/02/2014	MST Pernambuco	MOBILIZAÇÃO	11
09/02/2014	Véspera da abertura do Congresso	MOBILIZAÇÃO	10
20/02/2014	O papel do MST	INFORMAÇÃO	9

<sup>153</sup> Solange Inês Engelmann, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, concedeu entrevista, por e-mail, ao pesquisador. As questões respondidas foram encaminhadas ao pesquisador no dia 04 de maio de 2015.

03/02/2014	Especial congressos	MOBILIZAÇÃO	7
16/12/2013	Lançamento do VI Congresso do MST	INFORMAÇÃO	5
12/02/2014	Continue assistindo a #MarchaMST	CONTRADISCURSO MIDIÁTICO	5
07/02/2014	MST DF e Entorno	MOBILIZAÇÃO	4
13/02/2014	Assista e participe	MOBILIZAÇÃO	2
12/02/2014	Já está participando do Twittaço?	MOBILIZAÇÃO	0
13/02/2014	Rádio Brasil em Movimento	INFORMAÇÃO	0

A possibilidade de o diálogo ser estabelecido ficava para outras postagens sobre o encerramento do VI Congresso. Todavia, novos posts não surgiram. Não houve sequer uma publicação na página do movimento no Facebook para direcionar os internautas a algum local na internet, onde fosse possível acessar conteúdo que resumisse o VI Congresso do MST. Talvez, essa espécie de balanço viesse alguns dias após o encerramento do evento, já com os desdobramentos e encaminhamentos definidos ao longo dos dias de encontro dos sem-terra de todo o Brasil.

Apesar de não ficar evidente, uma postagem do dia 20 de fevereiro ensaia marcar um posicionamento oficial do movimento, provavelmente firmado a partir dos diálogos desenvolvidos durante o VI Congresso, sobre a conjuntura do País. Pelo menos, é o que se pode inferir ao ler o post composto apenas com a frase –O papel do MST nas novas jornadas de lutas do Brasil, o link para a página do movimento, onde o internauta encontrará a reflexão relativa à temática, e uma foto. Esta ancora todo o sentido da publicação e permite interpretar a mensagem como uma comunicação, ainda que tardia, de que a cobertura do VI Congresso, via Facebook, é encerrada naquele momento. Concluída, vale registrar, por meio de uma ação *crossmedia*, ao apresentar o link para uma narrativa com a sistematização dos debates realizados no VI Congresso.

Na imagem em primeiro plano, quatro pessoas, provavelmente militantes do MST, caminham com malas e mochilas nas mãos. Em segundo plano, está visível uma tenda com a frase –MST 30 anos! e ao lado dela a bandeira vermelha da organização está hasteada. Apesar de poder ser a chegada dos militantes ao evento, pela cronologia da postagem, ela demonstra término do encontro, momento em que os sem-terra começam a voltar para casa com o objetivo de retomar suas lutas.

Com base na análise das postagens da página do MST no Facebook foi possível demarcar os usos e apropriações do site de rede social pelo movimento. O resultado da análise demonstra que, no período estudado, essa ferramenta é utilizada principalmente para mobilizar militantes, amigos, simpatizantes e a base do MST para ações on-line ou off-line. O canal de comunicação também foi usado para informar e, em menor escala, tentar desconstruir o processo de criminalização sofrido pelo MST.

Contudo, a interpretação desses resultados nem mesmo sugere que a ferramenta é, portanto, apropriada –apenas para mobilizar pessoas. Na verdade, o que se percebe é que o movimento a utiliza de distintos modos e, a depender do objetivo a ser alcançado, tem a possibilidade de definir se é melhor trabalhá-la com maior ênfase na mobilização, informação ou contradiscurso midiático.

A análise permitiu também apresentar o MST como um movimento que alia as suas tradicionais manifestações de rua às –agitações no ciberespaço com o objetivo de dar visibilidade e legitimar suas ações. Ficou claro também que, provavelmente de acordo com uma estratégia de comunicação macro, o MST usa o site de rede social para postar conteúdo criado especificamente para ser consumido no Facebook do movimento, como uma galeria de imagem, por exemplo. Em outras ocasiões, seguindo a mesma diretriz macro, utiliza a plataforma como um canal para levar seus seguidores ao site ou ao Twitter do movimento.

Como no site do movimento, é importante sublinhar, também há links para seus perfis nas redes sociais e para Webrádio, está evidente a tentativa de levar o internauta a obter informações nas diversas plataformas usadas oficialmente<sup>154</sup> pelo movimento na internet, caracterizando a intenção de trabalhar em uma perspectiva *crossmedia*.

No próximo tópico, a análise do *Jornal Sem Terra* ajudará a verificar se a estratégia *crossmedia*, durante um evento específico (VI Congresso Nacional do MST), consegue ir além dos canais de comunicação no ciberespaço, evidenciando uma perfeita sincronia entre os dispositivos midiáticos on-line e off-line.

---

<sup>154</sup>Aplicações como WhatsApp são utilizadas, principalmente, pela juventude do MST. Um de seus usos viabiliza a comunicação em tempo real, com um custo ínfimo se comparado à telefonia móvel convencional, entre pessoas que vivem em diversos assentamentos na Paraíba. Contudo, não havia, segundo as lideranças do MST na Paraíba, nenhum grupo formal do movimento nesse aplicativo.

#### 4.4 – Narrativa *crossmedia* nos dispositivos midiáticos on-line e off-line

A diversidade de canais de comunicação do MST facilita a difusão do discurso do movimento para seus distintos públicos. Cada meio é usado com o objetivo de trabalhar diferenciadas temáticas. A audiência a ser atingida, assim como a linguagem específica de cada mídia, é preponderante na definição das pautas primordiais dos veículos de comunicação. Por exemplo, o *Jornal Sem Terra* sempre priorizou assuntos que despertassem o interesse da base do movimento. Já a página da organização na internet enfoca questões que conquistem a atenção da sociedade de uma forma geral.

Esses mecanismos de comunicação, há anos, também buscam levar seus distintos públicos para acessar os outros produtos do MST. Por meio de uma ação *crossmedia*, existe a intenção de aumentar a audiência de cada um deles. O público é importante para ajudar a viabilizar economicamente cada produto. Porém, o mais relevante é que quanto mais gente acessar esses meios de comunicação maior vai ser a visibilidade positiva do movimento. Isso consequentemente aumenta a possibilidade de impulsionar o processo de reconhecimento do MST perante a sociedade.

A ação *crossmedia* não deve estar restrita –simplesmente– ao aumento de acessos à página do MST na internet, por exemplo, via publicação de seu endereço no *Jornal Sem Terra*. Neste tópico, será analisado se a estratégia *crossmedia*, assim como ocorre pontualmente entre os canais do MST no ciberespaço, é usada para melhor adequar a abordagem simultânea de uma mesma temática aos públicos alvos de meios on-line e off-line, representando indícios do que pode vir a ser a caminhada do movimento em direção às lógicas de produção transmídia<sup>155</sup>.

Dessa forma, em um episódio tão relevante como o VI Congresso Nacional do MST, os vários meios de comunicação são acionados para prepararem e executarem a

---

<sup>155</sup> Em certa medida, transmídia pode ser considerada uma tipologia de *crossmedia*. Porém, aquela é bem mais avançada do que esta. *Crossmedia* quer levar o consumidor de uma mídia para a outra ao mesmo tempo em que vai apenas um pouco além da mera adaptação do mesmo conteúdo para diversas plataformas. Nessa perspectiva, as redações de portais, jornais, rádio, entre outros meios trabalham separadamente, embora mantenham um diálogo próximo. Na transmídia já não existe essa separação das redações dos distintos meios. No modelo ideal, uma mesma redação trabalha de forma articulada para elaborar o conteúdo a ser distribuído nas diversas plataformas. Aqui o consumidor opta por acompanhar os desdobramentos da história inicial nas mais variadas plataformas, as quais têm suas respectivas narrativas específicas, que operam como portas de entrada independentes para a macro história que juntas ajudam a contar. Por conta dessa nova arquitetura, pressupõe um maior engajamento e participação do público, que está predisposto a dar sua contribuição para o desenvolvimento da narrativa por meio da produção colaborativa de conteúdo. —A narrativa transmídia refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento (JENKINS, 2009, p. 49).

cobertura do evento. Nessas ocasiões, a coesão e a qualidade do gerenciamento das mídias on-line e off-line são testadas em escala máxima. Aqui uma cobertura *crossmedia* significa que o mesmo episódio será abordado em todas as mídias sem, contudo, cair no erro da redundância.

Imaginem uma marcha com 15 mil integrantes pela Esplanada dos Ministérios rumo à Praça dos Três Poderes. A magnitude da manifestação, ainda mais fazendo parte da programação do VI Congresso, sugere despertar o interesse dos variados públicos do movimento. O desafio do setor de comunicação é conseguir produzir uma série de conteúdos, sejam notícias para o site, vídeos no YouTube, galerias de imagens no Facebook, reportagens no *Jornal Sem Terra*, que atendam às expectativas dos públicos e estejam interconectadas.

O material não necessariamente deve ser idêntico, muitas vezes, o que é divulgado em uma mídia completa o que está presente em outra. Assim, pode existir uma diferenciação no texto, com acréscimo de imagens e arquivos em áudio. O objetivo é criar uma interação do público com o conteúdo. Se levarmos a palavra *crossmedia* ao seu significado reduzido seria a mídia cruzada. Mas, é preciso considerar também as especificidades de cada meio na adaptação do conteúdo, sem perder a sua essência. Talvez o mais importante não seja só a adaptação para os diferentes meios, e sim a forma como estão interligados, como se cruzam. Uma história pode ser interpretada de forma independente em diferentes mídias, de modo a reforçar a compreensão por parte do receptor. (FINGER, 2012, p. 124).

Por questões metodológicas, nesta tese será verificado se há e como ocorre a interligação de conteúdos do *Jornal Sem Terra* e da página do MST no Facebook, que representam os canais de comunicação off-line e on-line, respectivamente, do movimento. A construção dessa narrativa única, composta pelos inúmeros relatos elaborados, difundidos e inteligíveis separadamente em cada mídia apesar de se complementarem e se referenciarem mutuamente, é difícil, mas importantíssima na atualidade para qualquer organização que possui um sistema de comunicação tão complexo como o MST.

Como já ocorreu com o recorte efetuado na análise das postagens do MST no Facebook, o material do *Jornal Sem Terra* a ser estudado foi selecionado com base em critérios de conteúdo e temporalidade: enfocavam o VI Congresso em edições publicadas de outubro de 2013 a junho de 2014, totalizando nove meses. A intenção foi perceber se, antes, durante e depois do evento, o MST conseguiu interligar os conteúdos do Facebook com o *Jornal Sem Terra* e vice-versa ou, pelo menos, evitou ser

redundante ao abordar o mesmo tema em canais de comunicação diferentes, cujas linguagens são distintas.

A partir dessa amostra é possível perceber se há uma harmonia entre os canais de comunicação on-line e off-line, denotando uma maior capacidade de ação desses mecanismos de comunicação. Acredita-se que quanto mais os usos e apropriações desses dispositivos operarem complementarmente crescem as probabilidades êxito no conjunto da política de comunicação do movimento. Isso porque comprovaria a adequação dessa política à sociedade em rede. Nesta um número significativo de seus atores já não separam, mas, sim, fundem suas ações on-line e off-line, ao menos em contextos específicos, de forma a dotá-las de um grau de complementaridade tamanho que as transformam em faces distintas de uma mesma realidade indivisível. Será que a comunicação do MST já atingiu esse ponto de fusão entre on-line e off-line?

Foram analisadas três edições do *Jornal Sem Terra*. Na primeira, datada de setembro/outubro/novembro de 2013, a manchete do jornal, seu editorial e uma entrevista enfocavam significativamente o VI Congresso. Na segunda edição analisada, publicada em fevereiro de 2014, a manchete, o editorial, uma entrevista e três notícias abordavam o VI Congresso. Tanto espaço é explicado pelo fato de a edição, embora não tratar em sua totalidade do evento, ser um Especial sobre 30 anos de MST e o VI Congresso. Na terceira e última edição analisada, publicada em abril de 2014, novamente a manchete, o editorial e uma entrevista tratavam do principal fórum de decisões do MST.

No total, 12 narrativas jornalísticas foram estudadas detalhadamente. Um número bem próximo das 13 postagens, relativas ao VI Congresso, na página do MST no Facebook. Outra semelhança é a falta de interligação entre ambos. Assim como a página do movimento não fez nenhuma referência ao *Jornal Sem Terra*, este também não a mencionou nem direcionou os seus leitores para acompanharem as informações, sobre o evento, postadas no Facebook oficial do MST.

Dessa forma, a análise efetuada na página do movimento no Facebook e no *Jornal Sem Terra* não detectou, na amostragem selecionada, o uso da estratégia *crossmedia* entre esses canais on-line e off-line do MST. Porém, resta verificar se não houve oportunidade para realizar esse diálogo entre as duas plataformas, bem como se essa ausência tornou suas coberturas redundantes, representando, portanto, um desperdício de recursos e uma espécie de retrabalho dentro do setor de comunicação do

movimento. Para atingir esse fim, a seguir será apresentada a análise de cada edição do *Jornal Sem Terra*.

O VI Congresso ganha destaque no *Jornal Sem Terra*, número 322, setembro/outubro/novembro de 2013. A relevância do evento para o movimento volta a ser evidenciada, já que o assunto é trabalhado na manchete do jornal.



Figura 30: A manchete do jornal<sup>156</sup> e a fotografia apontam o importante momento do MST

Não há como deixar de sublinhar que a manchete é idêntica ao título de postagens e hashtags usadas no perfil do MST no Facebook. Já o conteúdo produzido pelo impresso é bastante diferente, mais rico e aprofundado, daquele disponível no Facebook. De fato, a cobertura realizada pela página do movimento no Facebook,

<sup>156</sup> Edição disponível em [http://issuu.com/paginadomst/docs/jst\\_322](http://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322). Acesso em: 28 set. 2015.

iniciada depois da edição desse número do jornal, perdeu a oportunidade de direcionar os seguidores do movimento para acessarem o *Jornal Sem Terra* e obterem um maior número de informações sobre o evento.

Apesar de o jornal ter um número de páginas limitado, em uma só edição é possível acessar mais informações sobre os preparativos e a dimensão do Congresso para os sem-terra do que no conjunto de postagens no Facebook que antecederam o início do encontro. Logo no editorial, espaço marcado de significado em que a publicação emite a sua opinião explícita sobre o assunto enfocado, é destacado que:

O Congresso Nacional é o maior espaço de decisões do MST. Quando avaliamos nossa atuação e desenhamos as linhas políticas que orientarão nossa organização e nossas lutas para o próximo período. É o momento de fazermos um balanço crítico desses 30 anos de caminhada, de refletirmos com o conjunto da classe trabalhadora sobre nossos desafios enquanto classe para a construção de uma nova sociedade, e de fortalecer nossas alianças nacionais e internacionais. Além de ser um momento de projetarmos o futuro, pensarmos nossas táticas de luta para o período que se segue, como a organização de nossa juventude, a participação das companheiras e dos Sem Terrinha, o papel político dos assentamentos, etc<sup>157</sup>.

O editorial tem o objetivo claro de preparar e mobilizar para o evento que –vem chegando. Porém, até por conta da própria característica do impresso<sup>158</sup>, as informações são bem mais aprofundadas e detalhadas quando comparada com as postagens de mobilização, publicadas antes do evento, produzidas pelo perfil dos sem-terra no Facebook. O editorial informa que são esperados mais de 13 mil participantes no evento e, mesmo sem oferecer a programação completa, adianta que haverá momentos de confraternização, onde serão apresentadas a música, arte e produção orgânica do movimento.

O texto informa sobre a luta concreta a ser realizada por meio da ocupação das ruas de Brasília com o objetivo de mostrar à sociedade e ao governo a força do MST e para pautar a reforma agrária no debate nacional novamente. Ao final, o editorial tenta resgatar o processo de preparação, que consumiu dois anos, do Congresso e dá ênfase aos debates, reuniões e assembleias ocorridas em todo o país, envolvendo assentados,

---

<sup>157</sup> *Jornal Sem Terra*, número 322, setembro/outubro/novembro 2013, disponível em [http://issuu.com/paginadomst/docs/jst\\_322](http://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322). Acesso em 28 set. 2015.

<sup>158</sup> Com a consolidação da internet, até o jornal impresso, cuja periodicidade seja diária, opta por oferecer mais interpretação e opinião. O objetivo é ajudar seu leitor a compreender os –principais fatos que ocorrem no mundo, ao invés de simplesmente noticiar esses episódios. Afinal este relato já foi feito no dia anterior pelos sites jornalísticos, telejornais e radiojornais.

acampados, militantes, amigos, intelectuais e outros movimentos sociais. A ideia é ressaltar que o Congresso foi construído por todos. O editorial conclui com um convite:

E não vamos nos esquecer de organizar cartazes, faixas e batuques para acender nossa mobilização, chamar nossos cantadores e grupos culturais para animar toda a atividade e preparar nossos produtos para abarrotarmos a Feira da Reforma Agrária. Com isso, mãos à obra rumo ao 6º Congresso Nacional, com muita música e animação para lutar e construir a Reforma Agrária Popular!<sup>159</sup>

A convocação para a luta está feita. O povo Sem Terra é chamado para lutar pela Reforma Agrária Popular. Caso ainda haja dúvida sobre essa nova bandeira do movimento, o jornal objetiva saná-la. É óbvio que o sonho da conquista da terra faz parte do DNA do movimento e, por isso, embasou por anos as ações de pressão e negociações que viabilizassem a democratização do acesso à terra para os mais pobres. É provável que até o final dos anos 1990 a desapropriação de áreas improdutivas e sua destinação aos agricultores mais pobres, desde que viesse também a assistência técnica e a infraestrutura necessária para garantirem condições mínimas de ocupação e produção, representassem um modelo de reforma agrária aceitável pelos sem-terra.

Desde então, ele passa a ser questionado e debatido até se chegar à conclusão de que está obsoleto para a realidade brasileira que é pensada em função do agronegócio. Ao entrevistar Geraldo Gasparin, integrante da coordenação nacional do MST pelo setor de formação, o caráter pedagógico do *Jornal Sem Terra* emerge com a força que o fez ser usado por décadas como instrumento de ensino e aprendizagem em escolas do movimento. Solicitado a explicar o teor da Reforma Agrária Popular, Gasparin responde:

Este novo contexto exige novos posicionamentos dos movimentos sociais. Precisamos defender um novo projeto de Reforma Agrária, isto é, construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais comprometidos com mudanças estruturais. Após muitos debates, elaboramos, coletivamente, o nosso programa de Reforma Agrária Popular. Nele, reafirmamos que a terra e todos os bens da natureza devem estar a serviço de todo o povo brasileiro, sob o objetivo de produzir alimentos saudáveis, de qualidade e sem agrotóxicos. Afirmamos as sementes como um patrimônio dos povos a serviço da humanidade, além do compromisso com o reflorestamento de todas as áreas degradadas com ampla biodiversidade. É preciso ainda promover a cooperação agrícola, desenvolver as forças produtivas no campo sob novas relações sociais, sem que haja a opressão e alienação do trabalho. Precisamos desenvolver formas

---

<sup>159</sup> *Jornal Sem Terra*, número 322, setembro/outubro/novembro 2013, disponível em [http://issuu.com/paginadomst/docs/jst\\_322](http://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322). Acesso em: 28 set. 2015.

autossustentáveis de produção de energia em todas as comunidades, além de respeitar e demarcar todas as áreas dos povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais<sup>160</sup>.

Essa nova perspectiva de luta seria referendada no VI Congresso, que representa a instância máxima para organizar as conversações efetuadas junto aos diversos públicos do movimento nas prévias do Congresso e transformá-las em referências para as ações do MST nos próximos cinco anos. Esses redirecionamentos precisam ser amplamente divulgados pela comunicação, que necessita de constante melhoramento para dar conta de tamanha missão. O próprio Geraldo Gasparin tem consciência disso. Ao ser perguntado –o que será preciso para que a Reforma Agrária Popular se popularize como uma reivindicação da sociedade?!, ele ressalta a necessidade de –[...] avançarmos na área de comunicação popularl.

Avanços como, ao superar diversas dificuldades estruturais, o de conseguir circular uma edição especial do *Jornal Sem Terra* sobre 30 anos de MST e VI Congresso, publicada em fevereiro de 2014.

---

<sup>160</sup> *Jornal Sem Terra*, número 322, setembro/outubro/novembro 2013, disponível em [http://issuu.com/paginadomst/docs/jst\\_322](http://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322). Acesso em: 28 set. 2015.



Figura 31: Edição especial<sup>161</sup> prevê os desafios do MST para os próximos anos

No editorial intitulado –A hora da Reforma Agrária Popular! é revelado que o lema do VI Congresso Nacional (Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!) será a palavra de ordem do movimento para os anos seguintes. Não por acaso, portanto, nas postagens do MST no Facebook esse lema foi publicado várias vezes. O editorial volta a lembrar do processo de construção do VI Congresso, ressalta que a reforma agrária tradicional não é suficiente para atender as demandas dos sem-terra e que a Reforma Agrária Popular só será possível com a celebração de alianças e elaboração de mobilizações com os camponeses e trabalhadores urbanos.

A novidade do texto foi indicar que a outra dimensão da luta para implantar a Reforma Agrária Popular envolve o campo simbólico.

Precisamos denunciar que o agronegócio envenena o alimento, usa as terras para produzir para exportação, promove o trabalho escravo e o desrespeito às legislações ambientais e trabalhistas,

<sup>161</sup> Edição especial disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst323>. Acesso em: 28 set. 2015.

entre tantas mazelas. Os nossos inimigos são fortes e poderosos. O agronegócio tem muitos aliados na mídia e no judiciário. Mas uma coisa que aprendemos nestes nossos 30 anos é não ter medo e não se dobrar diante das dificuldades.<sup>162</sup>

É consenso no MST que, principalmente nos últimos anos, a mídia hegemônica tem colaborado para construir uma imagem irretocável do agronegócio. Este só teria levado modernização, produtividade e qualidade de vida para o campo. Os desdobramentos dessa mudança na área rural seriam sentidos nas cidades de todo o país, já que os constantes recordes na produção de *commodities* ajudariam a impulsionar os indicadores econômicos e, por consequência, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Como em um passe de mágica, todos os problemas do interior do Brasil foram resolvidos e o modelo de ocupação da terra e seu gerenciamento são sinônimos de um -Brasil que dá certol. Até o latifúndio, segundo a atual titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Kátia Abreu, desapareceu do País<sup>163</sup>. Nessa visão surreal, o campo só não é perfeito mesmo porque ainda existem os sem-terra para invadir as propriedades e criar um clima de tensão, senão de terror, que abala e vitima os grandes produtores do País.

Essa é a forma como os dois projetos de ocupação da terra é apresentado pela -mídia burguesa. De acordo com Diego Moreira, da Direção Nacional do MST, é necessário agir para desconstruir essa imagem do agronegócio. Em entrevista concedida ao *Jornal Sem Terra*, ele diz:

A grande mídia burguesa é o partido ideológico do agronegócio, que propaga diariamente, na casa de milhões de brasileiros, falsas ideias de seu desenvolvimento. As organizações sociais do campo precisam denunciar para a sociedade que o agronegócio não é exemplo de desenvolvimento<sup>164</sup>.

Ao contrário do que ocorre no perfil do Facebook, onde o embate com a mídia hegemônica ocorre subliminarmente, salvo nos comentários dos seguidores do MST, no *Jornal Sem Terra* é informado explicitamente o confronto traçado no campo das ideias.

---

<sup>162</sup> Edição especial, fevereiro de 2014, disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst323>. Acesso em: 28 set. 2015.

<sup>163</sup> A declaração da ministra foi publicada pela Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>. Acesso em 02 out. 2015.

<sup>164</sup> Edição especial, fevereiro de 2014, disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst323>. Acesso em: 28 set. 2015.

Assim, a Reforma Agrária Popular só será factível se esse modelo proposto pelo MST for amplamente explicado e divulgado para a sociedade em geral. A própria rede de alianças várias vezes destacadas como imprescindível para a execução dos projetos estratégicos do movimento depende de uma apropriada estratégia de comunicação das novas bandeiras do movimento.

Nesse sentido, os jovens sem-terra podem fazer o diferencial. Lideranças do MST ouvidas nesta pesquisa, mesmo fazendo ressalvas às novas tecnologias, disseram que principalmente os jovens estão familiarizados com os dispositivos digitais e, apesar das diversas dificuldades em acessar a internet no campo, conseguem navegar, usam constantemente aplicativos, como o WhatsApp, e sites de redes sociais, a exemplo do próprio Facebook.

Mas já começam a aparecer pessoas dentro dessa base, dessa militância que começam a se interessar em colocar internet, em ver outras formas de comunicação. E a nossa juventude, ela não fica mais sem esse danado do WhatsApp. Às vezes têm essas coisas benéficas, mas também têm essas coisas maléficas. Acaba sendo um vício que as pessoas não dialogam mais entre si, né? E a gente sabe que todos esses instrumentos que são de tecnologias, tipo WhatsApp, tipo internet, eles são vigiados por sistemas de informação internacional e que nada é feito por um acaso. Eles monitoram e isso é uma coisa que nós temos debatido bastante internamente dentro da organização para a gente ter alguns cuidados. Eu não tenho dúvida que a classe dominante tem um sistema de informação. Se ela criou esse sistema de informação, ela também tem o interesse de controlar o que se fala por dentro dela. É um sistema bom, a gente vai [usando], mas ele pode trazer alguns prejuízos políticos para a organização<sup>165</sup>.

Porém, nem mesmo essa predisposição da juventude foi aproveitada para linkar notícias, artigos e reportagens do jornal com o conteúdo postado no Facebook do MST. O gancho até havia, pois uma das notícias da Edição Especial informava que, durante o Congresso, ocorreria a III Assembleia Nacional da Juventude. Ele não foi aproveitado. Assim como as outras matérias, esta não fez nenhuma ligação a um conteúdo complementar postado no Facebook e nem vice-versa. Se nos outros casos essa ausência é um problema a ser corrigido pela equipe de comunicação, aqui há o agravante de ser uma notícia voltada para os jovens, que adoram tecnologia.

---

<sup>165</sup> Dilei Aparecida Schiochitd, uma das coordenadoras do MST na Paraíba e uma das fundadoras do movimento no Nordeste, concedeu entrevista ao pesquisador em 21 de agosto de 2015, no Centro de Formação João Pedro Teixeira, em Lagoa Seca.

Outra oportunidade para trabalhar de forma *crossmedia* foi desperdiçada ao tratar da memória dos congressos do MST. Tanto a página do movimento no Facebook quanto o *Jornal Sem Terra* trabalharam o tema. A abordagem feita no Facebook, por meio de um cartaz, lembrou o V Congresso, enquanto convidava para a próxima edição do evento. O jornal destinou duas páginas para uma rápida retrospectiva das cinco edições anteriores do Congresso Nacional do MST. Há ainda uma introdução que simultaneamente explica o contexto no qual foi planejado o VI Congresso e conduz o leitor para cinco blocos de texto, onde em cada um é lembrado o lema, a data, o local e o objetivo de cada uma das edições do Congresso. Cada texto é –ilustrado com o cartaz do respectivo evento.



Figura 32: Duas páginas da Edição<sup>166</sup> especial foram destinadas ao retrospecto dos congressos

<sup>166</sup> Edição especial, fevereiro de 2014, disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst323>. Acesso em: 28 set. 2015.



MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

3 de fevereiro de 2014 · 🌐

### Especial Congressos

Em 2007, o V Congresso do MST, ocorrido em Brasília/DF de 11 a 15 de junho, adota o lema "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular".

A realização da Reforma Agrária que o movimento defende perpassa pela libertação das terras para produzir alimentos, pela criação de condições dignas de vida no campo e na cidade e pela construção de uma sociedade em que o povo tome seu destino pelas mãos e decida o seu caminho.

Lutar, construir Reforma Agrária Popular!

#RumoAoVIcongresso #MST30anos



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

Figura 33: Postagem<sup>167</sup> -Especial Congressos| só abordou uma das edições

<sup>167</sup> Disponível em <https://pt-br.facebook.com/MovimentoSemTerra>. Acesso em 01 out. 2015.

A última notícia sobre o VI Congresso na Edição Especial informa: a Ciranda Infantil Paulo Freire –tem por objetivos ser um espaço de auto-organização das crianças, de brincadeiras, cantorias, da incidência na luta pela escola e intervenção concreta no VI Congresso do MST<sup>168</sup>. A intervenção realmente ocorreu e despertou o interesse até mesmo de parte da mídia hegemônica. Afinal, era difícil ignorar o protesto de aproximadamente 750 crianças e professores das áreas rurais, que ocuparam o Ministério da Educação para denunciar o fechamento de 37 mil escolas ao longo de um ano.

Durante a manifestação, elas foram recebidas pelo então ministro da educação, José Henrique Paim. Após ouvir a leitura da carta-manifesto, ele garantiu o comprometimento do Estado brasileiro com a educação no campo. Apesar de todo o simbolismo do ato, não houve nenhum relato específico sobre o episódio na edição seguinte do *Jornal Sem Terra*, que faz uma espécie de balanço do VI Congresso, nem no perfil do MST no Facebook. Ou seja, para os públicos que obtém informações exclusivamente por um desses canais, uma manifestação de tamanha magnitude quase não existiu.

Um acontecimento deste poderia ter sido acompanhado em uma perspectiva *crossmedia*, com todos os canais de comunicação cobrindo o evento simultaneamente e preparando a difusão do conteúdo de acordo com as características inerentes a cada mídia, linha editorial e a expectativa de seus públicos. Porém, talvez por falta de recursos, a área de comunicação não conseguiu aproveitar essa oportunidade para ajudar a desconstruir a ideia de que os protestos dos sem-terra são, na verdade, atos de vandalismo, arquitetados e executados por baderneiros.

De acordo com suas possibilidades estruturais, o setor de comunicação apresentou, na edição de abril de 2014, do *Jornal Sem Terra*<sup>169</sup>, uma avaliação do VI Congresso Nacional.

---

<sup>168</sup> Disponível em <https://pt-br.facebook.com/MovimentoSemTerra>. Acesso em 01 out. 2015.

<sup>169</sup> Disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst324>. Acesso em: 26 set. 2015.



Figura 34: Liderança nacional do MST fez balanço do VI Congresso

O editorial, embora dessa vez não tenha foco central no evento, informa que 2014 é um ano de luta e o encontro de Brasília abriu, –com organização, radicalidade e proposição, a série de mobilizações programadas para os meses seguintes. A principal proposição, de acordo com o editorial, foi mesmo intensificar a luta. Esta foi a palavra de ordem que deu a tônica da maior parte das intervenções e encaminhamentos do congresso. Uma avaliação bem comedida diante da expectativa gerada em torno de um evento, que foi construído durante dois anos.

Kelli Malfort, da coordenação nacional do MST, em entrevista publicada nas páginas 4 e 5 do *Jornal Sem Terra*, tem uma visão bem mais positiva dos resultados obtidos pelo maior fórum de deliberação do movimento. –Com nossas ações

recolocamos a luta pela Reforma Agrária no governo, no Judiciário e principalmente na sociedade. O Ato Político e a Marcha deram visibilidade sobre o caminho que o MST tem que trilhar. Esse trecho é parte da resposta à seguinte pergunta: –Qual o impacto que as lutas realizadas durante o Congresso tiveram?».

A resposta é clara: uma conquista significativa das ações desenvolvidas no VI Congresso foi dar visibilidade para a luta pela reforma agrária. Ou seja, ações de rua, tão características do MST, obtiveram como um dos seus ganhos principais, destacados pela liderança nacional, justamente pautar a luta do MST novamente na sociedade. Foi, portanto, um ganho fundamental no embate travado no campo simbólico. Isso dá uma ideia de que, assim como as ações simbólicas podem repercutir e levar a conquistas mais utilitárias, marchas e atos públicos vão além da luta material e representam vitórias no embate simbólico.

Mais uma vez está evidente que ambas estão imbricadas, lembrem o twittaço enquanto ocorria a marcha pelas ruas de Brasília durante o VI Congresso, e cada vez mais mutuamente dependentes. Na prática, as ocupações de terra não podem prescindir de elementos simbólicos. De maneira semelhante, a produção de formas simbólicas, baseada nas lutas materiais, legitima as conquistas e o próprio MST perante a sociedade brasileira e internacional.

Tais episódios reforçam apenas que não há como separar, salvo por questões didáticas ou metodológicas, lutas utilitárias daquelas desenvolvidas no campo simbólico, pois na realidade ambas influenciam-se, são mutuamente dependentes, já que conformam distintas dimensões de uma mesma luta em busca da Reforma Agrária Popular. Em outro momento da entrevista, Kelli Malfort volta a demonstrar a união dessas duas dimensões ao relacionar a ocupação do Ministério da Educação com a crítica à cobertura efetuada sobre o Congresso pela mídia hegemônica.

A ocupação do MEC foi um espaço de formação das nossas crianças na luta, que tomaram a palavra para pautar a infância na luta por Reforma Agrária. Mesmo com a cobertura da mídia criminalizando o movimento, por meio da velha tese do repasse dos recursos públicos para supostamente financiar o conflito, isso não pegou na sociedade, e o que ficou mesmo foi a simbologia da luta e o posicionamento político do MST<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup> *Jornal Sem Terra*, número 324, abril 2014, disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst324>. Acesso em: 28 set. 2015.

Quando questionada como o movimento irá construir a luta pela terra nos próximos anos, Kelli Malfort mais uma vez evidencia quão imbricadas são a luta utilitária e simbólica. –É necessário lutas massivas, com novas famílias, recriando formas de luta e resignificando as nossas bandeiras<sup>171</sup>». Essa reconfiguração de bandeiras consiste na compreensão do processo de reinvenção do MST.

Na atual conjuntura, a nova bandeira, base da Reforma Agrária Popular, é estruturada pela visão ambientalista, com ênfase no respeito à –mãe terra e de proteção dos recursos naturais para as gerações futuras. A teoria de base agroecológica é colocada em prática com a produção de alimentos orgânicos, evitando a contaminação dos solos e águas com veneno.

Em síntese, esse é o modelo defendido pelo MST para a ocupação das áreas rurais brasileiras. Proposta que vai de encontro ao projeto executado pelo agronegócio, no qual o uso de defensivos agrícolas em larga escala, monoculturas e plantio de sementes geneticamente modificadas são os pilares de uma produção que, quando não é voltada essencialmente para exportação, oferece aos brasileiros alimentos transgênicos e com altos índices<sup>172</sup> de agrotóxicos.

Mais uma vez, a comunicação é acionada para exercer um papel-chave no enfrentamento dos novos desafios do MST. Ela vai ser vital para resignificar as históricas bandeiras do movimento e amplificar esse discurso para toda a sociedade, além de fomentar o diálogo com os potenciais parceiros que encampam o desenvolvimento sustentável.

Essa nova investida no campo simbólico, basilar para o processo de reinvenção do MST, pode ser pautada pela sofisticação da apropriação e utilização das novas tecnologias pelos sem-terra no intuito de aproveitar ao máximo as possibilidades comunicacionais existentes no ciberespaço, além de usar sua criatividade e *know-how* na comunicação popular para criar novos usos e, por que não, passar para a vanguarda dos processos comunicativos ancorados no ciberespaço. Assim, talvez, consiga desenvolver um diferencial competitivo imprescindível no campo simbólico.

---

<sup>171</sup> Disponível em <http://issuu.com/paginadomst/docs/jst324>. Acesso em: 26 set. 2015.

<sup>172</sup> Em relatório divulgado no mês de abril de 2015, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) solicitou a redução da aplicação de agrotóxicos no Brasil. O Inca explicou, a partir de dados da pesquisa –Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida, publicada em 2011, pela pesquisadora Flavia Londres, que o Brasil, desde 2009, é o maior consumidor mundial de agrotóxicos ultrapassando naquele ano a marca de 1 milhão de toneladas. O Inca, ainda de acordo com notícia publicada no G1, garante que os transgênicos aumentaram a necessidade do uso dessas substâncias, as quais colocam em risco à saúde. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/04/brasil-lidera-consumo-de-agrotoxicos-no-mundo-e-inca-pede-reducao-do-uso.html>. Acesso em: 01 out. 2015.

Nesse sentido, a maior qualificação da atuação do movimento no ciberespaço demanda a completa adequação de suas ações comunicativas às lógicas inerentes à sociedade em rede. Esta demanda uma constante comunicação multiplataforma, caracterizada, por exemplo, pela cobertura de um mesmo episódio pelos mais distintos canais de comunicação. Algo mais avançado do que as estratégias *crossmedia* que, no caso do MST durante o VI Congresso, ficaram restritas ao ciberespaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta simbólica do MST é anterior à luta material. Ao contrário do que acredita o senso comum e até muitos militantes do movimento, a noção de justiça subjaz as ações utilitárias da organização. A percepção do acesso à terra como uma questão de justiça modifica o conflito entre latifundiários e –camponeses, pois escancara as seculares relações de dominação na área rural brasileira. A luta não é mais –apenas por terra, que deixa de ser um fim em si mesmo. A conquista da terra vai além da garantia da sobrevivência do homem do campo no campo para transmutar-se em algo ainda mais inspirador, pois extremamente pleno: restabelecimento da justiça.

Além da terra, o próprio agricultor é resignificado nessa nova etapa da luta. Mesmo sem perder suas subjetividades, embora não as mantenha intactas, seu ser torna-se mais complexo, pois agora também é conformado pela figura do sem-terra. Produto de uma construção identitária, que carece de elementos de pertencimento, o sem-terra é simbólico por –natureza. Aliás, esse universo já estava presente lá na Encruzilhada Natalino, que surgiu da ocupação de uma área pequena por três famílias de lavradores.

Quando os colonos na estrada não eram mais que meia dúzia de famílias, tomaram a iniciativa de fixar num poste uma pequena cruz, no meio dos ranchos. Nessa cruz, a exemplo do que tinham constatado na cruz erguida defronte da igreja paroquial, colocaram a inscrição –salva tua alma. Sentindo-se depois um tanto quanto solitários em sua luta, decidiram falar com o pároco da cidade a fim de que os ajudasse na organização. Então, o Padre Arnildo Fritzen [6] e a freira Irmã Aurélia foram até a Encruzilhada, reuniram todos, começaram com uma leitura bíblica. Cada qual contribuiu com sua reflexão, e, a partir da Palavra de Deus, decidiram erigir, aos poucos, um ícone, isto é um símbolo. Foram transformando a própria cruz em ferramenta de luta<sup>173</sup>.

Ali foi plantada a semente que, anos mais tarde, iria germinar e conceber o MST. Gradativamente, esse universo simbólico constitui e é constitutivo do novo grupo. A partir da busca por justiça social, inúmeros mecanismos simbólicos embasam e fortalecem as ações da organização, que começa a experimentar um processo de

---

<sup>173</sup> Dado disponível em entrevista concedida pelo Irmão Marista Antonio Cechin, fundador da Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul e integrante do primeiro grupo da sociedade civil organizada a furar o cerco do Exército imposto ao Encruzilhada Natalino, ao Instituto Humanitas Unisinos. Conteúdo disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/15724-encruzilhada-natalino-30-anos-o-nascimento-de-um-acampamento-entrevista-especial-com-antonio-cechin>. Acesso em: 06 dez. 2015.

estigmatização. Ele é iniciado como uma espécie de retaliação na medida em que o novo movimento social passa a incomodar os latifundiários.

Por preconceito contra os índios —que não trabalham e —que não necessitam, portanto de terra, conforme o juízo que sobre eles emitem as classes dominantes, os colonos expulsos até foram vistos pelos Meios de Comunicação como simpáticos porque desejavam terra para trabalhar. Isso naturalmente só num primeiro momento. Depois quando começaram a lutar fortemente pela reforma agrária e se colocaram contra o latifúndio, foram execrados. Aí entraram com força as palavras invasão, invasores e outras muito piores. O MST sempre falou em ocupação. [...] Como se trata sempre da classe dominante (empresários, latifundiários, banqueiros etc.), formada por aqueles que são os que financiam os jornais através das propagandas, o MST passa agora a ser tachado sempre de inimigo da democracia, subversivo, com táticas de guerrilha etc. Será sempre criminalizado pela classe dominante e seus meios de comunicação.<sup>174</sup>

Desde então, é deflagrada a luta no campo simbólico para garantir o reconhecimento do novo movimento perante a sociedade. Afinal, sem a basilar legitimidade, todas as ações dos sem-terra podem ser colocadas sob suspeita, pois seriam fruto de ações —subversivas— empregadas por —marginais—, —vândalos— que se valem até mesmo de —táticas de guerrilha— para atingir seus objetivos.

Assim, sem o devido reconhecimento do movimento social, suas conquistas ficam fragilizadas. Não é exagerado cogitar que desapropriações de terras destinadas a um —grupo criminoso— possam ser revogadas. Nessa perspectiva, o movimento depende sobremaneira das batalhas vencidas no campo simbólico para garantir os ganhos materiais. Porém, não há sequer a pretensão aqui de indicar na luta do MST uma perspectiva que destaca o reconhecimento em detrimento das reivindicações redistributivas.

—Em muitos casos, as lutas por reconhecimento estão dissociadas das lutas por redistribuição— (FRASER, 2007, p. 102). Claramente, as lutas material e simbólica do movimento se imbricam. Esta visa a legitimar as conquistas materiais, o próprio movimento e, assim, é fundamental para sua sobrevivência ou reinvenção. Já a luta concreta viabiliza o acesso à terra, símbolo da justiça social reivindicada pelo

---

<sup>174</sup> Declaração do Irmão Marista Antonio Cechin, fundador da Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul e integrante do primeiro grupo da sociedade civil organizada a furar o cerco do Exército imposto ao Encruzilhada Natalino, ao Instituto Humanitas Unisinos. Conteúdo disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/15724-encruzilhada-natalino-30-anos-o-nascimento-de-um-acampamento-entrevista-especial-com-antonio-cechin>. Acesso em: 06 dez. 2015.

movimento. No caso do MST, são faces distintas de uma mesma realidade, apesar da luta material ser colocada pelos próprios militantes como prioritária.

Porém, com base no referencial teórico e nos resultados deste trabalho, é possível propor que as ações desenvolvidas no campo simbólico operam na estruturação do movimento desde a sua formação e são essenciais no atual processo de reinvenção do MST. Defende-se, portanto, uma nova perspectiva na compreensão do MST, onde a luta no campo simbólico não pode ser vista como secundária. Ela deve ser compreendida como, no mínimo, central para o grupo, assim como sempre foi entendida a luta utilitária. Afinal ambas são dimensões distintas de uma mesma realidade.

A mudança dessa percepção, que talvez seja a principal contribuição da pesquisa para os estudos referentes ao MST, foi factível por meio do estudo da comunicação do movimento. Principalmente, a partir da análise da expansão da política de comunicação pela internet. A ocupação do ciberespaço, pelo MST, alarga a relação de interdependência entre os campos simbólico e material da luta desenvolvida pelo grupo. A amostragem selecionada para análise apresentava indícios de como ambos são articulados no contexto da sociedade em rede.

A decifração dessas pistas e a conseqüente compreensão das interrelações entre simbólico e luta material na atualidade foi viabilizada pelo mapeamento dos usos e apropriações das novas ferramentas on-line efetuadas pelo movimento, em um novo espaço público intrincado pelas relações de poder que conformam as lógicas de atuação dos atores que constituem, segundo a segundo, o –universo virtual, cuja falsa percepção de separação com o mundo real foi gradativamente superada.

No material empírico analisado, a página oficial do movimento no Facebook, site de redes sociais com maior número de usuários no Brasil e no mundo, é usada primordialmente como um novo mecanismo de mobilização de militantes e simpatizantes. Simultaneamente, busca expandir e legitimar as manifestações de rua desenvolvidas durante o VI Congresso Nacional do MST. A plataforma é usada também para manter militantes e a sociedade em geral informados, já que suas postagens são todas públicas, sobre as ações do movimento. Subliminarmente contribui para desconstruir o processo de criminalização enfrentado por anos pelo MST. Por fim, ainda que de forma pontual, é usada para fortalecer o sentimento de pertencimento e a unidade do –povo sem terra. Vale ressaltar que cada um desses distintos usos ganha maior ou menor ênfase, conforme o contexto em que forem acionados.

Embora reconfigurados e potencializados em um novo espaço público, o qual modificou as interações sociais desde o final do século passado, ali estavam elementos que sintetizavam as relações interdependentes entre as lutas simbólica e material durante décadas, que estavam fragmentadas em distintos canais de comunicação, sejam impressos, audiovisuais ou radiofônicos. A compreensão agora era facilitada pelas especificidades da mídia utilizada, a internet. Esta permitia, quase em tempo real, a hibridização entre a marcha pela Reforma Agrária Popular, que tomava o centro político do País, e o -twittaçol, o qual expandia o ato pelo ciberespaço e ali conseguia milhares de apoiadores, que contribuía para dar visibilidade e legitimar o protesto.

Desde o momento em que ingressa no ciberespaço, o MST, uma das organizações pioneiras a apostar no potencial político do novo ambiente, é confrontado com oportunidades e desafios no embate pela conquista de reconhecimento. A política de comunicação tenta orquestrar as ações de comunicação on-line e off-line do movimento. Em uma analogia ao campo simbólico e utilitário, essas ações de comunicação compõem distintas faces de uma mesma realidade e são complementadas mutuamente. Na prática, conforme os resultados obtidos com o estudo, on-line e off-line não estão bem articulados.

O movimento ainda não demonstra habilidade suficiente para trabalhar temas comuns, como o VI Congresso, de maneira transmidiática. Consegue pontualmente apenas uma tímida e primária produção crossmedia. Ela envolve, de forma minimamente consistente, distintas plataformas no ciberespaço, como seu site, sua página no Facebook e o perfil no Twitter, e ignora completamente o cruzamento de conteúdos entre o *Jornal Sem Terra* e essas plataformas digitais. Em um cenário de convergência de mídias, essa deficiência pode enfraquecer a luta por reconhecimento.

Assim como ficou enfraquecido o próprio *Jornal Sem Terra* no decorrer dos últimos anos. Além de não circular diretamente entre a grande maioria da base do movimento, desde dezembro de 2014 não foi publicada uma nova edição. Pelo menos na amostragem analisada, o *Jornal Sem Terra*, cujas edições estão disponíveis na internet, continuava a ter importância principalmente como instrumento de informação e formação das lideranças. Elas tornam-se multiplicadoras do seu conteúdo em assentamentos e ocupações nos mais distintos estados brasileiros.

Aqui é importante informar que, muitas vezes, plataformas digitais como webrádios, blogs, páginas no Facebook e até grupos informais no WhatsApp são

usados, pelas lideranças estaduais e de assentamentos, para espalhar as notícias do periódico, que indiretamente parece chegar a dezenas de milhares de sem-terra. Sem dúvida, existe uma clara tendência do movimento em âmbito nacional, assim como ocorre nos assentamentos, priorizar a digitalização da comunicação.

Entretanto, com base no material analisado, não há a busca de engajar militantes e a sociedade na produção de conteúdo. Isso configura o subaproveitamento de uma das principais peculiaridades das novas mídias: o caráter dialógico. Um dos enigmas a ser desvendado não é como usar as redes sociais para apresentar informações sobre o movimento, mas, principalmente, conseguir debater com seus simpatizantes e engajar mais pessoas ao diálogo sobre as principais bandeiras do MST, que são resignificadas nesse momento de reestruturação do movimento.

O MST não pode cometer o erro de perceber esses sites de redes sociais e demais plataformas em que posta conteúdo como instrumentos de pura enunciação. Deve entender que o paradigma emissor-receptor ou um emissor para muitos receptores é reconfigurado pela possibilidade de todos serem produtores de conteúdo. Ou seja, o MST tem que atentar para internet como uma mídia dialógica, algo esquecido, em inúmeros momentos, por atores sociais que estão mais preocupados em ser vistos e não querem ouvir o público.

Nesse sentido, dificilmente será uma escolha equivocada resolver estimular a participação de seus militantes na elaboração de narrativas, que consigam, por exemplo, ajudar a desconstruir a estigmatização sofrida pelo movimento. Elas seriam publicadas no site e na página oficial do movimento no Facebook, entre outros dispositivos apropriados especificamente para essa finalidade. Haveria notadamente o desenvolvimento de um processo produtivo bem mais horizontal.

A partir do conceito de inteligência coletiva (LÉVY, 1999), há a possibilidade de criar grupos on-line para socializar as especificidades da luta travada em cada Estado. Com esse canal de comunicação também é factível apresentar dúvidas e pedir ajuda para solução de problemas em áreas como educação, saúde comunitária, controle de pragas agrícolas, entre muitas outras questões inerentes ao cotidiano de assentamentos e até mesmo acampamentos. Assim, o sentimento de pertença ao próprio MST, independente da região em que o militante atue, será fortalecido.

Essa participação provavelmente não deve ficar restrita apenas aos militantes. Os demais usuários da internet poderiam ter um canal para enviar conteúdo a ser

postado nas plataformas gerenciadas pelo movimento na internet. Conseguir desenvolver conteúdo colaborativamente, em uma era na qual as pessoas criaram o hábito de produzir e difundir suas narrativas, é fundamental para o engajamento e a própria democratização da comunicação do movimento.

Vale lembrar que o MST defende a democratização da comunicação como forma, por exemplo, de dar voz aos atores sociais oprimidos e criminalizados pela mídia hegemônica. Assim, é preciso aproveitar o potencial democrático das novas tecnologias para consolidar o processo de democratização do acesso aos canais oficiais de comunicação do MST na internet.

É claro que será preciso debater se é possível haver moderação do conteúdo postado em seu site, por exemplo. Todavia, discussões como essa não podem inviabilizar a participação da base do MST, assim como a da própria sociedade, na comunicação do movimento. Caso contrário, além de subestimar a potencialidade das novas tecnologias que permitem uma maior interação com um determinado público, tornando-o parceiro na produção das narrativas, o movimento pode ser acusado de ter uma prática incoerente com o seu discurso.

Inconsistências como essa normalmente são usadas para criticar os movimentos sociais, que são cobrados para atuarem sem direito a sequer ter falhas. Isso porque seus opositores tentam reificar a ideia de que um legítimo movimento social não pode cometer equívocos, como se fosse quase uma espécie de divindade. Algo impossível de ocorrer e, por isso mesmo, usado como arma para estigmatizá-los perante a sociedade.

Internamente, esse diálogo via novas tecnologias de comunicação também pode facilitar o engajamento, educação e formação política dos próprios jovens do movimento. Personagens essenciais para a continuidade do MST, já há atenção para o destaque da juventude como sujeito de luta que busca debater a reforma agrária, conforme disse a integrante da Coordenação Nacional do MST, Kelli Mafort, em entrevista publicada na edição 324, abril de 2014, do *Jornal Sem Terra*.

Resta saber como ocorre esse debate se apenas off-line ou também on-line, como talvez seja o mais adequado. Caso já estejam familiarizados com a conversação em rede (RECUERO, 2012), a chamada –Juventude do MST<sup>175</sup> pode ampliá-la para

---

<sup>175</sup> A Marcha Nacional de 2005 foi o episódio que ressaltou a necessidade de os jovens passarem a ter uma participação mais orgânica no movimento. A partir de então foi criado o –Coletivo Nacional de Juventude do MSTI.

contatar e iniciar processos de parceria com os movimentos sociais que militam nas cidades em causas de interesse da juventude. É claro que também podem interagir com os jovens da sociedade em geral e essa aproximação tem o potencial de gerar, pelo menos, novos simpatizantes para o MST.

Contudo, não basta apenas conquistar novos adeptos, o MST já aprendeu há décadas que, dependendo do contexto, a força do movimento é demonstrada pela capacidade de levar sua base para protestar na rua. Para isso, mais uma vez, a comunicação é essencial na mobilização, coordenação, registro, divulgação e espalhamento de seus protestos. Principalmente, em um momento no qual a apropriação de diversas plataformas disponíveis na internet consegue potencializar a articulação de milhares de pessoas em torno de uma série de reivindicações.

Ter habilidade no uso das novas tecnologias, como instrumentos de articulação entre os grupos sociais que lutam – em última instância – por justiça social, é basilar para o MST atingir seus objetivos nessa nova etapa que vivencia –O MST tem responsabilidade de participar e construir a esquerda social e popularl, afirmou Kelli Mafort, em entrevista concedida ao *Jornal Sem Terra*. É improvável que essa construção possa abdicar da ocupação do ciberespaço como um elemento intrínseco às lógicas de reestruturação e atuação em rede dos atores sociais, seja em nível regional, nacional ou internacional, que confrontam o *status quo*.

Principalmente quando as demandas locais, que conformam a disputa global pelo uso sustentável de recursos naturais, desses atores podem ser visibilizadas, debatidas e apoiadas em âmbito internacional. Se o agronegócio, um dos símbolos do capitalismo e do desrespeito com o desenvolvimento sustentável, é transnacional, a implantação de modelos agrícolas livres de agrotóxicos é uma reivindicação mundial.

Com a facilidade e barateamento da comunicação em tempo real entre os militantes dos mais distintos movimentos situados em qualquer lugar do mundo, essa dinâmica de articulação e enfrentamento ao agronegócio transnacional tem a possibilidade de ser intensificada. Com o advento da cibercultura, as redes sociais já existentes off-line são potencializadas no ciberespaço e a troca de informações e construção coletiva de táticas de resistência e enfrentamento aos inimigos comuns tem uma nova dimensão.

Sem dúvidas, mais ágil, essa comunicação mediada pelo computador permite que esses militantes estejam em um processo de interação social praticamente ininterrupta. Isso pode tornar seus laços sociais cada vez mais fortalecidos até mesmo em um cenário marcado pela diversidade ideológica dos movimentos que, por exemplo, compõem a Via Campesina.

Embora a frequência dos contatos não seja o único fator responsável pelo estreitamento das relações, a intensificação do diálogo facilita a compreensão mútua e o conhecimento de áreas de atuação conjunta. Essa conversação sublinha as interseções existentes e ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento à luta universal, cujo objetivo central é superar as injustiças sociais vivenciadas pelos trabalhadores rurais de todo o mundo.

Uma das faces dessa desigualdade dificulta a atuação dos movimentos sociais do campo no ciberespaço: a fratura digital (LÉVY, 1999). Embora gradativamente a população brasileira esteja ano a ano mais conectada, a maior parte continua sem navegar na rede mundial de computadores. Além disso, há diversos níveis de conexão e os moradores da zona rural continuam a ter, proporcionalmente, os menores índices de acesso.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, que teve a coleta de dados realizada em campo entre os dias 12 de outubro e 6 de novembro de 2013, a internet é a mídia cuja utilização mais avança entre os brasileiros. Apesar do crescimento, a pesquisa, publicada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, logo demonstra o tamanho da fratura: 53% da população nunca acessa a internet. –A segmentação dos resultados de frequência de uso mostra que o hábito de acessar a internet é mais comum na população mais jovem, nos maiores centros urbanos e nos estratos de maior renda e escolaridade (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014, p.48).

Só para se ter uma ideia, entre as pessoas ouvidas, que ganham até um salário mínimo, apenas 21% acessam a internet ao menos uma vez na semana. Já entre os pesquisados, com renda superior a cinco salários mínimos, a proporção chega a 75%. O estudo revela que apenas 34% dos entrevistados residentes em cidades com menos de 20 mil habitantes acessam a internet pelo menos uma vez semanalmente. Enquanto isso, nos grandes centros urbanos do País, 56% das pessoas que responderam a pesquisa navegam pela internet, no mínimo, um dia na semana.

Os dados de intensidade de uso, quando segmentados, revelam comportamentos bastante parecidos com o de frequência de uso. Mais precisamente, os segmentos que passam mais tempo on-line a cada contato, tanto de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup>, quanto nos fins de semana, tendem a ser os mesmo que utilizam a internet com mais frequência: as faixas etárias mais jovens, os moradores de grandes centros urbanos, e os estratos de maior renda e escolaridade (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014, p. 48).

A pesquisa reforça dados da TIC Domicílios e Empresas 2012, estudo realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, e demonstra que as autoridades não conseguiram aumentar significativamente o acesso à internet dos moradores da zona rural. De acordo com os dados da TIC Domicílios e Empresas 2012, coletados de outubro de 2012 a fevereiro de 2013, exatamente 44% dos domicílios urbanos tinham acesso à internet, enquanto apenas 10% das residências situadas na zona rural estavam conectadas à grande rede.

As conexões mais rápidas costumam ser acessadas em maior proporção pelos moradores das cidades, onde 14% têm conexão acima de 8 Mbps. Tamanha velocidade só é realidade para 4% dos moradores das áreas rurais. Curiosamente, o acesso por meio do celular é proporcionalmente maior (22%) na área rural do que nas cidades (21%). Mas o acesso diário à internet via celular nas áreas urbanas (57%) é quase o dobro do que a taxa registrada na zona rural (32%).

O conjunto de dados apresentado ratifica a necessidade de democratizar o acesso à internet. Mas não basta apenas garantir o acesso universal, a velocidade de conexão também deve ser semelhante para todos os brasileiros, independente da região em que ele esteja conectado à rede. Atender essas demandas irá garantir condições de competitividade menos desiguais entre as distintas regiões brasileiras, bem como entre os estados mais pobres e os considerados ricos para a realidade econômica de cada região. Essa mesma lógica deve ser pensada para as áreas rurais e urbanas de cada Estado.

Essa é uma ótima causa – talvez possa ser trabalhada de forma conjunta com a democratização da comunicação – para alinhar ainda mais o MST com os movimentos urbanos nacionais. Ela também poder ser pautada internacionalmente pelo MST, já que a fratura digital na zona rural da maior parte dos demais países da América Latina deve ser proporcionalmente semelhante ao cenário brasileiro.

Porém, mesmo com as dificuldades de acesso à internet, o MST não pode abdicar de intensificar a ocupação do ciberespaço. Pelo contrário, sua presença ali

precisa permanecer em contínua expansão. Caso contrário, o movimento pode ver o seu processo de reestruturação e alargamento da atuação no campo simbólico ser prejudicado significativamente. Para continuar a representar centenas de milhares de trabalhadores rurais, nos próximos anos, o movimento precisa continuar a reinventar diuturnamente os seus usos e apropriações dos dispositivos digitais de comunicação.

É relevante sublinhar que não se defende a tese na qual as novas tecnologias sejam uma espécie de panaceia responsável pela salvação do MST. Certamente novos desafios e efeitos colaterais continuarão a surgir na mesma proporção em que tais mecanismos sejam adotados com mais amplitude e eficiência pelos sem-terra. Porém, com a necessidade de intensificar as relações com os movimentos urbanos, esses dispositivos de comunicação devem desempenhar um papel crucial nas estratégias de reestruturação e conquista de reconhecimento pelo movimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 10, nº 1. Florianópolis, jan 2002.

AGUIAR, Vilma. A marcha nacional dos sem-terra e o MST. Revista de Sociologia e Política, nº 15, Curitiba, Novembro de 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782000000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200012)  
Acesso em: 20/09/2014

AMARAL, Adriana. Abordagens etnográficas. In: AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

AZEVEDO, Karina Falcone de. **(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social**. Recife, 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

BARBOSA, Alexandre. **A comunicação do MST**: uma ação política contra-hegemônica. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENTES, Ivana. “**Nós somos a rede social**”. In: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial da Letras, 1999.

\_\_\_\_\_, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: economies of worth. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15 ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BUCCI, Eugênio. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio (Org.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANAVILHAS, João. **Contenidos periodísticos em el ecosistema líquido**: Entre la convergência y la divergência. In: Webperiodismo en un ecosistema líquido. IRIGARY, Fernando; CEBALLOS, Dardo; MANNA, Matias. Rosário: Laborde Libros Editor, 2013. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/129160270/Irigaray-13-Webperiodismo-en-un-sistema-liquido>. Acesso em: 12/11/2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, v I, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CRESPO, Carlos. **Continuidad y Ruptura**: La -Guerra Del Agual y lós nuevos movimientos sociales em Bolivia. Osal: setembro de 2000.

DOWNING, John, D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

\_\_\_\_\_, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FINGER, Cristiane. **Crossmedia e Transmedia**: desafios do telejornalismo na era da convergência digital. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 121-132, jul./dez. 2012.

FONSECA, Lucas Milhomens. **Ciberativismo e MST**: o debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada. Dissertação programa de pós-graduação em comunicação da UFPB. João Pessoa, dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_, Lucas Milhomens. MST, esfera pública e ciberativismo: um novo espaço para o debate. *Conexões Midiáticas*, João Pessoa, n. 1, p. 1-11, jul./dez. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38 ed Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_, Michel. **Microfísica do poder**. 3 ed Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** *Lua Nova*. São Paulo, 70: 101-138, 2007.

GIARDELLI, Gil. **Você é o que você compartilha**: e-agora como aproveitar as oportunidades de vida e trabalho na sociedade em rede. São Paulo: Editora Gente, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Caderno CRH**. Salvador, v 21, nº 54, Set./Dez. 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. *Revista Em Tese*. vol 2, nº 1, Santa Catarina, janeiro/julho, 2004.

HALAVAIS, Alexander. Prefácio. In: AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HALL, Stuart. Quién necesita -identidad!?. In: GAY, Paul du; HALL, Stuart (Org.). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento e gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KOZINETS, Robert V. *Netnography: Doing Ethnographic Research On-line*. London: Sage, 2010.

LAHIRE, Bernard. **Patrimônios individuais de disposições**: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, dez. 2005.

LAHNI, Cláudia Regina; COELHO, Fernanda; PEREIRA, Maria Fernanda de França. **O MST, sua comunicação e universidade**: um estudo do site da entidade e parceria entre o movimento e a UFJF. *Sociedade em Debate*, Pelotas, n. 15, p. 179-196, jan./jun. 2009.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, André. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio (Org.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

LÉVY, Pierre. A mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

\_\_\_\_\_, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MATTA, Roberto da. O ofício do Etnólogo ou como ter ‘\_Anthropological Blues’. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTOS, Patrícia Castro. A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honeth e Nancy Fraser. In: **Sociedade e Estado**. v. 19, nº 1. Brasília, jan/jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a17.pdf>. Acesso em: 19/12/2014.

MEDEIROS, Eduardo Luís Mathias. **Implantação de rádio comunitária em assentamento do MST como prática de comunicação popular**. *Revista Alterjor*, Ano 4, Volume 01, Edição 07, Janeiro-Junho de 2013.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MELO, Rostand de Albuquerque. **O „reencantamento“ da política nas mídias sociais**: performances de mobilização on-line em campanhas eleitorais na Paraíba. Campina Grande, 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

MENEZES, Antonio Simões. **Jornalismo de resistência:** apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela *Revista Sem Terra*. Fortaleza, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Universidade Federal do Ceará (UFC).

MIELNICZUK, Luciana. **O celular afronta o jornalismo.** In: BARBOSA, Suzana; MIELNICZUK, Luciana (Org.). *Jornalismo e tecnologias móveis*, Covilhã: Livros Labcom, 2013.

MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MITCHELL, James Clyde. A dança Kalela. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A Antopologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORAES, Denis de. **Comunicação virtual e cidadania:** movimentos sociais e políticos na internet. *Revista Brasileira de Ciências de Comunicação*. Vol. XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. **Os aymara:** construindo a revolução índia no ciberespaço, Campina Grande, 2009.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem Terra Aprende e Ensina: Estudo sobre Práticas Educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas: Autores Associados, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. **Diferenciação sócio-econômica do campesinato.** In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, Cortez Editora, 1985.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed 34, 2003.

OLIVEIRA, Elza Aparecida. *Jornal Sem Terra: uma avaliação do principal instrumento de comunicação do MST*. 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Curitiba, 2012, pp. 1-21. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt07-05.pdf>. Acesso em 01/09/2014.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983

PAIERO, Denise Cristine. **Protesto e mídia: o jornalismo e a visibilidade da reivindicação**. São Paulo: Annablume, 2009.

*Pesquisa Brasileira de Mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014.

Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico]: TIC Domicílios e Empresas 2012. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PRATA, Nair. WEBrádio: novos gêneros, novas formas de interação. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, 2008, p. 1-15. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/estudioderadio/wpadmin/textos/webradio\\_novos\\_generos.pdf](http://www.ufrgs.br/estudioderadio/wpadmin/textos/webradio_novos_generos.pdf)  
Acesso em: 26/09/2015

PRIMO, Alex. **Interações mediadas e remediadas**: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada por computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

\_\_\_\_\_, Raquel. **A nova revolução**: as redes são as mensagens. In: BRAMBILLA, Ana (Org.). **Para entender as mídias sociais**. E-book colaborativo, 2011. Disponível em: <http://paraentenderasmidiassociais.blogspot.com.br/2011/04/download-do-ebook-para-entender-as.html>. Acesso em: 25/06/2013.

\_\_\_\_\_, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Leandro Neves; FILHO SOBREIRO, José. **Formação da Via Campesina no mundo e atualidade das ações no Brasil (2000-2011)**. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Uberlândia, 2012, p. 1-14. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/gts/1448\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1448_1.pdf). Acesso em 01/09/2014.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. **Do campo para o mundo**: em busca de um internacionalismo continental para o MST. Lutas Sociais, São Paulo, n° 29, jul./dez. 2012.

RÜDIGER, Francisco. **Cibercultura e pós-humanismo**. Porto Alegre: EDIPURS, 2008.

\_\_\_\_\_, Francisco. **As Teorias da Cibercultura**: Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura**: o advento do pós-humano. Revistaa FAMECOS. Porto Alegre, n ° 22, dezembro 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3229/2493>. Acesso em 29/03/2013

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A espacialização dos acampamentos em Canindé do São Francisco em Sergipe**: a ação da mística no enfrentamento ao poder instituído. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-16. Disponível em:

[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Santos\\_MEL.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Santos_MEL.pdf). Acesso em 01/09/2014.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: Raízes, Vol. 21, nº 01, jan-jun/ 2002.

\_\_\_\_\_, James. **Los dominados y El arte de La resistência**. México: Ediciones Era, 2000.

SHAH, Nishant. **Playblog, Performance and Cyberspace**. Cut-Up Magazine, India 2005.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento**: notas a partir da versão pernambucana. Novos Estudos Cebrap, nº 58, novembro de 2000.

SILVA, Fernando Firmino da. **Repórteres em campo com tecnologias móveis conectadas**. In: BARBOSA, Suzana; MIELNICZUK, Luciana (Org.). Jornalismo e tecnologias móveis, Covilhã: Livros Labcom, 2013.

TAS, Marcelo. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio (Org.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

TAYLOR, Charles; et al. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TEJERA, Marta H. D. MST e Cibercomunicação: o uso da Internet enquanto ferramenta de Comunicação por um movimento social do campo. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, 2014, p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1836-1.pdf> Acesso em: 26/09/2015.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Editoração eletrônica sem copyright, 2009.

\_\_\_\_\_, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII in **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VARGAS, Isabela Junqueira. **Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia**. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB).

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Flávia Braga. Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

VIEIRA, Luiz Carlos. A mística no MST: um ritual político. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213630966\\_ARQUIVO\\_AMisticanoMST.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213630966_ARQUIVO_AMisticanoMST.pdf). Acesso em: 25/09/2015

VIZER, Eduardo A. **Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias.** In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. (Org.). **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação.** São Paulo: Paulus, 2007.

## **JORNAIS**

*Jornal Sem Terra*, edição 324, abril de 2014.

*Jornal Sem Terra*, edição 323, fev 2014.

*Jornal Sem Terra*, edição 322, set-out-nov de 2013.